INÊS 249

Livros
'Quem criou a humanidade foi a ginecologia', diz a cientista e escritora Cat Bohannon EU&

Arte
O empresário brasileiro Renato de Albuquerque vai inaugurar museu da porcelana chinesa em Sintra EU&

Impacto real
Daniela Barone Soares conquista título da realeza britânica por ação em investimentos de impacto EU&

Sexta-feira, 12 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6042 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Fazenda e Senado discutem gatilhos para garantir teto de 26,5% do novo IVA

Tributos Em debate, a criação de um programa para definir uma hierarquia entre as medidas a serem adotadas para reduzir a taxa, se ela superar o limite máximo

Fernando Exman, Julia Lindner, Caetano Tonet e Lu Aiko Otta
De Brasília e São Paulo

O Ministério da Fazenda e o Senado já discutem como garantir a efetividade do dispositivo incluído na regulamentação da reforma tributária do consumo para limitar em 26,5% a alíquota padrão. Sobre a mesa, está em debate a criação de um programa que defina uma hierarquia entre as medidas a serem adotadas para reduzir o tributo, caso ele supere o limite máximo.

A ideia é tratar do detalhamento no texto em tramitação no Senado. Na quarta-feira, os deputados aprovaram o projeto de regulamentação, incluindo um instrumento para limitar em 26,5% essa alíquota, na soma da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, que reunirá os federais IPI, PIS e Cofins) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, que englobará o estadual ICMS e o municipal ISS). A iniciativa da Fazenda e do Senado ocorreu diante do aumento de exceções, para evitar que elas elevem a alíquota padrão. Parlamentares, integrantes do Executivo e especialistas ponderam que não ficou claro como essa trava funcionará na prática. Os negociadores argumentam que o teto precisa ser amparado por um conjunto de "gatilhos".

Na sugestão apresentada pelo Executivo, a própria superação do limite de 26,5% poderia ser um "gatilho" para disparar as revisões das excepcionalidades da reforma que, de outra forma, serão feitas a cada cinco anos. O primeiro mecanismo seria um comando para que o governo reduza o número de exceções à tributação geral. Em seguida, viriam medidas como cortar as excepcionalidades de forma linear e a elevação da tributação sobre a renda, para compensar o tributo sobre consumo — ou uma combinação delas.

Para especialistas, aspectos centrais e positivos da reforma saíram ilesos da Câmara, mas há dúvidas sobre o teto para a alíquota. Para alguns, isso pode entrar em conflito com a Emenda Constitucional da reforma, aprovada em 2023. O problema seria os mecanismos de ajuste, e não a definição de um teto. **Páginas A4, A5, A12, A13 e C8**

● **Editorial:** Regulamentação da reforma tributária tem avanços e desafios **A16**

Deflação nos EUA derruba previsão para os juros

Eduardo Magossi
De São Paulo

A inflação nos EUA ficou abaixo do esperado pelo mercado em junho, reforçando a expectativa de que o Federal Reserve (Fed) vai iniciar o ciclo de cortes dos juros em setembro. O índice de preços ao consumidor (CPI) caiu 0,1% no mês passado em relação a maio, enquanto a projeção era de uma alta de 0,1%. Após o dado mais fraco, o mercado passou a precificar três reduções de 0,25 ponto percentual nos juros neste ano. Em 12 meses, o CPI desacelerou de 3,3% para 3%, o menor nível desde junho de 2023. O núcleo do índice, que exclui itens voláteis como alimentos e energia, caiu para o nível mais baixo desde 2021. Os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA e o dólar no mercado global recuaram. **Página C2**

PF: 'Abin paralela' monitorou STF e parlamentares

Isadora Peron, Gabriela Pereira, Gabriel Shinohara e Guilherme Pimenta
De Brasília

A Polícia Federal deflagrou ontem uma nova fase da Operação Última Milha, que apura o uso ilegal da estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Jair Bolsonaro. A suspeita é que o esquema tenha sido usado para beneficiar familiares do ex-presidente e monitorar supostos adversários da antiga gestão, entre eles ministros do Supremo Tribunal Federal, parlamentares e jornalistas. O avanço da investigação também apontou indícios de ligação do caso com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Após as diligências, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, retirou o sigilo de parte dos autos. **Página A14**

JOÃO ALBUQUERQUE/DZAWI FILMES

O Cacique Gilliard Juruna, da aldeia Miratu, na Terra Indígena Paquiçamba, no Pará, realiza exame médico pelo tablet

Rede une comunidades isoladas da Amazônia

Daniela Chiaretti
De Alter do Chão (Pará)

Iniciativa dos institutos Conexão Povos da Floresta e Arapyaú, em parceria com organizações sociais locais e apoio de entidades filantrópicas e ONGs, desenvolve o maior projeto de conectividade entre povos indígenas, grupos quilombolas e comunidades extrativistas da Amazônia.

Em dois anos, já são 933 comunidades atendidas, em 237 municípios de nove Estados, beneficiando 71 mil pessoas, não só com conexão de alta velocidade, mas também com oportunidades de telemedicina, educação a distância, economia sustentável e inclusão — ao custo de R$ 50 milhões, e sem recursos públicos.

Com investimento total estimado em US$ 80 milhões, a meta é chegar a 5 mil comunidades e 1 milhão de pessoas. São elas que cuidam e preservam 130 milhões de hectares de florestas, e estão fora das políticas públicas de saúde, educação, economia, segurança e tudo mais. "Não tem escolas nas comunidades. Estamos à margem disso", diz Joaquim Belo, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. **EU&**

Sob pressão, Biden rejeita desistência

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

O presidente americano, Joe Biden, apresentou-se ontem em entrevista coletiva em Washington dando sinais de que não pensa em ceder às pressões para abandonar a corrida pela reeleição. Mas durante a sessão de perguntas voltou a mostrar-se rouco, hesitante em alguns momentos e com episódios de confusão parecidos com os que demonstrou no mês passado, durante o primeiro debate com Donald Trump. Pouco antes, ao assinar um pacote de ajuda à Ucrânia, chamou o presidente do país, Volodymyr Zelensky, de "presidente Putin". Pesquisa Ipsos mostrou que a vice, Kamala Harris, tem hoje mais chances de derrotar o candidato republicano. **Página A15**

Câmara aprova perdão a dívidas e multas de partidos

Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara aprovou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que perdoa dívidas tributárias dos partidos vencidas há mais de cinco anos e também multas pelo descumprimento das cotas para candidaturas de negros e mulheres nas eleições de 2022. O texto ainda permite às legendas parcelarem seus débitos com isenção de juros e multa. Além disso, estipula em 30% o repasse mínimo de verbas para candidaturas de negros. A PEC vai ao Senado. **Página A11**

Recuperação de bônus a executivos ganha força

Rodrigo Carro
De São Paulo

A política corporativa de recuperação de bônus e benefícios pagos a executivos — conhecida como "clawback" —, mais comum nos EUA, começa a ganhar força no Brasil. A norma geralmente prevê ressarcimento à empresa em casos de quebra de contrato ou má conduta dos administradores. Mais companhias têm recorrido à Justiça para recuperar, por exemplo, pagamentos feitos a executivos acusados de envolvimento em fraudes ou corrupção.

Empresas brasileiras que têm ADRs listados em Nova York, como Ambev e Vale, já dispõem de regras desse tipo. Em consulta pública, a B3 questiona se deveria demandar das companhias do mais alto nível de governança a adoção da norma. **Página B1**

Transformação social

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Giulia Santana é coordenadora de relações institucionais e novos negócios do The Human Project (THP), que desenvolve programas de desenvolvimento econômico e social em Santa Luzia do Itanhy (SE). "Participei de várias coisas, mas em um momento senti que estava ajudando, mas não estava modificando nada", disse ela a Catherine Vieira, do "Valor". "Aqui, nosso foco é a transformação." Página A18

Indicadores

Ibovespa	11/jul/24	0,85 % R$ 19,9 bi
Selic (meta)	11/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	11/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	11/jul/24	5,4094/5,4100
Dólar comercial (mercado)	11/jul/24	5,4414/5,4420
Dólar turismo (mercado)	11/jul/24	5,4741/5,6541
Euro comercial (BC)	11/jul/24	5,8789/5,8818
Euro comercial (mercado)	11/jul/24	5,9119/5,9125
Euro turismo (mercado)	11/jul/24	5,9779/6,1579

7 898937 880054

Destaque

GM se rende ao híbrido
A General Motors mudou seus planos para o mercado brasileiro e decidiu usar parte dos R$ 7 bilhões de seu novo programa de investimentos no país para o desenvolvimento de um carro híbrido. A fábrica de Gravataí (RS) receberá R$ 1,7 bilhão. **B3**

INÊS 249

DIVULGAÇÃO



José Augusto de Castro: "Diversificamos fornecedores e aliviou a pressão sobre o preço do combustível"

Comércio exterior Ampliação das compras de combustível faz país ultrapassar EUA, Alemanha e Reino Unido como principais clientes russos

Brasil eleva importação da Rússia com compras de diesel e fertilizantes

Marta Watanabe e Álvaro Fagundes
De São Paulo

A importação brasileira de diesel e de fertilizantes fez o Brasil crescer no mapa de exportações da Rússia e tornar-se o quinto maior mercado externo dos russos. Em 2022, o Brasil estava em 20º lugar, já bem acima da 28º posição que ocupava em 2019. Ao galgar postos, o Brasil deixou para trás Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, que ocupavam, respectivamente, o segundo, o quarto e o quinto lugares entre os maiores destinos das exportações russas em 2021, antes de Vladimir Putin anunciar operação militar de invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022.

Em 2023 os americanos ficaram na nona posição. As exportações russas aos EUA caíram 67,5% no ano passado, contra 2022. De 2021 para 2023 o recuo foi de 84%. Para a Alemanha, que caiu para a 17ª posição em 2023, os embarques russos recuaram 86,3% contra 2021. Os britânicos despencaram para o 31º lugar no ano passado, com redução de 98,6% dos embarques russos ao Reino Unido de 2021 para 2023.

Em sentido oposto, as exportações dos russos ao Brasil cresceram 27,4% em 2023 contra o ano anterior. Em relação a 2021, a expansão foi de 75,6%. Na comparação com o pré-pandemia de covid-19, em 2019, a alta foi de 171,8%.

Os dados foram retirados do Centro de Comércio Internacional — International Trade Center (ITC), na sigla em inglês —, agência conjunta da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos dados brasileiros de balança comercial, os russos subiram no ranking dos maiores fornecedores externos, do 11º lugar em 2019 para o sexto em 2022 e para a quinta posição no ano passado, posto que manteve no primeiro semestre de 2024, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic).

As sanções dos americanos e europeus às exportações da Rússia após a invasão da Ucrânia é o pano de fundo por trás das estatísticas do comércio russo-brasileiro. Desde ano passado, isso resultou em importação brasileira em nível histórico de diesel russo. A compra externa de diesel da Rússia evoluiu rapidamente no decorrer de 2023 e os russos tornaram-se líderes na venda do produto ao Brasil, desbancando os Estados Unidos, tradicional fornecedor do combustível.

A importação de diesel russo, que não chegou a US$ 100 milhões em 2022, saltou para US$ 4,53 bilhões no ano passado, bem à frente dos US$ 2,56 bilhões fornecidos pelos EUA. A mudança foi significativa em relação a 2022, quando o Brasil comprou US$ 8,02 bilhões em diesel americano, seguido dos Emirados Árabes, que forneceram naquele ano US$ 1,93 bilhões.

> "Sanções europeias fizeram Rússia mirar na América Latina, com foco no Brasil"
> *Bruno Cordeiro*

No primeiro semestre de 2024 a Rússia manteve a liderança conquistada em 2023. O Brasil importou no período US$ 2,94 bilhões em óleo diesel russo. O valor representa 70% do diesel importado de janeiro a junho. Dos Emirados Árabes vieram US$ 332,6 milhões. Os americanos caíram para a terceira posição, com US$ 297,5 milhões.

Em volume, diz Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado de petróleo da StoneX, os russos forneceram 72% do diesel importado no primeiro semestre de 2024, seguido de 7% dos Emirados Árabes e 6,4% dos americanos. "É um cenário de fornecimento externo de diesel amplamente russo desde abril do ano passado, reflexo da mudança estrutural do mercado internacional do combustível. As sanções europeias dos derivados de petróleo russo fizeram a Rússia mirar na América Latina, com foco no Brasil, que tornou-se o segundo maior mercado russo de diesel, só perdendo para a Turquia", observa.

A Turquia também é grande importadora de petróleo bruto russo, ao lado da China, ressalta Cordeiro. Os dados do ITC mostram que a China se mantém ao menos desde 2019 na liderança absoluta das exportações totais russas. Os turcos, que estavam em terceiro lugar no ranking russo em 2021, ficaram em segundo no ano passado.

As perspectivas, diz Cordeiro, são de que as sanções à Rússia se mantenham em período extenso e enquanto o preço do combustível russo continuar atrativo, a importação brasileira deve permanecer relevante.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que num cenário pós-pandemia de preços ainda muito pressionados, o Brasil encontrou na Rússia um fornecedor novo e com abundância do produto. "Foi uma boa oportunidade vinda de um país que já fornecia tradicionalmente adubos e fertilizantes e oferecia diesel a preços mais competitivos. Para o Brasil foi bom porque diversificamos fornecedores e aliviou a pressão sobre o preço do combustível na comercialização no mercado doméstico."

Cordeiro destaca que o Brasil não é auto-suficiente na produção de diesel e importa entre 20% e 30% do que consome internamente. Ele também ressalta que, considerando as importações de diesel, o produto mais barato está atualmente R$ 0,52 acima do preço da Petrobras, o que dá cerca de 15% de defasagem.

Diesel e adubos e fertilizantes predominam e representam 83,4% do que os russos vendem atualmente ao Brasil, pelos dados da Secex. Para Castro, embora a Rússia não tenha dinamismo comercial relativamente baixo, a situação atual também pode favorecer a entrada de outros produtos. "O cenário hoje permite a troca de fornecedores e a Rússia tem tirado proveito disso."

Nos dados da Secex, chama atenção a importação de urânio russo pelo Brasil. A compra começou em 2023 com US$ 62,9 milhões em urânio natural e US$ 19 milhões na versão enriquecida, no ano todo. No primeiro semestre de 2024 foram US$ 35,2 milhões em urânio natural e US$ 11,3 milhões enriquecidos. Segundo dados da Secex, o Brasil nunca havia comprado urânio natural russo antes de 2023. Enriquecido, foi importado da Rússia somente em 1999.

No início deste ano a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) divulgou nota sobre o recebimento de cerca de 21 toneladas de urânio enriquecido importado da Rússia. Segundo a nota, o urânio foi destinado para a fabricação de 44 elementos combustíveis que compõem a 19ª recarga de Angra 1.

O Brasil tem a sexta maior reserva de urânio do planeta e é um dos poucos países que dominam a tecnologia de enriquecimento para fins pacíficos, mas consegue minerar apenas 40% do que precisa para Angra 1. Antes de 2023, os dados da Secex mostram que o Brasil importava mais frequentemente urânio natural dos EUA, Canadá e Reino Unido. Na versão enriquecida, além dos britânicos, destacam-se origens como Alemanha e Suécia.

Mas o avanço dos russos nas importações totais brasileiras, na verdade, começou antes de 2023.

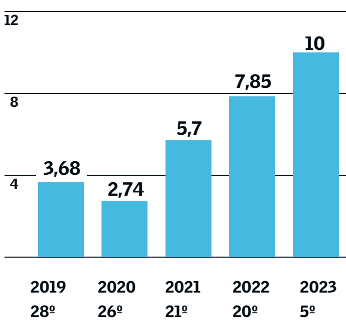
Após uma queda no comércio global em 2020, sob impacto da pandemia de covid-19, a retomada, em 2021, resultou em descompasso entre oferta e demanda no mercado internacional e os gargalos logísticos se generalizaram, resultando em inflação global, com forte pressão de preços de insumos. A cesta de produtos importados da Rússia, na qual predominavam adubos e fertilizantes, acabou experimentando alta maior que a média das importações brasileiras. De 2019 para 2021, enquanto o desembolso total do país com compras externas avançou 18%, o das importações origem Rússia subiu 53,4%, indicam dados da Secex.

O impacto do descompasso entre oferta e demanda no demanda global ainda não tinha ficado totalmente para trás quando os russos invadiram a Ucrânia, em fevereiro de 2022. O primeiro grande impacto para o Brasil ficou claro já no decorrer do primeiro semestre daquele ano. De janeiro a abril de 2022 as compras brasileiras da Rússia subiram 89% contra iguais meses de 2021, colocando os russos como quinto maior fornecedor do Brasil. Em igual período do ano anterior os russos estavam na 12ª posição. Dependente da importação de adubos e fertilizantes, o Brasil antecipou compras desses insumos agrícolas num período em que os preços estavam altamente pressionados. Na época, adubos e fertilizantes representavam 70% do que os russos exportavam para o Brasil. Até então especialistas apontavam que a posição da Rússia entre os cinco maiores fornecedores não seria permanente, porque resultava de um cenário em que se misturavam efeitos da pandemia exacerbados pela invasão da Ucrânia pelos russos.

Novos tempos

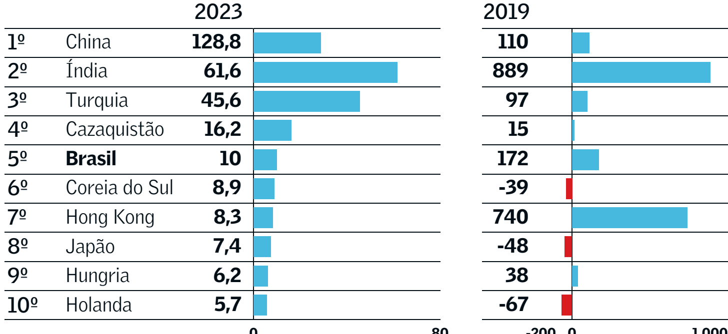
Brasil entra no grupo de principais importadores da Rússia

Posição do Brasil nas exportações russas, em US$ bi



Principais destinos das exportações russas em 2023, em US$ bilhões

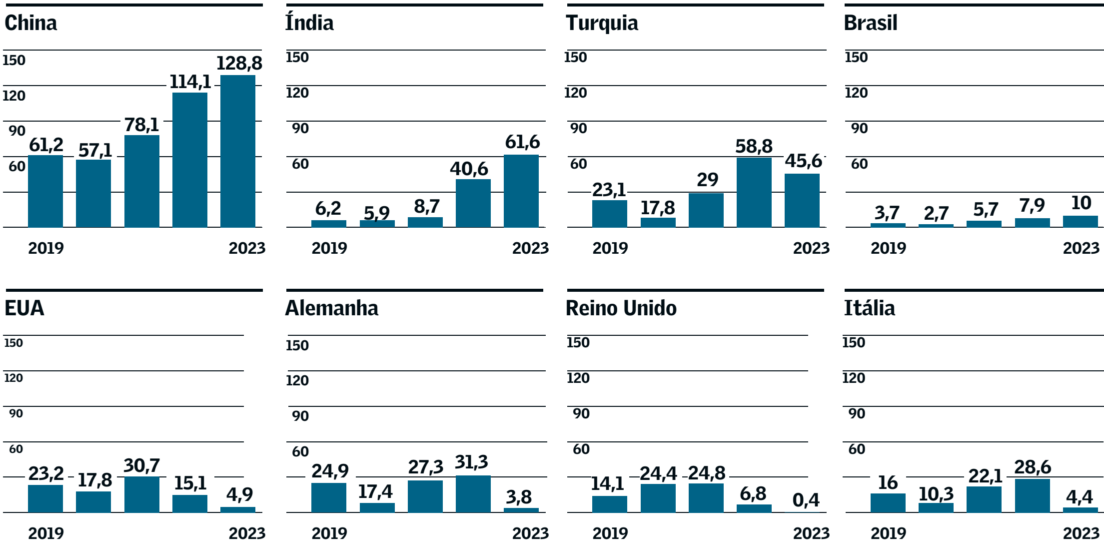
Variação ante 2019, em %



		2023	2019
1º	China	128,8	110
2º	Índia	61,6	889
3º	Turquia	45,6	97
4º	Cazaquistão	16,2	15
5º	**Brasil**	10	172
6º	Coreia do Sul	8,9	-39
7º	Hong Kong	8,3	740
8º	Japão	7,4	-48
9º	Hungria	6,2	38
10º	Holanda	5,7	-67

Mudança de rota

Exportação da Rússia por destino selecionado, em US$ bi



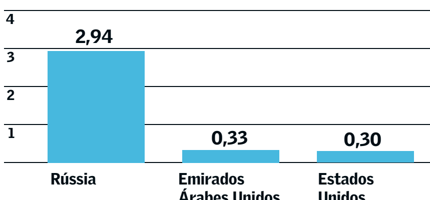
Os dez itens mais importados da Rússia

De janeiro a junho de cada ano - US$ milhões

	Produto	2024 US$ FOB	2023 US$ FOB	2022 US$ FOB	2021 US$ FOB	2020 US$ FOB	2019 US$ FOB
1º	Diesel e outro óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)	3.370,8	1.680,7	234,7	96,0	4,3	68,3
2º	Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)	1.506,6	1.874,5	3.270,2	1.203,6	792,4	928,4
3º	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço	147,7	58,6	0,0	256,0	16,6	44,3
4º	Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado	53,3	141,2	474,1	180,5	130,9	173,5
5º	Urânio, inclusive enriquecido, e outros materiais radioativos e associados	49,4	74,2	2,4	2,2	2,5	4,6
6º	Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados	43,3	9,1	17,3	10,8	4,9	0,7
7º	Trigo e centeio, não moídos	41,3	63,4	0,0	0,0	0,0	0,0
8º	Níquel	23,1	17,7	10,8	5,1	4,4	14,5
9º	Borrachas sintéticas	18,3	30,9	34,9	38,9	27,1	39,2
10º	Enxofre	10,4	13,4	37,9	12,4	6,3	45,2

Líder na exportação de diesel ao Brasil

Ranking dos principais fornecedores - US$ bilhões



Fontes: Comexstat e Trade Map

US$ 46,5 milhões foi a importação de urânio enriquecido de janeiro a junho de 2024

US$ 71,6 milhões foi a importação de urânio natural e enriquecido de janeiro a julho de 2023. Antes disso o Brasil havia importado urânio da Rússia em 1988

valor.com.br
Claudia Safatle excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Corrida às compras para socorrer vítimas da enchente no Sul impulsiona hiper e supermercados e leva setor a crescer 1,2% em maio

Auxílio ao RS puxa vendas, e alta do varejo surpreende

Marsílea Gombata e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

As vendas no varejo surpreenderam em maio, com a quinta alta mensal consecutiva e efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul localizados. A perspectiva é que a atividade no comércio continue forte nos próximos meses, especialmente para segmentos mais dependentes da renda. Em contraposição, os dependentes de crédito devem continuar a ter recuperação lenta, afirmam economistas.

O volume de vendas no varejo restrito subiu 1,2% em maio ante abril, na série com ajuste sazonal, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE nesta quinta-feira (11). A alta foi puxada principalmente por vendas de hiper e supermercados. Na mediana de estimativas coletadas pelo Valor Data, a previsão era de recuo de 0,5%.

Na comparação com maio de 2023, o varejo restrito avançou 8,1%. O ritmo de alta foi quase o dobro da mediana de consultorias e instituições, de aumento de 4,2%.

No varejo ampliado, que inclui as vendas de veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo, o volume de vendas subiu 0,8% na passagem entre abril e maio, quando a projeção de mercado era de queda de 0,6%.

Frente a maio de 2023, o volume de vendas do varejo ampliado subiu 5%, também acima da expectativa mediana, de alta de 1,8%.

Os dados de maio mostram um comércio "expressivo" em 2024, com cinco altas seguidas, sequência que não era observada desde 2020, na recuperação exatamente posterior aos primeiros meses da pandemia, comentou o gerente do IBGE Cristiano Santos, responsável pela PMC.

"É um resultado bastante forte do comércio varejista em 2024, com um acumulado de 5,6% nos cinco primeiros meses, enquanto o ano inteiro de 2023 foi de 1,7%. É bastante expressivo, e está em um crescente desde março", afirmou.

As taxas mensais de expansão do varejo ao longo de 2024 foram de 1,9% em janeiro, 1% em fevereiro, 0,3% em março, 0,9% em abril e 1,2% em maio. O crescimento dos últimos meses tem sido puxado pelos setores de supermercados e de artigos farmacêuticos.

Em maio, o varejo restrito renovou seu maior patamar da série histórica e teve alta em cinco das oito atividades. As taxas positivas foram em tecidos, vestuário e calçados (2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,6%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,2%), e livros, jornais, revistas e papelaria (0,2%).

Tiveram queda móveis e eletrodomésticos (-1,2%), combustíveis e lubrificantes (-2,5%), e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-8,5%).

Em maio, a receita nominal do varejo restrito subiu 1,3%, na comparação com abril. A do varejo ampliado avançou 1,7%.

Em maio, o segmento de hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo atingiu o maior nível da série histórica da pesquisa, em 2000.

Rio Grande do Sul

A corrida aos supermercados e as doações por causa das enchentes ajudaram o comércio do Rio Grande do Sul a crescer 1,8% das vendas do varejo restrito em maio, acima da média brasileira, de 1,2%. Já a receita teve alta de 1,2%, ante variação de 1,3% no Brasil.

> "Será um semestre que cresce, mas com taxas menores"
> *Isabela Tavares*

O resultado do varejo no Estado ficou muito acima do esperado, afirma Isabela Tavares, da Tendências Consultoria.

"Apesar da queda de 2,8% no ampliado no Estado, a alta do restrito mostra essa corrida a supermercados por itens de necessidade básica", afirma, ao lembrar que a expectativa era de queda no Rio Grande do Sul.

Daniel Arruda, economista da LCA Consultores, afirma que as vendas no varejo decorrentes do volume de doações para as regiões atingidas mais que compensaram as quedas vistas nessas áreas.

"O lado negativo ficou concentrado em veículos e peças, que têm grande peso no ampliado. O volume de vendas caiu 34,2% nesse segmento, em termos anuais, no Estado. Bem distante do dado nacional, de alta de 10,6%", diz.

No curto prazo, ele prevê que as vendas no varejo devem se beneficiar do mercado de trabalho aquecido e da reconstrução no Rio Grande do Sul. "Será um impulso positivo com a recomposição de estoques de bens, como móveis e eletrodomésticos que terão de ser comprados por famílias atingidas pelas chuvas", afirma.

Renda

Os fortes números do varejo ofuscam uma heterogeneidade, afirma Georgia Veloso, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

"Vemos que o varejo restrito, por exemplo, vem positivamente influenciado por alguns dos principais segmentos, aqueles mais associados à renda, como hiper e supermercados e artigos farmacêuticos", diz, ao citar a melhora do rendimento das famílias e a resiliência do mercado de trabalho, que acabam beneficiando atividades associadas à renda.

Mas os seguimentos associados ao crédito ainda não apresentaram uma recuperação sustentada, diz. "Tem havido muita oscilação nos últimos meses. E não uma recuperação homogênea", diz.

No varejo ampliado, o cenário é semelhante, diz Veloso. "Um fator que associávamos à recuperação do varejo de forma mais homogênea em 2024 seria essa queda continuada dos juros. A redução desse ciclo preocupa para os próximos meses, já que não há recuperação sustentada de atividades mais dependentes do crédito neste ano e o endividamento das famílias ainda ainda está alto", diz.

No segundo semestre, a perspectiva é de um varejo ainda forte, mas com sinais de desaceleração, afirma Tavares

"Ainda teremos um cenário parecido. Será um semestre que cresce, mas com taxas menores que no primeiro", diz. "Do lado positivo, o mercado de trabalho forte ajudará a manter níveis altos [de vendas no varejo]. Mas o cenário adiante também contempla maiores incertezas, com confiança do consumidor mais volátil e incerteza das condições financeiras."

Além da redução dos juros menos forte que o esperado antes, Tavares acrescenta maior incerteza no campo fiscal, pressionando os juros de mercado e a taxa de câmbio.

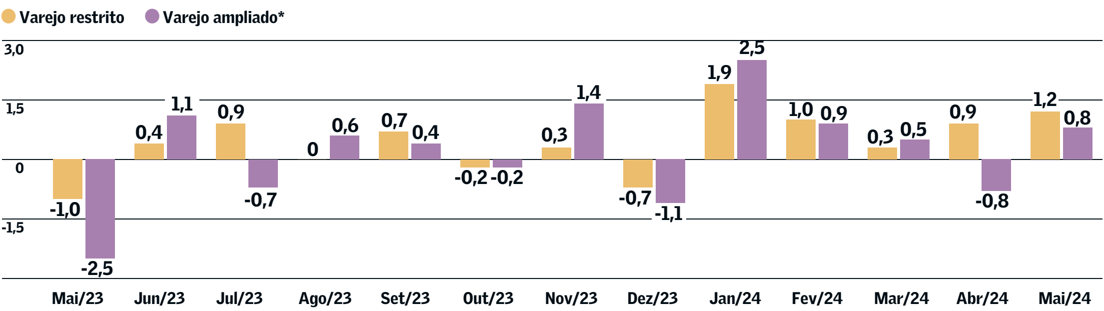
CAROL CARQUEJEIRO/VALOR



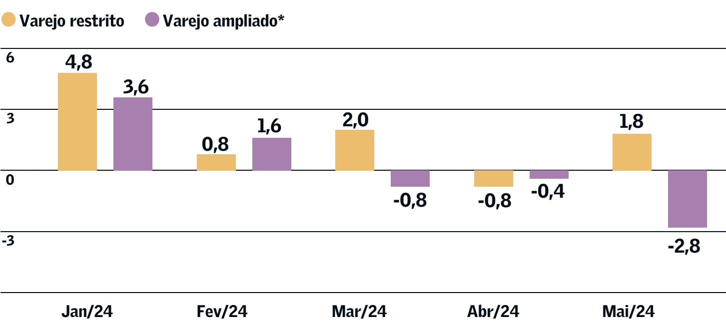
Daniel Arruda: mercado de trabalho aquecido e reconstrução do Rio Grande do Sul devem manter impulso nas vendas

Desempenho do varejo

Varejo restrito – que exclui veículos, material de construção e atacarejo – cresce há cinco meses seguidos



Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE * Varejo ampliado inclui as vendas de veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo

Enchentes
Corrida por mercados e doações estimularam vendas do comércio no Rio Grande do Sul em maio

Supermercados
Atividade de hipermercados e supermercados foi a que mais influenciou crescimento do varejo gaúcho

Brasil reforça na ONU compromisso com combate à fome e melhora da nutrição

De São Paulo

O Brasil se comprometeu a erradicar a fome, alcançar segurança alimentar e melhorar a nutrição da população perante organizações negras, durante o Fórum Político de Alto Nível 2024 (HLPF).

O Fórum começou dia 8 e vai até o dia 17, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Os três compromissos são metas que constam nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O evento tem como tema "Reforçando a Agenda 2030 e erradicando a pobreza em tempos de múltiplas crises".

O fórum se destina a revisar cinco ODS: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, ação contra a mudança global do clima, paz, justiça e instituições eficazes e parcerias para a implementação dos objetivos.

Durante o fórum, o Brasil apresenta seu Relatório Nacional Voluntária (VNR, sigla em inglês), pontuando os avanços, os retrocessos e desafios na década da ação da Agenda 2030.

O país aceitou recomendações feitas por organizações negras brasileiras — Geledés Instituto da Mulher Negra, Casa Sueli Carneiro, Coalizão Negra por Direitos, Criola, PerifaConnection, Vidas Negras com Deficiência Importam, Marcha das Mulheres de São Paulo e Alma Preta.

"Entre as recomendações está o enfrentamento ao racismo para a erradicação da pobreza", afirma Letícia Leobet, assessora internacional do Geledés.



Tributação Poderá se estabelecer hierarquia de medidas a serem adotadas para reduzir a alíquota

Fazenda e Senado já negociam gatilhos para garantir teto de 26,5% do novo IVA

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Rodrigo Pacheco: Senado já está em negociação com a Fazenda para estabelecer sequência de medidas que permitam manter a alíquota do IVA em 26,5%

Fernando Exman, Julia Lindner, Caetano Tonet e Lu Aiko Otta
De Brasília

Integrantes do Ministério da Fazenda e do Senado já negociam meios para garantir a efetividade do dispositivo incluído na regulamentação da reforma tributária do consumo para limitar em 26,5% a alíquota padrão. Sobre a mesa, está em discussão a criação de um programa que estabeleça uma hierarquia das medidas que poderão ser adotadas para reduzir a alíquota, caso ela ultrapasse o limite máximo. Segundo o **Valor** apurou, a ideia é incluir esse detalhamento no texto durante sua tramitação no Senado.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68, principal proposta de regulamentação da reforma tributária do consumo, foi aprovada na noite da quarta-feira (10) pela Câmara dos Deputados. Conforme o **Valor** antecipou na véspera, os deputados incluíram no texto um instrumento para limitar em 26,5% a alíquota padrão, na soma da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A iniciativa ocorreu diante do aumento de exceções, com o objetivo de evitar que elas acabem elevando a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). No entanto, parlamentares, integrantes do Executivo e especialistas ponderaram que não ficou suficientemente claro como essa trava funcionaria na prática.

Dessa forma, interlocutores da equipe econômica já entraram em contato com senadores para estabelecer um programa que estabeleça responsabilidades e um cronograma de ações. O primeiro mecanismo seria um comando para que o governo reduza o número de exceções à tributação geral. Em seguida, viriam outras providências como cortar as excepcionalidades de forma linear e a elevação da tributação sobre a renda para compensar o tributo sobre consumo. Ou ainda, uma combinação dessas medidas. Os detalhes ainda estão sendo trabalhados.

Numa primeira sondagem, a ideia foi apresentada à cúpula da Casa Legislativa presidida pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo fontes, houve boa receptividade.

Os negociadores têm argumentado que o teto da alíquota precisa ser amparado por um conjunto de "gatilhos" que permitam seu cumprimento. É uma lógica parecida com a do arcabouço fiscal, em que a meta fiscal é sustentada por uma "escadinha" de restrições às despesas, em caso de descumprimento. Na sugestão apresentada pelo Executivo, a própria superação do limite de 26,5% poderia ser um "gatilho" para disparar as revisões das excepcionalidades da reforma tributária que, de outra forma, serão feitas a cada cinco anos.

Dessa forma, as medidas para garantir que a alíquota do IVA não supere o patamar estipulado seriam acionadas de forma automática. A versão aprovada pelos deputados prevê apenas que, em caso de estouro do teto, o governo envie um projeto de lei complementar para revisar a lista de exceções. No entanto, não impõe nenhum tipo de sanção caso o texto não seja aprovado, o que abre espaço para que a regra não seja cumprida na prática.

> Objetivo de manter a neutralidade da carga tributária será mantido
> *Eduardo Braga*

Esse mecanismo não estava inicialmente no radar do governo e da cúpula do Congresso, mas foi uma saída política para incluir as proteínas na cesta básica com alíquota zero. A desoneração das carnes vinha enfrentando resistências porque, em tese, provocaria uma elevação de 0,53 ponto percentual na alíquota-padrão, estimada em 26,5% sem considerar essa exceção.

O aumento aconteceria porque a reforma tem como premissa manter a arrecadação atual. Assim, reduzir a tributação de produtos como proteína animal, queijos e medicamentos, como fez a Câmara dos Deputados, teria como consequência o aumento da alíquota-padrão cobrada sobre os demais produtos.

Segundo parlamentares aliados que defenderam a inclusão das proteínas na cesta básica, a contradição entre aumento da lista de exceções e o teto da alíquota poderia ser amenizada com ganhos de eficiência no combate à sonegação, à inadimplência e à judicialização na cobrança dos tributos. Esse ganho pode ocorrer, disse fonte da área técnica, mas vai depender de como ficará estruturada a cobrança do IBS e da CBS.

A ambição do governo é ter um sistema na ponta tecnológica, a exemplo de como são hoje os serviços bancários no Brasil. Isso daria eficiência à arrecadação e faria da tributação sobre o consumo no país a mais moderna do mundo.

As articulações em torno dessas mudanças serão feitas ao mesmo tempo em que a Fazenda dará tração à próxima etapa: a tributação sobre a renda. O tema vem sendo estudado pela área técnica desde o ano passado, mas a proposta começará a ser formatada a partir de agosto. O plano é enviá-la ao Congresso no final deste ano, após as eleições, para discuti-la no primeiro semestre de 2025.

Tão logo foi confirmado oficialmente na relatoria do projeto de regulamentação, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) sinalizou a jornalistas que manterá neste caso o objetivo de garantir a neutralidade da carga tributária. Ele também foi o relator da proposta de emenda constitucional (PEC) que estabeleceu a reforma tributária.

A expectativa é que a matéria passe pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário do Senado. Como o projeto de lei complementar deve ser alterado por Braga e eventuais emendas de outros senadores, a tendência é que a proposta ainda retorne para a Câmara dos Deputados neste ano. A intenção do governo é concluir a aprovação dessa parte da regulamentação da reforma tributária do consumo até dezembro. Em paralelo, a Câmara ainda debate o projeto do comitê-gestor do novo IBS.

Estrutura da reforma sobrevive, mas teto gera dúvidas

De São Paulo e Brasília

Aspectos centrais das mudanças na tributação sobre o consumo saíram ilesos no projeto de lei (PL) de regulamentação da reforma aprovado esta semana na Câmara, mas especialistas têm dúvidas sobre o teto instituído para a alíquota de referência do IVA .

Para alguns, o dispositivo pode entrar em conflito com a Emenda Constitucional da reforma tributária, aprovada no ano passado. O problema, ressaltam, não recai sobre a ideia de estabelecer um teto para o novo imposto, mas sobre o mecanismo para realizar o ajuste.

A EC institui uma avaliação quinquenal de custo-benefício para os "regimes diferenciados", "podendo a lei fixar regime de transição para a alíquota padrão", diz o texto. Ou seja, um setor não poderia ser retirado ou ter redução da alíquota apenas para satisfazer a regra dos 26,5%, diz Thais Shingai, pesquisadora do Núcleo de Tributação do Insper e sócia da Mannrich e Vasconcelos Advogados.

"Se a ideia é avaliar o custo-benefício, esta é uma análise de qualidade: ou ele se justifica ou não. Alterar o porcentual para obedecer o teto me parece ser atender a outra demanda", diz o economista Sergio Gobetti.

Economistas salientam ainda que o próprio patamar de 26,5%, estimado pelo governo e indicado como teto, é um ponto intermediário, podendo variar entre 25,7% e 27,3%, a depender de questões ainda a serem observadas, como evasão fiscal e sonegação, e outros detalhes técnicos.

Fixar em lei os 26,5%, diz Gobetti, pode trazer problemas futuros. "Imagina se a alíquota for, na prática, 26%? Toda essa discussão não serviu de nada. Agora, se a alíquota vier a ser 28%, por exemplo, seja porque as exceções foram muitas, seja porque a expectativa de queda da sonegação não se materializou, o que vai acontecer? Vão mexer em todas as exceções, mudar todos os redutores?", questiona.

Economistas estimam que o PL saiu da Câmara com uma alíquota de referência entre 26,9% e 27,3%.

Os sinais que surgem no Senado de que líderes querem retirar o pedido de urgência na tramitação na Casa podem indicar que os senadores querem olhar melhor para essa alíquota, diz Bráulio Borges, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) e economista-sênior da LCA Consultores. "Vão querer avaliar isso com mais calma para, provavelmente, trazer de volta a 26,5%."

Na sua avaliação, o teto de 26,5% aprovado na Câmara também é "um pouco redundante", porque a EC já previa que os novos tributos deveriam manter a arrecadação, como proporção do PIB, igual à média de 2012 a 2021 dos impostos substituídos. Por isso, Borges diz compreender a decisão como "um aspecto mais político".

Para Thaís Zara, também da LCA, o teto para a alíquota de referência é o ponto mais controverso do projeto, mas os pilares iniciais da reforma, de modo geral, foram mantidos. "O novo sistema contará com base tributária ampla e será não cumulativo, além de trazer uniformização da legislação, com simplificação do sistema", diz.

Tércio Chiavassa, sócio e coordenador da área tributária do escritório Pinheiro Neto Advogados, ressalta ajustes importantes no PL e considera a trava de 26,5% "positiva e altamente educativa". "Será possível até verificar se os 26,5% são ideias ou se a alíquota total poderá ser ainda menor. Isso terá de ser fiscalizado pelos contribuintes e cobrado. Será uma nova forma de exercer a cidadania", afirma.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Bráulio Borges: abragência de IS não avança e gera frustração

Ainda que caibam melhorias, o PL saiu da Câmara até melhor do que o esperado, diante das pressões que enfrentou, afirma Eduardo Fleury, economista e tributarista, sócio do FCR Law. Mudanças que afetassem a estrutura do projeto e o número de exceções poderiam "estragar" a reforma, mas, na avaliação de Fleury, não foi o caso.

O que pode ajudar famílias de renda baixa a terem acesso a mais produtos é o sistema de "cashback", diz Fleury. "Se elas pagarem o imposto, vão receber o dinheiro de volta. É muito mais eficiente e justo. A alíquota zero e os benefícios fiscais são apenas parcialmente repassados ao preço, enquanto o 'cashback' vira benefício efetivo." Fleury reconhece, no entanto, que "no fim do dia, era muito difícil não colocar a questão da proteína na alíquota zero por uma questão política".

Borges, do FGV Ibre, se diz "frustrado" por o Imposto Seletivo (IS) não ter tido sua abrangência ampliada na Câmara para incluir alimentos processados e ultraprocessados, armas e munições e uma "carbon tax", isto é, taxação sobre combustível de origem fóssil.

"Na prática, não mudou quase nada do IS em relação à proposta original do governo, mas acho que a gente está perdendo uma oportunidade, inclusive de o IS reduzir de maneira mais efetiva a alíquota de IBS e CBS", afirma. "Ninguém quer ficar no Imposto Seletivo e todo mundo quer ficar na cesta básica ou com alíquota reduzida." Ainda assim, Borges observa que as alíquotas que serão aplicadas aos itens no IS ainda serão definidas em lei ordinária. "Isso afeta o cálculo da alíquota de referência. Se aumentarmos a alíquota sobre cigarro e bebida alcoólica, por exemplo, em relação a o que já é praticado hoje, a alíquota de referência pode cair", afirma.

O estabelecimento de uma alíquota máxima de 26,5% para o IVA é uma medida considerada constitucional por especialistas. Porém, eventuais ajustes que forem feitos nesse percentual, afirmam eles, têm grandes chances de levar contribuintes ou mesmo entes federativos (Estados, municípios) que se sentirem prejudicados a questionar essa espécie de "trava" na Justiça.

Segundo Eduardo Szazi, do Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, a alíquota máxima é constitucional. Isso porque o artigo 150, inciso I, da Constituição Federal prevê que cabe à lei autorizar a majoração de tributos. "Dado que cabe à lei autorizar o aumento, pode fixar um limite", diz.

No atual sistema tributário nacional já existem alíquotas teto, conforme lembra o advogado Igor Nascimento de Souza, sócio fundador do escritório SouzaOkawa. "Tributos extrafiscais como Imposto sobre Produto Industrializado e Imposto de Importação (II), por exemplo, podem ser alterados dentro de uma faixa de alíquotas", afirma.

Souza também afirma que, até hoje, a determinação de alíquota máxima nunca foi contestada ou anulada pelo Judiciário. "Entendo que não fere a constitucionalidade nem a legalidade", defende.

O fundamento da trava de 26,5% estaria no artigo 9º da Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma tributária, de acordo com Gustavo Brigagão, sócio do Brigadão Duque Estrada Advogados. Esse dispositivo prevê que os regimes diferenciados serão submetidos à avaliação quinquenal de custo-benefício. Permite também à lei fixar regime de transição para a alíquota padrão, "garantidos os ajustes nas alíquotas de referência". Contudo, diz ele, essas condições não constam no projeto de lei aprovado na quarta-feira, pela Câmara dos Deputados, para a regulamentação da reforma.

Por causa disso, para Brigagão, em uma primeira análise, "parece que, na forma como foi posta, essa trava não encontra amparo na Constituição Federal".

O advogado André Melo, sócio da área tributária do Cescon Barrieu, explica que a Emenda Constitucional 132 delegou à lei complementar estabelecer as profissões liberais, os bens e os serviços sujeitos à redução de alíquota. Mas ele afirma que a criação de alíquotas diferenciadas, sem fundamento, pode ser questionada do ponto de vista constitucional.

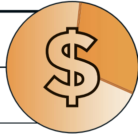
Para o advogado Luiz Roberto Peroba, sócio da área tributária do Pinheiro Neto Advogados, também pode haver questionamento judicial por violação da autonomia dos entes federativos, o que é garantido pela Constituição. "Já temos a Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de regular o orçamento público. Não me parece que uma lei tributária complementar deveria entrar nesse tema de orçamento sem, no mínimo, um prévio fundamento constitucional", diz.

Do ponto de vista prático, segundo Peroba, a possibilidade de efetivação da trava parece pequena. "Esta medida não é nada comum em outros países porque o tema está muito mais afeito à questão orçamentária do que tributária", afirma. "Se o governo não cumpre o orçamento, deveria fazer correções nos gastos, e não criar trava para a alíquota". ***(Anaïs Fernandes, Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata, Laura Ignacio, Adriana Aguiar e Beatriz Olivon)***

Tributação Especialistas dizem que impacto na inflação pode ser gradual; benefício para produtos mais caros também recebe críticas

Preço da carne pode demorar a cair, mesmo com inclusão na cesta básica

Reforma Tributária



Nayara Figueiredo
De São Paulo

A inclusão das carnes na cesta básica desonerada, no projeto de regulamentação da reforma tributária, pode reduzir os preços da proteína ao consumidor final, mas não de imediato. Analistas ouvidos pelo **Valor** acreditam que, se vier, o efeito para a inflação será gradativo.

O fato de a isenção ser linear também levou a críticas, porque favorece indistintamente todos os consumidores, inclusive os que compram produtos mais caros.

Thais Zara, economista da LCA Consultores, afirmou que o ideal seria deixar [a carne] de fora ou na lista de alíquota reduzida, e fazer o cashback para os mais pobres. "O bom, economicamente falando, seria ter uma alíquota geral menor e, ao mesmo tempo, um mínimo possível de produtos dentro de alíquotas reduzidas ou zero, e fazer o cashback para os mais pobres".

A inclusão das carnes "não é uma coisa que mata o projeto", diz o economista Eduardo Fleury, ainda que isso não se justifique do ponto de vista da distribuição de renda, pondera. "Achar que a população de renda mais baixa vai comprar picanha por causa disso é um pouco enganoso. Estarão dando esse dinheiro não recolhido para classes mais altas", afirma ele.

No sistema tributário atual, as carnes já são isentas de tributos federais, lembra a economista-chefe de Brasil na Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro. As carnes são tributadas apenas pelo ICMS, que varia de 7% a 15% entre os Estados.

"A isenção de tributos da reforma tributária sobre carne daria impacto entre 0,25 a 0,30 ponto percentual, considerando o atual peso de carnes no IPCA. Mas a transição dos tributos atuais para a nova forma de tributação de consumo se inicia em 2026."

André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), disse que, via de regra, toda redução de imposto pode ajudar a baratear o preço de um determinado produto, mas ele ressalta que há outros efeitos que podem influenciar nos preços no futuro.

Atualmente, fundamentos da cadeia da carne estão contribuindo para que os valores da proteína estejam em baixa, como o ciclo de alta oferta de gado na pecuária, consequente aumento na oferta de carne e queda nos custos com ração animal, dado os baixos preços de milho e farelo de soja — insumos cujos valores recuaram em meio à maior disponibilidade global.

"Eu acho que só daqui a um ano a gente vai ter condição de saber o quanto o consumidor vai ser beneficiado por essa redução de imposto. Ela não vai acontecer da noite para o dia, vai levar um tempo ainda. E vai ser difícil filtrar exatamente a razão da queda da carne, com outros fenômenos acontecendo em paralelo", explicou.

Por outro lado, Braz destacou que há também a possibilidade de alta nos preços da carne motivada pelo aumento nas exportações, visto que a valorização do dólar está tornando o produto brasileiro competitivo.

Já Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, avaliou que é impossível ter a garantia de que os preços da carne vão cair. "O produtor pode se apropriar dos ganhos da isenção, aumentando seus resultados e lucros, e não necessariamente repassar ao consumidor o ganho com a isenção", afirmou ele, ex-secretário da Fazenda paulista.

Para Salto, a garantia de um efeito direto para o consumidor de baixa renda viria com o repasse no valor do imposto, por meio do chamado cashback, ou pelo aumento da transferência de renda, "que é o mais eficiente".

Representante dos frigoríficos de aves e suínos, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) defendeu que a aprovação da inclusão das carnes na cesta básica evita altas futuras de preço diante do provável acréscimo de custos tributários que ocorreriam em uma eventual inclusão destas proteínas em outras modalidades de contribuição da reforma tributária.

> "Quando há benesse para um setor, todos os outros pagam a conta"
> *Felipe Salto*

Tomando por base de cálculo o quilo de cortes de carne de frango no Estado de São Paulo, a associação estima que, caso a proteína estivesse fora da cesta básica, haveria uma elevação imediata de preços finais da indústria superior a 10%, como repasse da nova tributação.

"Isso evitará os aumentos que deveriam ocorrer ao longo do processo de transição dos sistemas que começarão em 2028 e terminarão em 2033", afirmou a associação, em nota.

O setor de lácteos também comemorou a inclusão do queijo na cesta desonerada. "Mostra-se fundamental os produtos lácteos estarem na cesta básica nacional, e não somente o leite. Há que se lembrar que esses alimentos também são fonte de proteína animal para a população", disse a Associação Brasileira de Laticínios (Viva Lácteos), em nota. A organização criticou a ausência de outros produtos lácteos e quer ajustes no texto.

Fora os efeitos para o setor de proteínas, há ainda o impacto para outros segmentos. "Quando você concede uma benesse como essa para um setor específico, todos os outros pagam a conta. A alíquota geral do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) terá de ser mais elevada, onerando toda a sociedade", pontuou Salto. ***(Colaboraram Cleyton Vilarino e Marsílea Gombata)***

FMI reafirma previsão de crescimento potencial para o Brasil de 2,5%

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) eleva a estimativa do crescimento potencial do Brasil de 2% para 2,5% e recomenda esforço fiscal sustentado e mais ambicioso para reduzir a dívida como proporção do PIB, no novo relatório anual sobre a economia do país, a consulta do Artigo IV de 2024.

No documento, o Fundo diz que a melhora da projeção de expansão de médio prazo se deve aos ganhos de eficiência com a reforma tributária e ao aumento da produção de petróleo. A versão final corrobora a elevação da estimativa de crescimento potencial publicada em 28 de maio.

Segundo o relatório, os representantes do órgão "expressaram satisfação" com a reforma tributária e ressaltaram que a mudança deve impulsionar a produtividade, gerar empregos formais e melhorar a equidade tributária.

O FMI, porém, entende ser necessária uma consolidação fiscal mais "ambiciosa". Segundo o relatório, "muitos diretores incentivaram as autoridades a buscar um esforço fiscal sustentado e mais ambicioso que posicionasse a dívida pública em uma trajetória firmemente descendente e abrisse espaço para investimentos prioritários".

"Um quadro fiscal reforçado, com uma forte âncora fiscal de médio prazo, fortaleceria a credibilidade e a sustentabilidade", diz o texto. O Fundo cita ainda, dentro do esforço de redução da dívida em relação ao PIB, a necessidade de se ampliar a base tributária, racionalizar gastos tributários ineficientes, combater a rigidez orçamentária e aumentar a eficiência dos programas sociais.

O documento reconhece a resiliência demonstrada pela economia brasileira nos últimos dois anos, período no qual a inflação recuou para o intervalo de tolerância da meta do Banco Central e o crescimento do PIB, de 2,9% em 2023, "foi consideravelmente superior ao projetado no início do ano".

Na visão do órgão internacional, o crescimento econômico mais forte ocorreu "graças aos níveis recordes da colheita agrícola e da produção de hidrocarbonetos e à resiliência do setor de serviços". Segundo o Fundo, "o consumo foi vigoroso, em meio a um mercado de trabalho forte e a um estímulo fiscal significativo".

O relatório projeta desaceleração do crescimento em 2024, para 2,1%. Os técnicos indicaram ver efeitos da política monetária ainda restritiva e da calamidade das enchentes no Rio Grande do Sul. Por outro lado, o avanço da atividade ganha sustentação na redução do déficit fiscal e na normalização da produção agrícola.

O aumento de 0,5 ponto no crescimento potencial de médio prazo também reflete as questões relacionadas à transição energética. "O investimento em oportunidades de crescimento verde pode elevar ainda mais o potencial econômico", diz o Fundo. O FMI prevê que a inflação volte à meta de 3% no primeiro semestre de 2026.

Em relação aos riscos, o FMI vê uma inclinação "um pouco para baixo" em termos de perspectivas de crescimento, "enquanto a incerteza permanece". Os técnicos ressaltam questões, no exterior, como possíveis falhas na calibragem da política monetária nas principais economias, volatilidade dos preços das commodities e instabilidade financeira mundial. No mercado doméstico, os riscos ao crescimento incluem rupturas nas cadeias de fornecimento decorrentes da calamidade das enchentes deste ano.

Especialistas explicam mudanças e apontam pontos positivos e negativos

Adriana Aguillar
Para o **Valor**, de São Paulo

Especialistas da área tributária, consultados pelo **Valor**, disseram que a aprovação do texto base da reforma tributária, na quarta-feira (11), pela Câmara dos Deputados, coloca o Brasil em novo patamar ao permitir que o consumidor veja a nota fiscal com a indicação do imposto pago, algo que só existe lá fora. Além disso, ressaltaram a importância da não cumulatividade em cadeia em diferentes setores e, consequente, redução dos custos. Outra grande novidade para o Brasil é o cashback, já aplicado no mundo todo, com grande potencial redistributivo, mais eficaz do que alíquota zerada para atingir as famílias carentes.

Os especialistas criticaram a alíquota zerada para produtos mais caros, como carne e queijo e demais itens da cesta básica, consumidos em maior volume pelas famílias de maior poder aquisitivo que deveriam pagar os impostos desses produtos.

Unânime foi a crítica ao Imposto Seletivo. Para o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), Gilberto Luiz do Amaral, a criação do Imposto Seletivo é uma recriação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com seletividade para fins de política pública. Lina Santin, coordenadora do NEF/FGV, avalia que o imposto seletivo está se tornando um instrumento exclusivamente arrecadatório, com pouca efetividade, após a análise do texto aprovado pelos deputados.

Veja a seguir os principais pontos após a votação na Câmara:

Pontos positivos

Visualização do imposto na nota — Com o IVA aprovado, o consumidor que paga R$ 100, terá discriminado o valor do imposto de R$ 26,50. "É uma transparência revolucionária para o Brasil. Hoje, quando se compra um produto, a carga tributária dele é estimada e ninguém sabe quanto pagou de imposto, explica a consultora internacional, especialista em IVA e pesquisadora do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF)/ FGV, Melina Rocha. A transparência com o IVA insere o Brasil em um seleto grupo de 175 países com um imposto único, conhecido internacionalmente como transparente."

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR



> Imposto seletivo está se tornando só um instrumento arrecadatório
> *Lina Santin*

Não cumulatividade — O texto prevê a devolução de impostos pagos mais de uma vez como crédito. Isso permitirá baixar o preço dos produtos apenas pelo fato de não haver cumulatividade na cadeia. Haverá um impacto econômico relevante em todos os setores, segundo Melina Rocha.

Cashback — O potencial redistributivo do cashback para as famílias inscritas no Cadastro Único, é muito maior do que qualquer alíquota zero ou redução de alíquota, afirma a consultora internacional Melina Rocha. Segundo ela, o mundo está sendo adotado o cashback como sistema mais eficaz para as famílias pobres.

Alíquota travada em 26,5% — Gilberto Luiz do Amaral, explica que alguns setores – confecções, calçados, eletroeletrônicos, combustíveis, tem alíquota superior aos 26,5%. "O mais importante é a alíquota máxima de 26,5% para segurar a vontade do executivo de aumentar a alíquota", diz.

Pontos negativos

Imposto Seletivo — Idealizado para desestimular o consumo de itens nocivos à saúde e ao meio ambiente, o imposto está sendo usado de forma arrecadatória, gerando várias distorções, na avaliação de todos especialistas consultados. Segundo Amaral, a criação do Imposto Seletivo é uma recriação do IPI, com seletividade para fins de política pública. Lina Santin avalia que o imposto seletivo está se tornando um instrumento exclusivamente arrecadatório, com pouca efetividade, quando não é acompanhado de política pública, de conscientização à saúde e ao meio ambiente. "Não adianta tributar se você não tiver também uma política pública de saúde, de conscientização. O imposto mexe em um lado, mas ele não muda comportamento", afirma.

Alíquota zero para carne, queijo e demais itens — Em geral, produtos mais caros, como carne e queijo, até mesmo medicamentos, são consumidos em maior volume por mais por famílias mais ricas que deveriam pagar o imposto, mas terão alíquota zero, segundo o texto da reforma tributária, aprovado na Câmara. "O sistema de cashback para carne e queijo seria mais eficaz porque é uma desoneração só para famílias cadastradas pelo governo. O ideal seria limitar as alíquotas reduzidas, principalmente, da cesta básica e aplicar cashback elevado para haver efeito redistributivo maior para a família pobre", explica a consultora internacional, Melina Rocha.

Longo tempo de transição aprovado na reforma — Amaral alerta para os custos do período de transição do sistema tributário que vai de 2026 a 2032. "Foi errado planejar um período tão longo para a transição", diz. Para ele, os custos dessa transação serão computados nos preços finais dos produtos por se tratar de uma adequação complexa.

INÊS 249

Conjuntura Economia criativa é responsável por 3,11% do PIB do país, cresceu 4% em 2023 e emprega cerca de 7,5 milhões de pessoas

Distribuir renda da cultura é desafio do Brasil no G20



Helena Carnieri
Para o **Valor**, de Curitiba

Parece promissor dizer que a economia criativa é responsável por 3,11% do PIB brasileiro, cresceu 4% em 2023 e emprega cerca de 7,5 milhões de pessoas — mas como essa renda chega até a ponta de quem vive disso, em meio a perfis profissionais tão diversos?

Quando se pensa no contexto dos países integrantes do G20, a diversidade é ainda maior — mas existem questões comuns que o diálogo busca potencializar.

Na presidência brasileira, que se iniciou em dezembro de 2023, o foco é o combate à pobreza e à fome. Os debates voltados à cultura já ocorreram em dois encontros e culminam com a cúpula de ministros dia 8 de novembro, em Salvador, de onde sairá um documento com recomendações dos países. "Em cada tema, destacamos a cultura como geradora de emprego e oportunidades, a diversidade cultural como um direito humano essencial e a importância dos conhecimentos tradicionais e do multilinguismo na preservação da cultura e da memória", disse ao **Valor** a ministra da Cultura, Margareth Menezes.

Enquanto o Brasil lança dia 7 de agosto sua Política Nacional de Economia Criativa, a Índia trouxe aos encontros medidas legislativas para reduzir as desigualdades no país e o Japão destacou sua tecnologia de arquivamento digital, para citar alguns exemplos.

Esse compartilhamento de experiências de fomento cultural entre os países do G20 já gera algumas promessas de investimento bilateral. Em junho, o Brasil enviou missão diplomática à Coreia do Sul e China voltada ao setor de audiovisual. Voltou com boas notícias: os coreanos poderão apoiar um festival de cinema brasileiro em seu país e até instalar um escritório no Brasil de promoção de conteúdo K-Culture. E os chineses acenam com um possível apoio a coproduções com o Brasil e estimular cineastas e distribuidores a participar de festivais.

Entre os principais debates do grupo de trabalho estão proteção e preservação do patrimônio cultural e o combate ao tráfico ilícito; tecnologia e inovação, como na digitalização do patrimônio cultural; e cooperação internacional por meio de parcerias e intercâmbios.

Para quem milita nas artes no Brasil, o principal tema deveria ser as leis de incentivo. Estudo da Fundação Getúlio Vargas dá conta de que, para cada real investido por meio da Lei Paulo Gustavo, R$ 6,51 retornaram na forma de movimentação econômica. A lei Paulo Gustavo visa a oferecer oportunidade de emprego e renda para artistas, produtores e outros trabalhadores culturais.

Ainda assim, a oportunidade poderia ser mais bem aproveitada. "O setor cultural brasileiro permanece aprisionado à lógica dos editais, com poucas possibilidades de financiamentos de suas produções artísticas", diz o crítico de arte Ruy Filho.

Uma solução poderia ser tornar as leis de fomento uma espécie de capital semente, que fosse um início de trajetória, não um fim em si mesmo, pondera Luiz Gustavo Barbosa, economista e professor da FGV.

De acordo com a ministra, está em curso uma pesquisa com a FGV para quantificar o impacto econômico e social de leis como Paulo Gustavo e Aldir Blanc (de auxílio financeiro à cultura, com repasses de verbas federais a Estados, municípios e Distrito Federal). "Ela visa estruturar nossas políticas culturais para maximizar seu impacto econômico, humano e social, alinhando-nos com estudos internacionais", afirma.

Enquanto isso, o setor privado oferece ferramentas como a "calculadora cultural", plataforma digital criada pela Garimpo de Soluções e Asas Arte e Tecnologia, para que os próprios agentes culturais possam avaliar o impacto econômico de seus projetos, de forma gratuita e sigilosa — números que podem ajudar a conquistar patrocinadores. A fundadora da Garimpo, a economista Ana Carla Fonseca, consultora e palestrante em economia criativa em 34 países, defende a importância da geração de dados de forma contínua a fim de avaliar o perfil e a evolução do setor. "Senão, ficamos reféns de números gerais e subestimados, pois sabemos que a informalidade nos setores culturais é maior", comenta.

> Após incêndio no Museu Nacional, em 2018, país passou a investir em conservação

Ela destaca ainda o trabalho de instituições como o Sebrae junto a artesãs, como as do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. "Foi a atividade do artesanato que impulsionou a transformação do território, a geração de recursos, o acesso a pavimentação, eletricidade, água, e o retorno de jovens que haviam migrado para ajudar nessa cadeia de produção", salienta.

Ela menciona a importância da presença do poder público no plano cultural: "o soft power da cultura é uma realidade desde o século 19 em países como a França e a Inglaterra. Hoje, vemos como China, Coreia do Sul e Indonésia apostam em produtos culturais para se reposicionarem no mundo. No Brasil, há muita margem para a implementação de uma estratégia de forma mais articulada", sugere a consultora.

Parece natural que o mundo olhe com desconfiança para a salvaguarda de patrimônios no país que viu arder seu Museu Nacional em 2018, com a perda de mais de 15 milhões de itens históricos. O equipamento agora contra com fachada recuperada e previsão de reinauguração para 2026. Desde o incêndio do Museu Nacional, o país passou a investir em treinamento de profissionais para cuidar melhor de suas riquezas.

Além de conhecer a intrincada legislação referente ao tombamento e proteção desses objetos e lugares, quem se dispõe a trabalhar na área precisa de muito conhecimento técnico. Essa é a missão de Giceli Portela, que capacita arquitetos para o restauro e conservação de bens de patrimônio histórico e cultural. Por meio de um intercâmbio entre a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e a Escola de Paris Bellevue, um grupo de 15 alunos, dois professores franceses e cinco professores brasileiros, passaram dez dias em Antonina, Paraná, para um projeto de restauro e capacitação, num projeto que vai até novembro. "É um projeto longo, minucioso, que tem como objetivo deixar um método do trabalho de conservação e de restauro do patrimônio histórico para os arquitetos do Paraná", afirma a consultora. Os cinco projetos voltados para essa cidade histórica do litoral paranaense serão finalizados na França.

TARCISIO BOQUADY/MINC


Margareth Menezes: "Destacamos a cultura como geradora de emprego"

País tem destaque em digitalização de acervos

Para o **Valor**, de Curitiba

Pode surpreender, mas o Brasil se destaca mundialmente pela transformação digital, com destaque para os serviços online prestados à população pelo setor público. Está inclusive à frente de países ricos do G20, como França e Alemanha, culturalmente mais apegados a acervos físicos.

O uso de tecnologias de digitalização é fundamental no projeto de resgate histórico encabeçado pelo vice-presidente da Associação Internacional de Germanística, Paulo Astor Soethe. Usando procedimentos e tecnologias de captura de imagens e reconhecimento ótico de layout e caracteres (OCR/OLR), ele e seu grupo estão digitalizando o que resta dos cerca de 1,3 milhão de páginas de jornais em alemão produzidos e publicados no Brasil entre 1852 e 1940.

O projeto tem apoio das universidades federais do Paraná e Fluminense e de entidades alemãs como a Fundação Alexander von Humboldt e Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa (DFG).

A ideia é reunir o material todo para permitir a leitura automática com recursos de inteligência artificial e organizá-lo para a consulta por pesquisadores e população.

Vários álbuns já estão disponíveis na página do projeto (https://lemmbraalemao.ufpr.br/). "Esse material é de grande interesse, seja para historiadores ou alguém que deseja verificar se algum familiar foi mencionado no jornal no século passado, ou saber das manifestações de determinado intelectual de língua alemã da época sobre a abolição, por exemplo, bem como ler os romances de folhetim ou a programação cultural de então", explica Soethe.

Sem esse esforço de preservação digital, jornais e documentos que estavam no Museu Histórico de São Leopoldo ou arquivos de Porto Alegre e outras cidades poderiam ter sido perdidos nas enchentes de maio deste ano.

A digitalização de acervos alcança 35% das 3.917 entidades cadastradas na plataforma do Instituto Brasileiro de Museus. Outras instituições, como o Museu Histórico Nacional, oferecem ferramentas de realidade aumentada. "Essas tecnologias não só promovem o acesso ao patrimônio cultural, mas também são ferramentas eficazes para prevenir a exportação e importação ilegais de bens culturais, garantindo maior controle e preservação dos acervos", explica a ministra Margareth Menezes. *(HC)*

Trocas entre vários países fomenta o setor

Para o **Valor**, de Curitiba

Por meio do Instituto Guimarães Rosa, ligado ao Ministério das Relações Exteriores, o Brasil busca promover sua cultura no exterior. Outro exemplo é o Programa de Intercâmbio Cultural, que levou 257 agentes culturais para 19 países e 15 Estados brasileiros desde o ano passado. Os recursos, R$ 2,5 milhões, foram usados em deslocamento, permanência e participação de festivais, feiras e simpósios.

Muitos artistas encontram nesses intercâmbios e parcerias o caminho artístico que dá identidade aos seus grupos, algo que Maíra Lour, diretora artística da Súbita Companhia de Teatro, de Curitiba, sempre buscou. Ao participar de residências e encontros fora do país, seja de forma particular ou por meio de programas de incentivo, ela conheceu gente como o bailarino argentino Iván Haidar, que participa da montagem do próximo espetáculo da Súbita, com financiamento da Funarte.

"Para que esses encontros internacionais sejam possíveis, é preciso incentivo, financiamento, projetos de parceria, de formação e de circulação e intercâmbio. Precisamos pagar, além do cachê, a alimentação, hospedagem e toda a logística de deslocamento da pessoa", diz Lour.

Brasileiros que se instalam em outros países também estão ativando cooperações inovadoras, como Ruy Filho, crítico de arte que atua como pesquisador do Centro de Estudos de Teatro da Universidade de Lisboa. Por meio de uma parceria que está sendo criada com o departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, estudantes, professores e artistas irão realizar trocas presenciais e remotas que possam ampliar a percepção filosófica sobre os povos originários.

Os grupos artísticos brasileiros precisam se programar muitos meses antes para se apresentar lá fora. É o caso dos teatros europeus, velhos conhecidos da Companhia Brasileira de Teatro, que tem mais de 20 anos. "É um trabalho de longo prazo, precisa planejar muito bem. Na Europa, fecham calendários com seis meses de antecedência, e agora nós já estamos nos programando para 2025 e até 2026, com parcerias de residência na Alemanha, França e Portugal", conta a diretora técnica do grupo, Nadja Naira. "Temos uma lógica de produção que é fazer o máximo possível de troca: estender a permanência nas cidades para realizar residências de criação com grupos locais, além de apresentar nossos espetáculos", explica.

"Todas as nossas oportunidades internacionais foram frutos de parcerias e acordos de cooperação artístico-cultural com instituições, empresas e eventos internacionais, com a partilha dos custos", explicam Simone Bönisch, Jorge Schneider e Betina D'Agnoluzzo, produtores culturais da Associação Brasileira de Apoiadores Beneméritos do Teatro Guaíra e da Bönisch Produções Culturais, de Curitiba, que já trouxeram bailarinos alemães e levaram brasileiros para dançar na Alemanha e Israel. Outros projetos estão sendo alinhavados com Portugal, Estados Unidos e Rússia. *(HC)*

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	0,21	0,46	2,48	4,62	4,23	6.941,51	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	0,25	0,46	2,68	3,71	3,70	7.141,00	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	0,50	0,87	1,11	-3,30	2,88	1.117,79	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	0,34	0,31	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	0,55	0,97	0,49	-5,92	2,51	1.300,66	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	1,52	0,38	1,44	-11,34	2,39	1.811,00	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	0,19	1,19	0,14	-3,77	2,55	1.096,06	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	0,22	0,53	2,46	3,55	3,63	751,69	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	0,71	0,86	2,80	3,49	4,02	1.118,83	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia jul/24 0,15% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana jul/24 0,12%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**
Discriminação	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

Conjuntura "Caminhos do Brasil" aponta que solução passa por instrumentos públicos de garantia, renegociação de dívidas e capacitação de empreendedores

Crédito ainda é obstáculo para desenvolver pequenos negócios

Letycia Cardoso e Mariana Ribeiro
Do Rio e de São Paulo

Abrir as portas de um negócio, mantê-lo e investir para fazer a empresa crescer e gerar empregos configuram um desafio e tanto para os pequenos empreendedores. Mas o principal combustível dessa jornada é escasso para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) brasileiras. O crédito é hoje um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de pequenos negócios, principais responsáveis pela geração de empregos no país.

A solução passa por instrumentos públicos de garantia, renegociação de dívidas e iniciativas de capacitação de empreendedores para a gestão financeira. Essas foram as conclusões da live "O gargalo de crédito para pequenas e médias empresas no Brasil", em nova edição da série "Caminhos do Brasil", uma iniciativa dos jornais "O Globo" e **Valor** e da Rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

A conversa on-line contou com a participação de Guilherme Mello, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Jorge Gonçalves Filho, presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV); e Maria Fernanda Coelho, diretora financeira e de crédito digital para MPMEs do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

> "A solução bem-sucedida é a oferta de garantia pública"
> *G. Mello*

Mesmo na comparação com outros emergentes, o Brasil tem um dos maiores gargalos de financiamento a MPMEs do mundo. Os empreendedores enfrentam muitas dificuldades para acessar o crédito e, mesmo quando conseguem, não encontram linhas de financiamento com taxas de juros que caibam em seus planos e orçamentos. A inadimplência entre as MPMEs é bem mais elevada que a das grandes empresas, levando os bancos a cobrar juros maiores pelo alto risco.

Para eliminar o gargalo, a estratégia do governo é estruturar o que Mello chamou de uma "escada de crédito", com linhas de financiamento com condições específicas para cada tamanho e característica de negócio, do microempreendimento à indústria de médio porte. "A solução que tem sido bem-sucedida, e acho que agora vai ser aprimorada, é a oferta de garantia pública para viabilizar a tomada deste crédito. Cada público terá uma linha de crédito com garantias e condições adequadas ao seu nível de desenvolvimento empresarial", disse.

Mello também ressaltou a frente voltada para a renegociação de dívidas, uma forma de limpar o CNPJ de inadimplentes e reabilitá-los para o crédito. Segundo ele, o programa Desenrola Pequenos Negócios, voltado para pessoas jurídicas, já renegociou R$ 2,5 bilhões em um mês e que o volume total pode chegar a algo entre R$ 7 bilhões e R$ 10 bilhões.

O presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, apresentou a perspectiva dos pequenos empresários e afirmou que, a partir deste diagnóstico, o país tem uma oportunidade de aumentar a participação das MPMEs no crédito. As microempresas representam cerca de 5% do crédito a pessoas jurídicas, as pequenas, 17%, e as médias, 28%. Ou seja, metade fica com as grandes.

Dados do SME Finance Forum mostram ainda que a diferença entre a demanda destes negócios por crédito no país e o que é ofertado de fato equivale a 27% do Produto Interno Bruto (PIB), patamar bem acima do de pares internacionais. Na China, esse gap é de 17,4%. Na Argentina e no Chile, são 14,7% e 3,5%, respectivamente.

A inadimplência de MPMEs, por sua vez, é bem mais elevada, o que aumenta o risco das operações para os bancos. Dados do Banco Central mostram que o índice de atrasos do setor em maio estava em 4,6%, ante 0,5% nas grandes empresas. Isso tem impacto também sobre os juros, frisou Gonçalves Filho. "A média dos juros para pessoa jurídica está em 18,2%. Quando olhamos para a micro e pequena, isso sobe de forma assustadora, para 43% ao ano."

Diante da constatação de que o juro na ponta para os pequenos empreendedores pode superar em muitas vezes a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,5% ao ano, Mello avaliou que a retomada do ciclo de cortes pelo BC é importante para reduzir os custos de crédito. Ele destacou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho surpreendeu ao desacelerar para 0,21%, ficando abaixo das expectativas. Para ele, ainda que o acumulado em 12 meses esteja acima de 4%, é um sinal de que o índice caminha na direção da convergência para a meta anual de inflação, de 3%, abrindo espaço para novos cortes na Selic "em breve". Ele também disse ver sinais de que os juros vão cair nos EUA no segundo semestre, favorecendo o mesmo movimento no Brasil.

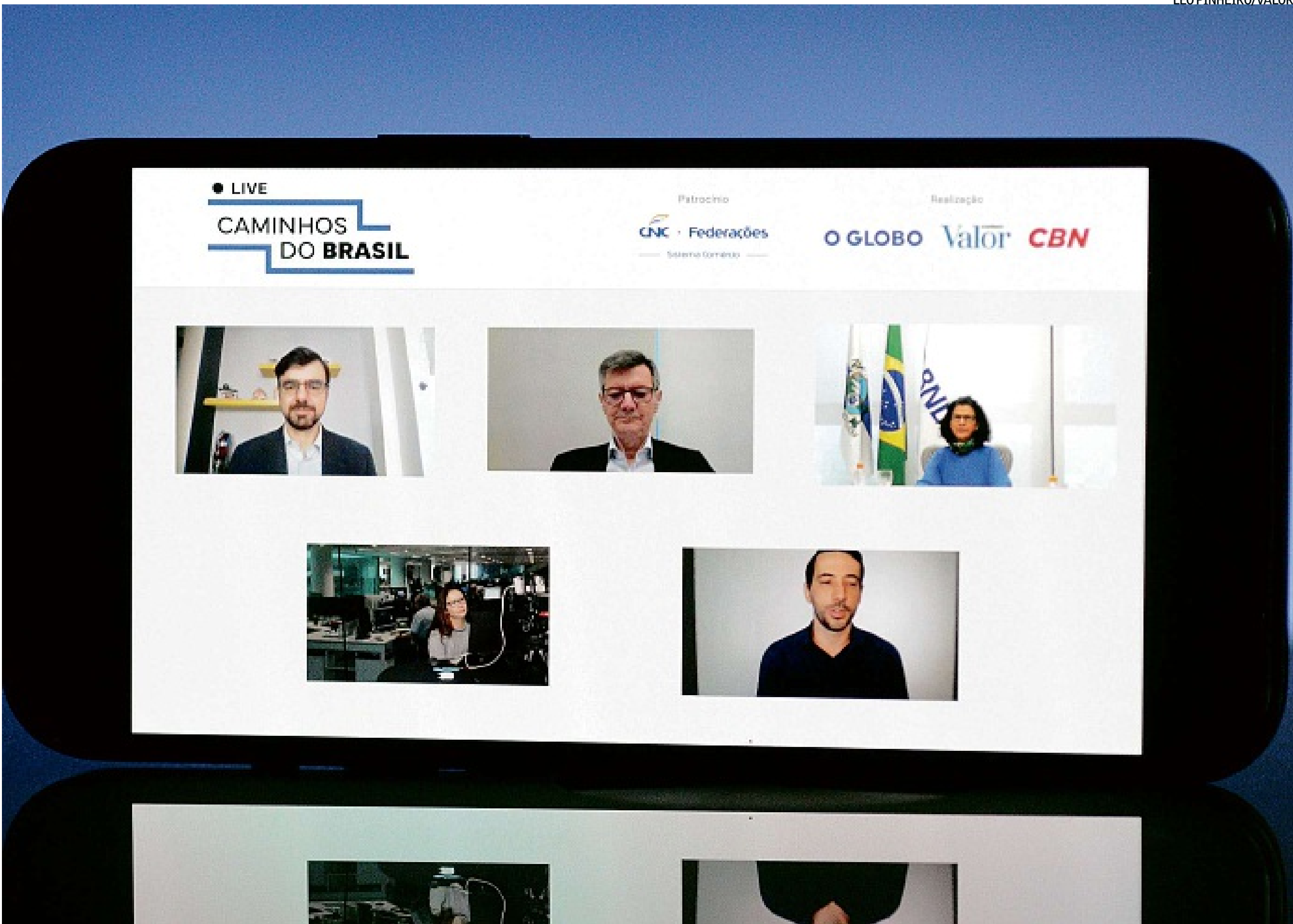
Um instrumento essencial do governo na oferta de soluções de crédito para MPMEs, o BNDES adotou esse segmento como uma de suas prioridades estratégicas, afirmou Coelho. O BNDES é responsável pela operacionalização do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI-PEAC), um dos componentes da "escada de crédito" citada por Mello. O programa atende de microempreendedores individuais até médias empresas.

No debate, Coelho acrescentou que, como reflexo do crédito limitado, muitos pequenos empreendedores recorrem a linhas de crédito mais caras, até mesmo na pessoa física, como o cartão de crédito ou o cheque especial, e entram numa escalada de inadimplência que desabilita CNPJs e CPFs. Ex-presidente da Caixa, ela destacou o avanço de iniciativas como o Desenrola para reconduzir essas firmas ao sistema financeiro.

> Média dos juros para PJ está em 18,2%. Para a micro e pequena, sobe 43% ao ano"
> *Gonçalves Filho*

A diretora afirmou que a estratégia do BNDES para ampliar o acesso das MPMEs ao crédito se baseia no fortalecimento da capilaridade de sua rede de instituições financeiras parceiras, dos sistemas de garantia e no crédito digital, que automatiza e agiliza os processos. Outra frente de atuação do BNDES, disse Coelho, é o fomento ao acesso de empresas de menor porte ao mercado de capitais. "Isso pode beneficiar cooperativas de produção, as médias empresas especialmente. E também aquelas pequenas que já têm um patamar de governança e dados mais elevado."

LEO PINHEIRO/VALOR



Guilherme Mello (acima à esq.), Jorge Gonçalves Filho e Maria Fernanda Coelho em live mediada por Glauce Cavalcante e Álvaro Campos

Financiamento vira nova chance para RS

De São Paulo

Entre os muitos prejuízos econômicos causados pelas recentes enchentes no Rio Grande do Sul, ficaram muito visíveis os sofridos pelas pequenas empresas, particularmente os estabelecimentos de comércios e serviços, que são os mais vulneráveis economicamente aos danos e têm menos acesso a instrumentos financeiros como seguros e crédito.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que o governo ainda está fechando suas estimativas sobre o efeito econômico da tragédia no Rio Grande do Sul. No entanto, ele avaliou que o impacto negativo será "praticamente todo compensado" pelas medidas de apoio a negócios e famílias no Estado anunciadas pelo governo federal. E destacou programas para aumentar a oferta de crédito ou conceder a suspensão de pagamentos de financiamentos públicos. De acordo com ele, as medidas devem ajudar a atividade econômica do Estado a se recuperar e crescer de forma mais rápida no segundo semestre.

"O crédito não resolve todos os problemas, mas é uma esperança de reinício e reconstrução para muitas empresas", afirmou. "Estamos otimistas de que, do ponto de vista econômico, vamos sair com certo equilíbrio desse evento. E estamos trabalhando para que, do ponto de vista humano e social, tenhamos medidas de amparo a famílias e empresas."

A diretora de crédito digital para MPMEs do BNDES, Maria Fernanda Coelho, disse que as iniciativas da instituição no Rio Grande do Sul foram divididas em três frentes: refinanciamento, operacionalização do sistema de garantias do FGI-Peac Crédito Solidário RS, voltado a micro, pequenas e médias empresas, e a implementação do programa BNDES Emergencial.

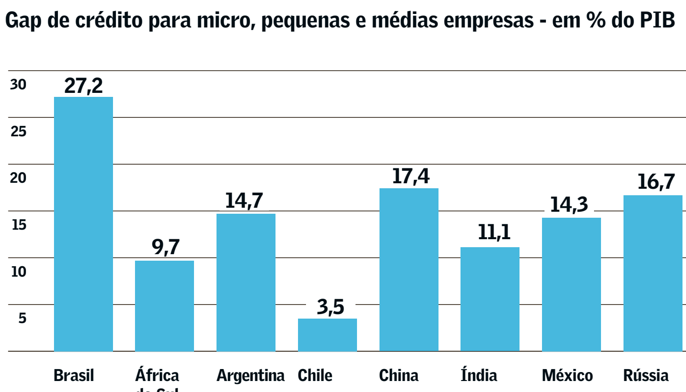
Este último, destinará R$ 15 bilhões a negócios de áreas atingidas pelos eventos climáticos extremos e que tenham sofrido perdas materiais. Isso será feito por meio de instituições financeiras locais parceiras. São três linhas de financiamento: máquinas e equipamentos; investimento e reconstrução e capital de giro. "Neste primeiro momento, as instituições recepcionam as propostas daquelas empresas da área alagada e a gente inicia o processo de concessão desses créditos", afirmou Coelho. "Em pouco mais de uma semana acredito que teremos dados do volume de recursos já aportado", acrescentou.

O presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, destacou que a entidade está disponibilizando, para consulta de pessoas físicas e jurídicas do Rio Grande do Sul, um consolidado de todas as medidas de apoio a negócios, federais e estaduais, que já foram anunciadas. *(LC e MR)*

Em busca de apoio

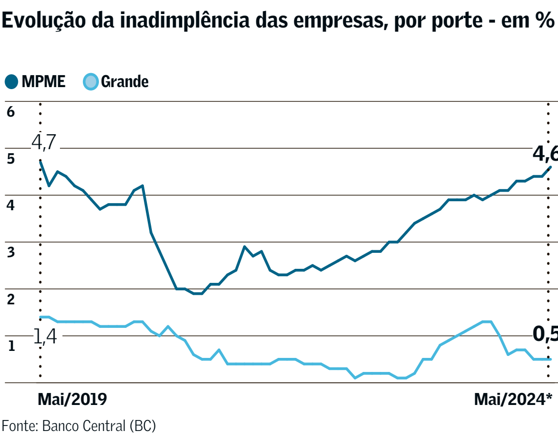
Dados sobre crédito e inadimplência dos pequenos negócios

Gap de crédito para micro, pequenas e médias empresas - em % do PIB



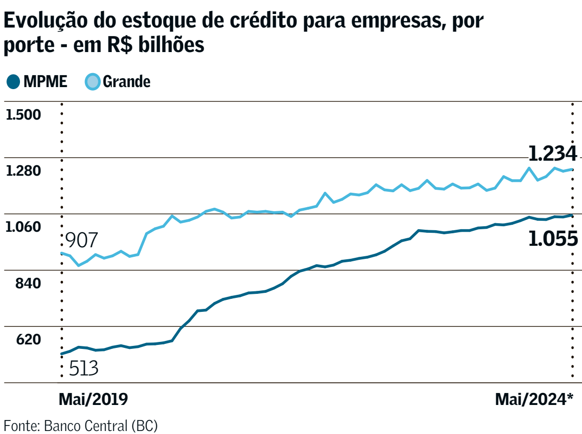
Fonte: SME Finance Forum/IFC. https://smefinanceforum.org/data-sites/msme-finance-gap

Evolução da inadimplência das empresas, por porte - em %



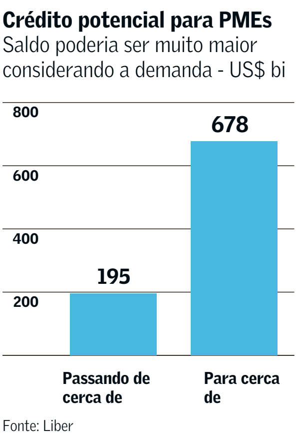
Fonte: Banco Central (BC)

Evolução do estoque de crédito para empresas, por porte - em R$ bilhões



Fonte: Banco Central (BC)

Crédito potencial para PMEs
Saldo poderia ser muito maior considerando a demanda - US$ bi



Fonte: Liber

Conjuntura Falta de conhecimento sobre como organizar orçamentos também contribui para que microempreendedores não consigam honrar compromissos

Além de recursos, orientação sobre gestão financeira é fundamental

Letycia Cardoso e Mariana Ribeiro
Do Rio e de São Paulo

As micro e pequenas empresas representam atualmente 94% dos negócios que estão inadimplentes no Brasil. De acordo com levantamento da Serasa Experian divulgado este mês, as 6,3 milhões de empresas desses dois segmentos que tinham contas atrasadas em abril somavam mais de 44,2 milhões de dívidas, chegando a um valor total superior a R$ 118,6 bilhões.

A dificuldade dos pequenos para honrar os empréstimos se reflete, inevitavelmente, em maiores custos para essas operações. Por causa do risco, as instituições financeiras cobram spreads (diferencial de juros) altos, o que eleva a taxa final dos financiamentos. Enquanto as empresas pagam, em média, 18,2% ao ano para acessar capital, um microempreendedor individual chega a arcar com 44%, cerca de quatro vezes mais a atual taxa básica de juros, a Selic.

Os altos custos dos financiamentos para pequenos empreendedores diante do alto risco e a dificuldade de oferecer garantias estão por trás desses números, mas a falta de conhecimento sobre como organizar orçamentos também contribui para que não possam honrar os compromissos. É comum que microempreendedores — por trabalharem sozinhos ou em família — não façam a separação entre o que é um recurso da empresa e o que é a renda da pessoa física por trás dela. Acabam usando valores do fluxo de caixa para quitar gastos ou dívidas pessoais e entram numa bola de neve de juros difícil de escapar.

> Não fazer separação entre a receita da empresa e a renda da família é um erro comum

Durante o debate on-line da série "Caminhos do Brasil" sobre o gargalo de crédito para micro, pequenas e médias empresas, o presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, destacou a importância dos programas de renegociação de dívidas, mas defendeu como fundamental iniciativas para que pequenos empresários recebam orientação sobre administração. Apenas assim, na visão dele, será possível reduzir a inadimplência e, consequentemente, as taxas cobradas em empréstimos.

"O acompanhamento é muito importante para que o microempreendedor se desenvolva. É necessário ter programas que ajudem a ajustar o fluxo de caixa, entender o que é dinheiro da empresa e dinheiro particular", afirmou Gonçalves Filho. "O que pode ser trabalhado é como o empreendedor vai conseguir fazer frente ao crédito tomado. Não basta dar o peixe, tem de ensinar a pescar".

Outro desafio, apontado pelo presidente do IDV, é que, antes de acessar linhas mais baratas de crédito, os pequenos empreendedores costumam buscar alívio em alternativas mais onerosas, como o rotativo do cartão de crédito, parcelado do cartão e a conta garantida. Para Gonçalves Filho, as instituições bancárias deveriam começar a aceitar garantias mais diversificadas para reduzir os riscos das operações e ampliar o acesso dos pequenos ao crédito com taxas de juros que caibam em seus orçamentos.

"Geralmente, como garantia se pode dar um carro, um imóvel. Mas o varejo não investe em imóveis. Ele aluga um pequeno imóvel, ou seja, não tem garantias reais. O varejo tem carteira de recebíveis. Poderíamos pensar numa solução que usasse isso como garantia, afirmou. "Nem todos têm garantia real para dar."

O secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, destacou os programas do governo para prover garantias aos pequenos empreendedores. Ele citou também o programa Acredita no Primeiro Passo, lançado pelo em abril com o objetivo de democratizar o acesso ao crédito para inscritos nos programas sociais do Cadastro Único (CadÚnico) e impulsionar o empreendedorismo em todo o país. Além de disponibilizar taxas de juros menores em operações com valor de até 30% do faturamento do microempreendedor individual (MEI), a iniciativa prevê capacitação e apoio para o desenvolvimento de planos de negócios e estratégias de crescimento.

"O Acredita no Primeiro Passo é um programa de microcrédito produtivo orientado para aquele empreendedor que quer começar a empreender ou já tem alguma coisa e quer melhorar. Ele vai ter orientação, acompanhamento e, eventualmente, assistência técnica. Empreender para sair do CadÚnico é quase uma conquista da cidadania", afirmou Mello.

Maria Fernanda Coelho, diretora do BNDES, destacou que essa preocupação também está no banco de fomento, que tem uma parceria com o Sebrae para oferecer uma trilha de conhecimento a empreendedores, o que inclui: o controle das finanças da empresa e como fazer a previsão dos gastos e dos recebimentos; a importância do planejamento e da gestão antes de solicitar crédito; o que se deve considerar na hora de comparar as taxas de juros; como criar um plano de comunicação para alavancar as vendas; e, ainda, qual é a melhor maneira de desenvolver uma presença digital marcante.

REPRODUÇÃO

"Empreender para sair do CadÚnico é quase uma conquista da cidadania" *Guilherme Mello*

REPRODUÇÃO

BNDES e Sebrae oferecem trilha de conhecimento a empreendedor, diz Maria F. Coelho

LEO PINHEIRO/VALOR

"É necessário ter programas que ajudem a ajustar o fluxo de caixa" *Gonçalves Filho*

BNDES amplia opções para empreendedores de menor porte

Do Rio

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) foram responsáveis por 97% dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no ano passado, totalizando 259 mil operações. O número representa alta de 15% em comparação a 2022 em decorrência das iniciativas da instituição — historicamente ligada ao apoio a grandes empresas e empreendimentos de infraestrutura — para tentar alcançar os pequenos negócios. Em volume de recursos, foram R$ 44,9 bilhões para MPMEs, quase 40% do total desembolsado pelo banco em 2023.

No debate sobre crédito para esse segmento do "Caminhos do Brasil", a diretora de crédito digital para MPMEs do BNDES, Maria Fernanda Coelho, afirmou que a instituição de fomento está preparando uma série de novidades para ampliar ainda mais essa fatia dos pequenos em sua carteira de crédito.

Entre as novidades, ela anunciou o lançamento em breve de uma nova versão do cartão BNDES, com o qual empresas podem financiar a aquisição de insumos e equipamentos. É uma espécie de crédito rotativo e pré-aprovado de até R$ 2 milhões com prazo de 48 meses para pagamento em prestações fixas e iguais. A taxa cobrada é de 1,59% ao mês.

Dos R$ 174 bilhões aprovados (etapa anterior ao desembolso) em crédito para pessoas jurídicas em 2023, as MPMEs somaram R$ 63 bilhões, crescimento de 26% em relação ao ano anterior e um sinal de que o segmento tende a avançar no banco. Entre os principais setores atendidos estiveram: o agropecuário, com demanda de R$ 36,3 bilhões; o de comércio e serviços, responsável por R$ 22 bilhões; e a indústria, que requisitou R$ 4,2 bilhões.

Hoje, há duas maneiras de pequenas empresas obterem crédito do BNDES. A primeira é por meio de operações diretas, que ocorrem sem intermediários através de uma plataforma eletrônica. A segunda é por meio das operações indiretas, realizadas por agentes financeiros parceiros que repassam recursos do banco, o que facilita a capilaridade das operações.

Segundo Coelho, o banco de fomento opera hoje por meio de 80 agentes financeiros conveniados, como bancos públicos, privados, agências de fomento, organizações da sociedade civil de interesse público e cooperativas de crédito, que atendem necessidades diferentes. Em 99% dos casos, a aprovação do pedido ocorre automaticamente, em três segundos.

"Isso nos permitiu chegar a 93% dos municípios, com mais de 450 mil clientes", disse Coelho, reafirmando que o segmento é uma prioridade estratégica do BNDES. "Isso pode beneficiar cooperativas de produção, especialmente as médias e as pequenas empresas que já têm um patamar de governança e dados que permitam o acesso ao mercado de capitais."

A executiva destacou que o processo de digitalização trouxe avanços para a relação de micro e pequenos negócios com agentes financeiros e o próprio BNDES, sem a necessidade de que o empreendedor esteja em grandes centros urbanos.

O BNDES Crédito Pequenas e Médias Empresas, por exemplo, é desenvolvido para empreendedores que buscam capital de giro. A taxa de juros é composta pelo custo financeiro; pela taxa do agente financeiro, negociada entre instituição e cliente; e pela taxa do BNDES, que nessa linha varia entre 1,25% e 1,45% ao ano.

Na aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, ônibus e caminhões, o BNDES Finame BK Aquisição e Comercialização é o mais indicado. Já quem busca aumentar a produtividade por meio de atualização tecnológica pode buscar recursos pelo BNDES Automático Projeto de Investimento, em que a taxa do BNDES começa em 0,95% ao ano. Ainda há alternativas específicas para atividades rurais e microempreendedores.

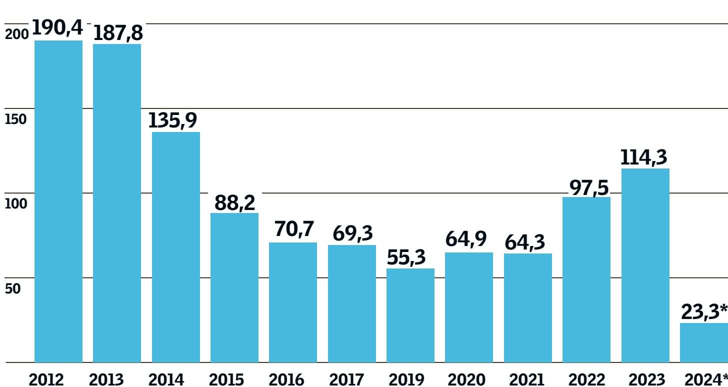
No debate on-line, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, chamou a atenção para o papel do BNDES na solução de uma das principais dificuldades dos pequenos empreendedores para tomar crédito: oferecer garantias.

Em 2023, o BNDES viabilizou 144 mil operações em soluções de garantias, que alavancaram em torno de R$ 45 bilhões em crédito no período, alta de 119% em relação ao ano anterior. Já no primeiro trimestre de 2024, aprovou cerca de R$ 13,2 bilhões para MPMEs, elevando em 53% o montante em relação a igual período do ano anterior. *(LC e MR)*

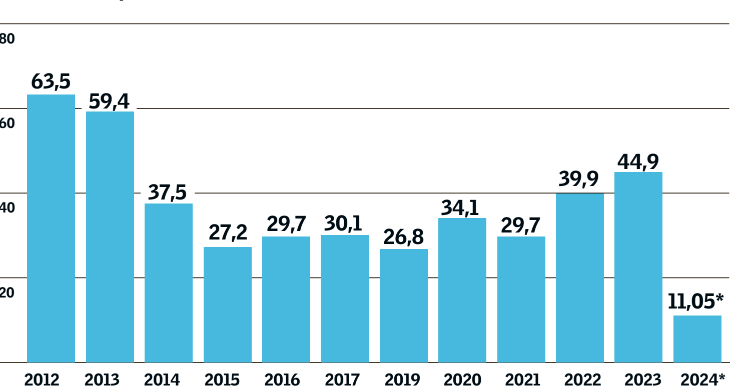
Mais recursos para os pequenos negócios

O BNDES vem ampliando nos últimos anos desembolsos para micro, pequenas e médias empresas - em R$ bilhões

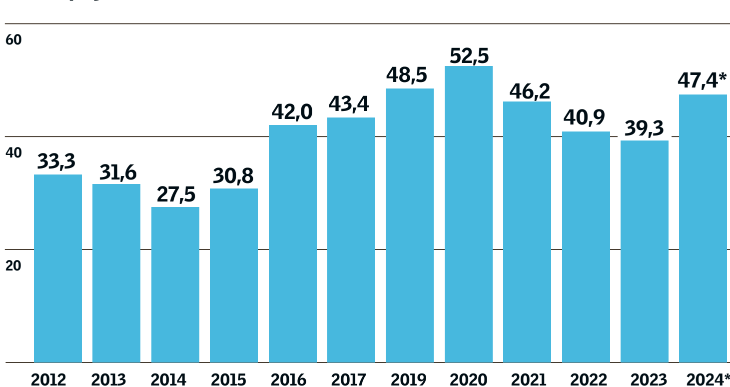
Desembolso total



Desembolso para MPME



Participação de MPMEs no total de desembolsos (em %)

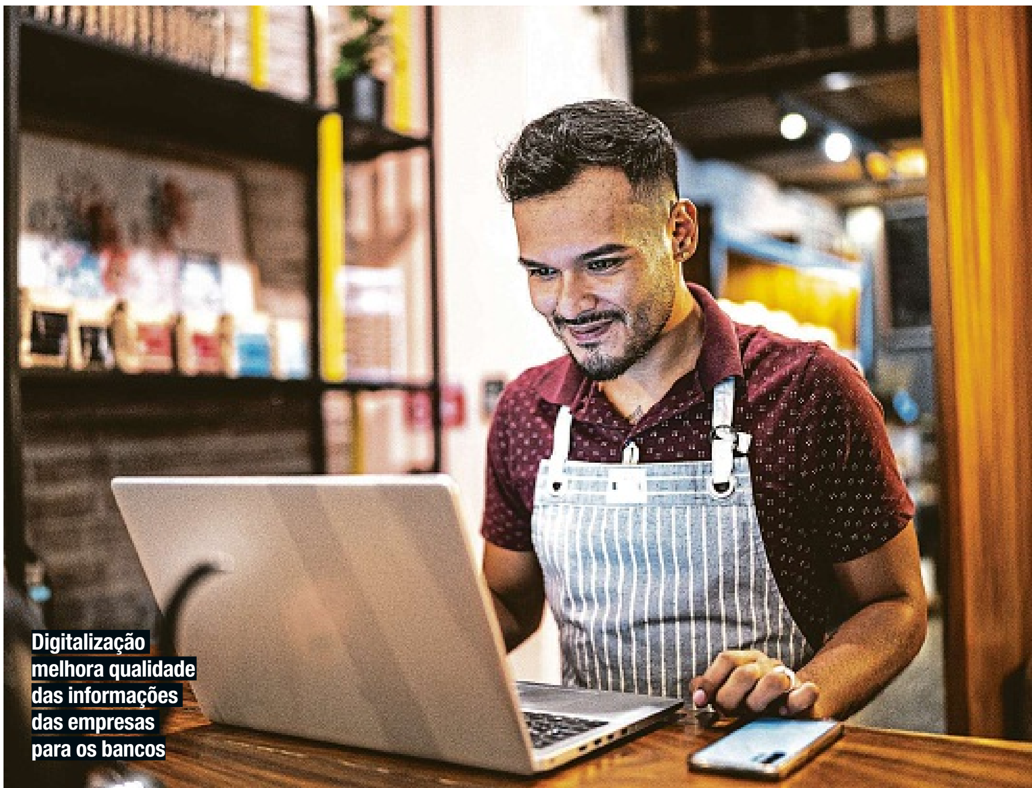


Fonte: BNDES *1º trimestre



Dificuldade de acesso ao crédito prejudica micro e pequenos negócios

CNC aponta pouca disponibilidade de garantias como um dos fatores que reduzem a confiança dos bancos para conceder empréstimos



© BANCO DE IMAGENS

Digitalização melhora qualidade das informações das empresas para os bancos

Embora tenham papel essencial na economia brasileira, as micro e pequenas empresas enfrentam muitos obstáculos, em especial no acesso ao crédito. A falta de informações sobre as tomadoras de empréstimo e a pouca disponibilidade de garantias para honrar os financiamentos reduzem a confiança dos bancos, como explica Felipe Tavares, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC):

— O crédito parte de uma relação de confiança da instituição financeira com o tomador de crédito. É preciso mostrar boas informações do seu histórico e da sua performance. As micro e pequenas empresas não têm balanço estruturado, não são auditadas, e essa precariedade de informações gera insegurança para concessão de empréstimo. Outro ponto é que, se a empresa não possui meios para garantir que tem condições de arcar com aquele financiamento, isso trava a liberação de recursos.

Alguns avanços têm reduzido esses gargalos, embora a demanda por crédito ainda seja bem maior do que a oferta. Os micro e pequenos negócios somam 9 milhões de empresas e representam 52% dos empregos com carteira assinada do país e 27% do PIB nacional.

— As micro e pequenas empresas são a maioria esmagadora, mas estão sempre relegadas a segundo plano, inclusive para créditos bancários. É preciso descomprimir o segmento com financiamento, abertura e liberdade econômica, gerando um melhor ambiente para os negócios. Quem não considerar isso não estará em sintonia com o Brasil — afirma José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac.

> **“O crédito parte de uma relação de confiança da instituição financeira, do banco, com o tomador de crédito”**
> **FELIPE TAVARES**
> Economista-chefe da CNC

Felipe Tavares destaca o surgimento de open finance e open banking, tecnologias que permitem o compartilhamento de dados entre instituições financeiras:

— Começa a ter maior transversalidade e clareza das informações daquele CNPJ ou CPF em todas as instituições bancárias. Além disso, a digitalização dos processos das empresas contribui bastante. Os formulários on-line são uma forma de registro das informações e das operações, o que melhora a confiabilidade de uma empresa.

> **“As micro e pequenas empresas são a maioria esmagadora, mas estão sempre relegadas a segundo plano”**
> **JOSÉ ROBERTO TADROS**
> Presidente da CNC

Em relação às garantias, o economista menciona a medida provisória que criou o programa Acredita.

— As empresas têm dificuldade de mostrar solidez financeira. Um dos grandes ativos são os recebíveis. A previsão de recebimento, por exemplo, do cartão de crédito ou boletos. O programa Acredita regulamenta a utilização dos recebíveis como garantia. Isso ajuda muito. Está melhorando o acesso a crédito, mas ainda há uma lacuna grande. O juro está alto, dificultando a tomada de crédito pelo pequeno empresário.

Vice-presidente Financeiro da CNC e líder do grupo de trabalho da confederação que discute propostas para a Reforma Tributária, Leandro Domingos cita a importância de mudanças no atual sistema de impostos:

— O estímulo às micro e pequenas empresas ajuda a alavancar a economia. Elas precisam de crédito e de atuação mais decisiva dos bancos financiadores. É preciso evoluir na aprovação de medidas para destravar a economia. O caso mais urgente é a regulamentação da Reforma Tributária, fundamental para um sistema tributário mais justo e que leve em conta a importância das micro e pequenas empresas.

> **“O estímulo às micro e pequenas empresas ajuda a alavancar a economia”**
> **LEANDRO DOMINGOS**
> Vice-presidente Financeiro da CNC

Congresso Proposta ainda cria programa de refinanciamento de dívidas dos partidos

Câmara aprova em dois turnos a PEC da Anistia

Marcelo Ribeiro
De Brasília

Com resistência do Psol e do Novo, a Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (11) a chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) da Anistia, que abre caminho para perdoar multas aplicadas a partidos que descumpriram as regras de repasse mínimos para candidaturas negras. Inicialmente, o texto também previa o cancelamento das penalidades contra legendas que não respeitaram as regras de financiamento de campanhas de mulheres, mas esse ponto foi retirado do projeto. O texto seguiu para análise do Senado.

A PEC cria ainda um programa de refinanciamento de dívidas das legendas e dá aval para a utilização de recursos do fundo partidário para pagar multas eleitorais. Penalidades aplicadas contra as siglas em processos de prestação de contas eleitorais também poderão ser anistiadas, de acordo com a proposta.

Hoje, o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é de que as verbas de campanha para candidaturas negras deve seguir o percentual de pretos e pardos na população brasileira, atualmente em pouco mais de 50%. Essa determinação, no entanto, foi descumprida pelas legendas.

A matéria aprovada pelos deputados inclui na Constituição a obrigatoriedade de os partido repassarem 30% dos recursos do fundo eleitoral para financiar campanhas de candidatos negros. Essa regra passará a valer já para este ano. No entanto, até que a PEC seja promulgada, partidos não serão punidos caso descumpram as regras de repasse previstas na proposta.

O relator Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP) incluiu um dispositivo que estabelece que os recursos não aplicados nas eleições anteriores deverão ser compensados a partir de 2026.


MARIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS
Lira: resolução do TSE estabeleceu as cotas aos partidos sem o aval do Congresso e sem que as siglas tivessem tempo de se preparar para cumprir a medida

Relatórios anteriores à versão aprovada tinham um dispositivo que representava uma restrição à atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF). O trecho indicava que apenas o Congresso poderá, por meio da aprovação de uma lei, definir que legendas cumpram repasses mínimos de recursos do chamado fundão e do fundo partidário a minorias. Esse ponto foi retirado pouco antes de a PEC ser apreciada ontem.

> "Há uma anistia para vários casos de malversação de recursos públicos"
> *F. Melchionna*

Ao abrir a votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), explicou que a resolução do TSE estabeleceu as cotas aos partidos sem o aval do Congresso e sem que as siglas tivessem tempo de se preparar para cumprir a medida. "Essa lei foi imposta por uma resolução do TSE, mantida pelo Supremo, e esta Casa tem a obrigação de regulamentar."

Contrária ao texto, a deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) classificou a PEC como impopular e antipática. "Há uma anistia ampla, geral e irrestrita para vários casos de malversação de recursos públicos. Em segundo lugar, há a tentativa de termos a maior anistia da história já aprovada na Câmara dos Deputados", criticou.

Alinhada com a deputada do Psol, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) disse que o texto é "uma vergonha".

No ano passado, a PEC tramitava na comissão especial, mas não chegou a ser apreciada em função das repercussões negativas.

Como o prazo de 40 sessões já havia sido superado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ressuscitou o tema em junho e tentou colocar a proposta em votação. Desde então, a apreciação da matéria foi adiada em algumas oportunidades, mas ontem, último dia de trabalhos da Casa antes do recesso informal, a votação finalmente aconteceu.

Questionado sobre a decisão de retomar a análise da proposição, Lira explica que foi uma demanda dos dirigentes partidários e de líderes da Casa. Ele indicou que só tentaria votar caso houvesse a sinalização do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de que não barraria o avanço do tema.

A interlocutores, Lira disse que a PEC voltou à pauta porque o mineiro teria sinalizado a dirigentes partidários que encaminharia a votação, caso a matéria recebesse o aval da Câmara. Aliados de Pacheco dizem que atualmente ele está focado apenas na renegociação das dívidas dos Estados e na desoneração da folha de salários. Eles não descartam, no entanto, que a matéria seja encaminhada para alguma comissão da Casa. O presidente do Senado já sinalizou "não ter pressa" na tramitação em plenário.

INÊS 249

Congresso Votação do projeto que regulamenta reforma tributária pode ficar para 2025, diz Braga

Relator quer retirar urgência no Senado

Reforma Tributária

Caetano Tonet, Julia Lindner, Marcelo Ribeiro e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Após a aprovação da regulamentação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, os líderes do Senado adotaram um tom cauteloso e defenderam a retirada da urgência constitucional do projeto durante a tramitação na Casa.

Escolhido pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), como relator, o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), revelou a jornalistas o apelo de seus pares de que seria "impossível" analisar o tema nos 45 dias previstos no regime de urgência.

O senador chegou a dizer, inclusive, que a votação do projeto pode ficar para o ano que vem em função das eleições municipais. Braga deixou claro que quer fazer uma série de audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o texto começará a tramitar a partir de agosto, quando um cronograma será estabelecido.

"Os líderes da oposição e da base pediram que o Senado tivesse um tempo e um prazo para poder fazer o trabalho para cumprir os nossos compromissos com a mesma responsabilidade da emenda constitucional [da reforma tributária]", afirmou.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que levará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o pleito dos líderes da Casa para retirar a urgência. "Eu não posso dizer que será retirada ou não porque eu tenho que falar com o governo", declarou.

Segundo Braga, "não é uma meta fácil" aprovar a regulamentação da reforma ainda neste ano. "Nós temos a partir da segunda quinzena de agosto o calendário eleitoral no país e dois terços do Senado estão em pré-campanha para 2026", disse o relator do projeto.

Para a líder do PP no Senado, Tereza Cristina (MS), o prazo é ainda mais curto em função das convenções partidárias acontecerem na sequência do recesso parlamentar. "Porque 45 dias, tendo o recesso e depois até o dia 5 de agosto as convenções nos Estados, fica um prazo muito limitado", disse.

Reservadamente, alguns líderes criticaram o fato de o relatório do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) ter sido alterado poucos minutos antes do início da votação. Por isso, dizem que agora todos os pontos terão que ser analisados com muita atenção.

Além disso, com as modificações feitas pelos deputados, a avaliação é que os cálculos sobre como ficará o valor da alíquota geral, cujo teto foi fixado em 26,5% no texto da Câmara, terão de ser refeitos no Senado.

Na quarta-feira, questionado sobre a inclusão das proteínas animais na cesta básica desonerada, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que a permanência de alguns itens provavelmente terá que ser revista pelos parlamentares caso o teto da alíquota seja atingido. Braga evitou, no entanto, comentar a inclusão do item.

Apesar disso, o relator sinalizou que fará alterações no texto. Sem detalhar, Braga indicou que serão feitas mudanças nos trechos que tratam da Zona Franca de Manaus (ZFM).

"Eu posso falar, não como relator, mas como senador do Estado do Amazonas, que existem questões a serem discutidas e debatidas para encontrar soluções para a manutenção daquilo que a Zona Franca de Manaus possui, sob pena de perder os investimentos, empregos", afirmou.

Braga também reforçou a sua posição favorável à inclusão de armas e munições no imposto seletivo. O relator já havia tomado essa decisão durante a tramitação da reforma tributária, mas o trecho acabou suprimido pela Câmara dos Deputados. "Todos já sabem minha posição sobre armas e munições. Todos sabem", declarou.

Se no Senado o clima é de cautela, Lira pretende votar na Câmara dos Deputados o projeto de lei que cria o comitê-gestor do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) no retorno dos trabalhos após o recesso parlamentar.

Seguindo recomendação de Arthur Lira, a previsão é que o grupo de trabalho responsável pelo parecer amarre o texto no dia 12 de agosto para que a votação possa ocorrer a partir do dia 13 de agosto.

'Carne na cesta básica foi demanda dos líderes'

Andrea Jubé e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Após entregar um dos principais pleitos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — aprovar a regulamentação da reforma tributária —, o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), criticou a tentativa do PL e do ex-presidente Jair Bolsonaro de avocarem para si, como vitória, a inclusão da carne com isenção de impostos na cesta básica.

Inicialmente, essa foi uma bandeira empunhada por Lula, em rara aliança do petista com a bancada do agronegócio. E Bolsonaro pediu aos deputados do PL que votassem contra a reforma. "O Bolsonaro tem força aqui dentro, mas não tem coesão programática, não tem linha política", criticou.

Ao completar um ano e meio à frente da liderança do governo na Câmara, e no papel de principal interface entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Arthur Lira (PP-AL), Guimarães afirma que "nenhum líder" fez mais entregas do que ele.

Levantamento de sua assessoria mostrou que ele conseguiu aprovar neste semestre 82 matérias de interesse do governo, sendo quatro medidas provisórias, 55 projetos de lei, cinco projetos de lei complementar e 18 acordos internacionais. Ainda impediu 179 convocações de ministros e outras autoridades.

Acrescentou que até 5 de julho, prazo da lei eleitoral para repasses federais, empenhou e pagou 100% do acordado com a base, totalizando R$ 29,5 bilhões em execuções de emendas parlamentares.

Nesta entrevista, Guimarães relata bastidores da votação da reforma tributária e analisa a recuperação de Lula nas pesquisas. Como vice-presidente do PT, rechaça as análises de que o partido repetirá o desempenho fraco de 2020 nas eleições municipais de outubro, e reafirma seu nome para a sucessão de Gleisi Hoffmann na presidência do PT em 2025. "É ela quem comanda, e eu me coloco como a continuidade", afirmou Guimarães. A seguir, os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Por que o relator [Reginaldo Lopes] incluiu a proteína animal na cesta básica desonerada apenas no momento da votação do destaque do PL? Não seria melhor ter colocado no parecer, logo que se estabeleceu a trava [da alíquota], para evitar a narrativa de vitória da oposição? Afinal a trava deu conforto para incluir a carne [na isenção], mesmo com a elevação da alíquota.*

José Guimarães: Mas não é assim, aqui é um processo de construção permanente de consenso. Desde o início, ponderávamos que essa questão era muito sensível no plenário. Não era uma demanda do [ex-presidente Jair] Bolsonaro. Até porque o presidente Arthur [Lira] conversou com o Bolsonaro na terça-feira. Era uma demanda sentida em todos os partidos, os líderes falavam isso para nós. Só que havia um acordo para ninguém apresentar destaque.

Valor: *E o que aconteceu para permitir o rompimento do acordo?*

Guimarães: Fomos avaliando, ouvimos os líderes dos partidos da base que têm maioria na Casa. Ao fim, estava dependendo de um consentimento do Arthur [a inclusão da proteína animal]. E ele cedeu.

Valor: *Lira disse aos líderes que o Bolsonaro pediu a inclusão da carne na cesta desonerada?*

Guimarães: Estou falando que ele deve ter falado disso porque o Lira foi encontrar o Bolsonaro no dia da votação. Mas não adiantou porque o PL votou contra o texto-base da reforma, contra o texto principal.

Valor: *Por que o senhor diz que não adiantou o movimento do PL?*

Guimarães: Por que eles votam contra a reforma e depois vão apresentar destaque? Não faz sentido. O Bolsonaro tem força aqui dentro, mas não tem coesão programática, não tem linha política. Depende do dia, da pesquisa, só fazem gritaria no plenário. E eles estão revoltados porque a semana terminou muito bem.

> "A crise do ano passado não eram as emendas, era o desempenho do governo nos pagamentos"

Valor: *O que o senhor cita de positivo no conjunto da semana?*

Guimarães: Encerramos o semestre com votações fortes. A [aprovação da regulamentação da] reforma tributária é um marco. Tem a avaliação do presidente [Lula] melhorando, a economia estabilizou, o dólar está caindo. Por isso, eles foram para o tudo ou nada ontem [quarta-feira]. Eles iam votar favoravelmente à reforma, mas mudaram de posição de última hora porque o Bolsonaro estava pressionando os deputados individualmente. Mesmo assim, tivemos 17 votos do PL.

Valor: *O presidente Lula defendeu, publicamente, a inclusão da carne na cesta desonerada. Mas o ministro Fernando Haddad era contra, por causa do aumento da alíquota. Como o senhor administrou esse impasse?*

Guimarães: Não foi bem assim. Na reunião com os líderes, Haddad disse que seu papel era dizer, pelos dados, que o impacto na alíquota seria de 0,4 a 0,5 [ponto percentual]. Mas que caberia à área política resolver esse problema. Por isso, ficamos à vontade para decidir. E o Haddad estava ao lado do Lula quando o presidente me ligou para saber como estava o clima para a votação.

Valor: *Esse telefonema do presidente foi a senha para o relator incluir a proteína na cesta básica?*

Guimarães: Não. Informei aos líderes a posição do presidente. Eu estava no fio da navalha. Nem poderia ficar contra a orientação do presidente e nem poderia quebrar o acordo de não apresentar destaque. A negociação dos líderes com o Arthur [Lira] foi a chave da mudança. Nós [líderes] nos convencemos disso, não foi a bancada bolsonarista. Isso é conversa fiada, eles tentaram arrumar um jeito de dizer que foram vitoriosos.

Valor: *Como está a relação da Câmara com o governo? Lira continua rompido com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha?*

Guimarães: Isso pra mim é página virada.

Valor: *Mas Lira continua recusando a interlocução com Padilha, que é o articulador político do governo. Como tem sido feita a interface da Casa com o Executivo?*

Guimarães: Eu faço essa relação. Eu dialogo com o Padilha e dialogo com o Lira. Minha obrigação é entregar. Não tem líder do governo que tenha entregue mais do que eu.

Valor: *Lula pediu alguma entrega em especial?*

Guimarães: Na última reunião da coordenação, o presidente me disse que a votação da reforma tributária era a centralidade do governo na Câmara. E nós entregamos.

Valor: *A base também andava insatisfeita com o ritmo de liberação das emendas parlamentares. Essa crise foi superada?*

Guimarães: Não teve um governo que tenha pago mais emendas do que este. A crise do ano passado não eram as emendas, era o desempenho do governo nos pagamentos. Teve a crise com o Ministério da Saúde. Hoje os dados que eu tenho mostram que nós empenhamos e pagamos 100% do acordado com o Congresso.

Valor: *Mas, nas crises, não faz falta um canal direto do presidente da Câmara com o articulador político do presidente?*

Guimarães: Se preciso, eu vou direto no presidente. E quando vejo que o negócio está destrambelhando, vou no Lira e faço um ajuste da parceria.

Valor: *E em que circunstâncias Lula conversa diretamente com Lira?*

Guimarães: O Lula tem a agenda institucional dele com os presidentes da Câmara e do Senado [Rodrigo Pacheco]. Ele que decide quando fala com eles.

Valor: *As pesquisas mais recentes mostraram uma recuperação da popularidade do presidente. A que o senhor atribui esse resultado?*


GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR
Guimarães: "Sou [pré-candidato à presidência do PT], mas dentro de um amplo entendimento, não quero fazer guerra"

Guimarães: À mudança na agenda do Lula, ele deu uma grande chacoalhada na agenda dele. Além das viagens pelo país, ele começou a anunciar coisas objetivas para a população. Fez isso no Ceará, na Bahia, no Piauí, em Pernambuco, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte. Fez uma agenda frenética e avocou para ele os anúncios de investimentos, de entregas na saúde e na educação.

Valor: *A oposição e até aliados acham que o PT repetirá em outubro o desempenho fraco das eleições municipais de 2020, quando não elegeu nenhum prefeito de capital. O que acha dessas avaliações?*

Guimarães: Esperemos os resultados! São narrativas das vozes do além que não fazem sentido. Segundo as pesquisas, nós estamos em primeiro lugar em Porto Alegre, em Teresina, em Goiânia, em São Paulo com o [Guilherme] Boulos, que é do PSOL, mas todo mundo sabe que tem o apoio do Lula. E vamos para o segundo turno em Fortaleza, em Natal, em Vitória.

Valor: *O senhor citou o Boulos, mas uma ala do PT ainda tem resistência à candidatura dele por ser do PSOL.*

Guimarães: Com a presença do Lula não vai ter mais nenhuma resistência. O PT está na campanha, o deputado Rui Falcão até se licenciou para entrar na campanha do Boulos. O Lula estará no lançamento da candidatura no dia 20, na convenção. Logo tudo estará resolvido.

Valor: *O PT vai conseguir reunir a esquerda e forças do centro para enfrentar candidatos do bolsonarismo? Em São Paulo não foi possível, já que o MDB fez aliança com Bolsonaro.*

Guimarães: Eu defendo três diretrizes na campanha. Primeiro, consolidar nossas vagas no segundo turno. Depois, reunir a esquerda, seguir o exemplo das eleições na França. Em terceiro, atrair e agrupar as forças de centro. Eles também precisam da gente. Fizemos aliança com o MDB em Salvador e Maceió, com o PSB em Recife.

Valor: *Bolsonaro disse aos apoiadores que as eleições municipais serão um termômetro para a eleição de 2026. É isso mesmo?*

Guimarães: Cada eleição é uma. Na última eleição municipal, o PT saiu derrotado, mas dois anos depois, elegemos o Lula. Claro que se ganharmos em São Paulo, será um símbolo muito forte. Mas cada eleição tem sua dinâmica, vai depender da economia.

> "Se a economia estiver bem, estaremos bem em outubro, e chegaremos bem em 2026"

Valor: *A economia ainda é decisiva para o desempenho nas urnas?*

Guimarães: Se a economia estiver bem, estaremos bem em outubro, e chegaremos bem em 2026. Agora todas as projeções catastróficas sobre a economia estão se dissipando. Só o [presidente do Banco Central, Roberto] Campos Neto que não entendeu isso. Nunca vi autoridade monetária fazer disputa política.

Valor: *As últimas pesquisas também mostraram que a população aprovou as críticas de Lula aos juros altos. Acha que o presidente deve antecipar o anúncio do sucessor de Campos Neto?*

Guimarães: O mandato dele termina em dezembro. Acho que o pior já passou. Agora o [Fernando] Haddad tem sido muito competente na gestão política da economia.

Valor: *Ele ajudou na articulação para votar a reforma tributária?*

Guimarães: O Haddad inaugurou um novo jeito de conduzir a política econômica.

Valor: *Como assim?*

Guimarães: Primeiro pelo diálogo. Nunca tivemos um ministro da Fazenda que conversasse tanto com os líderes. Ele sofre pressão da base para mais investimento mais gastos com o social, mas ele tem a rigidez fiscal porque o Brasil não está descolado do mercado. Eu acho que tem dado certo.

Valor: *Mas a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, é uma das principais críticas à condução da política fiscal. Por que o fogo amigo do PT?*

Guimarães: Em alguns momentos, são divergências naturais. Um partido tem por obrigação sustentar politicamente o governo. Mas partido é partido, governo é governo. Cabe ao partido propor mudanças e criticar naquilo que for conveniente.

Valor: *O senhor é pré-candidato a presidente do PT?*

Guimarães: Sou, mas dentro de um amplo entendimento, não quero fazer guerra no PT. E a sucessão da presidente Gleisi depende de três questões antes de tudo.

Valor: *Quais são elas?*

Guimarães: Primeiro, reconhecer o que ela fez no momento mais difícil do PT, no impeachment da presidente Dilma [Rousseff] e na prisão de Lula. Segundo, ela conduz a sucessão dela. Em terceiro, terá de haver um debate de ideias sobre o PT que sairá das eleições de 2024. Em quarto, nada mais justo agora que o Nordeste reivindique a presidência.

Valor: *Dizem que Lula já sondou o prefeito de Araraquara e ex-ministro Edinho Silva para a sucessão de Gleisi.*

Guimarães: Eu não sei porque ele nunca me falou isso. Mas eu estou sintonizado com a presidente Gleisi. É ela quem comanda e eu me coloco como a continuidade, mas também para fazer com que o Nordeste tenha mais peso e expresse mais ideias no partido.

Legislativo Câmara assopra e consumidor sofre a mordida de lobbies poderosos na reforma tributária

A incrível dificuldade do Congresso de dizer 'não'

Reforma Tributária

Bruno Carazza
Belo Horizonte

A imposição de uma trava para a soma das alíquotas dos futuros Imposto e Contribuição sobre Bens e Serviços, criados pela reforma tributária, foi comemorada por políticos de todos os matizes ideológicos como o maior avanço da regulamentação aprovada na Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto final remetido ao Senado, sempre que a alíquota de referência atingir um percentual superior a 26,5%, o governo deverá encaminhar ao Congresso um projeto de lei complementar propondo reduzir os abatimentos de 30% e 60% para um extenso rol de produtos e serviços que foram considerados merecedores de uma tributação menor do que a aplicada aos demais bens e serviços.

O dispositivo serviu para justificar a nova rodada de concessões dadas a variados setores em meio às pesadas pressões de lobbies ao longo das últimas semanas em Brasília.

O caso das carnes e dos queijos é o que ganhou maior destaque na mídia, mas é importante destacar também a alíquota 30% menor concedida aos planos de saúde de animais e a ampliação da alíquota reduzida em 60% para todo e qualquer medicamento registrado pela Anvisa ou produzido por farmácia de manipulação — para ficar em apenas alguns exemplos, pois a leitura atenta das mais de 360 páginas do projeto deve realizar muito mais.

A expansão das isenções e tratamentos especiais para alguns setores inevitavelmente levará a uma elevação da alíquota a ser aplicada aos demais produtos e serviços, uma vez que os governos federal, estaduais e municipais não estão dispostos a abrir mão de arrecadação.

A ideia da trava de 26,5%, portanto, nada mais é do que uma esperta manobra dos deputados em exercício. De um lado, ao criar esse limite superior, passam a ideia de que estão preocupados em não aumentar a carga tributária. Na prática, porém, simplesmente jogaram a responsabilidade por eventuais cortes para o governo e os parlamentares do futuro — com chances mínimas de isso vir a acontecer.

Em outras palavras, os parlamentares, comandados por Arthur Lira, não tiveram a coragem de dizer "não" para os poderosos lobbies que os pressionam e, em alguns casos, os patrocinam, e jogam para a torcida com uma trava que simplesmente não vai funcionar. Afinal, vivemos no país em que metas, tetos e arcabouços são muito bonitos na lei, mas que só duram até serem substituídos por outros instrumentos muito bem-intencionados, mas igualmente inefetivos.

E por falar em lobby, alguns dos mais poderosos setores da economia brasileira também conseguiram ampliar suas vantagens.

No caso do agronegócio, além da inclusão das carnes na cesta básica, houve a expansão de outros benefícios, como as alíquotas reduzidas para insumos como defensivos agrícolas, o tratamento ainda mais especial para as cooperativas ou a retirada da aplicação dos novos tributos ao Fiagro.

As mineradoras, por sua vez, protagonistas de alguns dos maiores desastres ambientais e sociais do país nos últimos tempos, como Mariana, Brumadinho e o afundamento de Maceió, conseguiram reduzir a alíquota máxima do seletivo de 1% para 0,25%.

O agro e a mineração são, aliás, um caso espantoso de setores que se vangloriam das vantagens comparativas, da competitividade internacional e das exportações recordes, mas que são insaciáveis na busca por mais e mais benefícios governamentais.

Outro exemplo de ineficiência que sobrevive à custa do contribuinte e do consumidor brasileiro, sempre convocado a arcar com incentivos fiscais e produtos caros e de baixa qualidade, é o setor automobilístico. Na decisão do Congresso de incluir veículos elétricos na lista dos itens passíveis de cobrança do imposto seletivo, prevaleceu o protecionismo das montadoras instaladas no Brasil, que estão atrasadas no processo de eletrificação e vêm perdendo mercado para as concorrentes chinesas.

A indústria de bebidas também conseguiu arrancar uma legislação posterior que vai diferenciar a cobrança do imposto por tipo de produto e teor alcoólico e ainda uma implantação gradual até 2033.

Esses são apenas alguns dos benefícios concedidos nesta nova rodada do feirão de benesses promovido pelo Congresso Nacional na reforma tributária.

A cada votação, o país se afasta mais um pouco das melhores práticas internacionais, beneficiando algumas poucas empresas em detrimento de milhões de pagadores de impostos e consumidores.

Curta

Ipec

A avaliação positiva do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumentou em quatro meses e passou de 33%, registrado em março, para 37%, segundo pesquisa Ipec divulgada na quinta-feira (11). A avaliação negativa do governo oscilou dos 32% para 31%. Dos entrevistados, 31% consideram a gestão regular. A avaliação positiva corresponde aos eleitores que consideram a gestão ótima ou boa. Já a negativa representa os entrevistados que avaliam como ruim ou péssima.

A pesquisa mostra uma melhora na imagem do governo. Desde setembro de 2023, a avaliação positiva estava em queda: naquele mês, 40% avaliavam a gestão como ótima ou boa. Em dezembro, foi para 38%, caiu para 33% em março e agora, chegou a 37% — mesmo percentual de junho de 2023.

Os maiores percentuais de ótimo e bom estão entre os que vivem no Nordeste (53% de ótimo/bom), com ensino fundamental (48%) e renda de até um salário mínimo (48%). A avaliação entre os evangélicos enfrenta dificuldades: 39% consideram o governo ruim ou péssimo e 27% avaliam como ótimo ou bom. A pesquisa tem margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. O instituto ouviu 2 mil pessoas entre 4 e 8 de julho.

INÊS 249

Judiciário Investigação da PF mostra esquema para monitorar supostos adversários e indícios de ligação com atos golpistas de 8 de janeiro

Abin teria sido usada para beneficiar filhos de Bolsonaro

Isadora Peron, Gabriel Shinohara, Gabriela Pereira e Guilherme Pimenta
De Brasília

A Polícia Federal (STF) deflagrou na quinta-feira (11) uma nova fase da Operação Última Milha, que apura o uso ilegal estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A suspeita é que o esquema tenha sido usado para beneficiar familiares do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e monitorar supostos adversários do antigo governo, entre eles ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares e até jornalistas. O avanço da investigação também apontou indícios de ligação do caso com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Ao todo, cinco pessoas foram presas. Após as diligências, o ministro Alexandre de Moraes retirou sigilo de parte dos autos. O deputado e pré-candidato à Prefeitura do Rio, Alexandre Ramagem (PL), que foi diretor da agência no período, não foi alvo da operação, mas é apontado pela PF como o responsável por dar as ordens que seriam executadas pelos integrantes da chamada "Abin paralela".

Dois dos presos atuaram no Centro de Inteligência Nacional (CIN), setor da Abin criado durante a gestão de Ramagem: o agente da PF Marcelo Araújo Bormevet e o militar do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues.

Também foram detidos nomes ligados ao chamado "gabinete do ódio", estrutura que teria sido montada no Palácio do Planalto pelo vereador Carlos Bolsonaro para atacar opositores. Um deles foi Mateus de Carvalho Spósito, que foi assessor da Secretaria de Comunicação Social (Secom). Já Richards Pozzer e Rogério Beraldo de Almeida são apontados como donos de perfis responsáveis pela divulgação de "fake news".

"Os investigados, segundo a Polícia Federal, participaram de uma estrutura espúria infiltrada na Abin voltada para a obtenção de toda a ordem de vantagens para o núcleo político, produzindo desinformação para atacar adversários e instituições que, por sua vez, era difundida por intermédio de vetores de propagação materializados em perfis e grupos controlados por servidores em exercício na Abin", escreveu Moraes em sua decisão.

Para o ministro, a PF detalhou "minuciosamente" os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva dos investigados, apesar de a Procuradoria-Geral da República (PGR) ter sido contra a medida. Ele apontou que as condutas eram "ilícitas e gravíssima" e representavam "ameaça à segurança de autoridades públicas, bem como voltadas para a obtenção não só de vantagens de natureza econômica, mas especialmente de natureza política".

O relatório da Polícia Federal tem 187 páginas e mostrou indícios de que uma série de autoridades foram monitoradas de maneira ilegal durante o governo Bolsonaro, inclusive o próprio Moraes e outros ministros do STF, como Dias Toffoli, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso, atual presidente da Corte.

Já no Poder Legislativo, o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi um dos alvos, assim como o seu antecessor no cargo, Rodrigo Maia. Também estão na lista senadores, como Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Também teriam sido monitorados servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e auditores da Receita Federal. Entre os jornalistas listados estão as colunistas Vera Magalhães ("O Globo") e Mônica Bergamo ("Folha de S.Paulo").

Em relação aos ministros do Supremo, a estrutura da Abin teria sido usada com o objetivo de questionar a segurança do sistema eleitoral. Para os investigadores, atacar as urnas eletrônicas era um "mantra reiterado nas ações de desinteligência".

No relatório, a PF apontou indícios que relacionam o esquema da Abin aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Trocas de mensagens entre suspeitos também mostraram que eles sabiam da existência do documento que ficou conhecido como "minuta do golpe". Em uma conversa, no dia 21 de dezembro de 2022, Bormevet questionou Giancarlo sobre a possibilidade de Bolsonaro assinar "a porra do decreto". "O Nosso PR imbrochável já assinou a porra do decreto?", perguntou.

Giancarlo então respondeu: "Assinou nada. Tá foda essa espera, se é que vai ter alguma coisa." Bormevet mostra-se cético sobre a medida. "Tem dia que eu acredito que terá, tem dia que não."

O tema também foi tratado por Bormevet com outros investigados, que discutiam a possibilidade de intervenção militar após a derrota de Bolsonaro na eleição. Para a PF, isso indicaria "no mínimo potencial conhecimento do planejamento das ações que culminaram na construção da minuta do decreto de intervenção".

Os investigadores apontaram ainda que essas condutas demonstram a relação do caso com os inquéritos das "fake news" e das milícias digitais, que tramitam no STF, e "potencialmente se situam no nexo causal dos delitos que culminaram na tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito".

Em sua decisão, Moraes autorizou o compartilhamento dos dados com as demais apurações. "As investigações apontam que as mencionadas ações clandestinas ensejaram, motivaram e causaram, direta ou indiretamente, a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 8 de janeiro de 2023, que pretendia abolir nosso Estado Democrático de Direito e instituir uma ditadura e cujas investigações e processos já acarretaram mais de 230 condenações", escreveu.

> "Os investigados participaram de uma estrutura espúria infiltrada na Abin"
> *A. de Moraes*

O relatório da PF também demonstrou que os envolvidos no caso costumavam se referir a Ramagem como "mestre". Foram identificadas ordens dele para "consultar os processos judiciais dos três senadores patetas do circo" em referência aos integrantes da cúpula da Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid: Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL).

"Os servidores diretamente vinculados ao então diretor da Abin, delegado Alexandre Ramagem, valendo-se dos recursos públicos materiais e humanos da Agência Brasileira de Inteligência realizaram ação clandestina determinada pelo 'mestre' e pelo 'chefe' contra senadores da República para desestabilizar os trabalhos da CPI da Covid", afirmou a Polícia Federal.

Em outra frente, a estrutura da Abin também teria sido usada para blindar os filhos de Bolsonaro de investigações. O relatório da PF apontou que o então presidente teve uma reunião com Ramagem e com o general Augusto Heleno, que na época era chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para encontrar uma forma de auxiliar a defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso das "rachadinhas".

Os investigadores dizem ter encontrado, em posse de Ramagem, uma gravação de 1 hora e 8 minutos da reunião, que ocorreu em agosto de 2020. A transcrição da conversa não está no relatório. O objetivo do encontro teria sido mobilizar a área da inteligência do governo para encontrar "podres e relações políticas" dos auditores da Receita Federal que elaboraram os relatórios que deram início às investigações fiscais sobre o mandato de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio, quando era deputado estadual.

"Neste áudio, é possível identificar a atuação do delegado Alexandre Ramagem, indicando, em suma, que seria necessária a instauração de procedimentos administrativos contra os auditores da receita com o objetivo de anular a investigação, bem como de retirar os auditores dos seus respectivos cargos", apontou a PF.

Outro filho do ex-presidente beneficiado foi Jair Renan. A "Abin paralela" teria atuado para produzir provas a favor dele, em uma investigação sobre tráfico de influência. O esquema envolveu até mesmo a espionagem de antigos sócios do rapaz, que hoje é pré-candidato a vereador em Balneário Camboriú (SC).

O **Valor** não localizou as defesas dos alvos da operação. Procurado para comentar o caso do militar Giancarlo Rodrigues, o Exército informou que "não se manifesta sobre processos em curso, conduzidos por outros órgãos". Procurada para comentar a prisão do agente Marcelo Araújo Bormevet, a PF não retornou.

Em vídeo publicado nas redes sociais, o senador Flávio Bolsonaro alegou que apenas tentava ter acesso, supostamente por vias legais, a quem foram os auditores da Receita Federal que acessaram os seus dados. Ele acusou o governo e afirmou que "o grupo especial de Lula na Polícia Federal ataca novamente".

Procurada, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro não retornou. Também não se manifestou Alexandre Ramagem (ver abaixo). Entre os monitorados, o senador Randolfe Rodrigues classificou a "Abin paralela" como "o maior aparato de espionagem contra a vida privada de cidadãos brasileiros". "A Abin, em mãos erradas, foi usada para tentar corromper a estrutura do Estado Democrático", disse o parlamentar à imprensa. O Supremo disse que não iria comentar a menção aos ministros da Corte nas investigações. ***(Colaborou Mariana Assis, de Brasília)***

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Bolsonaro e Ramagem: diretor da agência no período é apontado como o responsável por dar as ordens na 'Abin paralela'

Nova fase da operação pode acelerar o processo de reestruturação da agência

Análise

Fernando Exman
Brasília

Quando o atual diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Luiz Fernando Corrêa, foi convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir o cargo, estava claro que a instituição enfrentaria um longo e profundo processo de depuração.

Já estava em curso um processo interno para apurar o que se convencionou a chamar de "Abin Paralela" e a Polícia Federal também estava no caso, amplificado depois da tentativa de golpe ocorrida no dia 8 de janeiro de 2023. Mas a exposição pública do ataque institucional que a agência sofreu já havia se tornado óbvia quando foi divulgado o vídeo da reunião ministerial que o ex-presidente Jair Bolsonaro realizou no dia 22 de abril de 2020.

Na ocasião, Bolsonaro reclamou da falta de poder sobre os órgãos do sistema brasileiro de inteligência e deixou claro a auxiliares a disposição de interferir em qualquer área do governo, inclusive substituindo profissionais de áreas sensíveis considerasse isso necessário. Disse que não esperaria ver sua família ou amigos serem prejudicados para levar adiante medidas como essa.

Depois vieram as notícias publicadas pelo jornal "O Globo" sobre a utilização indevida do programa FirstMile com o objetivo de monitorar os passos de autoridades, adversários e jornalistas, em função de interesses particulares e de maneira ilegal. Mas agora tudo está descrito em detalhes no relatório da Polícia Federal, que nesta quinta-feira (11) deflagrou a quarta etapa da Operação Última Milha — uma referência, aliás, ao programa de espionagem FirstMile.

Esta nova fase pode acelerar o processo de reestruturação empreendido pela gestão Corrêa.

Em sua sabatina no Senado, em maio do ano passado, ele citou como prioridades o impacto das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar e as exportações brasileiras; a prevenção ao extremismo violento; e segurança cibernética. Em outra frente, está alinhado com o governo que a Abin terá cada vez melhores processos internos de trabalho. A meta é assegurar mecanismos que evitem desvios de função e, ao mesmo tempo, garantam a segurança das informações e o rastreamento de sua utilização. Dessa forma, pode ser pavimentado um caminho para que se discuta, com menos ruídos e mais transparência, o fortalecimento dos instrumentos de trabalho da agência.

Nenhuma instituição gosta de ver suas entranhas expostas. Mas pelo bem da própria Abin ela está sendo enquadrada novamente como uma instituição de Estado.

Operação pode afastar eleitor mais moderado e de centro de Ramagem

Camila Zarur
Do Rio

A operação da Polícia Federal que mira o monitoramento ilegal feito pela Agência de Inteligência Brasileira (Abin) no governo de Jair Bolsonaro (PL) pode respingar na corrida eleitoral à Prefeitura do Rio. O ex-diretor do órgão, deputado federal Alexandre Ramagem (PL) pode perder votos de eleitores da direita mais moderada e de centro por conta do caso, segundo lideranças do próprio partido e especialistas em pesquisas de opinião.

Essa é justamente a porção do eleitorado sobre a qual o parlamentar precisa avançar para poder crescer e fazer frente ao atual prefeito, Eduardo Paes (PSD). Embora Ramagem não esteja entre os alvos da operação da quinta-feira (11), ele esteve na mira da PF na primeira operação do caso, em janeiro. O deputado também é citado no relatório do inquérito e no parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR). A reportagem tentou contato com Ramagem, mas não teve retorno.

Apesar de o pré-candidato bolsonarista não ter deslanchado nas pesquisas (as últimas sondagens da Quaest e do Datafolha o mostram com 11% e 7% das intenções de voto, respectivamente), tanto integrantes da campanha de Ramagem quanto adversários estimam que ele tenha uma base de 25% a 30% dos votos. É o percentual que representa o eleitorado mais fiel a Bolsonaro e que deve seguir o caminho que ele apontar.

As investigações da Abin pouco devem afetar a candidatura de Ramagem em relação aos eleitores bolsonaristas. Quem já votaria nele por causa de Bolsonaro dificilmente mudará seu voto. Tal fenômeno pode ser definido como "calcificação" da política, diz Felipe Nunes, diretor da Quaest.

"O desafio de Ramagem é tirar eleitores de Bolsonaro que hoje votam em Paes. A operação vai tornar essa tarefa mais custosa, mas não avalio que seja capaz de impedir totalmente essa troca de votos no processo eleitoral. O eleitorado bolsonarista é em grande parte fiel e engajado", diz Nunes.

No entanto, esse cenário não se repete entre os eleitores de centro e os de direita que não são tão ligados a Bolsonaro. Integrantes do PL do Rio reconhecem que as acusações e eventuais operações contra Ramagem podem atrapalhar os esforços de conquistar esse eleitorado "fora" da polarização.

> "Ramagem terá de tirar eleitores de Bolsonaro que votam em Paes"
> *Felipe Nunes*

Os interlocutores ouvidos pelo **Valor** afirmam que, por ora, conta a favor de Ramagem o momento que essa nova fase da investigação acontece. Até agora as pesquisas indicam que as pessoas ainda não estão tão ligadas à eleição municipal. Há ainda, pontua um aliado do deputado, o sentimento de "alienação" da população de que as denúncias deem em algo.

Existe no entorno de Ramagem e de Bolsonaro, contudo, um receio de que surjam novas operações mais próximas ao pleito e que mirem diretamente o deputado federal. Se isso acontecer a poucos meses da eleição, quando as pessoas estiverem mais atentas à disputa eleitoral, o impacto pode ser maior, conforme avaliam aliados.

Para afastar possíveis desgastes, a campanha de Ramagem vai apostar na narrativa de "perseguição", esperando, assim, engajar os eleitores bolsonaristas. Essa é a mesma linha de defesa adotada para as demais acusações contra Bolsonaro, em quem o pré-candidato se apoia para crescer na corrida.

Cenário Terceira sessão plenária do PC chinês na próxima semana deverá ter foco em tecnologia de ponta e na política fiscal

China minimiza expectativas de 'medidas econômicas fortes'

Joe Leahy, Wenjie Ding e Cheng Leng
Financial Times, de Pequim e Hong Kong

Peng, funcionária de um meio de comunicação estatal em Pequim, foi obrigada a aceitar uma segunda redução de salário em menos de um ano, com a fraqueza da economia da China atingindo até mesmo empresas do governo. A situação de Peng, que se repete pela China em meio à fraca recuperação da crise imobiliária e da pandemia, ilustra os desafios do governo do presidente Xi Jinping, que se prepara para um dos encontros quinquenais mais importantes do Partido Comunista chinês.

No passado, o partido usou a terceira sessão plenária de seu Comitê Central, seu órgão da elite de líderes, para abordar as questões econômicas mais importantes do momento. Em 1978, Deng Xiaoping usou a reunião para lançar sua iniciativa de "reforma e abertura" da era pós-Mao Tsé-tung.

Alguns especialistas argumentam que agora são necessárias ações igualmente ousadas para reacender a demanda interna e evitar que a segunda maior economia do mundo entre numa espiral deflacionária. Recentemente, contudo, no Fórum Econômico Mundial conhecido como "Davos de verão", na cidade litorânea de Dalian, Nordeste da China, o premiê do país, Li Quiang, indicou que não haverá uma terapia de choque.

Na esteira da pandemia, a economia da China está como um paciente recuperando-se de uma grave doença, segundo Li. "De acordo com a teoria médica chinesa, a esta altura, não podemos usar remédios fortes. Devemos ajustar com precisão e nutrir lentamente [a economia], permitindo que o corpo se recupere gradualmente."

O crescimento da China foi forte no primeiro trimestre, uma expansão de 5,3% na comparação anual, puxado pela produção industrial, embora os gastos dos consumidores tenham continuado instáveis.

Os analistas têm dissecado os recentes discursos de Xi e outros líderes em busca de sinais do rumo das políticas econômicas de Pequim para os próximos cinco anos ou mais, que podem ser revelados na reunião de 15 a 18 de julho.

Entre as possíveis áreas de foco estão as "novas forças produtivas de qualidade" de Xi (um jargão do partido para tecnologias avançadas e aos setores de energia verde e de indústria de ponta), além das reformas fiscais e de bem-estar social, como mudanças no sistema chinês de registro domiciliar "hukou" e esforços para revigorar a confiança do setor privado.

O Comitê Central — hoje com 205 membros titulares e 171 suplentes nomeados no 20º Congresso do partido em outubro de 2022 — em geral realiza sete sessões plenárias em seu mandato de cinco anos. A terceira atrai particular atenção em razão do histórico de pronunciamentos importantes sobre política econômica.

"A hipótese básica é que esta terceira plenária não marcará uma mudança fundamental no curso já traçado por Xi", disseram os analistas Andrew Batson e Wei He, da Gavekal, em uma nota de análise.

"A agenda oficial é estudar 'o avanço da modernização de estilo chinês'", termo cunhado por Xi para descrever sua ideia de grandeza nacional, na qual a autossuficiência tecnológica e a segurança nacional têm mais peso do que o crescimento econômico.

> "A agenda oficial é estudar 'o avanço da modernização de estilo chinês"
> *Andrew Batson e Wei He*

As novas forças produtivas são um exemplo disso. Neste ano, Xi vinculou sua estratégia de produção industrial, que tem priorizado o investimento em setores como os de veículos elétricos (VEs), baterias, semicondutores e biotecnologia, ao conceito de produtividade total dos fatores, um indicador da produção econômica que não é motivada por aumentos em recursos como o capital e o trabalho.

Isso gerou expectativas entre os economistas de uma abordagem de crescimento mais baseada no mercado. A Gavekal, porém, sustenta que não há indicações de que o Estado reduzirá seu papel na economia. Pequim ainda quer "guiar a alocação de recursos para alcançar os objetivos políticos de modernização industrial e inovação tecnológica", segundo Batson e Wei.

Mas as reformas fiscais são uma área na qual pode haver mudanças, dizem analistas em Pequim.

O governo federal da China responde por apenas cerca de 10% dos gastos públicos totais, em comparação a uma média mundial de cerca de 20%. No entanto, Pequim controla um volume desproporcional da arrecadação em comparação aos governos locais. Isso, em parte, provocou uma crise de dívida em muitos desses governos locais, que encontram dificuldade para incrementar a arrecadação em meio à crise imobiliária.

"A principal orientação da reforma a ser realizada é como aumentar a parte de gastos do governo federal no total de despesas do país", disseram economistas de um centro de estudos ligado ao governo.

Quanto à reforma da Previdência social, as empresas estarão atentas a qualquer dica de adiamento da idade de aposentadoria, que está entre as menores do mundo, de 60 anos para homens e de 55 para mulheres em trabalhos administrativos e 50 para mulheres em trabalhos manuais.

À medida que o declínio demográfico se consolida — em 2023 a população da China diminuiu pelo segundo ano seguido —, as autoridades precisam encontrar maneiras de suavizar o crescente peso fiscal do pagamento das aposentadorias, alertam especialistas.

Alguns empresários têm a esperança de sejam anunciados incentivos para empresas privadas, como a elevação dos limites de participação estrangeira em alguns setores, para reanimar os ânimos afetados pela ofensiva fiscalizadora do governo contra as áreas imobiliária e de comércio eletrônico.

Outros também ainda querem uma resposta decisiva para a crise imobiliária. A terceira sessão plenária poderia ser uma oportunidade para um anúncio "big bang" sobre os imóveis, sugerem analistas.

Mas a maioria dos observadores considera isso improvável e adverte que o principal foco será a continuidade, uma vez que Pequim tenta levar a cabo uma transição de um modelo econômico de alto crescimento alimentado por dívidas e pela construção imobiliária e de infraestrutura para um caracterizado pelo investimento em setores verdes e de alta tecnologia.

"Não devemos esperar muito em torno à terceira plenária", disse um economista renomado de um centro de estudos governamental. Ele acrescentou que os mercados já preveem um encontro contido em grandes anúncios. Os índices referenciais de ações de Shenzhen e Xangai caíram 1,6% desde os comentários de Li Qiang em Dalian.



SUSAN WALSH/AP
Joe Biden concedeu ontem sua primeira entrevista coletiva em um ano

Em meio à pressão, Biden chama Zelensky de Putin e Kamala Harris de Trump

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

O presidente americano, Joe Biden, de 81 anos, apresentou-se ontem numa entrevista coletiva em Washington dando sinais de que não pretende ceder às pressões para que abandone corrida pela reeleição, em 5 de novembro.

Mas durante a sessão de perguntas voltou a apresentar-se rouco, hesitante em alguns momentos, pigarreando em muitos momentos e exibindo episódios de confusão — similares com os que mostrou no mês passado durante o primeiro debate com seu adversário republicano, Donald Trump, e que levantaram as dúvidas sobre sua aptidão para o cargo. Na sua primeira resposta, a um repórter que perguntou se ele considerava sua vice, Kamala Harris como alguém capacitada para exercer a presidência, ele a chamou de "Trump".

"Eu não teria escolhido a vice-presidente Trump [quando queria dizer Harris] para ser vice-presidente se não achasse que ela não era qualificada para ser presidente", afirmou Biden. Para dizer em seguida que ele, Biden, era a pessoa mais qualificada para ocupar a Casa Branca. "Eu derrotei Trump uma vez, e o derrotarei novamente", afirmou. "Simplesmente continuaremos seguindo em frente. Temos muito a fazer e um trabalho a terminar", declarou.

A entrevista selava o encerramento da reunião de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental), em Washington. Pouco antes do encontro com jornalistas, Biden tinha chamado o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, de "presidente Putin", durante um encontro bilateral. Depois, tentou se corrigir: "Presidente Putin! Vamos derrotar o presidente Putin. Presidente Zelensky. Estou focado em derrotar Putin. Temos de nos ocupar disso. De qualquer forma, senhor presidente."

Gafes verbais não são novidade para Biden. Em fevereiro, em um comício em Las Vegas, ele chamou o presidente francês, Emmanuel Macron, de "François Mitterrand".

No decorrer da entrevista, Biden atribuiu suas falhas de memória ao acúmulo de tarefas dos últimos meses. "No próximo debate, não viajarei para 15 fusos horários uma semana antes", afirmou, referindo-se ao confronto com Trump de junho.

Alguns analistas estimaram que ele se mostrou relativamente assertivo ao falar sobre suas conquistas econômicas e temas de política externa, como disputas com a China, a guerra na Ucrânia, a crise no Oriente Médio, etc. "Ele apresentou algumas falhas mas mostrou certa habilidade, talvez por estar falando mais vagarosamente, sobre temas como política exterior e China", informou a comentarista do jornal "The New York Times" Lisa Lerer.

> "No próximo debate, não viajarei para 15 fusos horários uma semana antes"
> *Joe Biden*

A entrevista era considerada um dos testes definitivos para a candidatura Biden. E se deu no momento em que a pressão para que abandone a corrida presidencial mais crescia.

O presidente disse na entrevista que "está cercado de bons médicos todos os dias". "Se eles acharem que há um problema, eu prometo que farei um exame neurológico — ou mesmo se eles acharem que não há problema, mas acharem que eu deveria deva fazer um exame novamente, eu farei", acrescentou.

Uma pesquisa do instituto Ipsos mostrou ontem que 67% dos entrevistados gostariam que o presidente passasse a candidatura para outro democrata. A mesma pesquisa, encomendada pela emissora "ABCNews" e pelo "Washington Posto", indicava que Harris, tinha 49% das intenções de voto se disputasse a eleição contra o ex-presidente Donald Trump, que teria 46% — desempenho superior ao Biden.

O atual presidente, pela mesma pesquisa, obteria 44% dos votos — numericamente atrás de Trump, que teria 46%.

A pesquisa Ipsos traz ainda outro dado preocupante para Biden: 85% dos entrevistados consideram-no idoso demais para ocupar o cargo. Trump, que é apenas três anos mais novo do que Biden, é considerado velho demais por 60% dos americanos.

O deputado Adam Smith, que foi um dos primeiros democratas da Câmara a pedir a retirada de Biden, disse que a própria expectativa sobre o desempenho de Biden na entrevista de encerramento da reunião da Otan, já era uma indicação de que é preciso substituí-lo na cabeça da chapa presidencial o mais rápido possível. "O que quero dizer é que — se estamos tendo uma conversa séria sobre se nosso candidato pode encarar uma entrevista coletiva neste ponto — nós já sabemos o que deveríamos saber e o que deve ser feito", disse.

A continuação ou não de Biden na eleição presidencial ofuscou até mesmo a própria reunião de líderes da Otan — que esperava realizar uma cúpula festiva em Washington par celebrar seu 75º aniversário de fundação.

Doadores democratas disseram ao jornal britânico "Financial Times" que o financiamento para a campanha eleitoral do partido estava "secando" como consequência de Biden manter-se como candidato. "Não encontramos com ninguém no Senado ou entre doadores na Câmara que não gostaria de ver outro candidato à presidência", disse o doador e investidor democrata Jeff Walker, membro do Leadership Now Project.

Mundo está fora da rota em renováveis

Daniela Chiaretti
De São Paulo

As fontes de energia renováveis são as que mais crescem, mas não o suficiente para que o mundo cumpra o compromisso acertado na COP 28, a conferência das Nações Unidas de Dubai — a meta é triplicar as renováveis até 2030.

Em 2023 registrou-se um aumento sem precedentes, de 14%, na capacidade das energias renováveis, um salto sobre a taxa anual de 10% verificada entre 2017 e 2023. Contudo, para manter o curso, a taxa mínima tem que ser de 16,4% ao ano até 2030.

O dado consta do relatório The Renewable Energy Statistics da agência internacional de energia, Irena, com sede em Abu Dhabi. "O compromisso exige um esforço monumental", reconheceu Francesco La Camera, diretor geral da Irena, ao **Valor**, durante a COP 28. Na ocasião, La Camera fez a conta. "Isso significa sair da atual capacidade instalada de 3.400 GW para 11 mil GW em 2030. Ou seja, sair de 3,4 terawatts e atingir 11 terawatts", explicou.

O novo relatório confirma a previsão. "A energia renovável tem superado cada vez mais o desempenho dos combustíveis fósseis, mas não é hora de ser complacente. As energias renováveis precisam crescer em maior velocidade e escala", disse La Camera, segundo nota enviada à imprensa. "Nosso novo relatório lança luz sobre a direção da viagem; se continuarmos com a atual taxa de crescimento, só enfrentaremos o fracasso", seguiu.

Isso significa ameaçar as metas do Acordo de Paris e perder a chance de limitar o aumento de temperatura em 1,5°C.

Irena é a agência designada para monitorar os avanços (ou não) do compromisso. Os números revelados agora escondem, por exemplo, a concentração geográfica de investimentos em fontes de energias renováveis. "Esses padrões ameaçam aguçar a divisão da descarbonização e representam uma barreira significativa para atingir a meta de triplicar as renováveis", seguiu.

As estatísticas da Irena consideram várias fontes de informação. Há muitos dados sobre o desempenho do Brasil nas renováveis.

O presidente da COP 28, Sultan Al Jaber disse que o relatório "é um alerta para o mundo inteiro: embora estejamos progredindo, não estamos no caminho certo". Continuou: "Precisamos aumentar o ritmo e a escala".

A colaboração entre governos, setor privado, organizações multilaterais e a sociedade civil precisa aumentar. Al Jaber defendeu que os governos definam "metas explícitas para a energia renovável e analisem ações de como acelerar o licenciamento e a expansão das conexões à rede "além de implementar políticas inteligentes que estimulem os setores e incentivem o setor privado a investir".

O Brasil, que irá presidir a COP 30, forma uma troika com os Emirados Árabes Unidos, que hospedaram a COP 28, e com o Azerbaijão, que irá sediar a COP 29, em novembro. Trata-se de um eixo político para dar impulso à maior ambição nos compromissos climáticos dos países.

Antes da COP 30, no Brasil, os países terão que apresentar novas NDCs, sigla que define os compromissos climáticos. Jaber defende: "Este momento oferece uma oportunidade para adicionar metas nacionais de energia fortes nas NDCs que apoiem o objetivo global de manter a meta de 1,5°C dentro do alcance." Os Emirados, como o Brasil, estão entre os 10 maiores produtores de petróleo do mundo.

Demanda por petróleo deve cair, prevê AIE

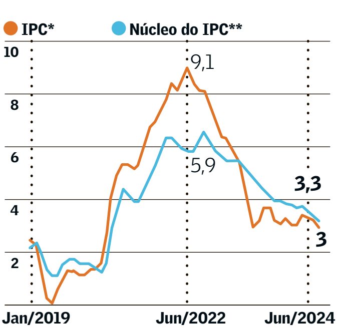
Agências internacionais

O crescimento global da demanda por petróleo deve desacelerar para o próximo ano, enquanto as estimativas de produção aumentam, segundo a previsão divulgada hoje pela Agência Internacional de Energia (AIE). O cenário reforça as expectativas da agência de que o mercado provavelmente será afetado por excedentes nos próximos anos.

No relatório mensal, a AIE cortou suas projeções de crescimento da demanda do produto para o próximo ano para 980 mil barris/dia, ante 1 milhão de barris/dia anteriormente, afirmando agora que vê a demanda total na média de 104 milhões de barris/dia.

Segundo a agência, a demanda nos países mais ricos enfrenta um declínio à medida que a indústria adota medidas de eficiência energética e introduz veículos elétricos, enquanto o crescimento econômico segue fraco, apesar de os principais bancos centrais começarem a reduzir taxas de juros.

Menos inflação nos EUA
Taxas anuais, em %



Fonte: Escritório de Estatíticas dos EUA.
*Índice de preços ao consumidor
*Exclui os preços de alimentos e energia

EUA têm deflação de 0,1% em junho

Christopher Rugaber
Associated Press, de Washington

A inflação nos EUA esfriou em junho pelo terceiro mês consecutivo, um sinal de que o pior pico de preços em 40 anos está diminuindo gradualmente e pode em breve levar o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a reduzir a taxa de juros básica da economia.

Os preços ao consumidor caíram 0,1% de maio para junho, depois de terem permanecido estáveis no mês anterior, informou ontem o Departamento do Trabalho. Foi o primeiro declínio mensal na inflação desde maio de 2020, quando a economia foi paralisada pela pandemia de covid-19. Em termos anuais, os preços subiram 3% em junho, de 3,3% em maio.

Os últimos números da inflação deverão ajudar a convencer as autoridades do Fed de que a inflação está retornando à meta de 2%.

Excluindo os custos voláteis de alimentos e energia, o chamado núcleo da inflação — um indicador de tendência — subiu apenas 0,1% no mês em junho, abaixo do aumento de 0,2% em maio. Em termos anuais, o núcleo subiu 3,3% em junho, de 3,4% em maio.

Leia mais sobre o Fed na pág.C2

INÊS 249



Regulamentação da reforma tributária tem avanços e desafios

Depois de a Câmara dos Deputados ter aprovado ontem a regulamentação da reforma tributária, falta muito pouco para concluir a fase legislativa daquela que é uma das maiores transformações da economia brasileira desde o Plano Real. A reforma deixa para trás a pecha de pior sistema tributário do mundo, expressa nas recorrentes últimas posições do Brasil nos rankings anuais do Banco Mundial sobre o tema. O projeto não é perfeito, mas traz avanços essenciais em relação à regressividade vigente, aos altos custos de cumprimento das obrigações, à imensa litigiosidade criada a partir do cipoal de regras mutantes e à injusta repartição da carga de impostos sobre todos os setores da economia. A tributação brasileira se aproximará da que existe nas economias avançadas e nas emergentes modernas.

A aprovação da regulamentação pelo Congresso foi acelerada, fora dos ritos usuais, pulando as comissões, e levadas diretamente a plenário. Essas condições tenderam a favorecer a ação dos lobbies, que em alguns casos conseguiram mudar a seu favor o desenho original. A principal discussão, que ganhou força pela defesa do presidente Lula de que a "carne que o povo consome" deveria fazer parte da cesta básica isenta de impostos, terminou com a inclusão de todas as proteínas animais, queijos, além de aveia, farinhas, óleo de milho, plantas e produtos de horticultura. O mesmo movimento levou à migração de produtos como salmão e atum da alíquota cheia para a com redução de 60%.

A lógica proposta pelo Ministério da Fazenda era correta. As carnes não entrariam na isenção da cesta básica, mas na lista de alíquota reduzida em 60%, já que são produtos consumidos também pelas classes de maior renda. Os mais pobres, inscritos no Cadastro Único, receberiam de volta parte do imposto pago. O benefício seria focado e mais eficaz. O cashback prevaleceu para gás de cozinha, no qual já era de 100% do imposto federal (CBS) e 20% do estadual/municipal (IBS) e para água, luz e esgoto, que de 50% subiu para 100%.

Mais migrações de categorias de taxação maior para menor ocorreram com os medicamentos. Os listados pela Anvisa e os feitos por farmácias de manipulação passaram a ter alíquota reduzida em 60%, enquanto absorventes foram incluídos na categoria isenta. Planos de saúde para pets terão alíquota reduzida em 30%. O texto aprovado criou ainda a categoria do nanoempreendedor, quem tem receita de até R$ 40,5 mil anuais, que não será contribuinte do IBS e CBS. Entraram também nove categorias de insumos agropecuários e aquícolas com impostos reduzidos em 60%.

O Imposto Seletivo, destinado a tributar produtos que causam danos à saúde ou ao ambiente, incluirá o carvão e carros elétricos, mas não caminhões de carga. Um dos graves erros da reforma foi deixar fora desse imposto as armas. Pior: a atual tributação sobre elas gira em torno de 55% e cairá para 26,5%, a alíquota de referência do IVA-Dual. Ainda no caso do imposto seletivo, a taxação de até 1% sobre extração de minérios, petróleo e gás foi reduzida a 0,25%.

Quanto maior o grupo de isenções e reduções maior será a alíquota. Cálculos preliminares do que os deputados aprovaram ontem indicam que o total da carga seria superior aos 26,5%. A inclusão de carnes na cesta básica pode elevar o padrão em 0,53% (Ministério da Fazenda) ou 0,57% (Banco Mundial). A redução de impostos de medicamentos e do setor imobiliário pode aumentar em mais 0,5% a conta. A alíquota de referência passaria então de 27%, a mais alta do mundo, praticada pela Hungria.

Os deputados aprovaram uma trava para que a alíquota de referência não ultrapasse 26,5% e que passaria a valer em 2033. Para isso, até março de 2031 um projeto de lei complementar deveria ser enviado pelo Executivo apresentando correções de alíquotas para produtos e setores. Pelas declarações do presidente da Câmara, Arthur Lira, a calibragem se dará depois, e não agora. Isso teria desobrigado os deputados do trabalho ressurreição de apontar em quais setores ou produtos as alíquotas deveriam ser reduzidas para que outras fossem aumentadas e se respeitasse a alíquota de referência original.

Ou seja, como a reforma será iniciada em 2026, com os tributos federais, e de 2027 a 2033 para o IBS, ela começaria com uma carga maior. A tarefa de zelar pelo não aumento da carga foi dada ao Executivo, que terá também de, a cada cinco anos, verificar se as desonerações de impostos cumpriram seus objetivos e se a relação custo-benefício da isenção se mostrou adequada.

Esse é um desafio. A trava colocada pela Câmara e a revisão das isenções são compromissos importantes para impedir no futuro que governos abusem de aumento da arrecadação para resolver problemas eventuais. Mas seria importante que o Senado fizesse as modificações necessárias para reequilibrar a alíquota de referência para que ela saísse do Congresso e a reforma tributária começasse a ser implantada com o nível consensual. Ainda assim, a existência de mecanismos de correção de rota obrigatórios, e a possível criação pelo Senado de ajustes com menor periodicidade, permitirá que o objetivo de manutenção da carga tributária não seja desvirtuado.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor Econômico
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Setor privado pode ter importante contribuição para a capacidade de investir do SUS. Por **Luis Fernando Donadio**

O que o investimento social faz pela saúde pública

O título deste artigo parte da pergunta do estudo lançado no mês de junho pelo Grupo de Fundações e Institutos Empresariais (Gife): "O que o investimento social privado pode fazer pela saúde pública?". Aqui, nesta breve reflexão, partiremos da afirmação do que já se tem feito e de alguns caminhos do que ainda podemos fazer.

Comecemos contextualizando a complexidade e o desafio da operação do maior sistema público de saúde do mundo. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi um processo de mobilização, luta e conquista de diversos setores da sociedade, que culminou na Constituição Federal de 1988 instituindo a saúde como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. A partir daí, o SUS cresceu e se fortaleceu diante do desafio de atender um país com dimensões continentais: 6.000 hospitais credenciados, 44.000 Unidades Básicas de Saúde, 54.000 equipes de saúde da família, 12 milhões anuais de internações e 4 bilhões de atendimentos ambulatoriais são alguns dos números que dão a dimensão de um sistema que atende 7 a cada 10 brasileiros.

Para rodar, com a qualidade necessária, uma estrutura com essas dimensões é preciso de muito investimento. Mesmo contando com um dos maiores orçamentos da União, sabe-se que a saúde pública não possui todo o financiamento necessário para atender suas demandas. É o que os especialistas chamam de subfinanciamento do SUS.

E o Investimento Social Privado (ISP) nisso tudo? Primeiro, conceituemos o ISP como todos os recursos financeiros e não financeiros, diretos ou com incentivo fiscal, que a iniciativa privada e/ou suas fundações aportam em diferentes tipos de projetos com alcance social. Dados do Gife apontam que, em 2023, o ISP no Brasil foi de R$ 5,3 bilhões. Desse montante, aproximadamente R$ 1,1 bilhão foi destinado especificamente para ações de saúde pública. Se considerarmos que o orçamento do Ministério da Saúde (MS) no mesmo ano foi de R$ 162,9 bilhões, o ISP representou pouco menos de 1%.

À primeira vista imagina-se que o apoio privado não faça grande diferença, mas vejamos como se configura a realidade orçamentária da capacidade de investimento do MS: dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), também de 2023, mostram que, do orçamento destinado à saúde, 77% são vinculados a despesas obrigatórias, ou seja, recursos já comprometidos com a manutenção dos programas existentes, como pagamentos de folha salarial, compra de insumos e tudo o mais que permite manter a roda girando. Para despesas discricionárias, no qual se encaixam os investimentos em inovação, implementação de novas tecnologias, respostas as emergências de saúde pública são apenas 15%. A diferença restante é oriunda das emendas parlamentares.

O que os números nos dizem é que a capacidade do SUS para novos investimentos é extremamente limitada diante dos inúmeros desafios que possui. E é aí que o ISP pode trazer uma importante contribuição.

Falar de ISP na saúde traz uma primeira expectativa do apoio financeiro, mas importante incluir nessa agenda as significativas contribuições que o setor privado pode dar a partir de suas experiências de trabalho em rede, inovação aberta, compartilhamento de tecnologias, codesenvolvimento de soluções, experiências de gestão eficiente dos gastos, incubação e aceleração de projetos, consultorias estratégicas, entre outras possibilidades, que se bem articuladas, podem ser muito profícuas para a saúde pública brasileira.

Naturalmente que o recurso financeiro também é fundamental, tanto por funcionar como uma espécie de investimento anjo, estimulando inclusive a chegada de novos recursos públicos, como também por permitir uma celeridade de execução que muitas vezes a burocracia do recurso governamental não possibilita. Compartilho a seguir dois exemplos exitosos, frutos deste arranjo.

DOMINGOS PEIXOTO/AGÊNCIA GLOBO



O projeto da Plataforma de mRNA, tecnologia considerada fronteira do conhecimento na produção de vacinas, que vem sendo desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz. Hoje, no mundo, apenas duas indústrias tem o controle desta forma de produção, o que faz com que o domínio tecnológico desta plataforma dê ao Brasil a capacidade para responder à novas emergências em saúde com mais celeridade e autonomia, além do poder de escolha para desenvolver potenciais novas vacinas estratégicas aos países. Esse projeto vem sendo desenvolvido com recursos públicos, que somado aos apoios do ISP, têm possibilitado a realização de todas as etapas de desenvolvimento sem nenhum percalço financeiro.

O segundo exemplo é o Sistema de Alerta Precoce de Pandemias (AESOP), uma plataforma digital que monitorará os 5.570 municípios do país, identificando com até 45 dias de antecedência o início de um surto com potencial pandêmico e seu provável caminho de espalhamento para municípios vizinhos. O AESOP também tem se viabilizado graças ao arranjo da parceria público-privada.

É notório que últimos anos há uma importante evolução da atuação estratégica do ISP na saúde pública. Se num primeiro momento o foco era voltado às ações assistenciais, hoje empresas e fundações olham para iniciativas estruturantes e alinhadas a políticas públicas, seja no campo da saúde mental, dos impactos climáticos na saúde, nos desafios do envelhecimento da população, na queda das coberturas vacinais, entre outros temas prioritários do SUS.

Se até pouco tempo atrás havia poucos espaços de diálogo entre saúde pública e apoio da iniciativa privada, esse cenário mudou pós-pandemia. Saúde passou a integrar o "S" do ESG de muitas instituições; projetos de lei propondo renúncias fiscais para doações começaram a tramitar; fóruns com a presença de executivos e gestores públicos cresceram, entre outros movimentos que fortalecem as potencialidades deste modelo governança colaborativa. Naturalmente, ainda há uma longa estrada em que se avançar, mas muita coisa relevante já tem sido feita.

O SUS é uma das principais conquistas sociais do nosso país. Somos a única nação com mais de 100 milhões de habitantes que assumiu o compromisso de oferecer um sistema de saúde gratuito como um direito de todos, desde a gestação e por toda a vida. Sua manutenção e fortalecimento é uma responsabilidade do Estado Brasileiro, mas o ISP pode trazer importantes contribuições. Unir capacidades qualifica nossa capacidade de resposta aos diferentes desafios da saúde no país, e considerando que a trilha que se tem pela frente é longa e sinuosa, melhor caminhar acompanhado.

Luis Fernando Donadio é coordenador-geral de Captação da Fiocruz e diretor na Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz.

Um grande momento para a EPT

Ana Inoue



A Política Nacional da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) começa a se configurar em nosso país. No ano passado, celebrei a lei 14.645, sancionada em 2 de agosto, que instituiu o Marco Legal do Ensino Técnico. À época, destaquei a importância de a lei prever a constituição de um órgão de governança, com representantes de diferentes setores. A boa notícia é que o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), instituído em abril deste ano, por meio da publicação do Decreto 11.985/2024, entrou em campo e deu seus primeiros passos na última semana.

O grupo será responsável por produzir subsídios para a construção da Política Nacional de EPT para que, a partir dela, seja possível expandir a oferta dessa modalidade, visando garantir às juventudes formação de qualidade e perspectiva real de desenvolvimento pessoal e profissional.

Sob a coordenação do MEC, o GTI se constitui como um espaço de diálogo e construção e nele estão envolvidos representantes de ministérios, órgãos e entidades públicas e privadas, instituições de ensinos técnico e superior, movimentos sociais, da sociedade civil organizada, especialistas, setor produtivo, trabalhadores e estudantes.

É um passo importante e que merece ser destacado porque ter uma Política Nacional de EPT é condição necessária para a democratização dessa modalidade de ensino. Precisamos, agora, por meio deste GTI, garantir uma política que considere o que é relevante para as juventudes, para o país e para os territórios. E que entregue aos nossos jovens um caminho efetivo para que se desenvolvam plenamente, tanto pessoal como profissionalmente.

Temos inúmeros desafios, como valorizar e formar continuamente os professores das redes estaduais de ensino garantindo condições dignas de trabalho; definir a oferta de cursos articulada às transformações e tendências do mundo do trabalho, modernizando os cursos oferecidos e ampliando cada vez mais a sua qualidade; estabelecer parâmetros adequados para ampliação do financiamento à EPT que permita a todos os jovens o acesso a cursos atualizados e de alta qualidade; considerar as expectativas das juventudes, promover seu desenvolvimento pessoal e profissional e oportunizar uma carreira com horizonte e dignidade.

A responsabilidade é de todos nós. Como já falado anteriormente neste espaço, os jovens de hoje, adultos de amanhã, serão os responsáveis pelo país em pouco tempo e a EPT pode fazer a diferença para que tenham um desenvolvimento sólido e saudável, perspectivas reais de mobilidade social e inserção digna no mundo do trabalho.

Vale lembrar que o trabalho é uma das principais vias para garantir o pleno exercício da cidadania e do país. Valorizá-lo sempre e permitir aos jovens que conheçam e compreendam como se organiza o mundo do trabalho é também parte da condição para que se apossem do futuro. Por ora, temos ainda uma parcela da responsabilidade na abertura de caminhos para sua formação e na entrega de boas oportunidades a eles. A formação deste GTI atuando em regime de colaboração e coordenando os esforços entre diferentes atores é promissor para isso e para o futuro das nossas juventudes.

Nesse contexto de fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica cabe destacar, também, a recente aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Lei (PL) 5.230/2023, que altera o Ensino Médio. A proposta, que aguarda sanção presidencial, manteve pontos relevantes para a formação das juventudes. O primeiro deles é a educação profissional articulada com a formação geral básica. A manutenção da EPT como parte do Ensino Médio é um avanço que merece reconhecimento pois permitirá ampliar matrículas e democratizar o acesso à educação profissional.

Vale lembrar que todas as escutas realizadas com as juventudes (feitas pelo MEC, pelas secretarias estaduais e por diferentes organizações da sociedade civil) trazem a expectativa recorrente de acesso à educação profissional. Os outros dois pontos importantes que a lei manteve foram a ampliação da carga horária do Ensino Médio, de 2,4 mil para 3 mil horas, e a manutenção dos itinerários formativos. Estes aspectos garantem mais tempo dedicado à aprendizagem e a possibilidade de aprofundamento nas áreas de conhecimento.

Manutenção da EPT como parte do Ensino Médio permitirá ampliar matrículas e democratizar acesso

Por outro lado, há pontos de preocupação que merecem atenção. Aqui nesta coluna, em abril, ressaltei a importância de articular a dimensão do trabalho à formação geral e, da mesma forma, cuidar para que essa articulação permanecesse dentro das relações de trabalho já previstas em lei e regulamentadas, como o estágio e a aprendizagem profissional. Esta lei do ensino médio aprovada pelo Congresso manteve uma nova modalidade, o trabalho voluntário e remunerado, que pode resultar em um incentivo ao trabalho não regulamentado, à contratação precária de adolescentes e à experiência formativa frágil e sem qualidade.

Se sancionada pelo presidente desta forma, teremos que estabelecer formas de proteger o sistema educacional — professores, alunos e projeto educativo — de iniciativas que ainda não foram bem formuladas, testadas e avaliadas, antes de permitir que sejam legalmente introduzidas nos sistemas educacionais. A educação profissional articulada ao ensino médio ainda precisa se fortalecer e qualquer iniciativa que a fragilize deve ser evitada!

Termino este artigo otimista e cautelosa: o momento é promissor, mas temos que zelar para preservar a qualidade das mudanças em curso. A EPT está na agenda educacional estadual e nacional. A lei do Ensino Médio sancionada trará perspectivas de articulação da educação profissional com a formação geral básica. Até agosto de 2025 teremos uma Política Nacional de EPT para o Brasil, construída por um Grupo de Trabalho Interinstitucional em processo democrático e legítimo de escuta e diálogo entre muitos atores.

A EPT pode vir a ser um caminho de projeção, mobilidade social e desenvolvimento das juventudes, se soubermos cuidar para que assim seja. O momento mostra que precisaremos ser firmes na defesa da qualidade e não precarização da educação pública e da EPT em particular. Sabemos do potencial que a EPT possui para a economia e para o futuro do país e estamos diante de um horizonte de oportunidades de futuro para as juventudes brasileiras. Não podemos desperdiçar este momento.

Ana Inoue é superintendente do Itaú Educação e Trabalho, frente da Fundação Itaú com foco em educação profissional, juventudes e sua inclusão no mundo do trabalho.

Partidos devem voltar às raízes e representar os interesses dos trabalhadores. Por **Dani Rodrik**

Do que a nova esquerda precisa

As recentes eleições na França e no Reino Unido, juntamente com a atual campanha presidencial dos Estados Unidos, refletem os dilemas que os partidos de esquerda enfrentam enquanto tentam criar novas identidades e apresentar alternativas verossímeis à extrema-direita. Foi a extrema-direita quem capitalizou primeiro a reação crescente contra o neoliberalismo e a hiperglobalização após a crise financeira global de 2008. Há uma década, podia-se justificar uma reclamação sobre a "abdicação da esquerda".

Em sua defesa, os partidos de esquerda estão numa posição melhor hoje. O Partido Trabalhista britânico acabou de vencer de forma esmagadora, encerrando 14 anos de governo conservador. A coalizão de esquerda Nova Frente Popular (NFP) na França tem uma chance muito melhor de impedir a ascensão da extrema-direita do que as forças centristas aliadas ao presidente Emmanuel Macron. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, levou seu país a um território inexplorado com novas políticas industriais e verdes, embora esteja atrás de Donald Trump nas pesquisas.

Como as dificuldades dos democratas nos Estados Unidos indicam, a esquerda ainda tem muito trabalho pela frente. A idade de Biden e sua evidente incapacidade de convencer o público de sua aptidão mental são uma parte grande do problema. Mas a mensagem mista que os democratas têm enviado sobre o que de fato representam e quem representam também não ajuda.

Este é um problema que também aflige outros partidos. Como Thomas Piketty tem mostrado, os partidos de esquerda se desvincularam de sua base tradicional da classe trabalhadora e têm se voltado para a elite educada.

A esquerda ainda não forjou uma identidade que seja adequada para as realidades atuais. Como ela deve se reposicionar? Deve focar na redistribuição, como a NFP na França parece ter feito? Deve manter a responsabilidade fiscal, como o Partido Trabalhista do Reino Unido? Deve abraçar políticas industriais à la Biden, e com que propósito? Como deve lidar com questões como imigração, meio ambiente ou direitos dos transgêneros, sobre as quais a elite cultural tem opiniões muito diferentes do público em geral?



A insegurança econômica, a erosão da classe média e o desaparecimento dos bons empregos em regiões em declínio foram o coração do avanço populismo de direita. Apenas revertendo essas tendências a esquerda pode apresentar uma alternativa viável

Se a esquerda deseja recuperar a força política, deve retornar às suas raízes e, mais uma vez, representar os interesses dos trabalhadores. Isso significa focar diretamente em empregos bons, seguros e produtivos para trabalhadores sem diploma universitário. O aumento da insegurança econômica, a erosão da classe média e o desaparecimento dos bons empregos em regiões em declínio foram o coração do aumento do populismo de direita. Apenas revertendo essas tendências a esquerda pode apresentar uma alternativa viável.

A dificuldade é que as velhas estratégias não funcionarão. Trabalhadores sindicalizados na manufatura formaram o núcleo de apoio aos partidos de esquerda nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Eles também eram a base da classe média.

Hoje, a manufatura emprega uma parcela cada vez menor de trabalhadores nos EUA e na Europa. A maior parte da força de trabalho está nos serviços. Quando Biden assumiu o cargo em janeiro de 2021, a parcela de emprego na manufatura dos Estados Unidos já havia encolhido para 8,5%. Hoje está abaixo de 8,2%, apesar de todos os esforços de seu governo para revitalizar a manufatura. Alguns países europeus, como a Alemanha, têm parcelas maiores de emprego na manufatura, mas nenhum conseguiu evitar um declínio ao longo do tempo.

Os partidos de esquerda ainda não aceitaram totalmente esse fato. Nenhuma de suas falas sobre reindustrialização, competitividade, digitalização e transição verde soa realista quando se trata de empregos. Nem o protecionismo contra a China. Estratégias que se concentram na manufatura têm consideravelmente menos apelo político quando a maioria dos trabalhadores não está na manufatura e não tem perspectivas realistas de emprego nesse setor.

Políticas redistributivas também têm problemas. Há um argumento forte para tornar os sistemas tributários mais progressivos e aumentar as taxas de imposto dos que têm rendas mais altas. Transferências sociais maiores e previdências sociais melhores ajudariam, especialmente nos Estados Unidos, onde as redes de segurança social ainda são fracas. Mas as transferências de renda não compensam os trabalhadores pela perda de dignidade e reconhecimento social que acompanham o desaparecimento de bons empregos. Nem consertam a quebra na vida social e comunitária que ocorre quando fábricas fecham ou se mudam para outro lugar.

O que a esquerda precisa, então, é um programa crível de criação de empregos bons e produtivos em toda a economia — especialmente em regiões em declínio e para trabalhadores com menos que um diploma universitário. O alvo representativo de tal programa não é um trabalhador da indústria automobilística ou siderúrgica, mas um trabalhador de cuidados com a saúde ou varejo.

Além disso, a inovação amigável ao trabalho deve estar no centro do programa. Aumentar salários e empregos ao mesmo tempo requer inovações organizacionais e tecnológicas que aumentem a produtividade de trabalhadores menos instruídos. Ao contrário da automação e de outras formas de tecnologias que economizam trabalho, as inovações amigáveis ao trabalho ajudam trabalhadores comuns a realizar uma gama maior de tarefas mais complexas. Ferramentas digitais que conferem expertise são um exemplo.

Como a inovação e a produtividade são centrais para essa agenda, as políticas necessárias se parecem com as bem-sucedidas políticas industriais de antigamente. Podemos chamá-las de políticas industriais para serviços ou, melhor ainda, políticas produtivas para o trabalho. Elas se baseiam em parcerias locais intersetoriais existentes e programas nacionais de inovação, mas com foco em serviços que absorvem trabalho e tecnologias complementares ao trabalho menos instruído. Meus colegas e eu esboçamos variantes de tais programas para os EUA, França e Reino Unido.

Uma nova esquerda deve enfrentar de frente tanto a nova estrutura da economia quanto o imperativo da produtividade. Só então ela se transformará no verdadeiro movimento político do futuro e em uma alternativa viável à extrema-direita. ***(Tradução por Fabrício Calado Moreira)***

Dani Rodrik, professor de economia política internacional na Harvard Kennedy School, é presidente da Associação Econômica Internacional e autor de "Straight Talk on Trade: Ideas for a Sane World Economy". Copyright: Project Syndicate, 2024.
www.project-syndicate.org

Frase do dia

"Essa proposta é uma vergonha. Ao aprová-la, a Câmara só aprofunda o descrédito dos partidos".

De Marcelo Issa, diretor da Transparência Partidária, sobre a aprovação da PEC da Anistia, que reduz cota para negros em eleições

Cartas de Leitores

Reforma tributária

Com 30 anos de lamentável atraso e somente depois de 174 países há anos terem adotado o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), é que, graças à determinação e liderança do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), finalmente foi aprovada a reforma tributária anteontem. E na próxima semana serão votados os destaques, permitindo que o Senado finalize o projeto no segundo semestre. É uma reforma moderna, que além do IVA, tem o cashback (devolução de impostos para pessoas de baixa renda), etc. E com uma oportuna trava, o índice de impostos não poderá ultrapassar os 26,5%, quando em 2033, essa reforma for totalmente implementada. Índice esse que passará ser menor 6%, do que é recolhido hoje, como em 2023, média de 32,5%. Para se ter uma ideia do quanto representa a redução 6% de impostos, considerando o PIB de 2023, de R$ 11,7 trilhões, e com a arrecadação entre os entes federativos com índice de 32,5% de impostos, grosso modo, foi de R$ 3,8 trilhões, com a nova média estimada na reforma de 26,5% de impostos, evitará sugar dos contribuintes menos R$ 228 bilhões.

Redução importante, com o qual, vai permitir mais investimentos em educação, saúde, ciência-tecnologia, segurança, saneamento básico, infraestrutura, maior distribuição de renda com os prováveis mais robustos PIBs, etc. Ou seja, ganho de mais qualidade de vida para os brasileiros. Ou uma redenção social e econômica. Mesmo porque, as empresas brasileiras produzindo com custo menor serão mais competitivas como o mercado internacional. É para comemorar!

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Autonomia do BC

Quem lê e acompanha a política brasileira percebe o quanto Lula fica incomodado de não poder intervir na Vale, Eletrobras e BC. Este último teve sua independência aprovada pelo Congresso. Essa decisão visa impedir que o chefe de Estado, ou de governo, decida intervir direta ou indiretamente na condução da política monetária. Já a sofrida Petrobras é espoliada, e Lula é useiro e vezeiro de seus recursos. Faz o que bem entende. Essa é a raiva de Lula ao não fazer o mesmo no BC. Vaidoso como é, quer ter todos sob sua espada. Simplesmente ridícula a sugestão de mudar o mandato do presidente do BC para um ano. Lula bate em Campos Neto e escalou várias línguas de aluguel para dizerem o mesmo. E o Congresso, quando vai resolver essa situação?

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correção

O investimento de R$ 300 milhões da Mantiqueira Brasil começou em 2020 e não em 2000, como informado na reportagem "Galinha feliz sai da caixa para ir até a lua", publicada na página B8 na edição de quinta-feira (11).

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

ESG Projetos se multiplicam em pequena cidade de baixo IDH e experiência atrai executivos

Empresários vão ao mangue no Sergipe para ver ao vivo o que é 'tecnologia social'

FOTOS: DIVULGAÇÃO/THP E CATHERINE VIEIRA/VALOR



No sentido anti-horário: a equipe do projeto Zro (Maria, Ana Paula, Domingas e Priscila), as mesas e cadeiras produzidas no Zro a partir de plástico reciclado, a artista local Denilma Santos falando na imersão, o fundador do THP Saulo Barreto, a artesã Tamires Menezes e os ladrilhos hidráulicos produzidos no projeto.

Catherine Vieira
De Santa Luzia do Itanhy

Em uma cidade de 14 mil habitantes, onde a internet do celular não funciona, que vive basicamente do manguezal e figura entre os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) se reúne duas ou três vezes ao ano um grupo heterogêneo com alguns altos executivos, empresários e herdeiros. Juntam-se à turma pessoas ligadas a órgãos do governo e movimentos sociais, além de cidadãos curiosos e dispostos a se engajar em projetos que modifiquem vidas.

Fincado em Santa Luzia do Itanhy, na fronteira do Sergipe com a Bahia, o The Human Project (THP) vem criando projetos em série e que muitas vezes nascem da complementaridade e da necessidade de um deles. Há cerca de dois anos decidiu ignorar a falta de estrutura da cidade e o alto poder aquisitivo de muitos dos visitantes para criar uma imersão. Neste evento, que acontece na pacata Santa Luzia, os próprios habitantes do local, que se tornaram coordenadores dos projetos, tomam a palavra para contar como são as chamadas tecnologias sociais que vêm mudando a realidade do local.

"Estive em Santa Luzia duas vezes, sempre com experiências maravilhosas. Em abril deste ano com 20 pessoas de nossa Fundação, entre conselheiros, médicos, pesquisadores e colaboradores", diz o médico José Luiz Egydio Setúbal, presidente da fundação que leva seu nome, a FJLES. A intenção era mostrar projetos apoiados pela fundação in loco. "Foi transformador para todos", resume.

Um dos primeiros projetos do THP apoiado pela FJLES foi o Romanceirinhos, no qual crianças da comunidade participavam de uma oficina literária e ao fim cada um escrevia um livro. Os 20 mil exemplares foram impressos e distribuídos para os pacientes do Hospital Sabará, que faz parte da fundação.

O encontro mais recente, em maio, atraiu CEOs, empresários, produtores rurais e executivos de empresas que investem nos projetos. Para uma dessas empresárias, o encontro coincidiu com uma reunião importante da holding da família, mas para não perder a experiência, conseguiu conciliar as duas atividades. "Fiquei apaixonada pelo projeto, vim aqui e vi e ouvi tudo que eu precisava", disse ela ao fim do primeiro dia de imersão.

Um dos fundadores do THP, Saulo Barreto decidiu criar a imersão até pela demanda de alguns investidores de saber mais sobre as tecnologias sociais aplicadas. O encontro é dividido em dois dias. No primeiro, os convidados são reunidos em um espaço de evento improvisado com cadeiras de plástico, tenda para proteger do sol e telão para projetar as informações sobre cada 'tecnologia social'. Os próprios membros da comunidade, transformados em coordenadores dos projetos, é que assumem a interlocução em 80% do tempo, para explicar como cada um funciona. No segundo dia, o grupo vai ver in loco a produção e as instalações dos projetos. O objetivo não é mostrar a pobreza, ao contrário, a ideia é revelar a riqueza de ideias e realizações das pessoas da cidade.

> "Estive em Santa Luzia duas vezes, foi maravilhoso, transformador para todos"
> *José Luiz Setúbal*

Frasista e pragmático, Saulo não demonstra preocupação por estar instalando os apoiadores em uma pousada modesta e reúne o grupo todo para um almoço simples de peixe, arroz, salada, pirão e suco feito e servido pela cozinheira Isabel no bar à beira do Rio com vista para o manguezal. "A armadilha da pobreza afeta mais os ricos que os pobres, ela é multifatorial e retroalimentável, por isso a solução tem que ser assim também", diz ele, que mantém o estilo direto ao falar dos projetos. Para Saulo, não adianta focar só em números de resultados ou embalar discursos. "Se as pessoas da comunidade não se apropriam dos projetos, eles não se sustentam e não serão efetivos, as vezes é preciso errar e tentar de novo várias vezes", explica.

Com uma vasta experiência acadêmica e de vida, ele, que é formado em engenharia e morou na Europa e Estados Unidos, onde fez pós doc em Columbia, enfrenta agora o desafio de formar a nova geração para tornar o THP menos dependente dele. Uma dessas apostas é Giulia Santana, sergipana de 21 anos que desde os 12 participa e cria empreendimentos de impacto social e atualmente mora em São Paulo, onde está se graduando em Marketing. "Participei de várias coisas, criamos o projeto Onda do Bem, mas em um momento senti que estava ajudando mas não estava modificando nada", diz Giulia, que decidiu se juntar ao THP no qual hoje é coordenadora de relações institucionais e novos negócios. "Aqui nosso foco é a transformação, a ideia é que nos tornemos dispensáveis nos projetos em algum momento", completa.

O foco do THP em dar protagonismo às pessoas e torná-las capazes de reaplicar os conhecimentos é um dos pontos que atraem a atenção das instituições e investidores. Em Santa Luzia, a história começa em 2010 com o Synapse, um projeto ou 'tecnologia social', como eles definem, que busca aumentar a qualidade, efetividade e alcance do ensino e do aprendizado. Falando assim, de forma fria e objetiva, é difícil dar as dimensões do projeto e por isso as imersões são relevantes, explica Saulo.

Ao chegar em Santa Luzia, os investidores e parceiros potenciais podem ver os materiais didáticos desenvolvidos por eles e ouvem das próprias professoras e até de ex-alunos o quanto o Synapse foi transformador para pessoas da comunidade. "Não é só uma questão de método de ensino, para ter as crianças e adolescentes na escola e ter um aprendizado de verdade é preciso entender a realidade que elas enfrentam em casa", disse Raiane Ribeiro, coordenadora do Synapse educação infantil.

Com o tempo e o avanço dos primeiros projetos, o THP foi desenhando outra de suas marcas, que é criar uma tecnologia social a partir de necessidades ou de potencialidades vistas em outras. A SIRI (school of idioms of the riverside) é um exemplo. Ela nasceu para ampliar o alcance comercial dos empreendimentos nascidos do ON (Oficina de Negócios) e de outros como do Cultura em foco e Arte Naturalista (ver quadro ao lado). Outro objetivo é aproveitar o potencial turístico da região em outro projeto, o Jiro. Voluntários de outras partes do mundo participam mantendo conversas por vídeo com os alunos locais.

Um projeto recente que vem atraindo atenção é o Zro, que busca fazer objetos duradouros como carteiras escolares, cadeiras e mesas a partir da transformação e reciclagem de plásticos. Ana Paula Conceição, moradora do povoado de Pedra Furada entrou há dois anos e meio no projeto que hoje coordena. "Eu tinha o sonho de trabalhar com máquinas, quando surgiu essa oportunidade eu me entreguei ao projeto", diz ela, que estudou na escola do povoado onde hoje funciona o Zro e antes vivia de pescar aratus no manguezal, como boa parte das mulheres da região. Uma das motivações do THP muito repetidas durante a imersão é permitir que as pessoas da cidade possam sonhar fazer coisas que desejam sem ter que deixar a comunidade. Mostrar que isso também é possível.

Esse ecossistema variado de projetos que se comunicam e tem como base a participação dos locais é um dos aspectos que chamou a atenção de Eduardo Saron. Presidente da Fundação Itaú, ele esteve na imersão de maio. "A grande chave nas tecnologias sociais é produzir participação. Fui ver de perto essa produção de saber, território criativo e muito interessante que envolve vários tipos de novas economias: verde, criativa, tecnológica, do cuidado", disse Saron. Ele levou a esposa, a médica Thais, e o filho Gabriel, de 13 anos, que encantou os presentes por ser um dos ouvintes mais atentos e pelo eloquente discurso de consciência social feito ao fim das palestras.

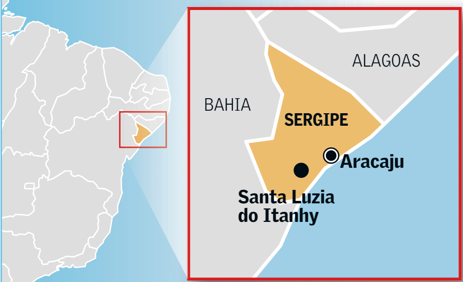
A prática de levar a família para conhecer uma nova realidade de perto não é incomum. Tanto que Saulo já planeja um novo projeto, o Mochila da Vida, que vai unir esse tipo de demanda com a necessidade de ter uma infraestrutura maior para receber visitantes. A ideia é construir uma espécie de pousada que permitirá fazer programas de imersão focados em jovens.

Outro empresário que já esteve nas imersões é Ingo Plöger, fundador do Instituto para o desenvolvimento empresarial e institucional (Ipdes) e membro da família que criou a empresa Melhoramentos. "Não conheci ninguém que esteve em Santa Luzia do Itanhy que não voltasse impactados pelos projetos e pelo brilho nos olhos destes jovens. Eles se entusiasmam com suas ideias e as promovem, você percebe o que se transformou na vida deles" conta Plöger. Ele destaca que nas imersões, os jovens da cidade se tornam protagonistas, mostrando para os visitantes suas criações e ideias, oferecem algo novo, invertendo a lógica daquele que chega de fora e já quer ensinar. "Desta forma o sentimento de valorização se sedimenta e para nós o impacto é ainda maior por perceber que podemos ser ensinados pela vida deles", resume.

A jornalista viajou a convite do THP

Tecnologias sociais

Alguns dos projetos em Santa Luzia do Itanhy



0,545 de IDHM (posição 5.268 de um total de 5.556 em 2010)

13.616 habitantes

62% são beneficiários do Bolsa Família

- **Synapse**
começou em 2010 com foco na construção de uma metodologia pedagógica que incorpora conhecimentos da neurociência sobre como o cérebro das crianças processa o aprendizado de Linguagem e Matemática, mas incorporando a experiência das professoras na realidade da sala de aula

- **Cultura em foco**
Focada na produção de tijolos BPC e Ladrilho hidráulico o projeto busca agregar valor à produção artesanal, unindo design e produção local para melhorar as condições de trabalho e renda

- **TAG**
sistema de gestão da informação e de apoio à tomada de decisão, com especial foco nos dados relacionados ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, integrando as áreas de educação, assistência social e saúde. O módulo de educação é reconhecido pelo MEC já foi reaplicado em 46 municípios, de 8 estados diferentes, e em 2024 vamos reaplicar em novos 26 municípios.

- **ON**
A Oficina de Negócios (ON) investe no potencial empreendedor e dá as ferramentas técnicas necessárias a realização de ideias de negócios. Formou mais de 100 alunos e já deu origem a 15 negócios formais

- **Arte Naturalista**
desenvolve talentos locais em técnicas de ilustração, como aquarela e grafite, fomentando negócios sustentáveis na área. Desse projeto nasceu a empresa Casa do Cacete, que já fez parcerias com a Osklen e Morena Rosa para a criação de estampas com inspiração nos elementos locais, como os do manguezal.

- **SIRI (School of Idioms of the Riverside)**
Projeto focado no ensino de inglês que ajuda a capacitar os empreendedores locais dos demais projetos a ampliarem os negócios seja com a venda para o exterior ou para atrair visitantes estrangeiros. Em 2023, o projeto lançou o aplicativo Mesh English, que também é um empreendimento local, que usa linguagem de games para ajudar os alunos a aprenderem.

- **CLOC**
Começou em 2013 selecionando nas escolas locais os alunos de raciocínio lógico que foram sendo treinados em tecnologia e programação. Esses alunos viraram reaplicadores e em 2018 nasceu o CITI (Centro Integrado de Tecnologia da Informação do Itanhy) primeira startup de TI local, com foco no ensino de programação e robótica para adolescentes de comunidades pequenas e distantes dos grandes centros.

- **PLOC e LUCA**
São projetos voltados para a sonoplastia e audiovisual. Depois de qualificar os primeiros membros da comunidade, eles se tornaram reaplicadores e daí nasceram negócios locais como o a produtora Vixe Filmes e a Som Patis que usa sons do manguezal para sonoplastia e conexões.

- **ZRO**
O projeto recicla materiais plásticos descartados e usa para fazer objetos como cadeiras, mesas, tabuleiros de jogo, carteiras escolares e vários outros que são ultra resistentes ao tempo e ao clima

- **Romanceiros do Itanhy**
com foco em adolescentes é uma espécie de oficina literária com objetivo de despertar interesse pela leitura e escrita. Na sede do projeto na cidade há uma biblioteca com acervo de literatura e arte. Ganhou uma versão infantil, com os romanceirinhos do Itanhy, no qual as crianças escreveram e publicaram livros

Fontes: IBGE e THP

Finanças
Deflação nos Estados Unidos leva Bovespa ao nono pregão de alta consecutivo
C1

Veículos
GM se rende ao consumidor brasileiro e terá carro híbrido antes de ser 100% elétrica B3



Telecom
Cresce o uso de redes privativas de 5G no país pelas grandes corporações B2

Tecnologia
Apple fecha acordo e evita multa aplicada pela União Europeia B5

Agronegócio
Setor têxtil em MT amplia investimento com maior oferta de algodão B7

Governança Nos EUA adoção do "clawback" é exigência da SEC; B3 abriu consulta pública sobre o tema

Caso Americanas acelera o debate sobre recuperação de bônus pagos a executivos

Rodrigo Carro
De São Paulo

A fraude contábil da Americanas coloca em evidência uma política corporativa de recuperação de bônus e benefícios pagos a executivos — o "clawback" — que ganha força no país e nos Estados Unidos. Companhias brasileiras que têm recibos de ações (ADRs) listados no mercado americano, como Ambev e Vale, já dispõem de regras desse tipo.

Sócio do escritório Costa Tavares Paes Advogados, Antonio Tavares Paes Júnior percebe um aumento no número de consultas sobre cláusulas de "clawback". "O caso da Americanas traz para a superfície algo que já existia, mas era um assunto muito árido e confidencial", diz o advogado, mestre em direito societário pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos.

Na esteira de uma popularização desse tipo de cláusula, Júnior enxerga também uma ampliação do escopo de eventos abrangidos pelo "clawback". Ele cita como exemplo um contrato redigido por ele em que o executivo teria de devolver bônus pagos pela empresa caso violasse uma cláusula de "não competição".

Em consulta pública aberta em maio, a B3 pergunta ao mercado se deveria exigir das companhias listadas no mais alto patamar de governança da bolsa a adoção desse tipo de norma, que geralmente prevê ressarcimento à empresa em casos de quebra de contrato e má conduta dos administradores.

Já nos Estados Unidos, companhias listadas na Bolsa de Nova York ou no pregão eletrônico da Nasdaq tinham até 1º de dezembro de 2023 para adotar uma política de "clawback" aderente aos padrões estabelecidos pela Securities and Exchange Comission (SEC), o regulador do mercado de capitais americanos. A regra vale também para empresas brasileiras cujos recibos de ações (ADRs) são negociados nos Estados Unidos.

A política de "clawback" da Ambev, por exemplo, prevê o reembolso de qualquer remuneração indevidamente recebida nos três exercícios concluídos em caso de republicação das demonstrações financeiras da companhia. Exercício, no jargão contábil, é o intervalo de 12 meses ao fim do qual as pessoas jurídicas apuram seus resultados.

> "Ter uma política de 'clawback' facilita a recuperação do dinheiro"
> *Marcelo Carpenter*

No próprio documento, a fabricante de bebidas informa que sua política de "clawback" entrou em vigor em 1º de dezembro do ano passado, em cumprimento às exigências da Bolsa de Nova York. Questionada por e-mail se o escândalo financeiro da Americanas influenciou de alguma forma na elaboração das cláusulas, a Ambev limitou-se a informar que apenas atendeu à regulação do mercado de capitais dos Estados Unidos.

Também listada na Bolsa de Nova York, a Vale já dispunha de cláusulas de "clawback" antes de a SEC tornar obrigatória a adoção desse tipo de política. A mineradora, no entanto, não quis comentar o assunto.

Mesmo sem uma legislação no Brasil que estabeleça a obrigatoriedade dessa política de pagamento de bônus, não faltam exemplos de companhias que recorrem à Justiça para recuperar pagamentos feitos a executivos acusados de envolvimento em fraudes ou corrupção.

A Americanas — que não conta com uma política de "clawback" — informou que aguarda a conclusão das investigações em curso para responsabilizar judicialmente os envolvidos no suposto desvio de recursos, com o objetivo de recuperar bônus que tenham sido pagos indevidamente. Essa mesma linha de atuação foi posta em prática pela fabricante naval Sete Brasil, em recuperação judicial desde 2016.

Tragada pela sucessão de escândalos de corrupção revelada na Operação Lava Jato, a companhia cobra de três ex-executivos bônus pagos quando ocupavam cargos de direção, segundo apurou o **Valor**.

Os processos contra dois deles estão em segredo de Justiça, mas fonte que acompanha o andamento das ações confirmou que ambos foram condenados a devolver valores milionários à Sete Brasil — um deles aguarda julgamento de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O terceiro executivo processado pela Sete Brasil fechou acordo com a empresa para pagar de forma parcelada o montante determinado pela Justiça.

"Ter uma política de 'clawback' facilita a recuperação do dinheiro [recebido indevidamente]. No caso da Sete Brasil, se os executivos tivessem assinado um contrato desse tipo, talvez não tivessem uma série de argumentos [que apresentaram à Justiça]", diz Marcelo Lamego Carpenter, sócio do Sergio Bermudes Advogados, escritório contratado pela Sete Brasil.

Resolução do Banco Central de 2010 estabelece que parcelas da remuneração variável dos administradores de instituições financeiras ainda não pagas "devem ser revertidas proporcionalmente" em caso de redução significativa do lucro recorrente. "Não é o 'clawback'", esclarece Érika Seddon, sócia para a área trabalhista do escritório Mattos Filho.

Na visão de um especialista que prefere não ter seu nome citado, o escândalo envolvendo a Americanas "acaba sendo um incentivo" à adoção deste tipo de política, mas num contexto em que predominam os efeitos da obrigatoriedade estipulada pela Securities and Exchange Comission (SEC).

Ainda no campo regulatório, um ofício divulgado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) este ano determina que as companhias que adotarem política de "clawback" devem divulgá-la no site da autarquia federal, frisa Henrique Ferreira Antunes, sócio da área de mercado de capitais do Mattos Filho. "A discussão sobre o 'clawback' como princípio de boa governança sempre existiu, mas foi de fato em 2022, com a obrigação estabelecida pela SEC, que o assunto avançou entre as companhias americanas e as brasileiras listadas lá fora", acrescenta Antunes.

R$ 20 bi é total da fraude contábil da rede

DOMINGOS PEIXOTO/AGÊNCIA GLOBO



A Americanas — que não tem política de "clawback" — aguarda a conclusão das investigações para responsabilizar os envolvidos no suposto desvio de recursos

Destaques

Prévias da Direcional

A Direcional Engenharia atingiu R$ 1,6 bilhão em valor geral de vendas líquido contratado no segundo trimestre, crescimento de 68% em relação ao mesmo período em 2023, o que supera o recorde anterior de 24%, registrado no primeiro trimestre de 2024, segundo a prévia operacional. Na primeira metade do ano, a construtora reportou R$ 2,9 bilhões em vendas líquidas, alta de 66% em comparação aos primeiros seis meses de 2023. Em relação aos últimos 12 meses, as vendas líquidas chegaram em R$ 5,2 bilhões. Com 16 empreendimentos, a Direcional alcançou R$ 1,4 bilhão em lançamentos no trimestre, 52% superior ao reportado no primeiro trimestre do ano.

Gol e Azul compartilham

A Gol anunciou nesta quinta-feira (11) a ampliação das rotas da Azul disponíveis aos seus clientes dentro do acordo de "codeshare" (compartilhamento de voos) firmado entre as duas aéreas. No total, as empresas estão compartilhando 40 rotas e já sinalizaram que o número deve aumentar nas próximas semanas. Inicialmente foram contempladas cinco rotas ligando cidades do interior do Brasil atendidas pela Azul a aeroportos já operados pela Gol para voos a partir de 20 de julho. As vendas foram consideradas uma espécie de teste do sistema.

INÊS 249

Telecom Quando o leilão da tecnologia ocorreu, em 2021, estudos apontavam para o incremento de US$ 1,2 trilhão em 15 anos ao PIB

Cresce uso de rede privativa de 5G pelo setor produtivo

Rafael Bitencourt
De Brasília

As redes móveis privativas já caíram no gosto das grandes corporações do setor produtivo que movimentam bilhões de reais na economia em setores como o agronegócio, cimento, processamento de alimentos, manufatura, petróleo e gás e mineração. Agora, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aposta na expansão dessa modalidade de serviço com o uso de frequências certificadas internacionalmente para a quinta geração (5G), nas faixas de 2,39 gigahertz (GHz) e 3,7 GHz.

O superintendente de outorga da Anatel, Vinicius Caram, prevê uma nova escala de redes privativas com aproveitamento das duas frequências. Isso se dará, segundo ele, com a homologação de novos equipamentos e aplicações voltadas para colocar em prática o conceito de Indústria 4.0.

Por enquanto, apenas 30 empresas adquiriram licenças junto à Anatel para operar redes privativas em 2,39 GHz e 3,7 GHz. Segundo Caram, isso não quer dizer que outras não estejam utilizando o 5G para obter ganho de produtividade. Ele explica que as operadoras, que participaram do leilão de 2021, já podem oferecer serviços corporativos (B2B) com o uso das redes convencionais de 5G, dentro da linha de produção das empresas.

Até agora, grande parte das redes móveis privativas licenciadas no país estão relacionadas aos padrões tecnológicos mais antigos, que vão até o 4G. Vale e Petrobras são dois exemplos de companhias licenciadas pela Anatel para fazer uso de redes privativas em suas operações. A WEG, por outro lado, já tem liderado trabalhos de referência com redes privativas no padrão 5G.

> "Ajuda a conectar de forma eficiente várias unidades de uma indústria"
> *Valdênio Araújo*

"Com o amadurecimento da tecnologia 5G, espera-se a maior adoção de redes privativas pela indústria. É uma ferramenta útil para resolver o desafio de transportar o grande volume de dados gerado pela digitalização da indústria, também para conectar e operar de forma eficiente várias unidades de uma empresa industrial", disse o analista de inovação e produtividade da unidade de difusão de tecnologia da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Valdênio Araújo.

As grandes empresas costumam recorrer à rede privativa para buscar soluções mais customizadas e apropriadas ao seu negócio. Sem depender da rede de uma operadora de telefonia, é possível contratar uma infinidade de empresas que atuam como integradoras de sistemas, especializadas em fazer escolhas de equipamentos e softwares, além de oferecer treinamento para equipes.

Sobre os atributos do 5G, o especialista da ABDI ressalta que "alta velocidade, elevada largura de banda e baixa latência possibilitam a adoção de uma ampla gama de tecnologias que suportam os modelos operacionais e de negócio da Indústria 4.0". Para ele, esse conjunto de características é fundamental "para a sustentabilidade e competitividade da nova indústria brasileira".

O potencial de crescimento econômico com os benefícios gerados pelo 5G alimentaram a expectativa de autoridades envolvidas com o tema. Quando o leilão da tecnologia foi realizado, em 2021, o governo mencionou estudos que apontavam para o incremento de US$ 1,2 trilhão em 15 anos ao PIB nacional.

O impacto seria sentido nas áreas de tecnologia da informação, de US$ 241 bilhões, governo (US$ 189 bilhões), manufatura (US$ 181 bilhões), serviços (US$ 152 bilhões), varejo (US$ 88 bilhões) e agricultura (US$ 76 bilhões).

Indústria 4.0

Empresas buscam licenças especiais para desenvolver projetos

Licenças		Redes Privativas em 5G	
Empresa	**Ramo de atuação**	**2,9 GHz**	**3,7 GHz**
Alcon	Engenharia	■	□
Aura Almas	Mineração	■	□
Caprock	Serv. Telecom	■	□
Cemig-D	Energia	■	□
Copel-D	Energia	■	□
Cricom	Serv. Telecom	■	□
Digiredes	Serv. Telecom	■	□
DPR	Serv. Telecom	□	■
Eletropaulo	Energia	■	□
Enel Brasil	Energia	■	□
Ericsson	Tecnologia	□	■
Fazenda Norton	Agro	■	□
Fundação Itaipu	Tecnologia	□	■
Globo	Mídia	■	■
Hidrovias do Brasil	Logística	■	□
Inovaptt Tecnologia	Tecnologia	■	□
Intercement Brasil	Cimento	■	□
Jabil Industrial	Manufatura	□	■
John Deere Brasil	Máq. Agrícolas	□	■
Kofre	Serv. Telecom	■	□
Jacto	Máq. Agrícolas	■	■
Paragominas	Mineração	■	□
Salobo Metais	Mineração	■	□
Samarco	Mineração	■	□
Siemens	Tecnologia	□	■
Stock Tech	Tecnologia	□	■
TCP	Logística	■	□
Vale S.A.	Mineração	■	□
WD Agroindustrial	Agro	■	□
Webfiber	Telecom	■	□

Fonte: Anatel

Acelen investe R$ 530 mi em parque solar

Energia

Kariny Leal
De Rio

A Acelen, empresa do fundo dos Emirados Árabes Mubadala Capital, anunciou a formação de uma joint venture para investir R$ 530 milhões em um parque solar no município de João Dourado (BA). Em parceria com a Perfin Infra e a Illian Energias Renováveis, a energia gerada pela unidade irá atender a demanda de consumo de energia da Refinaria de Mataripe, que fica em São Francisco do Conde (BA), a 420 quilômetros.

O projeto terá capacidade instalada de 161 megawatts (MW) e a estimativa é de que irá abater 128 mil toneladas de gás carbônico por ano. A previsão é de que o complexo solar comece a operar a partir do terceiro trimestre de 2025.

Segundo a Acelen, o fornecimento do parque solar para a Refinaria de Mataripe será suficiente para zerar o escopo 2, relacionado a emissões por uso de energia elétrica. Ela terá também os créditos de carbono gerados pelo parque e preferência na compra de energia.

Do total investido pela joint venture, R$ 418,5 milhões vêm de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na modalidade "project finance non-recourse" em dólar americano. O projeto solar está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

A Refinaria de Mataripe foi vendida pela Petrobras em 2021, quando o Mubadala criou a Acelen para operar a unidade. A estatal negocia com o fundo para voltar à refinaria, mas ainda não divulgou qual seria o modelo desse retorno.

Curta

Motos em alta

A produção de motocicletas no Brasil cresceu 13,5% no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2023. Segundo números divulgados na quinta-feira pela Abraciclo, associação que representa as fabricantes com produção no Polo Industrial de Manaus, foram montadas 868,1 mil unidades entre janeiro e junho. Foi o melhor desempenho do setor para um primeiro semestre desde 2012. As vendas no período também cresceram, atingindo 933,2 mil motocicletas licenciadas, com aumento de 19,6%. Nesse caso, foi o melhor primeiro semestre em 17 anos. O mercado externo continua retraído. Foram exportadas 15,7 mil unidades em seis meses, queda de 23,5% nos embarques. "Tivemos um primeiro semestre bastante positivo, acima do esperado. Porém, temos pela frente um segundo semestre bastante desafiador, principalmente com a previsão de uma estiagem ainda mais severa do que no ano passado, onde já foram sentidos os reflexos diretamente na produção de motocicletas em Manaus", disse Marcos Bento, presidente da Abraciclo, em nota.

O entrave no M&A entre InterCement e CSN

Pipe

Cimento

Silvia Rosa
De São Paulo

A uma semana do vencimento de uma dívida de US$ 548 milhões (cerca de R$ 3 bilhões) em títulos emitidos no exterior, a InterCement corre para tentar fechar a venda das operações no Brasil e na Argentina para a CSN.

As companhias ainda não chegaram a um acordo, que depende da aprovação dos credores da InterCement, e podem acabar acertando a transação já num contexto de recuperação extrajudicial da vendedora, apurou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**.

Um dos entraves é que a CSN assumiria, na negociação, parte da dívida da Mover com o Bradesco, que é garantida por ações da antiga Camargo Corrêa na CCR — e a Mover quer ficar com parte dessas ações liberadas, o que desagrada o credor, segundo fontes. O banco tem em garantia ações que representam 14,86% do capital da operadora de rodovias e tem ainda um contrato de opção de venda de ações equivalente a 4,27% da InterCement Participações.

"A CSN quer fazer a transação toda financiada, mas acho difícil não colocarem dinheiro", disse uma fonte próxima ao assunto.

A InterCement assinou um acordo de exclusividade com a CSN por R$ 10 bilhões, que vence em 12 de julho. A transação precisa da aprovação dos bancos credores — além de Bradesco, Banco do Brasil e Itaú, cujos créditos estão garantidos por ações da Loma Negra, operação na Argentina — e dos bondholders, que não têm garantias e temem um "haircut" (desconto).

Os bancos, que tinham uma dívida de R$ 4,5 bilhões contra a InterCement Participações no primeiro trimestre, vêm rolando o vencimento de pagamentos das debêntures, que só neste ano somavam R$ 1,6 bilhão entre principal e juros.

> Só neste ano, vencimento de debêntures soma R$ 1,6 bilhão entre principal e juros

Diante do impasse até o momento, a própria InterCement vem considerando a possibilidade de negociar a transação de venda dentro de uma recuperação extrajudicial se não conseguir chegar a um acordo, uma vez que o não pagamento dos bonds aceleraria o vencimento da dívida dos bancos.

A InterCement não precisa da anuência dos bondholders para aprovar uma recuperação extrajudicial, já que os bancos detêm a maior parte da dívida. Mas fontes próximas à empresa acreditam que ainda é possível chegar a um acordo com a CSN antes dos vencimentos dos papéis.

No primeiro trimestre, a InterCement Participações que controla a InterCement Brasil, tinha apenas R$ 1,4 bilhão em caixa. Procurada, InterCement não comentou e CSN não retornou ao pedido de entrevista até o momento da publicação.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Lições divertidas do cinema para o trabalho

Gestão



Isabel Clemente

No filme de animação Divertidamente, a "sala de comando" é a central onde as emoções personificadas decidem como Riley Andersen, a protagonista, irá reagir às muitas situações da vida. Nessa viagem animada pela mente de uma menina em crescimento, as emoções batem muita boca, enquanto memórias antigas e recentes na forma de bolas são armazenadas, descartadas e recuperadas. Há tantas possibilidades de interpretação que fica difícil não se identificar. Na sequência do filme, que acabou de estrear, Riley entrou oficialmente na adolescência, e quatro emoções chegam com tudo: a Vergonha, o Tédio, a Ansiedade e a Inveja.

Nem é preciso ter filhos adolescentes para entender por que esses quatro tomaram conta da "sala de comando". Nossa adolescência certamente não foi esquecida. Além do mais, quem amadureceu imune à ansiedade, à vergonha, ao tédio ou à inveja atire o primeiro comentário. Lá pelas tantas, a Ansiedade decide trancar as demais emoções (Alegria, Tristeza, Raiva, Medo e Nojo) num pote, gerando uma novidade no turbilhão da adolescência: as emoções reprimidas. Gargalhadas explodem no cinema. E eu lembrei de colegas experientes que trabalham com comunicação corporativa.

A comunicação é uma espécie de sala de comando de uma empresa. Ou uma das. Encarregada de gerir material que vai mexer com as emoções internas e externas dos públicos com os quais a empresa interage. Vai vender, informar, persuadir, emocionar, esclarecer, embalar um assunto (adoram esse verbo). Lá, onde marketing, publicidade, comunicação interna, assessoria de imprensa, gestão de crise, tudo se cruza, emoções bastante conhecidas costumam dominar: a Pressa (versão branda da Ansiedade), o Perfeccionismo, o Estresse, a Frustração. Essa galera reunida costuma fazer que nem a Ansiedade — que se acha capaz de pensar "em tudo" o que as outras emoções não enxergam — dispensando o Capricho, a Admiração e o Entusiasmo para um pote.

"Sozinha não dou conta", desabafa uma experiente executiva do ramo, cuja equipe, reduzida à metade, segue encolhendo, enquanto textos cheios de tecnicalidades escapam para as redes sociais. Um outro executivo confidencia que seu gestor aposta na Inteligência Artificial para conseguir os braços que faltam à empresa na área de comunicação, um lance ousado se lembrarmos que até a IA recomenda que humanos revisem o produto gerado pelas máquinas. Para dar um bom acabamento, há que ter profissionais capazes de entender, editar e melhorar o resultado. Uma pessoa sem repertório não pode entender quando regras estão sendo desrespeitadas de propósito, por exemplo, porque é preciso conhecer as regras para poder subvertê-las, se for o caso. Ou seria o mesmo que escalar uma pessoa mal iniciada na língua portuguesa do Brasil para editar um Saramago. Vai, no mínimo, achar que muita coisa é erro. O que dizer de um "braço" que escreve sem emoção? Cartas para a redação.

Um amigo publicitário recorre a uma emoção básica para explicar como lida com a Frustração, o Estresse, a Pressa e as "ideias geniais" descabidas. Quando perguntam para ele, "Fabrício, como você dá conta?", ele responde, "sinto ódio o tempo inteiro". Na salinha de comando dele, só para esclarecer, a Ironia manda e desmanda.

"Sentimentos são vagos, abstratos. Ao personificá-los, o filme cria uma linguagem compartilhável", disse Lisa Damour, pesquisadora e psicóloga que atuou como conselheira científica da produção. "O grande feito do filme foi normalizar as emoções desconfortáveis, porque são válidas, necessárias, humanas e importantes", disse Damour, durante um debate on-line realizado no último dia 9 de julho pelo Greater Good Science Center, da Universidade da Califórnia - Berkeley.

Uma linguagem compartilhável é o que pretendemos criar ao transformar ideias, conhecimento, cenas, dúvidas e acontecimentos em palavras. Na hora de escrever, por exemplo, imaginamos um conteúdo com o qual os leitores irão interagir, mas a qualidade dessa interação vai depender da intenção (ou da emoção) que estiver no comando na hora de escrevermos. O escritor espanhol José Ortega y Casset disse que a clareza é a gentileza do filósofo. Se escrevemos com a intenção de sermos gentis com quem vai ler, talvez o resultado seja um texto claro. Se deixarmos o detalhista tomar conta da cabine de comando, corremos o risco de sermos prolixos. Quando permitimos que nossas incongruências venham à tona, o humor costuma dar as caras. Há uma estreita relação entre intenção e resultado.

Divertidamente nos lembra que a Ansiedade não pode estar no controle, e que nem a Alegria vai resolver tudo, porque é preciso permitir que a Tristeza ocupe seu lugar. Emoções aparentemente coadjuvantes, como o Tédio e a Vergonha, foram cruciais no desenlace da trama do filme. "Precisamos das emoções para entender nossa humanidade", disse o psicólogo Dacker Keltner, outro conselheiro científico do Divertidamente 2.

Somos resultado dessa combinação de sentimentos em que até o mais incômodo deles se presta a algo de bom. Se não se tornarem déspotas, o Pragmatismo e a Frustração podem te ajudar a escrever um texto ótimo, desde que o Encantamento consiga opinar. Processo criativo, como bem definiu Luís Fernando Veríssimo, pode ser outro nome para pânico. Você tem prazo, precisa produzir e, criativamente, algo acontece.

Isabel Clemente é formada em Jornalismo pela PUC-Rio e mestre em Escrita Criativa pela Royal Holloway, University of London
E-mail
isabelclemente.writer@gmail.com

Veículos Montadora vai adotar a tecnologia como uma ponte para um futuro totalmente eletrificado

GM 'ouve' consumidor e terá híbrido antes de ser 100% elétrica

Marli Olmos
De Gravataí (RS)

A General Motors, que sempre defendeu ir direto para os carros 100% elétricos, sem passar antes pela etapa dos híbridos, mudou de posição e estratégia. A montadora, agora, decidiu usar parte do novo investimento, de R$ 7 bilhões, anunciado em janeiro, para o desenvolvimento e produção de veículos da categoria híbrida, que têm um motor a combustão e outro elétrico.

O que levou a direção da companhia americana a mudar de ideia? "O consumidor", responde o presidente da GM na América do Sul, Santiago Chamorro. "O consumidor está dizendo: eu quero essa tecnologia. Acredito no futuro elétrico. Mas quero conseguir chegar lá", afirma o executivo.

Chamorro entende que o híbrido "talvez seja uma tecnologia-ponte que possa nos levar até o futuro totalmente elétrico". É no carro que só usa a energia elétrica que a matriz da GM, nos Estados Unidos, tem feito os investimentos mais pesados. Para o executivo, em termos de impacto ambiental, o carro 100% elétrico continua a ser melhor do que o híbrido. Mas, ao mesmo tempo, o híbrido é melhor do que o a combustão.

O primeiro detalhamento do novo ciclo de investimentos no Brasil foi feito na manhã da quinta-feira (11) dentro da fábrica de Gravataí (RS). Dos R$ 7 bilhões anunciados, a primeira parte, de R$ 1,2 bilhão, será usada para o desenvolvimento de um veículo novo, produzido na fábrica gaúcha.

"Escolhemos começar por aqui por se tratar de um momento importante para a comunidade local, para dar um sinal de confiança e apoio", destacou Chamorro. Com a presença do governador Eduardo Leite (PSDB), o evento foi marcado por forte comoção pelo simbolismo que representou anunciar investimentos de uma multinacional no Estado gravemente afetado pelas enchentes de maio.

Para Leite, o desastre climático que atingiu o Rio Grande do Sul não será motivo para impedir que empresas continuem a aplicar recursos no Estado. Além do investimento da GM, o governador gaúcho lembrou o recente anúncio da chilena CPMC. A empresa revelou que vai investir R$ 24 bilhões na instalação de uma nova fábrica de celulose em Barra do Ribeiro.

"Após uma calamidade surgem as incertezas sobre o futuro. Mas os investimentos nos dão segurança para enfrentar o momento que estamos passando", disse Leite.

Chamorro não revelou detalhes sobre o novo veículo que será produzido em Gravataí a partir de 2026. Hoje a fábrica produz a linha Onix num ritmo de 250 mil unidades por ano. Segundo o executivo, a empresa espera agregar volume anual de 80 mil unidades do novo veículo, que também será exportado. Trata-se de um modelo, disse Chamorro, de um segmento do qual a GM ainda não participa. A informação leva a acreditar que pode ser um utilitário esportivo compacto.

Mas não será com esse novo carro que a GM vai estrear no segmento dos híbridos. O modelo em desenvolvimento terá apenas motor a combustão. Segundo Chamorro, a empresa ainda vai anunciar quanto do novo ciclo de investimentos será destinado "às novas tecnologias". Falta também a montadora detalhar quanto do novo pacote de recursos será destinado às demais fábricas.

A companhia tem mais duas fábricas de veículos, uma em São Caetano do Sul (SP), a maior delas, e outra em São José dos Campo (SP), a menor. Há, ainda, uma unidade de produção de motores em Joinville (SC), que deverá receber uma parte substancial dos investimentos se mantida a estratégia de produzir carros híbridos no país.

R$ 7 bi
é o investimento da GM no país até 2028


Chamorro, da GM: "O consumidor está dizendo: eu quero essa tecnologia. Acredito no futuro elétrico. Mas quero chegar lá"

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Segundo Chamorro, o novo investimento contemplará, ainda, a adaptação da engenharia local para receber os carros elétricos que serão importados.

O ciclo de investimentos de R$ 7 bilhões abrange o período entre 2025 e 2028. Chamorro diz que tem trabalhado para a liberação de mais uma etapa de investimentos para o Brasil ainda nesta década.

Ao mesmo tempo, porém, ele prevê o risco de haver uma redução no ritmo dos investimentos do setor em decorrência da decisão de incluir carros no imposto seletivo, previsto na reforma tributária.

"Isso pode afetar o nível de emprego e a cadência do desembolso dos investimentos já anunciados por todas", disse. A GM é uma das montadoras que recentemente revelaram grandes volumes de investimentos no Brasil. O total de recursos do setor para a década já soma mais de R$ 120 bilhões.

Para Chamorro, o imposto seletivo terá um efeito contrário ao que se propõe. Segundo ele, como os preços dos carros novos vão subir, em consequência do novo tributo, o consumidor que perder o acesso ao zero-quilômetro comprará um usado, "que polui mais do que um novo".

O executivo também defende acelerar o aumento do Imposto de Importação para carros híbridos e elétricos. A GM, dessa forma, se junta ao movimento liderado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). "Faz todo o sentido controlar a invasão de veículos importados", disse. "Os chineses têm uma vantagem de custos que ninguém mais no planeta Terra tem", disse.

O executivo defende ainda um sistema de cotas de importados de acordo com o tamanho da empresa no Brasil. "O país precisa rapidamente elevar a alíquota do imposto para 35% e criar cotas de importação associadas ao tamanho da empresa no país", completou.

Desde janeiro, carros elétricos, que eram isentos do Imposto de Importação e são todos importados, voltaram a ser taxados. A alíquota para híbridos importados também subiu.

A medida prevê, nos dois casos, elevação gradual até julho de 2026, quando todos os veículos vindos de países com os quais o Brasil não tem acordo de intercâmbio comercial pagarão imposto de 35%.

Chamorro diz que a GM deseja aliar-se ao governo brasileiro para fortalecer o Mover, programa de incentivos para o setor automotivo, e, assim, "criar condições para a verdadeira reindustrialização".

"Repare: temos minério de ferro, capacidade de produção de aço, engenharia e produção. Mas nosso minério vai para a China, se converte em aço, se converte em emprego industrial lá, vira componente, recebe incentivos e chega aqui a preços imbatíveis", afirmou.

A repórter viajou a convite da GM

Gestão Companhia terá cadeira para área de relações institucionais; alto escalão deve mudar em 2025

Sucessão de diretoria da Vale começa a ser gestada

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Nos bastidores do processo de sucessão da Vale, não é só a mudança de presidente que está em discussão entre acionistas e conselheiros da mineradora.

O **Valor** apurou que parte do "board" e dos acionistas se movimenta para buscar um novo nome para assumir a vice-presidência jurídica da companhia, segundo três fontes, sob condição de anonimato. O cargo é ocupado desde 2018 por Alexandre D'Ambrosio, vice-presidente de assuntos corporativos e institucionais.

Há um entendimento no mercado de que a troca de gestão não vai se resumir à cadeira ocupada por D'Ambrosio, mas também deve passar por alguns quadros do alto escalão da diretoria que são mais próximos do atual presidente.

A busca por um novo executivo para essa área começou a ser costurada em março, ainda em meio às discussões do tumultuado processo sucessório da cadeira de Eduardo Bartolomeo, o atual CEO.

Oficialmente, não há nenhuma decisão tomada sobre trocas nas vice-presidências da Vale, inclusive a de D'Ambrosio, uma vez que, na governança da empresa, todos os esforços estão voltados, neste momento, na sucessão do presidente-executivo.

D'Ambrosio é o executivo-chave da Vale nas discussões de temas considerados sensíveis pela companhia, como o acordo que está sendo costurado pela empresa com autoridades federais e dos governos de Minas Gerais e Espírito Santo em torno do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG), em 2015. Procurados, o executivo e a Vale não quiseram comentar o assunto.

A Vale tinha a expectativa de fechar esse acordo global sobre Mariana, que também envolve a Samarco e a BHP, sócia do empreendimento, no primeiro semestre do ano, mas até agora o entendimento final não foi anunciado. O acordo seria semelhante ao que foi conseguido para Brumadinho (MG), ocorrido em 2019.

2
assentos do conselho da Vale estão vagos

A área de D'Ambrosio, segundo fontes a par do assunto, será dividida — será criada um cadeira para relações institucionais, hoje sob o guarda-chuva do executivo.

Esse redesenho vem sendo feito pela alta administração da Vale de forma a preparar o terreno para o próximo gestor, que assumirá a cadeira de presidente, a partir de janeiro de 2025.

Antes, em dezembro, o novo CEO deverá ser apresentado oficialmente ao mercado no Vale Day, evento da empresa com investidores que este ano volta a Nova York depois de ter sido realizado em Londres, em 2023.

Outras eventuais mudanças nas vice-presidências ocorreriam somente a partir de 2025 depois que o novo CEO assumir. Há a avaliação, entre especialistas, que é algo "normal" que o novo CEO termine levando pessoas de sua confiança para alguns cargos na empresa.

A diretoria-executiva da Vale é formada por nove cargos, incluindo o CEO e oito vice-presidentes (projetos, assuntos corporativos e institucionais, operações, finanças, soluções de minério de ferro, sustentabilidade, pessoas e um vice-presidente executivo técnico).

Em 2025, a alta administração da Vale vai enfrentar ainda a eleição do conselho de administração, em abril, que pode acabar renovando parte do colegiado. O conselho da Vale tem a função, entre outras tantas atribuições, de eleger o CEO. É o conselho que define também as diretrizes de médio e longo prazos e aprova vendas de ativos e aquisições.

No processo sucessório, dois conselheiros independentes da Vale renunciaram (José Luciano Duarte Penido e Vera Marie Inkster) e, como resultado da vacância, a mineradora deverá convocar uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nos próximos meses para recompor as duas cadeiras. O colegiado da Vale tem 13 assentos, mas atualmente está com 11 conselheiros, sendo seis independentes, abaixo dos sete determinados pelo estatuto, o principal documento da companhia.

Enquanto os conselheiros têm mandato de dois anos, a vice-presidência executiva, incluindo o CEO, tem contratos de três anos, com possibilidade de renovação. Esse descasamento foi feito de forma proposital depois da tragédia de Brumadinho para dar mais independência à diretoria-executiva em relação ao conselho de administração.

Na disputa entre Bodytech e ex-credora, CVM defende voto de debenturistas

Academia

Cristian Favaro
De São Paulo

Decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acerca de uma reclamação aberta pela Latache Capital contra a Bodytech determinou que a rede de academia não pode usar de um acordo prévio de credores para impedir que debenturistas (detentores de títulos de dívidas) votem em assembleias.

O colegiado da autarquia, no último dia 2, entendeu que em emissões de debêntures, eventual acordo de credores ("intercreditors agreements"), não poderá vincular votos que serão proferidos pelos debenturistas em assembleia geral.

A decisão veio após questionamento da Latache Capital, ex-credora da rede, contra a Bodytech. Na reestruturação financeira da rede, a Latache comprou, no ano passado, debêntures no mercado secundário da rede que pertenciam ao Itaú.

"Foi uma decisão importante porque sedimentou uma interpretação nossa do ponto de vista dos nossos direitos (como debenturistas)", disse Stefan Lourenço, sócio e diretor-jurídico da Latache. A Bodytech recomprou, há três meses, esses títulos da gestora.

A gestora passou a divergir da forma como a companhia e outros debenturistas interpretavam as disposições do contrato entre credores, celebrado antes de a Latache adquirir tais debêntures. O documento, no fim, limitava o exercício do direito de voto dos debenturistas em matérias relevantes.

Na época, a interpretação da Latache era de que havia alguns descumprimentos na debênture que poderiam levar a um caso de inadimplência (default) e, com isso, antecipar o seu vencimento. O fundo, entretanto, alega que teve seu direito negado de questionar em assembleia o tema diante do acordo vinculante firmado anteriormente. O fundo, contrariado, buscou a CVM. "Quando compramos a debênture, a gente tinha consciência do instrumento. Mas a execução na prática se mostrava nebulosa", disse Lourenço.

A interpretação da Latache é de que não poderia existir um instrumento paralelo que limitasse o direito dos debenturistas no âmbito das assembleias. A interpretação teve respaldo da Superintendência de Registro de Valores Mobiliários (SRE) e, no último dia 2, foi chancelada pelo colegiado da CVM.

"A posição da CVM demonstra que, a despeito da evidente importância desses acordos, eles não se sobrepõem à governança estabelecida pela lei ou pela regulamentação. Em outras palavras, eles não podem ser usados para distorcer a legítima formação de vontade, por exemplo, nas assembleias de debenturistas", disse Otavio Yazbek, que representou a Latache na reclamação junto à CVM.

No mercado, há visão de que a decisão do colegiado da CVM servirá de orientação sobre os limites e fronteiras dos acordos de debenturistas. Esses limites ainda seriam tênues e pouco discutidos, segundo Yazbek.

O mecanismo adotado pela Bodytech é bastante usado nas estruturações — um outro exemplo foi uma emissão da Invepar, acionista do aeroporto de Guarulhos. Com isso, os agentes e debenturistas devem ter de rever práticas para ver o que o regulador entende como possível ou não nesse formato de contrato.

R$ 190
milhões é o total de dívidas da rede


EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO

Rede de academias Bodytech passou por recente reestruturação financeira

Os direcionamentos precisos com a visão da CVM sobre o tema, entretanto, vão ser mais compreendidos depois da liberação da ata com o inteiro teor da decisão — a liberação costuma sair em 30 dias após a deliberação do colegiado.

Em nota, a Bodytech disse que resgatou antecipadamente e integralmente as debêntures em questão. "Com isso, não existe mais qualquer relação financeira e jurídica com a Latache".

Segundo a empresa, as duas debêntures que existem e atreladas ao acordo de credores são integralmente detidas por Luiz Urquiza e Alexandre Accioly — controladores da rede de academias e que entraram em rota de colisão com a Latache no ano passado.

Procuradas, a CVM e Invepar não se manifestaram.

Goldman Sachs tenta impugnar plano da Unigel

Petroquímica

Stella Fontes
De São Paulo

O Goldman Sachs, uma das instituições financeiras credoras da Unigel, apresentou um pedido de impugnação ao plano de recuperação extrajudicial (RE) proposto pela petroquímica e aprovado por maioria, apurou o **Valor**.

O banco questiona uma cláusula específica, que classifica como "abusiva" e "ilegal", e argumenta que o mecanismo previsto neste item prejudica os credores que receberam parcialmente seus créditos e beneficia os detentores de bônus, que representam a maior parte da dívida de R$ 4,14 bilhões a ser repactuada.

A impugnação foi apresentada na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo na semana passada. Nela, o banco pede que a cláusula 15.15 seja considerada nula para que, então, o plano possa ser homologado.

O Goldman Sachs detém um título de dívida que poderia ter sido executado contra a Unigel, mas firmou, em agosto, um aditivo assumindo o compromisso não execução até 10 de outubro. Em contrapartida, a petroquímica quitou, em 14 de agosto, parte do compromisso com o banco, mediante pagamento de R$ 13,6 milhões, equivalentes a 10% do principal da dívida, de R$ 136,36 milhões.

Pela cláusula 15.15, aponta o Goldman Sachs, a Unigel vai deduzir os valores pagos a credores que conseguiram a amortização parcial de seus créditos, incluindo os R$ 13,6 milhões que recebeu, do total de novos títulos que serão entregues na reestruturação das dívidas.

Dessa forma, segue o banco, a petroquímica poderá recuperar indiretamente os recursos pagos, prática conhecida como "clawback" no mercado. A cláusula beneficiaria ainda os "bondholders", em detrimento dos demais credores.

O **Valor** apurou que um grupo de debenturistas, que votou contra o plano, se prepara para pedir sua impugnação até 1º de agosto, prazo final previsto no processo. Depois dessa data, a Unigel terá cinco dias para se manifestar.

Segundo fontes próximas à empresa, ao contrário do que argumenta o banco, a cláusula questionada tem por objetivo estabelecer tratamento isonômico a todos os credores, e o pedido de impugnação não compromete o plano como um todo. "É um item que vai ser debatido dentro da recuperação extrajudicial", disse uma fonte.

A Unigel pediu a homologação do plano em maio, após obter aprovação de detentores de 56,9% dos créditos que serão repactuados. Pelos termos propostos, a companhia receberá nova linha de crédito, de US$ 120 milhões, e os credores que aderirem ao plano ficarão com 50% da empresa.

O plano tem o apoio de um grupo de bondholders, liderados pela gestora americana Pimco, mas encontra forte resistência entre os credores locais.

Procurados, Unigel e Goldman Sachs não comentaram o assunto.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Bsb Alimentos Árabes Eireli, Nome Fantasia Arabesk Restaurante -** CNPJ: 26.463.464/0001-28 - Endereço: Quadra Cln 211, Bloco C, Loja 34, Asa Norte - Requerente: Gonçalo Bezerra da Silva - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Imperial Brasil Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 02.757.541/0001-94 - Endereço: Estrada da Colina, S/nº, Bairro São Gonçalo - Requerente: Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de São Cristóvão/SE

Requerido: **Rn Restaurante Árabe Eireli -** CNPJ: 31.875.500/0001-09 - Endereço: Quadra Scrn 706/707, Bloco E, Loja 60, Edifício Emosa Iii, Entrada 52, Asa Norte - Requerente: Gonçalo Bezerra da Silva - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Sense Polímeros Comércio, Importação e Exportação Ltda., Nome Fantasia Aliança Plásticos -** CNPJ: 07.588.100/0001-20 - Endereço: Rua João Franco de Camargo, 160, Bairro Jardim Virgínia, Itatiba/sp - Requerente: Bex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 2a Vara de Campinas/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 1 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.271.021/0001-87 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Bairro Bela Vista - Administrador Judicial: Action Administração Judicial, Representada Pela Dra. Mariana Jurado Garcia Gomes de Almeida - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 2 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.271.577/0001-73 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Sala 38, Bairro Bela Vista - Administrador Judicial: Action Administração Judicial, Representada Pela Dra. Mariana Jurado Garcia Gomes de Almeida - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 3 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.405.305/0001-19 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Sala 39, Bairro Bela Vista - Administrador Judicial: Action Administração Judicial, Representada Pela Dra. Mariana Jurado Garcia Gomes de Almeida - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 4 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.616.119/0001-29 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Sala 40, Bairro Bela Vista - Administrador Judicial: Action Administração Judicial, Representada Pela Dra. Mariana Jurado Garcia Gomes de Almeida - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Vertical Line Elevadores Ltda. ME -** CNPJ: 11.539.571/0001-15 - Endereço: Rua Carijós, 91 Altos, Bairro Parque São Vicente, São Vicente/sp - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Ângela Maria Malaquias Barbosa ME -** CNPJ: 30.283.854/0001-93 - Requerente: Vagner José Dos Santos Júnior - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Associação Nacional Dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de São Paulo Anclivepa Sp -** CNPJ: 05.698.736/0001-07 - Endereço: Rua Atilano Crisóstomo, 97, Apto. 202, Bairro Dom Bosco, Campos Dos Goytacazes/rj - Requerente: Opus 365 Nordeste Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à ausência das condições da ação.

Requerido: **Baldin Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** Requerente: Fattor Crédito Mercantil S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Diogenes da Silva Coelho ME -** CNPJ: 03.281.154/0001-97 - Endereço: Rua Zacarias Dias Cortes, 55, Casa 02, Bairro Parque Regina - Requerente: Lag Divisórias e Obras Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Jl Filho Indústria de Plásticos Rio Preto Ltda. -** CNPJ: 12.452.726/0001-44 - Requerente: Globalcash Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Lp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Servepar Instalações Elétricas Eireli -** CNPJ: 20.455.551/0001-57 - Endereço: Rua Conselheiro Laurindo, 600, Sala 1003, 10º Andar, Condomínio Capital Torre Centro, Centro - Vara/Comarca: 24a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Agropecuária Pirarucu Ltda. -** CNPJ: 17.654.122/0001-02 - Endereço: Rodovia Br 158, Km 400, Margem Esquerda do Rio Das Mortes, S/nº, Ribeirão Cascalheira/mt - Administrador Judicial: Faf Administração Judicial e Consultoria Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Augusto Vieira de Figueiredo - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Dom Locação de Equipamentos Ltda. -** CNPJ: 16.670.829/0001-31 - Endereço: Av. Laurício Pedro Rasmussen, 15, Quadra U, Lote 06, Setor Morais, Goiânia/go - Administrador Judicial: Faf Administração Judicial e Consultoria Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Augusto Vieira de Figueiredo - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Lf Empreendimentos & Participações Ltda. -** CNPJ: 28.624.976/0001-54 - Endereço: Rua Almirante Barroso, S/nº, Quadra 07, Lote 07, Sala 01, Bairro Jardim da Luz, Goiânia/go - Administrador Judicial: Faf Administração Judicial e Consultoria Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Augusto Vieira de Figueiredo - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Sojamil Comércio de Grãos Ltda., Nome Fantasia Grão de Ouro -** CNPJ: 07.880.402/0001-77 - Endereço: Fazenda Betânia, S/nº, Zona Rural, Bairro Água da Paca, Florianópolis/sc - Administrador Judicial: Aom Judicial, Representada Pelo Dr. Adriano de Oliveira Martins - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Cotia Empreendimentos, Logística e Participações S/A -** CNPJ: 39.806.682/0001-60 - Endereço: Av. João Baptista Parra, 633, Sala 1104 A, Edifício Enseada Office , Praia do Suá, Vitória/es - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falências de Vitória/ES - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Empresa: **Cotia Vitória Serviços e Comércio S/A -** CNPJ: 01.826.229/0001-42 - Endereço: Rua Seis, Nº 51, Sala 03, Área Empresarial Deorelo Luciano Colombo, Dionísio Cerqueira/sc - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falências de Vitória/ES - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Frigorífico Rosfran Gofran Ltda. -** CNPJ: 04.829.643/0001-01 - Endereço: Rodovia Marechal Rondon, S/nº, Km 183, Distrito de Maristela - Vara/Comarca: 1a Vara de Laranjal Paulista/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Participação Societária Petrus Ltda. -** CNPJ: 07.084.702/0001-40 - Endereço: Rua Pereira Barreto, 395, Centro - Vara/Comarca: 1a Vara de Laranjal Paulista/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Racing Automotive Ltda. -** CNPJ: 03.446.922/0001-15 - Endereço: Estrada do Cerne, Rodovia Pr 090, Nº 19100, Centro, Campo Magro/pr - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rcgroup Logística e Transportes Ltda., Nome Fantasia Rcg Logística -** CNPJ: 07.010.529/0001-35 - Endereço: Rua Teixeira Coelho, 474, Térreo, Curitiba/pr - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Home Care Enferlife Hospitalar Ltda. -** CNPJ: 12.316.361/0001-20 - Endereço: Rua São Cipriano, 29, Bairro Chácara California, São Paulo/sp - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Home Care Enferlife Hospitalar Ltda., Filial -** CNPJ: 12.316.361/0002-01 - Endereço: Rua Dezesseis, Nº 663, Centro, Santa Fé do Sul/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Extrajudiciais Concedidas

Empresa: **Alnutri Alimentos Ltda. -** CNPJ: 07.747.780/0001-87 - Endereço: Rodovia Br 040, S/nº, Km 691, Fazenda Das Perobas, Contagem/mg - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Empresa: **Dgh Alimentos S/A -** CNPJ: 30.420.647/0001-33 - Endereço: Av. Marquesa de São Vicente, 1619, Sala 1712, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Empresa: **Hikari Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 61.155.511/0001-77 - Endereço: Rua Antonio Ruvolo, 653/701, Núcleo Itaim, Ferraz de Vasconcelos/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Empresa: **Matprim Solutions Fabricação de Refrescos Concentrados Ltda. -** CNPJ: 15.383.358/0001-18 - Endereço: Rua Azaleia, 149, Bloco D1/d2, Distrito Industrial Ii, Manaus/am - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Stop Boi Alimentos Ltda. -** CNPJ: 44.212.999/0001-08 - Endereço: Rua Eridano, 90, Galpão 01, Bairro Jardim do Colégio, Embu Das Artes/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face não instruir a petição inicial com a documentação pertinente.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Tecnologia Acordo permite que apps de pagamento concorrentes sejam instalados no iPhone

Apple recua e evita multa da União Europeia

Javier Espinoza
Financial Times, de Bruxelas

A Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia (UE), aceitou as medidas adotadas pela Apple que dão aos rivais da fabricante do iPhone acesso à tecnologia de pagamentos por aproximação. Com isso, a empresa evita uma multa pesada no fim de uma prolongada investigação antitruste.

Com essa tecnologia, o usuário baixa o aplicativo (app) da Apple e não precisa sacar o cartão do banco para pagar suas contas [ele fica embutido no celular]. Basta abrir o app e aproximar o celular da "maquininha" do comerciante. Agora, a Apple permitirá o uso de apps de outras empresas no iPhone.

A "big tech", em uma concessão às exigências da UE, permitirá que os desenvolvedores habilitem sua tecnologia "tap-and-go", ou comunicação por aproximação, (NFC, na sigla em inglês) para usar o Apple Pay e o Apple Wallet como "uma maneira fácil, segura e prática de pagamento, bem como apresentar passes", disse a empresa.

Assim, a Apple evitará uma multa de até US$ 40 bilhões e uma acusação formal de ter violado a lei da UE. "A decisão de hoje torna os compromissos da Apple vinculativos", disse Margrethe Vestager, a comissária encarregada de fiscalizar as regras de competição da UE. "Ela abre a concorrência nesse setor crucial, ao evitar que a Apple exclua outras carteiras móveis do ecossistema do iPhone."

10
anos é quanto dura o acordo da UE

Os concorrentes poderão "competir efetivamente" com o Apple Pay nos pagamentos móveis com o iPhone em lojas, disse ela, dando aos consumidores "uma gama mais ampla de carteiras móveis seguras e inovadoras para escolher". [O compromisso vale por 10 anos para o chamado Espaço Econômico Europeu, que inclui os membros da União Europeia, mais Islândia, Liechtenstein e Noruega, informou a Dow Jones].

Centenas de milhões de iPhones usam o Apple Pay e o fim dessa longa investigação ocorre no momento em que as autoridades reguladoras da UE e dos EUA intensificam seu escrutínio sobre as práticas corporativas da companhia.

Em 2022, após dois anos de investigação, a UE acusou a Apple de violar a lei de competição ao bloquear o acesso de rivais para favorecer seu sistema de pagamentos. As autoridades vêm testando concessões da Apple desde janeiro, como conceder aos desenvolvedores livre acesso à tecnologia NFC em seus dispositivos iOS, sem a necessidade de usar o Apple Pay ou o Apple Wallet.

As sanções da UE por práticas anticompetitivas poderiam incluir multa de até 10% da receita anual da empresa. Em 2023, a receita da Apple foi de US$ 383 bilhões, o que resultaria em multa de cerca de US$ 40 bilhões. Mas as autoridades reguladoras raramente impõem valores tão altos e as multas tendem a ser reduzidas em tribunais.

A Apple também é acusada de violar a Lei dos Mercados Digitais da UE [em vigor desde março]. E foi multada recentemente em € 1,8 bilhão por práticas anticompetitivas em serviços de streaming de música. A Apple está recorrendo dessa decisão na Justiça. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Mundo afora
Cenário de pequenos negócios 'made in Brazil' no comércio exterior*

Fatia da produção exportada (número de empresas)

Fatia	Empresas
1 a 25%	88
25 a 50%	119
50 a 75%	43
75 a 100%	16
0	13

279 empresas disseram que exportam **280** pretendem começar a exportar

Habilidades digitais consideradas mais valiosas (número de empresas)

Habilidade	Micro	Pequena	Média
Marketing digital	200	300	400
Acesso a informação/novas oportunidades de mercado	100	200	250
Análise de dados	100	200	250
Uso de tecnologias de nuvem	50	100	150
Design de experiência do usuário	50	50	100

Destinos mais desejados para exportação (número de empresas)

Destino	Empresas
EUA e Canadá	283
América Latina	340
Espanha, França e Alemanha	212
Para outros países	63

Fonte: Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil) * Pesquisa entrevistou mais de 2.000 empresas do Brasil, Argentina, México e Colômbia

Mais digital, pequena empresa busca exportação

Pesquisa

Ivone Santana
De São Paulo

As micro, pequenas e médias empresas (MPME) estão adotando ferramentas digitais, com destaque para marketing digital, para alçar voo rumo ao mercado externo. As lições da pandemia de covid-19 serviram para que esse segmento aprendesse que as vitrines de seus produtos podem ser amplificadas, impulsionadas pela transformação digital. Mas o caminho ao exterior não é fácil. Entre as diversas barreiras, se sobressaem o idioma, desconhecimento sobre questões regulatórias e recursos para financiar as exportações.

Esses dados fazem parte do relatório "Exportações digitais das MPMEs da Argentina, Brasil, Colômbia e México: oportunidades e desafios", que entrevistou mais de 2 mil empresas desses países, sendo 579 no Brasil, de junho a agosto de 2023. Produzido pela Câmara Internacional do Comércio (ICC) de cada país, com apoio da ICC Global, o estudo chega ao Brasil por meio do **Valor**, em primeira mão.

Embora a ICC represente apenas grandes empresas — Nestlé, Microsoft, Amazon e Santander, entre elas —, o estudo está centrado nas pequenas porque a organização vê o ambiente de negócios como um todo. Se os segmentos menores ampliam as exportações, cresce o volume de negócios dentro de uma grande plataforma, diz ao **Valor**, Gabriella Dorlhiac, diretora-executiva da ICC Brasil.

O Brasil foi o país do grupo que mais acelerou o uso de ferramentas digitais a partir da pandemia, seguido de perto por México e Argentina, com a Colômbia mais distante.

"Noventa por cento dos negócios na América Latina são feitos por micro e pequenas empresas, que respondem por 60% do emprego produtivo", diz Dorlhiac. "Mas, quando falamos de exportação, essa participação cai muitíssimo. Hoje, só 13% das MPMEs têm comércio externo e, em volume de exportação, só 5%." Na Europa, o segmento detém 40% das vendas externas.

Os dados mostram que um dos diferenciais das empresas do Brasil é a busca de exportação global, e não só para países vizinhos, como preferem Argentina, Colômbia e México.

Diante dos problemas apresentados pelos pequenos negócios, a ICC estuda oferecer, ainda este ano, capacitação e orientação. Para isso, conta com parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), entre outros.

No processo de transformação digital, a ICC tem conversado com as empresas, questionando como estão levando a inteligência artificial (IA) para dentro de suas operações. Todas estão adotando a tecnologia, diz a diretora.

Contudo, se nas grandes empresas o uso da IA ainda traz muitas dúvidas, nas menores não é diferente. As pequenas ponderam que se ainda estão aprendendo o emprego da tecnologia, como vão interagir dentro de suas cadeias, com os seus fornecedores? Para a diretora, o principal desafio é entender como a IA "casa" com o negócio da empresa, com a sua operação. ***(Ver reportagem completa no site do Valor)***

Casamento mostra poder dos Ambani na Índia

Luxo

Chris Kay
Financial Times, de Mumbai

Um panteão internacional de celebridades, políticos e líderes empresariais está chegando a Mumbai, capital financeira da Índia, para o casamento do filho mais novo de Mukesh Ambani, o homem mais rico da Ásia, numa mostra da riqueza e poder da elite do país.

O casamento de Anant Ambani com Radhika Merchant, filha de um bilionário do setor de saúde, será celebrado neste fim de semana no Centro de Convenções Jio World, pertencente a Ambani, no Complexo Bandra Kurla, um distrito de alto padrão desenvolvido pelo principal clã empresarial da Índia, que conta com shoppings e um importante centro cultural.

A celebração é o ápice de meses de eventos ligados ao casamento, que serviram de vitrine para o poder cada vez maior da Índia no cenário mundial, liderado pela riqueza, poder e influência de magnatas como Ambani, presidente da Reliance Industries, uma gigante do refino de petróleo, telecomunicações e varejo.

"Os Ambanis estão jogando o jogo dos super-ricos na Índia, tentando superar e desbancar as comemorações monumentais de outros da superelite", disse Michael Kugelman, diretor do South Asia Institute, do Wilson Center. A extravagância também é "um lembrete esclarecedor das crescentes desigualdades econômicas da Índia", acrescentou.

As festividades começaram em março com uma festa de três dias perto do complexo petroquímico da Reliance Industries, em Jamnagar (Gujarat), onde convidados, como Bill Gates, Mark Zuckerberg, Ivanka Trump e Larry Fink, assistiram a um show de Rihanna.

No início da semana, Justin Bieber chegou a Mumbai para o "sangeet" (uma cerimônia musical) do casal, na qual os convidados se misturaram com astros do cinema e do críquete da Índia.

Antilia, a imponente casa dos Ambanis em Mumbai, tem estado repleta de atividades. Músicos indianos se apresentaram do lado de fora, enquanto a rua adjacente está decorada com luzes douradas. Vídeos divulgados aos meios de comunicação mostraram os Ambanis dançando números de Bollywood, com Mukesh fingindo dirigir um carro conversível, dublando com a esposa Nita uma música de um filme indiano de 1968 enquanto abraçavam os netos.

A mídia local tenta antecipar a lista de convidados, especulando que a festa poderia ser assistida por figuras como os ex-premiê do Reino Unido Boris Johnson e Tony Blair; o presidente do conselho de administração do HSBC, Mark Tucker; o presidente da Fifa, Gianni Infantino; o boxeador Mike Tyson e as Kardashians. A família Ambani não confirmou a lista.

Embora a família tenha feito vários eventos beneficentes, entre os quais servir pessoalmente comida a moradores de vilarejos, o evento de gala final em Mumbai trouxe frustrações à população de uma megacidade já bastante congestionada. A polícia impôs desvios de tráfego entre sexta e segunda-feira em torno do centro Jio World para lidar com a grande fluxo de "vips" chegando a um "evento público" não especificado.

Em maio, um cruzeiro pré-casamento no Mediterrâneo organizado pelos Ambani também gerou reclamações de moradores na Itália em razão do barulho alto e da interdição de áreas costeiras em Portofino. O cruzeiro incluiu apresentações de Andrea Bocelli, Katy Perry e Backstreet Boys.

ASHISH VAISHNAV/SOPA IMAGES/SIPA USA

Anant Ambani, filho do homem mais rico da Ásia, e a noiva Radhika Merchant

O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, é esperado no casamento e para a inauguração projetos de infraestrutura. A presença do primeiro-ministro também é um lembrete das conexões políticas estreitas que a Reliance Industries desenvolveu ao longo das décadas desde que foi fundada pelo pai de Mukesh, Dhirubhai Ambani. A família é originária de Gujarat, Estado natal de Modi, assim como de outro magnata indiano Gautam Adani. A Reliance Industries não respondeu ao pedido para comentar o assunto.

A extravagante celebração também se dá no momento em que o conglomerado se prepara para uma sucessão de liderança de terceira geração, na esteira de uma amarga batalha entre Mukesh Ambani e seu irmão mais novo Anil depois que o pai deles morreu sem deixar testamento.

As três principais unidades de negócios da Reliance Industries foram divididas entre os filhos de Mukesh, e em 2023 o trio foi alçado ao conselho de administração do conglomerado.

Kugelman disse que a festa "ajuda a dar a Anant certa publicidade adicional, para mostrar que ele está pronto para o horário nobre". ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

BMW SUV cupê custa a partir de R$ 388.950; versão elétrica do modelo chega por R$ 443.950

Novo X2 tem visual ousado, mas é discreto no desempenho



DIVULGAÇÃO

A versão de entrada tem motor 2.0 turbo a gasolina de 204 cv de potência e 30,5 kgfm de torque, aliado a um câmbio automatizado de sete marchas e tração integral

Cauê Lira
Da Autoesporte

O BMW X2 foi apresentado em 2018 como um SUV cupê de entrada. O problema é que aquela geração tinha visual muito comedido — e poderia até ser confundida com o X1 aos olhos menos atentos. Agora, seis anos depois, este aspecto foi corrigido na segunda e novíssima geração, que desembarca no Brasil nas versões xDrive20i (a combustão, por R$ 388.950) e xDrive30 (elétrica, de R$ 443.950).

Digo isso porque o novo BMW X2 entrega tudo que a marca ficou devendo antes: estilo, dirigibilidade e muita tecnologia. Qualidades que podem interessar até aos donos de X1 M Sport (R$ 354.950) e X3 híbrido (R$ 433.950).

Já antecipo que o X2 vai atrair muitos olhares. Quando estiver no semáforo, acostume-se com a atenção dos pedestres. Os motociclistas também vão dar aquela espiada por cima do ombro enquanto o SUV alemão desfila com imponência.

Isso porque o SUV combina uma dianteira parruda com a elegante linha de cintura alta. No teto, a queda acentuada da carroceria começa logo após a coluna B e percorre toda a extensão do X2 até terminar em um "corte de guilhotina" na traseira.

Os vincos espalhados pela carroceria dão um aspecto musculoso ao X2 em um jogo de luz e sombra. As rodas de 20 polegadas têm desenhos exclusivos para as versões a combustão e elétrica, ambas com as feições esportivas da linha M Sport. Inclusive, este pacote vem de série ao Brasil e adiciona outras características interessantes ao SUV.

É na traseira que o X2 realmente mostra seus predicados. As lanternas têm um design irregular e recortado, e por serem estreitas, deixam o visual do SUV ainda mais incrementado. Nas redes sociais de "Autoesporte", o visual dividiu opiniões.

Quem tem predileção por SUVs com design mais arrojado certamente gostará de saber que o X2 é igualmente encantador ao volante — a começar pela disposição da cabine, que lembra um cockpit de esportivo. Telas, saídas de ar-condicionado e botões estão apontados para o motorista, deixando bem claro quem está no centro da experiência.

O volante de três raios todo revestido de couro tem excelente empunhadura e suas extremidades são mais gordinhas para dar precisão aos movimentos do motorista. Se tivesse base achatada, seria perfeito. Os bancos dianteiros com ajustes elétricos vão agradar quem gosta de dirigir mais próximo ao chão.

A versão de entrada tem motor 2.0 turbo a gasolina, capaz de entregar 204 cv de potência e 30,5 kgfm de torque. Câmbio automatizado de sete marchas e tração integral completam a experiência.

Não se engane pelos números comedidos, pois o X2 a combustão é bem legal de dirigir. Por mais que a aceleração de 0 a 100 km/h em 7,3 segundos não arrepie, a reatividade do pedal e o ajuste firme da suspensão proporcionam bastante agilidade e dinâmica ao SUV.

Em um curto test drive pela Serra da Mantiqueira, na região de Campos do Jordão (SP), a carroceria pendeu pouco para os lados nas curvas rápidas. Basta aplicar uma leve pressão no acelerador para a transmissão reduzir até quatro marchas e entregar torque cheio em uma retomada vigorosa.

Não se engane também pelo pacote esportivo: o X2 ainda é um SUV para a cidade. O isolamento acústico faz bom trabalho ao filtrar o som do motor (ou até dos motociclistas que passam zunindo no trânsito parado). Já o volante, leve em comparação com outros BMW, facilita balizas e manobras do dia a dia. Aqui, vale destacar também o raio de giro de 11,3 m — excelente para entrar e sair de vagas apertadas.

Quem ama acelerar certamente vai curtir mais a versão elétrica, iX2 xDrive30. Aqui, temos 230 cv de potência e 50,3 kgfm de torque derivados de dois motores assíncronos (dianteiro e traseiro), abastecidos por uma bateria de 64,8 kWh. Com isso, o X2 leva 5,6 segundos para atingir 100 km/h. Sua autonomia com carga total é de 337 km, segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV).

A força extra exigiu um arranjo especial para suspensão e freios. A versão elétrica é consideravelmente mais rígida, e isso ficou claro pelos impactos e trepidações nos trechos esburacados da serra. Afinal, além do incremento de potência e torque, o conjunto de baterias espalhado pelo assoalho pesa quase 500 kg.

O seletor de modos de condução pode deixar o SUV elétrico menos arisco e mais econômico, dependendo da opção. Cada configuração tem um som artificial exclusivo, elaborado pelo compositor alemão Hans Zimmer, famoso pela trilha de filmes como Gladiador e Interestelar. No modo Sport, o iX2 lembra uma nave espacial alçando voo. Ao ativar o modo Eco, a ambientação sonora se torna um sussurro agudo e suave.

7,3 s
é o tempo para ir de 0 a 100km/h

Falando sobre a bateria, a BMW oferece carregador wallbox de brinde na compra do iX2 — mas instalação e gastos de infraestrutura ficam por conta do cliente. Em estações de corrente alternada (AC) de 7,4 kW, o SUV descarregado leva 10 horas para atingir 100% de carga. No caso do carregador de 22 kW, a média cai para aproximadamente quatro horas. O tipo de wallbox dependerá sempre da instalação elétrica da residência do dono, diz a BMW.

O iX2 é compatível com recargas de até 130 kW em corrente contínua (DC). Neste caso, a bateria pode ir de 10% a 100% em apenas 30 minutos.

Em termos de dimensão, o X2 cresceu em relação à geração anterior. Agora, são 4,55 metros de comprimento (+ 19,4 cm), 1,59 m de altura (+ 6,4 cm), 1,84 m de largura e 2,69 m de entre-eixos (+ 2 cm). O porta-malas tem capacidade de 560 litros no total.

Na cabine, gosto de destacar a central multimídia de 10,7" integrada ao painel de instrumentos de 10,4". A BMW buscou uma linguagem minimalista ao integrar os controles do ar-condicionado na tela, mas isso acabou deixando o X2 menos prático.

Não é mais possível mudar a temperatura e a intensidade do ventilador sem olhar para a central multimídia. Por mais que o X2 tenha comandos de voz, acaba sendo menos funcional, inevitavelmente.

O carregador de celular por indução deixa o aparelho em pé no console. Aqui há dois problemas. O primeiro diz respeito à segurança, já que o smartphone fica à mostra e qualquer um pode enxergá-lo pelo lado de fora. O segundo é que este sistema por indução continua elevando a temperatura dos iPhones.

O painel traz acabamento que combina borracha, couro, aço escovado e camurça. Trata-se de um interior muito aconchegante e requintado. Não há qualquer peça que destoe em termos de qualidade.

O BMW X2 agora tem bons predicados para o seu posicionamento. Evidentemente, não é um carro para qualquer um. Quem busca sobriedade continuará feliz com outros modelos, como os X1 e X3.

Outras marcas alemãs não oferecem carros parecidos. O próprio Mercedes-Benz GLC Coupé custa R$ 531.900, valor muito superior em comparação com o BMW. Já o Audi Q5 Sportback tem motor híbrido plug-in e parte de R$ 492.990.

Um spoiler: a BMW também vai lançar aqui a versão esportiva xDrive35i, com motor 3.0 de seis cilindros e 312 cv, ainda neste ano. A configuração será mais rápida que o modelo elétrico atual, acelerando de 0 a 100 km/h em 5,4 segundos.

Sentra 2025 mudou o bastante para ameaçar o Corolla?

Vitória Drehmer
Da Autoesporte

Não dá para negar que os SUVs dominaram o mercado. Mas não é por isso que as fabricantes deixaram de investir em sedãs por aqui. A Nissan, por exemplo, trouxe a oitava geração do Sentra em 2023 e, recentemente, lançou a linha 2025 com um facelift de meia vida. A ideia é tomar vendas do líder Corolla. Só que a tarefa é bem mais difícil do que parece. Durante os primeiros cinco meses do ano, o Sentra teve 2.039 emplacamentos, enquanto o rival, 13.313.

Para tentar diminuir esse desequilíbrio, a Nissan apostou em deixar o Sentra mais equipado desde a versão de entrada. São três versões, Advance, Exclusive e Exclusive com interior premium, custando entre R$ 156.390 e R$ 178.390. Como destaque, traz de série desde sua versão mais básica itens como faróis automáticos inteligentes, travamento e destravamento das portas em caso de acidentes, ar-condicionado automático de duas zonas, banco do motorista com ajuste elétrico, indicador de pressão dos pneus e alertas de ponto cego, tráfego cruzado traseiro e mudança de faixa. O Corolla não traz todos esses equipamentos nem na opção mais cara, a Altis Premium, de R$ 182.990.

No caso da versão Advance, o interior traz tom caramelo, partida remota, teto solar, som Bose, retrovisor interno eletrocrômico, retrovisores externos rebatíveis, piloto automático e câmera 360°.

O visual ficou só um pouco diferente: a grade foi ampliada, ganhou friso cromado mais chamativo em forma de V e, agora, só tem filetes nas laterais. O acabamento da peça passou a ser em preto brilhante e há um novo logotipo da Nissan.

Mas as mudanças param por aí e o Sentra 2025 continua sem freio de estacionamento eletrônico, por exemplo. Mesmo o Corolla ainda traz a velha alavanca no console. Só que no Nissan a opção é ainda mais antiquada: um pedal posicionado no assoalho que precisa ser pressionado com o pé esquerdo.



DIVULGAÇÃO

Freio de estacionamento eletrônico continua ausente no modelo

A motorização também segue inalterada. Estamos falando de um 2.0 aspirado a gasolina. Mesmo com injeção direta, ele entrega medianos 151 cv e 20 kgfm de torque. O conjunto é combinado a um câmbio CVT que simula oito marchas.

O torque total continua a ser entregue só a 4.000 rpm. Portanto, ultrapassagens nas estradas acabam sendo tarefas mais difíceis do que você imaginaria. A aceleração de 0 a 100 km/h é feita em 9,4 segundos.

Por outro lado, o consumo acrescenta um saldo positivo na conta do sedã. Segundo o Inmetro, são 11 km/l na cidade e 13,9 km/l na estrada, sempre com gasolina. Porém, os números ficam aquém dos do novo Corolla 2.0 flex, com 12,3 e 14,9 km/l, respectivamente.

Reclamar do conforto também seria injusto. A suspensão traseira multilink não mudou e continua deixando o sedã médio com uma dirigibilidade estável e agradável, mais que a do Corolla. E não dá para esquecer do porta-malas de 466 litros, praticamente empatados.

Os bancos trazem a tecnologia que a Nissan chama de "Zero Gravity", baseada em estudos de ergonomia da Nasa para ajudar a aliviar a tensão nas costas. Portanto, passar horas dirigindo o Sentra não é um problema nem para os passageiros, já que o sedã é bem espaçoso com seus 2,71 metros de entre-eixos.

Só que aí vem outro vacilo: a falta de saída de ar-condicionado na segunda fileira. Ainda falando do interior, o painel tem mostradores analógicos e uma pequena tela digital no centro que mostra as principais informações do carro.

A central multimídia tem 8 polegadas e funciona bem, mas a conexão com Apple CarPlay e Android Auto é feita apenas com fio. Quase imperdoável para um sedã médio de quase R$ 200 mil. A qualidade das câmeras para manobras também deixa a desejar.

Em contraponto, é importante ressaltar que o acabamento é caprichado. E pode ficar ainda melhor se o dono optar por pagar R$ 1.700 extras. Com esse dinheiro, a versão topo de linha Exclusive pode receber acabamento de couro caramelo e revestimento especial no painel.

Não dá para negar que o Sentra 2025 tenha um bom custo-benefício. Se compararmos os níveis de equipamento, os R$ 156.390 da versão Advance são equiparáveis ao Corolla Altis Premium de R$ 182.990. A diferença é significativa, de R$ 26.600. Ainda assim, a impressão que fica é que os pontos negativos do Nissan pesam mais do que a economia.

Cenários Safras recordes e demanda estimulam aportes de empresas como Incofibras e Cooperfibras

Maior oferta de algodão anima indústria em MT

Isadora Camargo
De Campo Verde (MT)



ISADORA CAMARGO/VALOR

Área de fiação da Incofibras, em Campo Verde; unidade vai receber investimentos de mais R$ 60 milhões este ano para ampliar o beneficiamento da pluma

Em Campo Verde, polo têxtil de Mato Grosso, indústrias de fiação investem em expansão estimuladas por safras recordes de algodão no Estado e pelo aquecimento da demanda pela pluma mato-grossense.

Uma delas é a Incofibras, que pertence ao grupo têxtil catarinense Rovitex e é uma das principais da cidade. Hoje, chegam à fábrica 660 toneladas de algodão por mês de todo o Estado, usadas na produção de 600 toneladas de fio no período. Até outubro, a previsão da empresa é quase triplicar a produção, para 1,7 mil toneladas.

Desde 2020, a empresa investiu R$ 140 milhões na planta industrial. Com o projeto de ampliação acelerado, que segue até outubro, a empresa irá injetar mais R$ 60 milhões, segundo o gerente de fábrica, Wagner Ravasco.

O novo aporte está relacionado majoritariamente à importação de maquinário. Na última quarta-feira três cargas de equipamentos chegaram da China até a sede da empresa em Campo Verde.

Segundo Ravasco, o investimento em modernização da planta também elevará o número de funcionários fixos, de 150 para 240 no próximo trimestre.

Ele afirma que a indústria aproveita o aquecimento do mercado da pluma para abastecer, em especial, as regiões Sul e Sudeste. O que não é exportado é destinado para o beneficiamento dessas indústrias.

Na mesma lógica, a Cooperativa dos Cotonicultores de Campo Verde (Cooperfibras) está passando por uma "reforma" para se tornar a maior do Estado.

A capacidade de beneficiamento da fábrica — para transformar pluma em fio — será duplicada, e sairá das atuais 1,2 mil toneladas para 2,4 mil toneladas de fio por mês. Hoje, a unidade tem 330 funcionários.

Cleciano Moreira, supervisor de qualidade da Cooperfibras, observa que o investimento em tecnologia de beneficiamento contribui para alavancar a indústria do Estado. Mas como a maior parte do maquinário é importada, o movimento é mais intenso entre grandes conglomerados.

"O algodão brasileiro teve evolução grande por causa de tecnologia. Em Mato Grosso, algodão é na maioria safrinha. Esse é o melhor custo-benefício na agricultura, e essas tecnologias trouxeram qualidade da fibra", diz ele.

Moreira acrescenta que mais de 80% do produto é exportado, sobretudo para a Ásia.

Além de dar destino para a safra dos mais de 100 cooperados, a Cooperfibras tem laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura que realiza testes de classificação da pluma.

Atualmente, Mato Grosso tem cinco indústrias de fiação que utilizam apenas 2% da produção de algodão local. A meta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec) do Estado é dobrar o número de indústrias de beneficiamento da matéria-prima.

Segundo levantamento divulgado ontem pela Conab, a colheita de algodão em Mato Grosso na safra 2023/24 está estimada em 6,373 milhões de toneladas de pluma, alta de quase 17% sobre o ciclo anterior. A área de plantio no período cresceu quase 19%, para 1,415 milhão de hectares.

A jornalista viajou a convite do Road Show MT

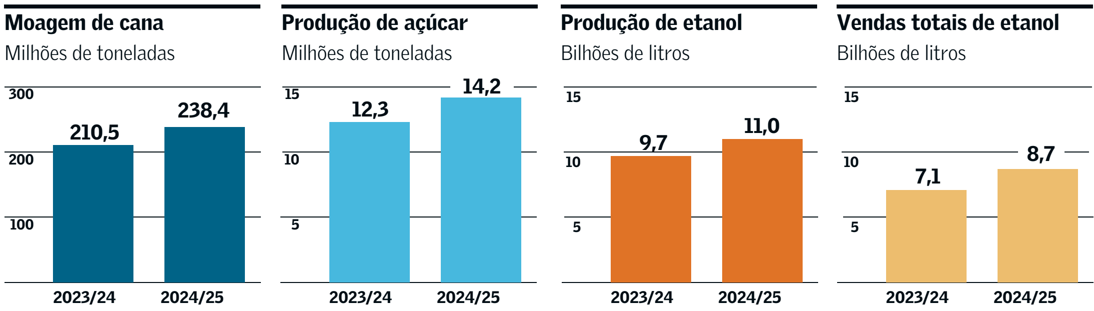
16,9%
é a alta na colheita de algodão de MT

Tempo seco 'acelera' produção de açúcar e etanol

Cenários

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Cana no Centro-Sul
Evolução da produção sucroalcooleira de abril a junho



Fonte: Unica

O clima seco no Centro-Sul tem permitido um rápido avanço das colhedoras de cana nesta safra 2024/25. Como resultado, os volumes de produção de açúcar e etanol são, até o momento, superiores aos da mesma época da safra passada, quando o segmento registrou produção recorde.

Na segunda quinzena de junho, a moagem de cana no Centro-Sul foi 13% maior do que a do mesmo período da safra passada, segundo a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica). Com o aumento, o volume chegou a 48,8 milhões de toneladas.

A falta de chuvas também elevou a concentração de sacarose, o que aumentou a oferta de matéria-prima. O teor de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) na quinzena subiu 5,16%, para 139,96 quilos por tonelada de cana.

Com isso, na quinzena, a produção de açúcar cresceu 20,1%, para 3,25 milhões de toneladas, enquanto a de etanol aumentou 18,5%, para 2,3 bilhões de litros. As usinas elevaram a parcela da sacarose direcionada à produção do açúcar, o que fez com que a oferta da commodity tivesse um crescimento mais expressivo.

O resultado da produção da segunda metade de junho reforça a tendência que já se observa desde o início da safra, marcada pela aceleração da colheita. De 1º de abril a 1º de julho, o volume de cana que as usinas do Centro-Sul processaram foi 13,3% maior do que o de um ano antes, alcançando 238,4 milhões de toneladas.

A produção de açúcar aumentou 15,7% no Centro-Sul, para 14,2 milhões de toneladas, enquanto a de etanol subiu 14,5%, para 11 bilhões de litros. De acordo com Luciano Rodrigues, diretor técnico da Unica, "até o momento, o crescimento da fabricação do adoçante atingiu 1,93 milhão de toneladas, sendo 1,63 milhão decorrentes do avanço na moagem de cana e apenas 300 mil toneladas associadas à mudança no mix de produção".

Já a produção de etanol tem tido o reforço do processamento do milho. Na segunda quinzena de junho, o cereal foi a matéria-prima de 13% (ou 299,58 milhões de litros). Desde o início da safra, o volume de etanol de milho representou 16,3% da produção.

A antecipação da produção de açúcar e etanol também está permitindo que as usinas vendam mais produtos do que um ano antes. Com a maior oferta de açúcar no Centro-Sul, o Brasil aumentou as exportações da commodity de abril a junho em 27,4% na comparação anual, para 7,9 milhões de toneladas. A receita com os embarques cresceu 25,8% no período, para US$ 3,9 bilhões.

No caso do etanol, as vendas totais do produto realizadas pelas usinas do Centro-Sul aumentaram 10,9% em junho, para 2,8 bilhões de litros. No acumulado da safra, a comercialização está 22,1% maior, em 8,6 bilhões de litros.

No mercado interno, estão mais fortes as vendas de etanol hidratado, que compete com a gasolina e está mais competitivo do que o combustível fóssil. Desde o início da safra até o fim de junho, o Centro-Sul já vendeu 47% mais etanol hidratado do que no mesmo período da safra passada, alcançando 5,5 bilhões de litros. Já a comercialização do etanol anidro (adicionado à gasolina) no intervalo entre abril a junho foi 3,2% menor do que a de um ano antes, somando 2,9 bilhões de litros.

Lucro trimestral da Camil sobe 28%, a R$ 78 milhões

Balanço

Paulo Santos
De São Paulo

A Camil Alimentos fechou o primeiro trimestre do ano fiscal (de março a maio de 2024) com um lucro líquido de R$ 78,5 milhões, o que representou um aumento de 28,2% em relação mesmo período do ano passado.

Nessa mesma base de comparação, a receita líquida cresceu 9%, totalizando R$ 2,9 bilhões. Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da companhia subiu 28%, chegando a R$ 255 milhões.

A receita bruta da Camil aumentou 9,2%, para R$ 3,4 bilhões. A expansão foi reflexo direto da elevação dos preços dos produtos e também dos volumes que a empresa comercializou.

Em comentário sobre seu desempenho operacional no primeiro trimestre do ano fiscal, a companhia registrou um aumento de 5,8% no volume de comercialização da categoria de "alto valor", composta por pescados, massas, café e biscoitos. Nesse ramo, o desempenho da linha de massas em São Paulo e também o crescimento das vendas de café em São Paulo e no Rio de Janeiro puxaram a expansão na categoria. Os preços líquidos desses itens tiveram uma pequena alta, de 0,1%.

No segmento "alto giro", composto por grãos no Brasil e açúcar, as vendas cresceram 0,3% no primeiro trimestre do ano fiscal, puxadas pela decisão dos varejistas de retomarem as compras de grãos. No segmento, os preços líquidos subiram 16,5%.

Nesta categoria, a Camil disse que o atraso na colheita do Rio Grande do Sul e os problemas decorrentes das enchentes no Estado criaram dificuldades logísticas para a empresa entre março a maio. Por outro lado, o clima adverso não afetou as plantas produtivas, segundo a companhia.

Já no segmento internacional, as vendas caíram 17,5%, devido, principalmente, à diminuição do volume de vendas no Uruguai. Por outro lado, os preços dos itens dessa categoria subiram 30,5%, de acordo com a empresa.

9%
foi o aumento da receita líquida

valor.com.br

Sanidade
OMS vê falhas em ação contra gripe aviária
O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, alertou na quinta-feira (11/7) em Genebra, na Suíça, que a capacidade do órgão de avaliar e gerir o risco da gripe aviária para a saúde humana está "comprometida" em razão de falhas na vigilância de casos em animais em todo o mundo.

valor.com.br/agro

Comércio
Austrália aprova camarão do Brasil
O governo da Austrália aprovou certificados sanitários do Brasil que permitirão ao país importar camarões e carne de camarões brasileiros. A Austrália abriu seu mercado para a importação de pescados do Brasil em fevereiro. Nos cinco primeiros meses de 2024, as exportações agrícolas ao mercado australiano ultrapassaram US$ 111 milhões.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Crédito rural Instituições que operam recursos subsidiados elevaram seus spreads, o que impediu corte de juros para financiamento das lavouras

Risco maior no campo eleva spreads e custos do Plano Safra 2024/25

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



"Foco, agora, foi fazer com que o dinheiro que nós disponibilizamos chegue à ponta", disse Gilson Bittencourt

Rafael Walendorff
De Brasília

As instituições financeiras que operam recursos equalizados do Plano Safra — aqueles que contam com subsídios diretos do Tesouro Nacional para bancar a diferença entre o custo de captação mais o lucro da operação menos a taxa de juros final cobrada do produtor rural — elevaram seus spreads para a temporada 2024/25.

A taxa média ponderada geral ficou em 3,56% em comparação com os 3,11% da safra 2023/24, ao considerar os custos administrativos e tributários (CAT) informados pelas instituições em linhas para pequenos, médios e grandes produtores. É a primeira alta desde a safra 2020/21, quando estava em 4,93%, segundo dados compilados pelo **Valor**.

O movimento está na contramão de outros segmentos, nos quais há queda nos spreads bancários.

Para os médios produtores, o índice ficou em 3,11%, acima dos 2,53% no ciclo passado. Nas linhas destinadas à agricultura familiar, o spread será de 4,22% contra 3,64% na temporada encerrada em junho. Nos programas para grandes produtores, a taxa média do CAT foi para 3,33%, acima dos 2,96% em 2023/24.

Reflexo do risco mais alto no campo neste ano por conta do impacto do clima, dos preços e das renegociações de dívidas, o aumento dos spreads pesou na conta do governo, que gastará mais para subsidiar valores semelhantes aos previstos no início do ciclo passado.

Serão destinados R$ 16,3 bilhões, alta de 19,5% no orçamento, para equalizar os juros desta safra ao longo de vários anos. A manutenção da Selic em 10,5% ao ano e a mudança da curva de juros futuros também impactou a previsão de custos da equalização do plano.

Esses movimentos impediram o corte dos juros no crédito rural da safra 2024/25, disse o subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

"Com a percepção de aumento, ainda que pequeno, da inadimplência por questões de preços e problemas climáticos, há uma elevação da demanda por spread um pouco maior pelas instituições financeiras", afirmou. "Temos que lutar contra isso, tentar baixar os juros finais, gerar mais competição. Estamos fazendo isso, mas ao considerar a performance dos agentes financeiros nem sempre conseguimos ter o menor custo", disse Bittencourt.

Nas safras passadas, um dos critérios básicos para uma instituição financeira receber limites equalizáveis era garantir spreads iguais ou menores que os praticados anteriormente para emprestar o dinheiro na ponta.

A regra, no entanto, não foi totalmente eficaz em 2023/24. Boa parte dos recursos ficou "empoçada" em alguns agentes e forçou o governo a redistribuir os limites. No rearranjo, porém, o orçamento para subvenção rendeu menos. Dos R$ 138,2 bilhões previstos, o montante encolheu para perto de R$ 108 bilhões.

O governo quis buscar maior eficiência na aplicação desses recursos. "Neste ano, abrimos a possibilidade de rever essa condição porque algumas instituições financeiras baixaram tanto o spread que estavam no limite e, com a perspectiva de aumento na inadimplência, não iam conseguir operar", afirmou o subsecretário.

Segundo ele, agentes importantes para a disseminação dos recursos estavam nessa condição. A expectativa era que apenas as instituições que tinham CAT próximo ao piso majorassem os índices, mas o movimento foi mais amplo.

Ele admitiu que essa metodologia poderá ser revista no ano que vem. "Agora, o foco foi, mesmo a um custo um pouco mais alto, fazer com que o dinheiro que nós disponibilizamos chegue à ponta", reforçou.

Ontem, o Ministério da Fazenda publicou a portaria com a divisão dos R$ 133,8 bilhões em recursos equalizados do Plano Safra 2024/25 para 25 instituições financeiras. Outros R$ 4,3 bilhões das linhas emergenciais do Rio Grande do Sul também são computadas e elevam o montante final subsidiado para R$ 138,2 bilhões.

"A expectativa é que o desembolso chegue muito próximo desse valor neste ano, pois demos mais recursos para aquelas instituições que demonstraram, no último ano, maior eficiência na sua aplicação", disse.

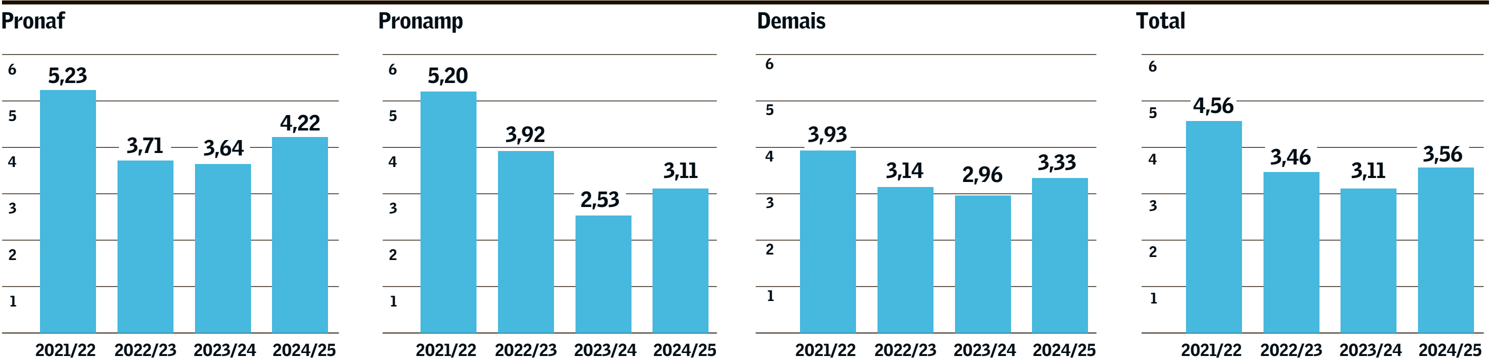
A divisão dos recursos seguiu critérios para atender quem teve boa performance na safra anterior e tem capilaridade e capacidade de aplicação do dinheiro. Houve "travas" para impedir o crescimento de agentes que apresentaram deficiências na programação de desembolso dos recursos equalizados em 2023/24.

O Banco do Brasil ficou com a maior fatia, quase 45% do total, com R$ 60,1 bilhões. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com R$ 33,4 bilhões. O acompanhamento trimestral da aplicação dos recursos continuará nesta safra, com a possibilidade de antecipação da programação. Ao menos metade dos R$ 138,2 bilhões deverá ser emprestado até dezembro, definiu a Fazenda.

"Não houve penalização para nenhuma instituição participante, não cortamos nem reduzimos o recurso de nenhum agente, apenas limitamos o crescimento", afirmou Bittencourt. "Quem não aplicar conforme programado poderá sofrer limitações no próximo ano. Nosso desafio é fazer com que o dinheiro chegue, de preferência com menor custo possível. É melhor que o recurso seja liberado do que empoçado", completou.

valor.com.br
Mais informações sobre o Plano Safra 2024/25 em valor.com.br/agro

Custos em alta
Evolução do spread nas últimas safras (em %)



Fonte: Elaboração de spread médio ponderado a partir das portarias 7.867/21,6,454/22, 695/23 e 1.138/24

Colheita de grãos deverá somar quase 300 milhões de toneladas, prevê Conab

Safra 2023/24

Fernanda Pressinott e Lucianne Carneiro
De São Paulo e Rio

Em sua décima estimativa sobre a colheita de grãos na temporada 2023/24, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) elevou ontem a projeção para a produção de arroz e do milho de segunda safra. Com isso, a previsão para a produção total no ciclo cresceu 0,6% ou 1,72 milhão de toneladas em relação à estimativa anterior, e ficou em 299,27 milhões de toneladas.

Esse volume é 6,4% ou 20,54 milhões de toneladas menor que o colhido em 2022/23, quando a produção somou 310,13 milhões de toneladas. Ainda assim, a produção na safra 2023/24 será a segunda maior da história do país.

Enquanto as previsões para a produção de milho da segunda safra e de arroz foram revisadas para cima, a Conab reduziu a estimativas para lavouras de feijão e trigo no último levantamento sobre a safra 2023/24.

De uma maneira geral, segundo a Conab, a queda na produção em relação à temporada 2022/23 deve-se sobretudo à intensidade do fenômeno El Niño, que influenciou negativamente o clima desde o início do plantio e afetou também as fases de reprodução das lavouras de primeira safra plantadas até o fim de outubro nas principais regiões produtoras do país.

Para a soja, carro-chefe do agronegócio nacional, a Conab manteve a estimativa de produção em 147,34 milhões de toneladas. Na comparação com o ciclo anterior, houve uma redução de 4,7% ou 7,27 milhões de toneladas.

> Condições climáticas vêm favorecendo as lavouras de milho da segunda safra

No caso do milho, a estimativa de produção cresceu para 115,86 milhões de toneladas, considerando as três safras. O volume é 12,2% ou 16,03 milhões de toneladas menor que o registrado na safra 2022/23.

Mas, segundo a Conab, o último levantamento mostra que condições climáticas vêm favorecendo as lavouras de milho da segunda safra, ou safrinha. A projeção cresceu 2 milhões de toneladas, para 90 milhões de toneladas.

No caso do arroz, que esteve no centro das atenções por causa das chuvas no Rio Grande do Sul, o principal Estado produtor, a estimativa é de uma colheita de 10,6 milhões de toneladas — a projeção anterior era de 10,4 milhões de toneladas.

Na ponta oposta, a Conab cortou sua estimativa sobre a colheita de feijão em 100 mil toneladas, para um total de 3,3 milhões de toneladas, considerando as três safras da leguminosa. Para o algodão, a estatal estimou uma produção de 3,636 milhões de toneladas, queda de 0,6% em relação à previsão anterior, mas 14,6 % acima do colhido na safra precedente.

As culturas de inverno, que incluem trigo, aveia, canola, centeio, cevada e triticale, estão com o plantio em andamento. Especificamente para o trigo, a Conab estimou uma produção de 8,96 milhões de toneladas — abaixo das 9,1 milhões previstas anteriormente. A razão para a redução é a queda de 11,6% na área de cultivo, que deve somar 3,07 milhões de hectares, segundo a Conab.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também divulgou ontem suas projeções para a produção de grãos em 2024 e elevou ligeiramente a estimativa. Segundo o órgão, a safra deve atingir 295,9 milhões de toneladas, 0,3% acima da previsão anterior. Em relação à colheita de 2023, o recuo é de 6,2%.

Mais sobre algodão à página B7

Safra 2023/24
Nova estimativa da Conab para a atual temporada (milhões de toneladas)

Cultura	2021/22	2022/23	2023/24 Prev. jun	2023/24 Prev. jul
Algodão (pluma)	2,554	3,173	3,657	3,636
Arroz	10,789	10,567	10,395	10,586
Feijão	2,990	3,036	3,331	3,267
Milho	113,130	131,892	114,144	115,859
Soja	125,550	154,609	147,353	147,336
Trigo	10,554	8,097	9.065,3	8,955
Total	**272,429**	**319,812**	**297,544**	**299,267**

Fonte: Conab

Recuperação na Argentina

A Argentina colheu 50,5 milhões de toneladas de soja na safra 2023/24, quase do dobro das 27,5 milhões de toneladas colhidas no ciclo anterior, que foi duramente castigado pela seca. Segundo informe da Bolsa de Cereais de Buenos Aires, o rendimento médio das lavouras chegou a 2,9 toneladas por hectare, um aumento de 99% quando comparado ao de 2022/23 e 24% acima da média registrada nas última cinco temporadas. "Na janela de plantio, as chuvas permitiram atingir os hectares projetados e os primeiros dias da safra começaram com ótima umidade. Depois, as temperaturas subiram e faltou chuva de janeiro até o início de fevereiro, o que afetou o potencial produtivo de alguma áreas", afirmou a bolsa, em relatório. Durante a temporada, foram semeados 17,3 milhões de hectares com soja na Argentina, 7% mais que em 2022/23 e 3% acima da média das últimas cinco safras. (FP)

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

As estratégias das incorporadoras têm dividido opiniões e movimentado o debate sobre a atualização imobiliária nos principais centros urbanos do país

Retrofitar ou demolir: como renovar a paisagem urbana?

O anúncio recente da demolição de um prédio comercial no Itaim para a construção de um novo residencial de alto padrão gerou forte engajamento nas redes sociais e debate sobre a renovação da paisagem imobiliária da capital paulista. Afinal, é melhor derrubar ou retrofitar um edifício?

O projeto em questão é o Orla Paulistana, da incorporadora Global Realty Brasil (GRB), que ocupará o terreno onde há um edifício de oito andares pouco ocupado. No lugar, será erguido um residencial com unidades compactas nos pisos mais baixos; no intermediário, lounge, área gourmet e piscina de borda infinita — com vista para o "mar verde" do Jardim Europa e da Paulista, daí o nome do condomínio —; e residências de 200 metros quadrados nos andares mais altos. O VGV é de R$ 170 milhões.

"É um prédio subutilizado e desatualizado em uma região onde falta terreno para incorporação. Após três anos de negociação, adquirimos o imóvel por R$ 30 milhões, vamos demolir e entregaremos algo novo e melhor para a cidade", afirma o CEO da GRB, André Fakiani.

A conta feita pela incorporadora é simples: retorno sobre o investimento. O futuro condomínio terá o dobro da altura, com apartamentos amplos e metro quadrado a partir de R$ 50 mil, em um dos bairros mais valorizados do país. Além disso, está dentro das regras de adensamento previstas no Plano Diretor da cidade e será altamente sustentável: 80% dos itens do prédio original serão reciclados e reutilizados em outras obras.

Essa é uma tendência nova não só em São Paulo. Em outras cidades do país onde há escassez de terrenos, o método começa a se estabelecer. Um exemplo vem de Balneário Camboriú (SC), onde a incorporadora Embraed adquiriu em junho o Ivo Agostinho Roveda, na Avenida Atlântica, com apartamentos avaliados em R$ 9 milhões.

O prédio será demolido para dar lugar a um novo arranha-céu. "Esse movimento tem se intensificado mais a cada ano", analisa Bruno Cassola, corretor local especializado no segmento de alto padrão.

PIONEIRISMO CARIOCA

No Rio de Janeiro, demolir para construir projetos novos já é uma prática bastante disseminada, principalmente na Zona Sul. A Balassiano Engenharia desenvolve cinco projetos na região com essa finalidade. Dentre eles, o Alma Ipanema Residencial Style (parceria com o Opportunity Imobiliário) e o Vista Ipanema, com 36 unidades, que será erguido no lugar de dois prédios vizinhos que foram demolidos.

"Compramos os dois ao mesmo tempo. Como a escassez torna o custo dos terrenos muito alto, não dá para perder tempo negociando um a um. Isso pode acabar matando o projeto", explica o sócio da Balassiano Engenharia Thiago Balassiano.

Na Lagoa, a Performance Empreendimentos entregou em 2021 o Borges 3647, com apartamentos de cem a 315 metros quadrados. O residencial antigo tornou-se um dos endereços mais cobiçados da cidade.

"É um projeto premiado, com fachada que se abre para as vistas de diversos cartões-postais do Rio e plantas espaçosas para proporcionar mais qualidade de vida aos moradores", disse o COO da companhia, Renato Leite.

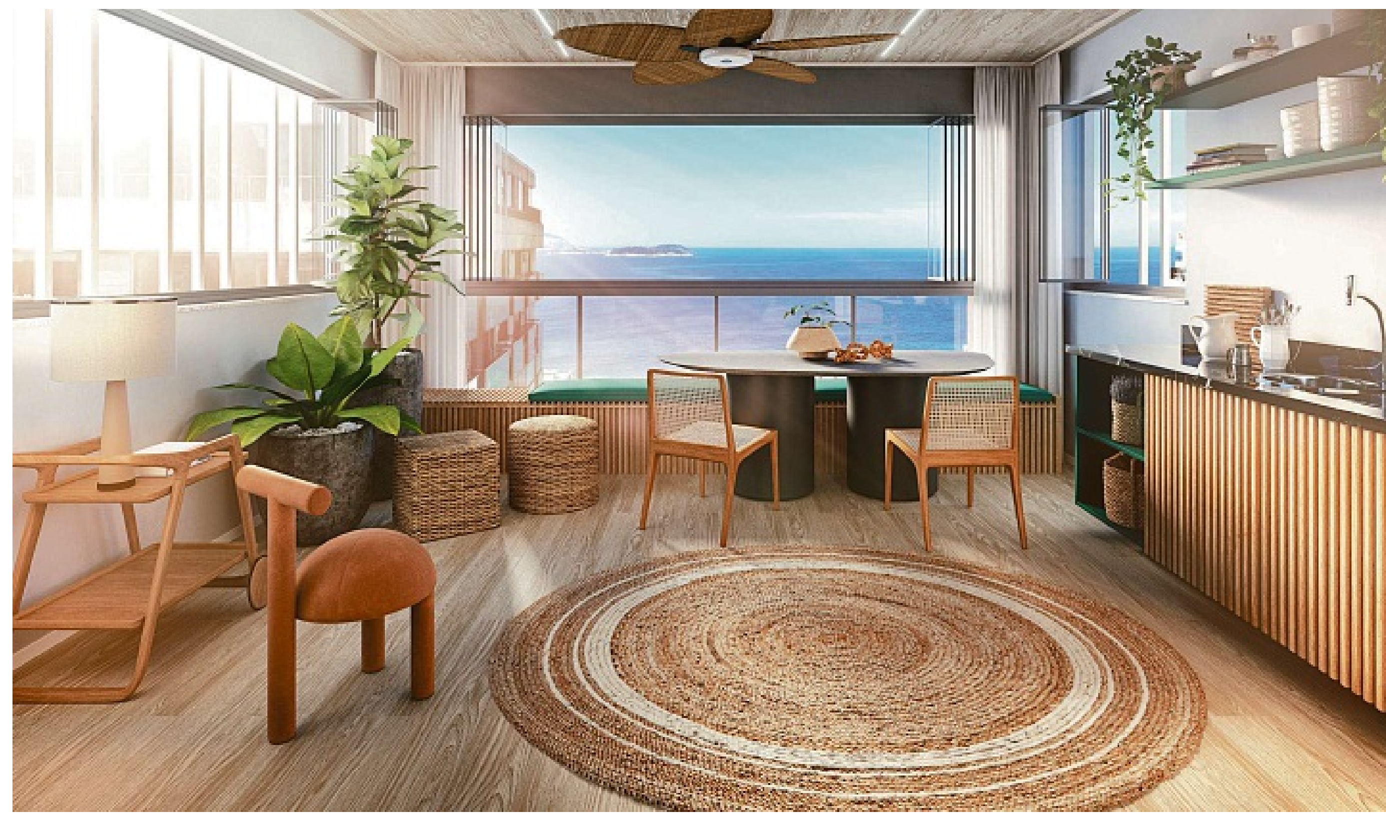
O executivo acredita que a estratégia de demolição só não está mais propagada no mercado carioca por conta de indefinições na legislação. Uma medida que tramita na Câmara Municipal pretende autorizar a reconstrução na mesma volumetria do prédio original. Mas há um adendo em análise que prevê a cobrança de outorga sobre cada pavimento que estiver acima do gabarito estabelecido pelo Plano Diretor.

"Isso põe por terra uma solução para renovar a paisagem urbana do Rio. Há muitos ativos que não são mais adequados ao uso e às demandas da vida moderna. Essa é uma oportunidade para modernizar e requalificar diversas áreas da cidade", conclui Leite.



GRB / DIVULGAÇÃO

Paisagem de São Paulo deve ganhar mais projetos como o Orla Paulistana, construído depois da demolição de prédio antigo e no mesmo terreno: renovação em curso



BALASSIANO / DIVULGAÇÃO

Residencial sobre loja em Ipanema cederá lugar para o empreendimento Alma Ipanema, com estúdios modernos e estrutura adaptada à vida moderna

Ressignificar prédios atende a interesse pela preservação do patrimônio e pela combinação de tradição e modernidade

Valor histórico e charme extra sustentam a defesa do retrofit

Os executivos pró-demolição são uníssonos ao justificar suas escolhas: custos que podem mudar durante a obra, limitações técnicas do projeto e dificuldade de alcançar o preço de um prédio novo.

Mas os incorporadores adeptos do retrofit alegam que valores intangíveis, como a preservação do patrimônio e da identidade dos bairros, também devem ser levados em conta.

No Rio, a SIG Engenharia entrega em 2025 o IPA Studios Design: retrofit do Hotel Everest, em Ipanema, com 190 estúdios e gardens. O metro quadrado pode chegar a R$ 55 mil.

"Por se tratar de um ponto turístico muito forte e pela avaliação de dano ambiental que a demolição causaria no bairro, entendemos que o retrofit seria a melhor opção para o projeto", comenta o diretor da SIG Engenharia, Jorge Mauricy.

Para ele, o apelo histórico também é importante, inclusive para a estratégia comercial. "É uma tendência consolidada na cidade, um charme extra para os clientes, porque reúne tradição e modernidade", diz Mauricy.

Maxime Barkatz, CEO da Ilion Partners — gestora especializada na aquisição e no reposicionamento de ativos na região central de São Paulo —, concorda e cita dois projetos que alcançaram preços maiores do que concorrentes novos por causa dessa visão: o Cidade Matarazzo, na Bela Vista, e o Basílio 177, na República.

"Os paulistanos estão mais abertos a conviver com o patrimônio e a História, e há uma oportunidade de usar essa questão em favor do empreendimento imobiliário", afirma Barkatz.

Ele lembra que o interesse do incorporador/investidor nem sempre é o mesmo da sociedade. "É natural que o primeiro prefira o que dá mais rentabilidade ao projeto, mas há um apelo claro da sociedade sobre a questão ambiental e a preservação do tecido urbano, da memória coletiva e do patrimônio das cidades. Isso tem gerado um interesse crescente pelo retrofit."



SIG ENGENHARIA / DIVULGAÇÃO

IPA Studios Design ocupará prédio que foi hotel famoso na Zona Sul carioca

INÊS 249

Imóveis de Valor

CASA e JARDIM Sua casa linda do seu jeito.


FLICKR / EMMA GAWEN / CREATIVE COMMONS

A cidade de Alberobello, no sul da Itália, é conhecida como a capital dos 'trulli', como são chamadas as casas redondas de pedra icônicas do Vale de Ítria, na região pugliese

A comuna localizada na região de Puglia, no sul do país, é conhecida como a capital dos 'trulli', pois abriga mais de 1.600 pequenas casas construídas de forma única

Alberobello: a arquitetura bela e peculiar da cidade na Itália

REDAÇÃO CASA E JARDIM

A Itália é repleta de cidades charmosas, com monumentos históricos, vielas encantadoras e imóveis pitorescos. Uma delas tem uma arquitetura tão marcante e singular que, desde 1996, é categorizada como Patrimônio Mundial da Unesco: a comuna de Alberobello, localizada na região de Puglia (ou Apúlia), no sul do país.

Isso se dá pelos "trulli" (no plural) — ou "trullo" (no singular) —, como são chamadas as pequenas casas redondas, que datam do século XIV. Elas chamam a atenção porque foram construídas apenas com calcário a partir da técnica "pedra seca", ou seja, sem argamassa, cimento, estacas ou outros materiais para unir as rochas.

Outro detalhe interessante é que as casas têm telhados piramidais, abobadados ou cônicos, geralmente decorados com símbolos místicos que os habitantes do passado acreditavam afastar a má sorte e a negatividade.

Além disso, alguns telhados são ornamentados com esculturas nos pináculos — o ponto mais alto —, o que ajudava a diferenciar os moradores ricos e os pobres.

"Os 'trulli' de Alberobello são um excelente exemplo de conjunto arquitetônico vernacular que sobrevive em um contexto de paisagem urbana histórica", descreve o site da Unesco. O estilo vernacular diz respeito ao uso de materiais, conhecimentos e recursos regionais.

Segundo historiadores, as edificações serviam como abrigos temporários, armazéns ou residências permanentes para pequenos proprietários de terras e trabalhadores agrícolas. O calcário, a matéria-prima principal, era retirado de campos próximos.

Por conta disso, os "trulli" também podem ser encontrados em outros municípios do Vale de Ítria, região que ocupa três províncias puglieses (são seis, no total). Porém, a cidade de Alberobello acomoda a maioria, com mais de 1.600 exemplares.


UNSPLASH / KIRSTEN VELGHE / CREATIVE COMMONS

Segundo a Unesco, "no final do século XVIII, a comunidade contava com mais de 3.500 pessoas" e, depois de 1797, o número de novos "trulli" diminuiu


UNSPLASH / KIRSTEN VELGHE / CREATIVE COMMONS

Os "trulli" também têm beirais que, antigamente, eram úteis para coletar a água da chuva e encaminhá-la para cisternas abaixo do solo

São dois os principais bairros com as casinhas: Rione Aia Piccola, na zona sudeste, onde estão aproximadamente 400 habitações apenas de uso residencial.

A outra área é Rione Monti, na zona sul, na qual prevalece a atividade comercial, com lojas, restaurantes, hospedagens e museus — como o Trullo Sovrano (o único "trullo" com dois andares) e o Casa Pezzolla (complexo que demonstra a evolução da arquitetura local).

Para quem deseja uma experiência ainda mais imersiva, é possível se hospedar na Trulli Holiday Albergo Diffuso, a única empresa que oferece estadias nas antigas construções. A companhia, além da hospedaria, promove um importante trabalho de conscientização e preservação dos imóveis icônicos.


FRANCO CAPPELLARI / DIVULGAÇÃO

Os telhados dos "trulli" de Alberobello foram construídos em formato circular e, na ponta, são decorados com símbolos místicos

Reconhecida como monumento nacional pelo governo italiano desde 1910, a comuna tem regras específicas de restauração e manutenção das casas.

Atualmente, é ilegal demolir, reconstruir, adicionar pisos ou construir "trulli" falsos — ainda bem, pois, como aponta a Unesco, andar pelas ruas de Alberobello "é como entrar em um conto de fadas, onde a tradição se entrelaça com o moderno, e o passado é eternamente presente".


SIMONE TIRELLA / WIKIMEDIA COMMONS

Visão aérea da comuna de Alberobello, com mais de 1.600 "trulli", a maior concentração em uma única cidade na região de Puglia

Entrevista

CHRISTIAN COSTANTINI, DIRETOR DE PRODUTOS ARQUITETÔNICOS DA HUNTER-DOUGLAS


RODRIGO ZORZI / DIVULGAÇÃO

Se depender de Christian Costantini, diretor da divisão de Produtos Arquitetônicos da Hunter-Douglas, São Paulo vai ganhar fachadas mais criativas e eficientes nos próximos anos. O executivo está empenhado em aproveitar a recente mudança de mentalidade dos incorporadores para oferecer soluções que ajudem no controle térmico e acústico dos novos empreendimentos. Uma delas é envolver os prédios em enormes persianas de tecido que dissipam melhor o calor e não refletem a luz do sol — algo que mitigaria o impacto urbano dos espigões de vidro que se multiplicam nas capitais do país.

Como vê a paisagem arquitetônica de São Paulo?
Christian Costantini — Pela janela, percebemos uma predominância de prédios neoclássicos na cidade. Mas, de um tempo para cá, temos visto mais edifícios com fachadas criativas e eficientes — não só na capital. E isso é uma grande oportunidade de crescimento para nossa companhia no país.

É uma mudança de mentalidade do setor?
Costantini — Acho que os incorporadores brasileiros estão entendendo que a fachada dos empreendimentos passou a ser mais valorizada pelos clientes. A visão dos arquitetos de criar propostas mais sofisticadas sempre existiu, mas agora os incorporadores também compraram essa ideia. Isso é muito bom para o mercado imobiliário.

O que seria uma fachada mais eficiente?
Costantini — Aquelas que colaboram com o conforto térmico e acústico dos prédios. Elas precisam ser mais funcionais, além de decorativas, pensadas para oferecer maior controle da luz e da temperatura a quem for utilizar o empreendimento. Usar materiais mais sustentáveis também, como metal, cerâmica, tecidos e até madeira.

Ficaria mais caro?
Costantini — O custo pode até ser um pouco maior, mas a economia depois de pronto valida o investimento. Além disso, é uma vantagem que pode ser comunicada ao mercado, agregando valor ao empreendimento. Mas tem muito incorporador que não se preocupa com isso, porque não vai pagar a conta de energia do prédio depois.



CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM:
valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor



G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP:
João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ:
Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA:
imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Política monetária
Para Mary Daly, do Fed de San Francisco, desaceleração da inflação ainda terá solavanco nos EUA C2



Digitalização
Vórtx QR faz a primeira ‘tokenização’ de CRI no ‘sandbox’ da CVM C2

Tributação
Na reforma, taxação de FIDC em cadeia de pagamentos traz incertezas C8

Finanças

Mercados Juros longos cedem com arrefecimento de ruídos internos e IPCA ameno

Ibovespa tem 9ª alta com deflação nos EUA

Matheus Prado, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Roca
De São Paulo

O Ibovespa completou nove sessões consecutivas de altas ontem, embalado por dados de inflação abaixo do consenso do mercado nos Estados Unidos e pelo consequente aumento da expectativa de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano). No Brasil, um IPCA comportado e o arrefecimento dos ruídos internos também ajudaram.

No fim do dia, o índice teve alta de 0,85%, aos 128.294 pontos, em sua nona valorização consecutiva. Segundo o Valor Data, isso não ocorria desde fevereiro de 2018, quando o referencial também subiu por nove pregões. Em janeiro do mesmo ano, o índice avançou ininterruptamente por 11 sessões.

Ademais, desde que marcou a mínima de fechamento em 2024, no dia 17 de junho, aos 119.138 pontos, o Ibovespa avançou em 16 das últimas 18 sessões e teve ganhos de 7,68% no período. Mesmo assim, ainda acumula perdas de 4,39% no ano em reais.

Marcelo Nantes, gestor de renda variável do ASA, afirma que a casa aumentou um pouco o risco nas últimas duas semanas. “Agora vamos conversar com as empresas. O lado macro está melhorando, precisamos ver a lucratividade das empresas aumentar também”, diz.

Nantes diz ainda que, apesar dos ganhos recentes, o dado de inflação americano, combinado com o IPCA local também positivo, pode dar alguma sustentabilidade para o fluxo estrangeiro, que tem sido determinante para direcionar a performance da bolsa. “Foram boas notícias e podem manter a entrada de fluxo estrangeiro no curto prazo, ainda mais se pensarmos que o câmbio se desvalorizou, o que reduz os riscos para eles.”

O fluxo estrangeiro na bolsa alcançou seu pior patamar anual até aqui em 18 de junho, o que praticamente coincide com a mínima da bolsa em 2024, nota Marcelo Audi, sócio-fundador da Cardinal Partners, argumentando que não acredita ser algo ocasional. “O feedback que recebo de analistas em ‘roadshow’ no exterior é que o estrangeiro vê nosso mercado como muito barato, ainda que isso não seja uma novidade”, escreve.

Há então, diz, fatores a favor e contra o aprofundamento da tendência. A escassez de opções em mercados emergentes e uma continuação da melhora do ambiente externo podem ajudar, afirma. “Mas as incertezas na política econômica local devem continuar. No fiscal, é pouco provável haver corte de despesas suficiente; e, no Banco Central, continuará o risco de maior influência política sobre seu novo presidente a partir de 2025.”

A expectativa por um noticiário local mais positivo, nos âmbitos fiscal e monetário, traz perspectivas positivas para a bolsa, na visão da Pantheon Macroeconomics. “A recuperação dos preços das commodities e a melhoria das condições externas conseguiram compensar o impacto das condições financeiras restritivas e da incerteza fiscal persistente nos últimos dias”, diz Andres Abadia, economista-chefe para a América Latina da casa.

“À frente, esperamos que o mercado tenha um bom desempenho, graças ao esperado início do ciclo de redução das taxas nos EUA, que deve começar em setembro. Isto, combinado com um melhor fluxo de notícias sobre as políticas fiscal e monetária no Brasil, abre espaço para o Ibovespa subir mais. Os fundamentos continuam favoráveis, com o ‘valuation’ do Ibovespa atrativo e os níveis de alavancagem das empresas sob controle. Ainda, esperamos que a recuperação dos preços das commodities continue, gradualmente.”

Cautelosamente construtiva também está a Ativa. Apesar de não mudar sua projeção para o Ibovespa ao fim de 2024, de 135 mil pontos, a corretora alterou a recomendação para o índice de “neutra” para “compra” na semana.

“Ainda estamos cautelosos em relação ao comprometimento fiscal do governo no longo prazo. Entretanto, a combinação de um alívio nos ruídos políticos, com o nível atual do ‘valuation’ das empresas e as perspectivas cada vez mais favoráveis de corte de juros pelo Fed nos dão conforto para alterar nosso posicionamento e acreditar em um momento favorável para a bolsa nos próximos meses”, afirma a equipe liderada por Pedro Serra.

Apesar da surpresa positiva com a inflação americana, com perspectiva de queda nos juros, o efeito foi limitado na curva local. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2029 até caiu de 11,645% para 11,625%, mas os vencimentos mais curtos não acompanharam a dinâmica.

De um lado, operadores notam alguma fadiga após a queda expressiva das taxas nos últimos dias, que superam os 75 pontos-base em alguns vértices. Por outro, o desempenho negativo do real na sessão também acabou limitando o novo recuo dos juros futuros.

Os sinais de que o início dos cortes de juros nos EUA está se aproximando também acenderam alguns alertas sobre um aumento da demanda estrangeira no Brasil. Ontem, o Tesouro Nacional ofertou 8 milhões de Letras do Tesouro Nacional (LTN) para quatro vencimentos e 4 milhões de NTN-F para dois vencimentos. O Tesouro vendeu 91,25% do lote de LTNs e 100% do lote de NTN-Fs, com volume financeiro de R$ 8,356 bilhões. A oferta de NTN-Fs, em volume financeiro, foi a maior desde o início do ano. O papel é tido por agentes como o preferido dos investidores estrangeiros.

Leandro Teixeira, gestor de renda fixa da Kinea Investimentos, aponta que a oferta total do leilão foi pequena, mas concentrada na parte longa da curva. “Típica de atuação do mercado ‘gringo’, que voltou nos últimos dias. Como o leilão é semanal, pode ser, sim, um efeito acumulado”, afirma.

Mas a absorção do mercado local à oferta de títulos não foi “tranquila” e os prêmios das NTN-Fs em relação ao mercado de DIs subiram. “O prêmio varia, em média, 0,25 ponto-base por dia. Hoje [ontem], o prêmio abriu muito mais. É como se a bolsa tivesse caído muito, algo que faz virar manchete de jornais. Isso demonstra que alguém errou e quis vender mais do que existia de demanda. O gringo está demandando papel, mas colocaram um volume muito grande.”

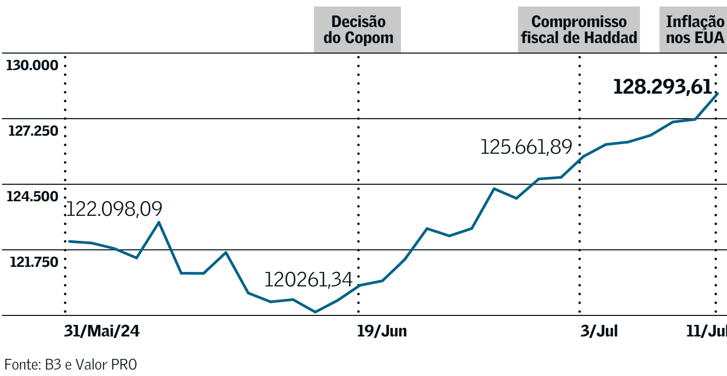
Leia mais na página C2

CLAUDIO BELLI/VALOR



Marcelo Nantes, gestor de renda variável do ASA: “O lado macro está melhorando, precisamos ver a lucratividade das empresas aumentar também”

Sequência positiva
Dinâmica e desempenho do Ibovespa (em pontos)



Fonte: B3 e Valor PRO

7,68%
foi a alta do Ibovespa desde a mínima em 17 de junho

Real perde fôlego e sofre correção em dia de força do iene

Gabriel Caldeira
De São Paulo

Embora o resultado abaixo do esperado da inflação dos Estados Unidos tenha derrubado o dólar ao redor do globo, o real se descolou por completo do movimento e apresentou o pior desempenho do dia na sessão de ontem. Rumores em torno de uma suposta intervenção no mercado de câmbio no Japão deram apoio a uma valorização ainda mais firme do iene, o que afetou moedas beneficiadas pela estratégia de “carry-trade”, ou seja, que são apoiadas por um diferencial de juros elevado.

O real, assim, foi penalizado e sofreu um processo de correção após a forte valorização da última semana. Ontem, o dólar encerrou a sessão no mercado à vista negociado a R$ 5,4420, em alta de 0,55%, após ter ido a R$ 5,4531 na máxima do dia. Já o euro comercial teve alta de 0,89%, a R$ 5,9125.

A forte valorização do iene pesou sobre o câmbio doméstico na sessão de ontem. Logo após a divulgação dos dados de inflação nos Estados Unidos, que surpreenderam positivamente, rumores em torno de uma intervenção no mercado de câmbio no Japão começaram a correr nas mesas de operação a partir de informações da imprensa japonesa. A apreciação expressiva do iene levou o mercado a desfazer operações de carry-trade, que consistem em tomar recursos em países com juros baixos para investir em outros com rendimentos mais elevados, e que tendem a beneficiar o real.

Na medida em que o Banco do Japão (BoJ) mantém os juros em níveis baixos, o iene costuma ser usado como uma moeda de “funding”, ou seja, participantes do mercado se aproveitam dos juros baixos no Japão para adotar posições compradas (aposta na valorização) em moedas com “carry” elevado e, por outro lado, ficam vendidos (aposta na queda) no iene japonês.

Nesse sentido, uma forte valorização da divisa japonesa, como a que ocorreu ontem, pesa contra moedas como o real e ajuda a provocar movimentos de “stop-loss” (encerramento abrupto de posições), o que penalizou tanto a moeda brasileira quanto outras divisas na América Latina.

O índice DXY operava em queda de 0,55%, aos 104,468 pontos, no fim da tarde de ontem. Já entre moedas emergentes na América Latina, o dólar subiu 0,13% ante o peso chileno; avançou 0,10% frente ao peso colombiano; e caiu 0,42% em relação ao peso mexicano.

Vale ressaltar ainda que o real vem de uma semana de ampla valorização ante o dólar, em um movimento de recuperação após a moeda americana bater o nível de R$ 5,70 no começo do mês, antes de descer para R$ 5,37 no menor patamar recente. Segundo o chefe da mesa de câmbio de uma importante instituição financeira local, a valorização do iene após a suposta interferência das autoridades japonesas foi apenas o “estopim” para o mercado realizar lucros com a apreciação do real que começou na semana passada.

> “Anúncios fiscais são insuficientes para restaurar credibilidade, mas diminuem os riscos de cauda negativos”
> *Drausio Giacomelli*

De acordo com ele, o movimento se deu ainda porque os riscos fiscais que afetam os ativos brasileiros ainda não foram solucionados. Na avaliação do profissional, isso explica o motivo de o real ter se descolado até de outras moedas de economias emergentes da América Latina ontem. Para ele, também houve algum mal-estar local com a inclusão de mais itens na lista de produtos isentos de impostos durante a votação na Câmara dos Deputados do projeto de regulamentação da reforma tributária.

Nem mesmo a deflação de 0,1% do índice de preços ao consumidor (CPI) dos EUA foi suficiente para apoiar o real na sessão. Os números sugeriram uma perda de força da inflação americana e cristalizaram a expectativa de um corte de juros do Federal Reserve (Fed) em setembro, ao mesmo tempo que aumentaram a chance implícita de um total de duas a três reduções em 2024, conforme a precificação do mercado estimada pelo CME Group.

Embora uma inflação mais comportada nos EUA indique um dólar menos forte de forma geral, será necessário observar os próximos passos de outros bancos centrais, avalia o chefe de mesa de câmbio citado anteriormente. “Mesmo que o Fed comece a cortar juros em setembro, as taxas americanas ainda vão ser altas. Vai ter que ser [analisado] caso a caso”, diz o profissional, sem definir um caminho mais tranquilo para o câmbio brasileiro diante do cenário econômico americano aparentemente mais benigno.

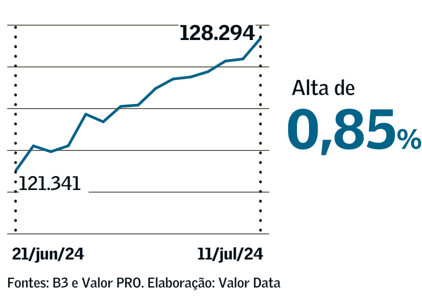
Já o estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli, enxerga uma janela maior de melhora do real com a diminuição dos ruídos políticos, o que dá espaço para que o câmbio se mova conforme o cenário externo. “Embora os anúncios de política fiscal sejam insuficientes para restaurar a credibilidade, eles diminuem os riscos de cauda negativos na distribuição [de possibilidades]”, diz Giacomelli, ao se referir ao corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias em 2025, anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“O real ainda está significativamente atrasado em relação aos gatilhos externos”, argumenta Giacomelli em nota enviada a clientes. Ainda assim, o estrategista pondera que a condução da política fiscal segue como o principal risco, uma vez que a contenção discutida é bem inferior aos cortes de R$ 300 bilhões que ele estima necessários para restabelecer a sustentabilidade fiscal no Brasil.

Para Giacomelli, o dólar pode ser negociado na faixa de R$ 5,30 a R$ 5,40 caso os riscos fiscais “permaneçam elevados, mas não críticos como nas últimas semanas”, enquanto as elevações na Selic precificadas na curva de juros começam a ser retiradas pelo mercado.

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



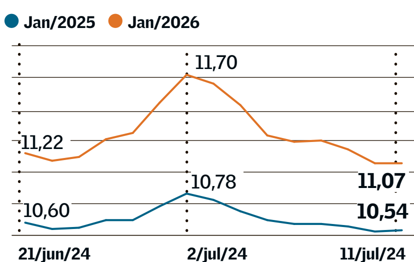
Alta de **0,85%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

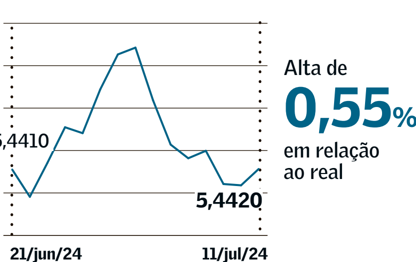
Bolsas internacionais
Variações no dia 11/jul/24 - em %

Dow Jones	0,08
S&P 500	-0,88
Euronext 100	0,20
DAX	0,69
CAC-40	0,71
Nikkei-225	0,94
SSE Composite	1,06

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

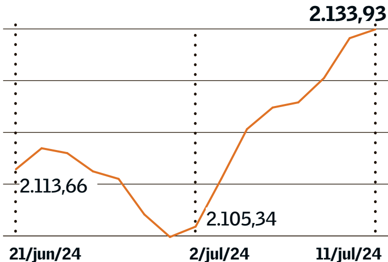


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **0,55%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Mercados Surpresa com recuo nos preços ao consumidor americano derruba dólar e taxas dos Treasuries; Nasdaq tem perdas com ações de tecnologia

Wall Street volta a projetar três cortes de juros pelo Fed após deflação no CPI

Eduardo Magossi
De São Paulo

O mercado voltou a precificar três cortes de juros de 0,25 ponto percentual após a inflação americana divulgada ontem mostrar deflação no mês passado. O índice de preços ao consumidor (CPI em inglês) dos EUA caiu 0,1% em junho ante maio, quando a expectativa era de alta de 0,1%.

O dado mais fraco elevou o potencial de mais cortes nos juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano). Em base anual, o CPI desacelerou de 3,3% para 3%, o menor nível desde junho de 2023. Já o núcleo do CPI, que exclui itens voláteis, recuou para seu menor nível desde 2021. O resultado derrubou o rendimento dos Treasuries e o dólar, mas não evitou um movimento de realização de lucros em Wall Street, que fez a Nasdaq recuar quase 2% depois de pregões de sucessivos recordes de alta.

Depois do CPI e da queda expressiva do dólar e dos rendimentos, o mercado passou a precificar o início dos cortes em setembro. Segundo o CME Group, 84% apostam em um primeiro corte em setembro, ante 69,7% antes do CPI. Já um segundo corte é visto majoritariamente em novembro, com 49,8% das apostas, ante 33% no dia anterior. E um terceiro corte em dezembro é esperado por 44,1% ante 26% anteriormente. O J.P. Morgan foi um dos bancos que mudaram sua expectativa de primeiro corte de dezembro para setembro.

Seema Shah, estrategista-chefe da Principal Asset Management, acredita que a inflação de junho colocou o Fed em caminho para um corte em setembro. Mas faz um alerta: "O Fed ainda precisa reunir evidências adicionais de desaceleração nas pressões de preços para ter absoluta certeza do caminho da inflação. Em setembro, no entanto, eles provavelmente terão uma série de dados para apoiar uma redução nos juros", disse.

"O CPI dos EUA ficou abaixo do esperado, o que deverá aumentar a confiança do Fed de que a inflação está no caminho de atingir de forma sustentável a meta de 2%. As probabilidades de corte nos juros em setembro estão aumentando, assim como a nossa crença de que o Fed irá cortar as taxas três vezes este ano", disse James Knightley, economista-chefe internacional do banco ING. Segundo ele, a Conferência de Jackson Hole, no fim de agosto, seria o momento ideal para o Fed dar mais pistas que de que irá começar seu afrouxamento econômico.

A inesperada queda na inflação levou a presidente da distrital do Fed de San Francisco, Mary Daly, que afirmar que com a queda da inflação, provavelmente ajustes na política monetária serão necessários. Daly também alertou, contudo, que o progresso da desaceleração da inflação terá solavancos. Segundo ela, um ou dois cortes de juros seriam apropriados este ano, ressaltando que a inflação deve recuar lentamente ao mesmo tempo que o mercado de trabalho esfria.


BESS ADLER/BLOOMBERG

Mary Daly, do Fed de San Francisco: desaceleração da inflação ainda deve ter solavancos nos Estados Unidos

Também ontem, a diretora do Fed, Lisa Cook, disse que a economia dos Estados Unidos deve enfrentar um "pouso suave", com a inflação devendo avançar diretamente à meta de 2% sem provocar um aumento significativo na taxa de desemprego. No mesmo tom, o presidente da distrital de St. Louis, Alberto Musalem, projetou que a economia deve crescer de 1,5% a 2% este ano e que não vê recessão neste momento.

> "O Fed ainda precisa reunir evidências adicionais de desaceleração nas pressões de preços" *Seema Shah*

As declarações reforçaram o sentimento de que os cortes podem ocorrer já em setembro, ecoando o que presidente Jerome Powell disse em seu depoimento ao Congresso, de que o mercado de trabalho não está mais superaquecido, fazendo o dólar recuar para mínima de um mês e os retornos de curto prazo registrarem mínimas desde março. No fechamento, a taxa da T-note de 2 anos caía a 4,5%, de 4,637% no fechamento anterior. Já o da T-note de 10 anos recuava para 4,174%, de 4,290%. E o retorno do título de 30 anos caía a 4,385%, de 4,488%. Já o índice DXY, que mede a relação do dólar com uma cesta de seis moedas, recuava 0,65% a 104,40 pontos.

Hoje, os investidores ficarão de olho no índice de preços ao produtor de junho. Além do CPI, também foi divulgado ontem o relatório de seguro-desemprego da semana passada, que mostrou uma queda de 17 mil pedidos, para 222 mil, bem abaixo dos 236 mil esperados. "Este é um número inicial de pedidos de seguro muito mais baixo do que esperávamos, mas vários padrões sazonais podem ter atuado. Por si só, o feriado de 4 de julho pode ter deprimido os pedidos na semana", explica Oliver Allen, economista-sênior da Pantheon Macroeconomics

A queda do dólar depois do CPI mais fraco provocou uma forte alta no iene, levantando suspeitas de que o Banco do Japão (BoJ) teria intervindo no câmbio. A moeda japonesa chegou a se valorizar mais de 2% e atingir a mínima de 157,407 logo após a inflação ser divulgada. Masato Kanda, do Ministério das Finanças japonês, disse que não estava em posição de dizer se ocorreu uma intervenção do governo para sustentar o iene.

Na renda variável, Wall Street registrou um dia de realização de lucros depois de sucessivos pregões registrando recordes de alta. Um dia depois de ultrapassar o importante nível psicológico de 5.600 pontos, o S&P 500 voltou a perder a posição, pressionado, junto com o Nasdaq, por um forte movimento de vendas de ações de empresas de tecnologia, principalmente as "big techs". O índice Dow Jones conseguiu fechar com ligeira alta sustentado pela migração dos investidores que saíram das "sete magníficas" para as "small caps".

No fechamento, o índice Dow Jones subiu 0,08% a 39.753,75 pontos, S&P 500 caiu 0,88% a 5.584,54 pontos e Nasdaq recuou 1,95% a 18.283,41 pontos. As "big techs" foram as grandes perdedoras do dia, com a Tesla caindo 8,44%, Nvidia com queda de 5,57% e Meta recuando 4,14%. Amazon, Apple e Google fecharam todas com perdas de mais de 2%.

Leia mais na página A15

Vórtx faz 1ª 'tokenização' de CRI no 'sandbox'

Toni Sciarretta
De São Paulo

A Vórtx QR fez a primeira "tokenização" de um certificado de recebíveis imobiliários (CRI) dentro das regras do "sandbox" regulatório da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os tokens, no total de R$ 54 milhões, serão utilizados para financiar a construção de duas torres residenciais da incorporadora Haute Participações, em Teresina, no Piauí. Também participaram da operação a securitizadora Leverage e as gestoras Paramis Capital, Trinus e TG Core Asset.

Os tokens têm vencimento em 2028 e pagarão juros mensais equivalentes a IPCA mais 13%. Apesar de ter autorização para distribuir os tokens para investidores qualificados, a Vórtx deve levar o produto apenas para fundos imobiliários que carregam CRI em carteira.

Segundo Alexandre Assolini, presidente do conselho do grupo Vórtx, houve boa aceitação para os tokens e a demanda já é suficiente para concluir a colocação. Para ele, a tokenização de CRI traz um avanço significativo no mercado financeiro brasileiro, com a ampliação do acesso a investimentos e funding para o setor imobiliário. "A tokenização do CRI representa uma oportunidade para democratizar o acesso aos investimentos imobiliários."

A Leverage responde pela securitização dos títulos, enquanto a coordenação e distribuição são conduzidas pela Vórtx DTVM. A Paramis atua como coestruturadora do CRI, assim como a Trinus, que também será responsável pela diligência de pagamentos e acompanhamento da obra. A VX Pavarini é o agente fiduciário e custodiante.

Segundo Francesco Marcier, sócio da Paramis, o CRI será o primeiro digitalizado e ofertado com a base na tecnologia blockchain, com negociações no mercado secundário por balcão organizado.

Para Diego Siqueira, CEO da Trinus, a inovação é inclusiva por abrir espaço para incorporadoras regionais de menor porte, que estão fora do alcance do mercado de capitais. Ele afirma que a tecnologia traz mais segurança e transparência, oferecendo aos investidores uma forma mais acessível e eficiente de negociar e gerenciar investimentos imobiliários.

Demanda por dívida corporativa alavancada está em alta

Vicky Ge Huang
Dow Jones Newswires

Uma área de Wall Street há muito evitada pelos investidores subitamente está atraindo grande demanda. Esperava-se que os juros altos nos últimos dois anos atingiriam negativamente os títulos corporativos ligados a empréstimos de risco, que dependem muito de dívidas com taxas flutuantes. Mas isso não aconteceu.

Em vez disso, os empréstimos corporativos de baixa classificação têm tido desempenho consistentemente superior ao dos bônus com grau de investimento e estão atraindo recursos pela primeira vez desde 2021. Até agora no ano, os investidores comuns injetaram US$ 12,2 bilhões em fundos mútuos e negociados em bolsa (ETFs) voltados a esses empréstimos. Isso ocorre após retiradas combinadas de US$ 27 bilhões em 2022 e 2023, segundo dados da LSEG.

A atração para os investidores: rendimentos de cerca de 9% e índices de inadimplência que permanecem baixos enquanto a economia dos EUA esfria, com poucos sinais de recessão iminente.

"Com a narrativa da economia com crescimento moderado ganhando destaque, os investidores estão se sentindo um pouco mais seguros no mercado de empréstimos", diz John Lloyd, gerente de portfólio da Janus Henderson.

Isso acontece apesar da reputação arriscada dos títulos corporativos de baixa classificação, também conhecidos como empréstimos alavancados por seu papel no financiamento de aquisições de empresas por firmas de private equity.

Desde o início do ano, o índice Morningstar LSTA U.S. Leveraged Loan, que inclui empréstimos a companhias como Uber e American Airlines, entregou retorno de 4,6%, incluindo mudanças de preço e pagamento de juros. Enquanto isso, bônus com grau de investimento subiram 0,4%, e "junk bonds", 3,1%.

Analistas afirmam que, com o tempo, os juros mais altos poderão prejudicar a lucratividade dos mutuários corporativos de risco, levando a queda nos preços dos títulos e aumento das taxas de default. Por enquanto, a confiança dos investidores nos empréstimos alavancados está refletida na queda do prêmio que eles exigem acima da taxa overnight de referência.

A demanda súbita por títulos de dívida corporativa de risco ajudou a desencadear uma onda de vendas e refinanciamentos por empresas como Peloton Interactive e United Natural Foods. Coletivamente, as empresas de baixa classificação emitiram e refinanciaram US$ 376 bilhões em empréstimos de grau especulativo até 30 de junho, segundo a PitchBook LCD. Isso se compara a pouco menos de US$ 200 bilhões no mesmo período do ano passado.

> **US$ 12 bi** foi ingresso no ano em fundos mútuos e ETFs de dívida de risco

"O mercado está totalmente aberto", diz John Sherman, gerente de portfólio da Polen Capital. "Se você não consegue se refinanciar nesse mercado, isso significa coisas bastante negativas sobre o desempenho de sua empresa."

A First Eagle Investments, gestora de recursos de Nova York, abriu o ano com US$ 1,775 bilhão em títulos de dívida de taxas flutuantes que vencem em fevereiro de 2027. Encorajada por uma alta de valor de seus empréstimos, a empresa refinanciou US$ 1,3 bilhão no começo deste ano, alongando o prazo de vencimento para março de 2029.

Então, no mês passado a First Eagle refinanciou outros US$ 300 milhões — mais do que tinha planejado. "Tivemos muita demanda excedente", disse Brian Margulies, diretor financeiro.

No fim de abril, a United Natural Foods conseguiu reduzir os custos de financiamento de US$ 500 milhões em dívida privilegiada garantida, de um intervalo inicialmente indicado de 5 a 5,25 pontos percentuais, para 4,75 pontos acima da taxa referencial. A atacadista de alimentos fixou o preço do empréstimo no limite superior da faixa de preço inicialmente indicada, refletindo a forte demanda.

Investidores e analistas continuam preocupados com os empréstimos alavancados, que poderão pagar cupons mais baixos se o Fed cortar as taxas de juros ainda este ano. Os empréstimos são amplamente vistos como apresentando um alto risco de default, e a qualidade geral do mercado continua se deteriorando.

Os dois níveis mais elevados de empréstimos corporativos agora respondem por 30% da Citi Leveraged Loan Tracker, plataforma que monitora e fornece informações sobre o mercado de empréstimos alavancados, ante 33% no começo do ano e 54% em 2015, segundo Michael Anderson, chefe de estratégia de crédito do Citigroup nos EUA.

"A qualidade média do mercado é uma grande preocupação", diz Anderson. "Se continuarmos perdendo nossas companhias de maior qualidade, isso mudará a aparência do mercado para um de qualidade inferior."

Os defaults seguem baixos pelo padrão histórico, mas estão aumentando. A participação por valor em dólar do índice de empréstimos alavancados da Morningstar que entraram em default nos últimos 12 meses foi de 0,92% em junho, ante 0,83% no início de 2023, segundo dados da PitchBook.

No entanto, os investidores vêm migrando para as obrigações de empréstimos garantidos, que compram empréstimos alavancados e os agrupam em títulos. Mas grande parte da atividade no mercado de empréstimos alavancados tem sido empresas refinanciando dívidas existentes, em vez de emitirem novas dívidas.

Cerca de 60% da atividade de emissão de empréstimos até agora neste ano é para refinanciamento, segundo Marina Lakatsky, chefe global de análises de crédito da PitchBook LCD. "Há um enorme desequilíbrio entre a oferta e a demanda por empréstimos alavancados", afirma.

Renda fixa Autoridades temem que nível insustentável possa elevar custo de crédito em ano de eleição

BCs alertam para risco com dívida soberana

Mary McDougall e Nikou Asgari
Financial Times, de Londres

Gestores de reservas dos bancos centrais estão cada vez mais preocupados com os níveis "insustentáveis" da dívida pública. Eles acreditam que isso pode provocar um aumento dos custos dos empréstimos em um ano cheio de eleições.

Uma pesquisa feita pelo UBS em todo o mundo revela que 37% dos gestores de bancos centrais afirmaram que os riscos decorrentes dos níveis da dívida soberana mundial estavam entre suas principais preocupações com relação à economia mundial este ano, o que significa um salto em comparação com os 14% que responderam a mesma coisa no ano passado.

O aumento da preocupação reflete o fato de que este ano a dívida pública mundial chegou ao recorde de US$ 91,4 trilhões, de acordo com o Instituto de Finanças Internacionais. A dívida mundial como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) está a ponto de voltar para a casa de mais de 100% pela primeira vez desde o auge da pandemia de covid-19.

"O nível da dívida já vem aumentando há algum tempo, mas até o momento não observamos nenhuma preocupação real... Na verdade, foi só nos últimos seis meses que a preocupação dos gestores de reservas cresceu [...] provavelmente porque estamos em um ano eleitoral e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tornou-se mais assertivo", disse Max Castelli, chefe de mercados soberanos mundiais do UBS Asset Management.

"Uma dívida maior é vista como algo que leva a custos de tomada de crédito mais altos. E existe o risco de que o investimento privado perca espaço, o que afetaria o crescimento de maneira negativa", acrescentou ele. O UBS entrevistou 40 gestores de reservas de bancos centrais, que supervisionam trilhões de dólares em ativos.

No mês passado, o FMI fez um apelo aos Estados Unidos para que resolvam "urgentemente" seu déficit orçamentário crescente. O Fundo criticou as propostas tributárias de campanha dos dois candidatos à Presidência nas eleições de novembro e alertou para os custos de financiamento mais altos e o risco cada vez maior para uma rolagem suave das dívidas a vencer.

> "Existe o risco de que o investimento privado perca espaço para dívida soberana"
> *Max Castelli*

Quase três quartos dos gestores de bancos centrais entrevistados pelo UBS afirmaram que a inflação persistente e o aumento das taxas de retorno de longo prazo são grandes preocupações. Um quarto previu que a taxa de inflação anual dos EUA chegaria a algo entre 3% e 4% até junho do ano que vem — percentual significativamente superior à meta de 2% do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Em maio a inflação nos EUA foi de 3,3%, bem abaixo do pico de 9,1% registrado em junho de 2022, e os operadores dos mercados de swap apostam que o Fed começará a baixar as taxas de juro em setembro ou novembro.

"Ainda não existe disposição entre os políticos para começar a lidar com a sustentabilidade da dívida pública", disse Castelli. "Em uma ponta, temos a política monetária concentrada em reduzir a inflação e no aperto, mas na outra ponta a política fiscal continua relaxada, o que torna mais difícil levar a inflação para a meta."

Quando indagados sobre o impacto econômico das próximas eleições presidenciais dos EUA, três quartos dos gestores de reservas consideraram mais provável que o país tenha níveis de déficit público maiores com Donald Trump do que com o presidente Joe Biden ou outro membro do Partido Democrata.

Além disso, 83% dos entrevistados disseram que um governo Trump seria mais inflacionário, impulsionado pelas promessas de cortes de impostos e de tarifas altas sobre as importações da China. Isso aumentaria a pressão sobre o déficit orçamentário dos EUA, que deve chegar a US$ 1,9 trilhão este ano (cerca de 7% do PIB), segundo o Escritório de Orçamento do Congresso.

Segundo a pesquisa, a proporção de gestores preocupados com o uso das reservas cambiais como "arma" também cresceu de maneira acentuada este ano, depois da decisão de utilizar os lucros dos ativos congelados da Rússia para financiar a Ucrânia, o que enfraquece o status das reservas cambiais como um porto seguro.

"Há muita preocupação sobre a mudança de congelamento de bens para confisco de bens", afirmou Castelli. "Percebemos algum sinal de enfraquecimento do dólar na arquitetura financeira mundial? A resposta é não. Mas observamos uma desaceleração na alocação para yuans."

Curtas

Menos empresas na B3

O Brasil registra, atualmente, a maior seca em ofertas públicas iniciais de ações (IPOs) em ao menos 20 anos. A última estreia na bolsa brasileira foi da empresa de medicamentos Viveo, em agosto de 2021, há três anos. Segundo dados divulgados ontem pela B3, em junho a bolsa tinha 439 empresas listadas, queda de 0,7% no mês e de 1,1% em um ano. É o menor nível desde junho de 2021, quando também eram 439 companhias negociadas. O recorde foi registrado em dezembro daquele ano, quando a B3 reunia 463 empresas. Em relação a esse pico, o mercado acionário perdeu 24 empresas. *(Álvaro Campos)*

PaGol em consignado

A PaGol, fintech dos donos da companhia aérea Gol, está entrando no mercado de crédito consignado privado. Desde sua fundação, no fim de 2022, ela vinha oferecendo essa linha somente para funcionários do conglomerado da Gol e da Comporte (holding de transporte rodoviário da família Constantino), mas agora que o produto está maduro, busca novos convênios fora do seu ecossistema original. Segundo o CEO da fintech, Ravel Lage, o plano é atingir uma carteira de R$ 1 bilhão em cinco anos, considerando também os outros produtos de crédito que a fintech pretende implementar. *(AC)*

Susep aprova edital do novo 'sandbox' do setor de seguros

Sérgio Tauhata
De São Paulo

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) vai publicar, nos próximos dias, o terceiro edital do "sandbox" regulatório, programa que tem por objetivo selecionar projetos inovadores e sustentáveis do mercado de seguros. Segundo o regulador do setor, o novo edital foi aprovado em reunião ordinária do conselho diretor, realizada na quarta.

O sandbox tem como um de seus objetivos ampliar a competição, além da expansão do setor de seguros, aumento da eficiência e uma atenção ao atendimento das necessidades dos consumidores.

> **32**
> foi o número de projetos selecionados no sandbox

O terceiro edital marca uma nova fase para o programa. Isso porque o processo não tem prazo final e receberá propostas de forma contínua. Nessa nova leva de seleção, a Susep vai priorizar projetos voltados à transformação ecológica e à inovação tecnológica.

"O objetivo é alinhar o programa ao Plano de Transformação Ecológica do governo federal", indicou a autarquia. "Para os projetos com inovação tecnológica, espera-se ampliar o acesso da sociedade a produtos e serviços", complementou.

Nos dois primeiros editais, a Susep selecionou 32 projetos, dos quais 21 receberam autorização para operar no sandbox. Das 21 empresas que entraram no programa, duas passaram a ter autorização definitiva para atuar como seguradora. Assim como nas edições anteriores, os projetos aprovados poderão permanecer no ambiente experimental pelo prazo máximo de 36 meses.


CHRISTIAN GEBARA
CEO DA VIVO E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 11/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.975,1606070	0,03	0,53	5,06
IRF-M	1+**	20.383,3914860	0,11	1,99	2,22
IRF-M	Total	18.485,2475630	0,08	1,49	3,02
IMA-B	5***	9.345,5234450	0,15	0,76	4,11
IMA-B	5+****	11.390,3015880	0,71	3,36	-1,85
IMA-B	Total	10.002,2568880	0,44	2,08	0,96
IMA-S	Total	6.755,4277800	0,04	0,37	5,71
IMA-Geral	Total	8.232,2569830	0,17	1,11	3,55

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	27/06	26/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,84	32,07	33,33	28,38	31,50	29,94
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,91	26,42	23,45	21,51	24,87	25,09
Conta garantida pré - a.a.	41,75	42,81	46,02	51,12	55,36	50,39
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,70	21,96	21,55	22,53	26,32
Vendor pré - a.a.	17,32	16,20	15,37	15,05	14,95	19,07
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	19,42	18,94	20,07	16,84	16,89	19,80
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,97	17,92	17,26	17,17	18,07	18,13
Conta garantida pós - a.a.	24,77	25,06	25,56	24,89	24,81	27,31
ACC pós - a.a.	8,51	8,51	8,30	8,60	8,57	8,80
Factoring - a.m.	3,25	3,27	3,30	3,32	3,30	3,61

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	11/07/24	10/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3300	5,3300	5,3200	5,0600
1 mês	-	5,3367	5,3384	5,3364	5,3327	5,0676
3 meses	-	5,3546	5,3539	5,3533	5,3525	5,0258
6 meses	-	5,3872	5,3865	5,3873	5,3888	4,8311
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6839	3,6630	3,6560	3,9090	3,4040
1 mês	-	3,6839	3,7339	3,7869	3,9134	3,3099
3 meses	-	3,8499	3,8662	3,8829	3,9259	3,1359
6 meses	-	3,9065	3,9147	3,9227	3,9439	2,7605
1 ano	-	3,8951	3,8907	3,8863	3,8624	1,7232
Euribor ***						
1 mês	-	3,598	3,624	3,632	3,630	3,456
3 meses	-	3,704	3,708	3,711	3,720	3,672
6 meses	-	3,683	3,683	3,682	3,748	3,940
1 ano	-	3,602	3,592	3,578	3,719	4,184
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,32	5,33	5,35	5,37	5,34	5,27
T-Bill (3 meses)	5,34	5,37	5,37	5,36	5,38	5,41
T-Bill (6 meses)	5,21	5,29	5,30	5,32	5,37	5,51
T-Note (2 anos)	4,52	4,62	4,72	4,75	4,84	4,88
T-Note (5 anos)	4,15	4,24	4,33	4,38	4,43	4,24
T-Note (10 anos)	4,22	4,29	4,36	4,40	4,41	3,98
T-Bond (30 anos)	4,42	4,48	4,53	4,56	4,54	4,01

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	mai/24 (Mês)	abr/24	mar/24	fev/24	Ano* (Acumulado)	12 meses**
Selic	0,35	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,59	11,68
CDI	0,35	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,59	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,49	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	3,02	7,89
IMA-B	2,08	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,96	3,07
IMA-S	0,37	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,71	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	3,54	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,39	4,93
Índice Small Cap	6,31	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-9,48	-11,96
IBrX 50	3,19	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-3,13	7,39
ISE	5,30	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-5,38	-5,90
IMOB	8,34	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-9,90	-8,32
IDIV	3,09	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-0,42	12,09
IFIX	0,10	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	1,18	6,09
Dólar Ptax (BC)	-2,68	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	11,75	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-2,62	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	12,15	16,69
Euro (BC) (4)	-1,22	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	9,91	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,21	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	10,11	14,54
Ouro (BC)	1,03	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	30,76	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 11/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 05/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.529.612,06					13.629,77	26.160,42	219.443,73	241.386,56
RF Indexados (2)	146.386,14	0,05	0,57	2,80	7,71	-72,83	-1.006,12	-8.523,57	-19.485,50
RF Duração Baixa Soberano (2)	694.123,76	0,04	0,22	5,04	10,79	11.614,75	23.663,99	53.890,09	71.909,06
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	855.513,40	0,04	0,25	5,74	12,30	938,11	5.893,29	57.515,47	71.346,80
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	181.018,94	0,04	0,05	5,78	12,35	-1,63	1.567,28	74.387,20	79.541,63
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.075,06	0,04	0,33	4,58	9,22	-39,77	630,69	-2.590,23	-5.144,36
RF Duração Livre Soberano (2)	214.922,65	0,04	0,33	4,59	10,02	15,95	1.879,49	-13.826,75	-29.586,89
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	633.987,21	0,05	0,29	5,04	10,90	-608,00	-6.221,81	-41.460,64	-54.532,78
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	363.935,81	0,04	0,40	4,91	11,46	1.078,92	2.132,22	79.381,99	131.291,79
Ações	619.524,68					-639,91	-2.524,92	-2.869,96	36.357,95
Ações Indexados (2)	10.174,33	0,21	2,19	-5,60	6,12	-8,44	-143,51	258,39	-869,53
Ações Índice Ativo (2)	31.402,46	0,01	2,67	-6,00	3,89	-36,71	-689,42	-4.431,20	-4.358,03
Ações Livre	225.545,49	-0,13	2,45	-3,04	6,12	-476,79	-1.342,31	87,15	-5.823,58
Fechados de Ações	125.185,88	-0,15	0,73	-3,50	-3,28	0,22	147,65	-1.786,78	28.639,66
Multimercados	1.706.229,31					-1.630,85	-2.609,77	-77.802,81	-204.205,01
Multimercados Macro	147.276,71	-0,05	0,62	1,30	6,75	-935,97	-2.223,79	-29.690,87	-52.597,52
Multimercados Livre	657.420,92	0,02	0,46	3,45	8,44	-107,64	2.147,46	1.052,59	-52.993,02
Multimercados Juros e Moedas	49.668,27	0,02	0,29	4,85	11,03	-11,54	-200,51	-8.083,75	-17.676,98
Multimercados Invest. no Exterior (2)	770.993,80	0,15	0,05	4,88	11,46	-559,82	-2.416,48	-42.038,88	-76.595,72
Cambial	6.244,04	0,29	-1,78	16,20	19,49	62,24	-265,61	-612,92	-1.380,25
Previdência	1.438.383,28					52,52	-254,56	18.002,31	40.082,72
ETF	43.687,13					53,37	186,28	-1.609,00	-3.404,61
Demais Tipos	2.016.118,48					622,72	-3.046,94	42.633,07	50.557,18
Total Fundos de Investimentos	**7.343.680,49**					**11.527,14**	**20.691,84**	**154.551,36**	**108.837,35**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.670.131,09**					**2.555,82**	**10.015,93**	**40.492,29**	**101.846,74**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.062.253,45**					**14.082,96**	**30.707,77**	**195.043,65**	**210.684,09**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	11/07/24	10/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,74
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0044
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,44	10,44	10,46	10,49	10,45	13,31
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,56	10,54	10,63	10,72	10,59	12,78
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,42	10,42	10,42	13,56
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,42	10,44	10,43	13,44
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,44	10,45	10,49	10,46	13,32
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,47	10,50	10,55	10,50	13,18
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,53	10,62	10,72	10,59	12,80
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,84	10,82	10,98	11,18	10,91	11,64

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 11/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.412,59	10,404	83.365	10,404	10,406	10,406
Vencimento em set/24	98.555,84	10,415	23.836	10,406	10,418	10,412
Vencimento em out/24	97.742,43	10,430	149.878	10,410	10,434	10,432
Vencimento em nov/24	96.856,57	10,447	1.290	10,440	10,450	10,445
Vencimento em dez/24	96.119,84	10,487	31.758	10,480	10,495	10,480
Vencimento em jan/25	95.300,73	10,544	713.563	10,495	10,560	10,545
Vencimento em fev/25	94.446,59	10,593	78	10,580	10,585	10,585
Vencimento em mar/25	93.663,66	10,650	2.408	10,640	10,665	10,665
Vencimento em abr/25	92.921,37	10,700	129.238	10,635	10,720	10,695
Vencimento em mai/25	92.150,70	10,736	3.108	10,725	10,745	10,730
Vencimento em jun/25	91.340,97	10,777	1.219	10,765	10,790	10,765
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.451,27	0,55	280.720	5.382,50	5.466,00	5.451,00
Vencimento em set/24	5.468,61	0,56	12.490	5.460,00	5.480,50	5.467,50
Vencimento em out/24	5.484,66	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.503,01	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.517,36	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.929,07	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.956,52	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.982,08	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	129.390	0,82	72.735	128.355	129.510	129.480
Vencimento em out/24	131.463	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	133.515	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 11/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4094	5,4100	0,25	-2,68	11,75	10,52
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4414	5,4420	0,55	-2,62	12,15	11,96
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4741	5,6541	0,66	-2,43	12,02	11,94
Euro (BC) - (R$/€)	5,8789	5,8818	0,68	-1,22	9,91	9,30
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9119	5,9125	0,89	-1,21	10,11	10,52
Euro Turismo (R$/€)	5,9779	6,1579	1,03	-0,97	9,82	10,47
Euro (BC) - (US$/€)	1,0868	1,0872	0,43	1,49	-1,65	-1,11
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	420,3108	420,3574	1,88	1,03	30,76	38,35
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.414,85	1,78	3,88	16,93	24,92
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.383,55	0,45	2,40	15,57	23,10

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	11/07/24	10/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	163.897,88	162.116,51	158.096,12	173.997,89	1,10	3,67	-5,80
Valor-Coppead Mínima Variância	99.584,21	98.836,72	95.968,24	93.533,91	0,76	3,77	6,47

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 11/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 11/07/24

Índice	11/07/24	10/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	11/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	189,89	190,68	183,93	165,54	153,18	-0,41	3,24	14,71	23,97
S&P BNY Emergentes	371,67	374,23	353,54	312,75	297,45	-0,68	5,13	18,84	24,95
S&P BNY América Latina	198,80	198,03	189,48	225,28	204,41	0,39	4,92	-11,75	-2,74
S&P BNY Brasil	195,16	194,90	186,15	232,95	203,61	0,13	4,84	-16,22	-4,15
S&P BNY México	312,54	309,96	294,86	331,67	327,58	0,83	6,00	-5,77	-4,59
S&P BNY Argentina	231,78	232,54	230,09	178,27	152,23	-0,33	0,73	30,02	52,26
S&P BNY Chile	146,04	143,63	137,44	162,12	182,08	1,68	6,25	-9,92	-19,80
S&P BNY Índia	3.023,47	3.005,89	3.032,46	2.923,01	2.797,70	0,59	-0,30	3,44	8,07
S&P BNY Ásia	228,47	229,97	219,12	189,60	177,80	-0,65	4,27	20,50	28,50
S&P BNY China	322,80	315,62	302,10	336,11	334,11	2,28	6,85	-3,96	-3,38
S&P BNY África do Sul	215,98	212,71	200,45	199,87	209,30	1,53	7,75	8,06	3,19
S&P BNY Turquia	38,06	37,81	34,29	22,45	18,30	0,65	10,97	69,48	107,98

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 11/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	128.294	0,85	3,54	-4,39	9,13
IBrX	54.237	0,84	3,53	-3,92	9,76
IBrX 50	21.522	0,82	3,19	-3,13	11,27
IEE	92.507	0,52	4,78	-2,58	2,79
SMLL	2.130	0,98	6,31	-9,48	-7,15
ISE	3.561	1,16	5,30	-5,38	0,43
IMOB	911	1,57	8,34	-9,90	-2,40
IDIV	9.036	1,09	3,09	-0,42	16,36
IFIX	3.351	0,05	0,10	1,18	5,30
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.714	0,60	6,39	-14,44	-1,26
IBrX	10.025	0,59	6,38	-14,02	-0,69
IBrX 50	3.978	0,57	6,03	-13,31	0,67
IEE	17.099	0,28	7,66	-12,82	-6,99
SMLL	394	0,73	9,24	-18,99	-16,01
ISE	658	0,91	8,20	-15,33	-9,13
IMOB	168	1,32	11,33	-19,37	-11,68
IDIV	1.670	0,84	5,93	-10,89	5,29
IFIX	619	-0,20	2,85	-9,45	-4,71

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 11/07/24	10/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	395	399	-4,0	-8,0	50,0
África do Sul	315	316	-1,0	-12,0	-11,0
Argentina	1.470	1.473	-3,0	15,0	-437,0
Brasil	216	224	-8,0	-15,0	21,0
Colômbia	304	304	0,0	-2,0	39,0
Filipinas	75	73	2,0	7,0	17,0
México	178	181	-3,0	-8,0	11,0
Peru	97	105	-8,0	-5,0	-5,0
Turquia	224	244	-20,0	-29,0	-52,0
Venezuela	16.763	16.587	176,0	-1.806,0	-7.329,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	01/07/24	356.972
dez/23	355.034	02/07/24	357.421
jan/24	353.563	03/07/24	358.554
fev/24	352.705	04/07/24	358.562
mar/24	355.008	05/07/24	359.527
abr/24	351.599	08/07/24	359.546
mai/24	355.560	09/07/24	359.262
jun/24	357.827	10/07/24	359.695

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	11/07/24	10/07/24	09/07/24	08/07/24	05/07/24	04/07/24
Índice	2.133,93	2.132,66	2.126,87	2.123,35	2.122,60	2.119,47
Var. no dia	0,06%	0,27%	0,17%	0,04%	0,15%	0,34%
Var. no mês	1,27%	1,21%	0,94%	0,77%	0,74%	0,59%
Var. no ano	3,33%	3,27%	2,99%	2,82%	2,78%	2,63%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 11/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,0500	36,1100	0,14980	0,15010
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4094	5,4100
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4221	36,5134	0,1481000	0,1485000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7717	0,7886
Colon (Costa Rica)	521,8200	527,9700	0,010250	0,010370
Coroa (Dinamarca)	6,8636	6,8646	0,7880	0,7882
Coroa (Islândia)	137,1900	137,5100	0,03934	0,03943
Coroa (Noruega)	10,7080	10,7110	0,5050	0,5052
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3170	23,3240	0,2319	0,2320
Coroa (Suécia)	10,4831	10,4861	0,5159	0,5161
Dinar (Argélia)	133,9048	134,4565	0,04023	0,04040
Dinar (Kuwait)	0,3055	0,3056	17,7009	17,7087
Dinar (Líbia)	4,8388	4,8611	1,1128	1,1180
Direitos Especiais de Saque ***	1,3221	1,3221	7,1518	7,1526
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6731	1,4727	1,4730
Dirham (Marrocos)	9,8112	9,8362	0,5499	0,5514
Dólar (Austrália)***	0,6772	0,6774	3,6632	3,6647
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4094	5,4100
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6605	2,7074
Dólar (Canadá)	1,3620	1,3621	3,9714	3,9721
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4783	6,5576
Dólar (Cingapura)	1,3419	1,3424	4,0296	4,0316
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4094	5,4100
Dólar (Hong Kong)	7,8074	7,8075	0,6928	0,6929
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6108	0,6112	3,3041	3,3066
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7493	6,8260	0,7925	0,8016
Euro (Comunidade Européia)***	1,0868	1,0872	5,8789	5,8818
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9722	3,0317
Franco (Suíça)	0,8938	0,8940	6,0508	6,0528
Guarani (Paraguai)	7542,5600	7545,3600	0,0007169	0,0007173
Hryvnia (Ucrânia)	40,8900	41,0200	0,1319	0,1323
Iene (Japão)	158,5800	158,6100	0,03411	0,03412
Lev (Bulgária)	1,7981	1,7992	3,0066	3,0087
Libra (Egito)	47,9500	48,0500	0,1126	0,1128
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000060	0,000060
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2914	1,2918	6,9857	6,9886
Naira (Nigéria)	1560,0000	1640,0000	0,00330	0,00347
Lira (Turquia)	32,8211	32,8320	0,1648	0,1648
Novo Dólar (Taiwan)	32,3940	32,4340	0,16680	0,16700
Novo Sol (Peru)	3,7662	3,7687	1,4353	1,4365
Peso (Argentina)	919,5000	920,0000	0,00588	0,00588
Peso (Chile)	907,9200	908,5200	0,005954	0,005959
Peso (Colômbia)	3965,8400	3969,8400	0,001363	0,001364
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2254	0,2254
Peso (Filipinas)	58,1900	58,2100	0,09293	0,09297
Peso (México)	17,8300	17,8420	0,3032	0,3034
Peso (Rep. Dominicana)	58,9200	59,3000	0,09122	0,09182
Peso (Uruguai)	40,0600	40,1000	0,13490	0,13500
Rande (África do Sul)	18,0093	18,0130	0,3003	0,3004
Rial (Arábia Saudita)	3,7506	3,7508	1,4422	1,4424
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001288	0,0001288
Ringgit (Malásia)	4,6850	4,6900	1,1534	1,1547
Rublo (Rússia)	87,4955	87,5045	0,06182	0,06183
Rúpia (Índia)	83,4728	83,4898	0,06479	0,06481
Rúpia (Indonésia)	16190,0000	16199,0000	0,0003339	0,0003342
Rúpia (Paquistão)	278,6000	278,7000	0,01941	0,01942
Shekel (Israel)	3,6408	3,6439	1,4845	1,4859
Won (Coréia do Sul)	1370,4500	1371,9300	0,003943	0,003948
Yuan Renminbi (China)	7,2573	7,2595	0,7451	0,7455
Zloty (Polônia)	3,9158	3,9169	1,3810	1,3816
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2417,63	0,01287	420,3108	420,3574

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	11/07/24	10/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.753,75	39.721,36	0,08	1,62	5,48	16,03	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.211,36	20.675,38	-2,24	2,69	20,12	33,68	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.283,41	18.647,45	-1,95	3,11	21,80	32,87	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.584,54	5.633,91	-0,88	2,27	17,08	25,80	4.117,37	5.633,91
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.544,13	22.350,22	0,87	3,06	7,57	13,41	18.737,39	22.544,13
México	Cidade do México	IPC	54.422,59	54.279,88	0,26	3,78	-5,16	0,53	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.376,34	1.365,92	0,76	-0,33	15,16	19,90	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	88.804,31	88.319,94	0,55	12,85	53,55	158,57	34.344,94	88.817,26
Chile	Santiago	IPSA	6.544,62	6.467,17	1,20	2,04	5,60	9,16	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.295,40	30.204,60	0,30	1,34	16,70	34,30	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.705.676,50	1.690.008,94	0,93	5,86	83,46	303,46	422.765,39	1.705.676,50
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.517,16	1.514,15	0,20	2,21	8,72	12,47	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.534,56	18.407,22	0,69	1,64	10,64	17,38	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.627,13	7.573,55	0,71	1,98	1,11	5,64	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.318,11	34.306,40	0,03	3,51	13,07	22,30	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.028,92	3.994,31	0,87	3,64	8,66	13,98	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.838,97	2.850,42	-0,40	-1,69	24,32	44,65	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.170,00	11.071,60	0,89	2,07	10,57	19,71	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.445,91	1.444,31	0,11	2,97	11,81	9,76	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	936,06	939,62	-0,38	1,32	18,97	23,85	714,05	939,62
Hungria	Budapeste	BUX	71.941,67	71.511,70	0,60	-0,21	18,68	42,32	50.549,40	72.351,87
Polônia	Varsóvia	WIG	88.154,63	87.487,20	0,76	-0,52	12,36	29,76	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.802,21	6.742,02	0,89	4,97	6,34	14,82	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.071,29	1.067,01	0,40	-7,56	-1,13	7,38	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.574,28	2.548,40	1,02	0,19	7,34	14,52	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.255,78	12.151,19	0,86	2,18	10,04	11,80	10.323,71	12.255,78
Turquia	Istambul	BIST 100	11.024,33	10.743,30	2,62	3,54	47,58	73,26	6.342,05	11.024,33
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.057,24	2.026,12	1,54	5,64	9,68	14,23	1.608,42	2.057,24
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.094,00	80.445,31	0,81	1,74	5,46	8,30	69.451,97	81.155,31
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	42.224,02	41.831,99	0,94	6,67	26,18	31,12	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.133,40	8.058,30	0,93	1,49	3,88	11,18	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.619,82	1.582,58	2,35	0,11	-11,86	-21,10	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.970,39	2.939,36	1,06	0,10	-0,15	-7,79	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.891,35	2.867,99	0,81	3,34	8,89	12,83	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.832,33	17.471,67	2,06	0,64	4,60	-4,43	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.897,34	79.924,77	-0,03	1,09	10,60	21,76	63.148,15	80.351,64
Indonésia	Jacarta	JCI	7.300,41	7.287,04	0,18	3,35	0,38	7,41	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.329,37	1.323,28	0,46	2,18	-6,11	-11,20	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	24.390,03	24.007,08	1,60	5,90	36,02	44,33	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Marfrig Global Foods S.A.

Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031

Ata da Reunião de Diretoria realizada em 05 de julho de 2024

Data, Hora e Local: Reunião da Diretoria da **Marfrig Global Foods S.A.** ("**Companhia**") localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1.560, Bloco 5, Torre Sabiá, 3º andar, Sala 301, bairro Vila Hamburguesa, CEP 05.319-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, realizada por videoconferência em 05 de julho de 2024. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação considerando a presença de todos os Diretores da Companhia. Presentes, via conferência telefônica, os Srs. Rui Mendonça Junior - Diretor Presidente, Heraldo Geres, Rodrigo Marçal Filho e Tang David. **Mesa:** Presidente: Sr. Rui Mendonça Junior; Secretário: Sr. Heraldo Geres. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre os seguintes assuntos: **(i)** a aprovação dos termos e condições da 16ª (décima sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Companhia ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com as características previstas nas deliberações descritas no item 1 abaixo; **(ii)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos, inclusive aditamentos, necessários à emissão das Debêntures e dos certificados de recebíveis do agronegócio de emissão da **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.** ("**Debenturista**" ou "**Securitizadora**"), que serão emitidos como lastro nas Debêntures ("**CRA**"), sendo que referidos CRA serão objeto de oferta pública de distribuição, sob rito automático, sem análise prévia da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") ou de entidade autorreguladora, destinados exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 30**" e "**Investidores Profissionais**", respectivamente) nos termos do artigo 26, inciso VIII, alínea (a), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 60**"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.118, de 1º de fevereiro de 2024 ("**Resolução CMN 5.118**"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("**Oferta dos CRA**"), incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e eventuais aditamentos: **(a)** o "*Instrumento Particular de Escritura da 16ª (décima sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da Marfrig Global Foods S.A.*" ("**Escritura de Emissão**"), a ser celebrado entre a Companhia e a Debenturista; *e* **(b)** o "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 343ª (Trecentésima Quadragésima Terceira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Marfrig Global Foods S.A.*" ("**Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a Securitizadora, a instituição intermediária líder da Oferta dos CRA ("**Coordenador Líder**"), e a Companhia; e **(iii)** a autorização à diretoria da Companhia ou a eventuais procuradores para praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação e à realização da Emissão das Debêntures e da Oferta dos CRA, bem como à formalização das matérias tratadas nos itens (i) e (ii) acima, incluindo celebrar aditamentos, além de formalizar e efetivar a contratação do Agente Fiduciário (conforme definido na Escritura de Emissão), dos assessores legais, da agência de classificação de risco dos CRA e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão), o Banco Liquidante (conforme definido na Escritura de Emissão), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos, bem como a ratificação dos atos praticados até o momento. **Deliberações:** Após detidos exames e debates das matérias constantes da ordem do dia, os membros da Diretoria deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes: **1.** Autorizar, nos termos do artigo 59, *caput* e §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), dos incisos III e XVIII do artigo 19, parágrafo único do estatuto social da Companhia, bem como nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024, a emissão das Debêntures e a celebração pela Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, da Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas no âmbito da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos: **(a) Número da Emissão:** 16ª (décima sexta) emissão de debêntures da Companhia; **(b) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(c) Valor Total das Debêntures e Quantidade de Debêntures:** O valor total da Emissão será de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("**Valor Total das Debêntures**"). Serão emitidas, 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, em série única; **(d) Destinação de Recursos:** Os recursos líquidos captados por meio da emissão das Debêntures, desembolsados pela Debenturista em favor da Companhia, deverão ser utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para a aquisição de bovinos (*i.e.*, gado vivo) de determinados produtores rurais (conforme caracterizados nos termos do artigo 146, inciso I, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, conforme alterada), que não sejam partes relacionadas da Companhia (enquanto houver proibição legal, nos termos da Resolução CMN 5.118 e demais regulamentações aplicáveis, se o caso), os quais serão identificados de forma exaustiva pela Companhia em notificação enviada pela Companhia à Securitizadora e ao Agente Fiduciário dos CRA até a data de celebração do Termo de Securitização, em conformidade com o modelo a ser previsto na Escritura de Emissão, (em conjunto, "**Produtores Rurais**"), e de acordo com os contratos ou quaisquer outros documentos, celebrados pela Companhia e os Produtores Rurais ("**Documentos de Compra e Venda de Gado**"), para estabelecer os termos e condições que nortearão a compra de gado pela Companhia, junto aos Produtores Rurais, em conformidade, ainda, com a Lei nº 14.430, a Resolução CMN 5.118, o parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 11.076, do artigo 2º, *caput*, inciso I, parágrafos 1º, 2º, 7º e 8º, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, e inciso II do parágrafo 4º do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios, até a data de vencimento dos CRA, observado o disposto na Escritura de Emissão, ou até que a Companhia comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos com a Emissão, o que ocorrer primeiro, conforme descrito na Escritura de Emissão; **(e) Vinculação aos CRA:** As Debêntures serão subscritas exclusivamente pela Debenturista e serão vinculadas aos CRA objeto da 343ª (Trecentésima Quadragésima Terceira) emissão, em série única, da Securitizadora, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme em vigor, a serem distribuídos por meio da Oferta dos CRA, nos termos da Resolução CVM 160, da Resolução CVM 60 e da Resolução CMN 5.118, conforme estabelecido no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, em Série Única, da 343ª (Trecentésima Quadragésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.*", a ser celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário dos CRA ("**Termo de Securitização**"), sendo todos quaisquer direitos creditórios, principais e acessórios, devidos pela Companhia por força das Debêntures, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, que compõem o lastro dos CRA, aos quais estarão vinculados em caráter irrevogável e irretratável, por força do regime fiduciário constituído nos termos do Termo de Securitização ("**Direitos Creditórios do Agronegócio**"); **(f) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"); **(g) Data de Emissão:** Para todos os efeitos, a data de emissão de Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"); **(h) Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. **(i) Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo "extrato da conta de depósito" emitido pelo escriturador das Debêntures; **(j) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir a Debenturista em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures; **(k) Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vigência de 1.824 (mil oitocentos e vinte e quatro) dias corridos contados da Data de Emissão, em data a ser definida na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de evento de retenção de tributos previstas na Escritura de Emissão, do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida), Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme abaixo definido) ou de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão. **(l) Forma e Preço de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão integralizadas pelo Preço de Integralização, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures serão integralizadas: **(i)** na primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida) das Debêntures, pelo seu Valor Nominal Unitário; e **(ii)** em caso de integralização das Debêntures em Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, contada desde a primeira Data de Integralização (inclusive) até a data da efetiva integralização das Debêntures (exclusive) ("**Preço de Integralização**"). As Debêntures poderão ser integralizadas com ágio ou deságio, no ato de subscrição dos CRA, sendo certo que (i) o preço da Oferta será único e, portanto, eventual ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade dos CRA integralizados em cada Data de Integralização, e, consequentemente, à totalidade das Debêntures integralizadas em cada Data de Integralização, nos termos do artigo 61 da Resolução CVM 160 e (ii) neste caso, a Companhia receberá, na respectiva Data de Integralização, o mesmo valor que receberia caso a integralização ocorresse pela integralidade do Valor Nominal Unitário, sendo certo que, no caso de subscrição com deságio, a diferença entre o Valor Nominal Unitário e o valor efetivamente integralizado pelos Investidores deverá ser descontada do comissionamento do Coordenador Líder nos valores a serem estabelecidos no Contrato de Distribuição. As Debêntures serão subscritas no mercado primário e serão integralizadas pelo Preço de Integralização, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, até a data de integralização dos CRA, mediante a celebração, pela Securitizadora, do boletim de subscrição anexo à Escritura de Emissão. As Debêntures serão integralizadas conforme ocorra a integralização dos CRA (sendo cada data, uma "**Data de Integralização**"), observados os termos e condições do Termo de Securitização; **(m) Aquisição Facultativa:** A Companhia não poderá adquirir as Debêntures da Emissão, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; **(n) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a partir das datas a serem previstas na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ("**Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, a Debenturista fará jus ao recebimento do maior entre os seguintes valores: (i) da parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Aniversário das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva amortização extraordinária; (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Aniversário das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno da *United States Treasury constant maturities* ("*Yield Treasury*") com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Debêntures, segundo a cotação indicativa divulgada pelo *Federal Reserve* no mais recente relatório *Federal Reserve Statistical Release H.15 (519)*, disponível em sua página na rede mundial de computadores (https://www.federalreserve.gov/releases/h15), apurada no 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescida de 0,30% (trinta centésimos por cento), calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, e a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures, conforme o caso. Os demais termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa serão estabelecidos na Escritura de Emissão; **(o) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures:** A Companhia poderá, a partir das datas a serem previstas na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade (e não menos do que a totalidade) das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo**"), mediante o pagamento do valor indicado nos itens "(i)" ou "(ii)" abaixo, dos dois o maior: (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Aniversário das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), eventuais Encargos Moratórios e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou **(ii)** o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a última Data de Aniversário das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno da *Yield Treasury* com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Debêntures, segundo a cotação indicativa divulgada pelo *Federal Reserve* no mais recente relatório *Federal Reserve Statistical Release H.15 (519)*, disponível em sua página na rede mundial de computadores (https://www.federalreserve.gov/releases/h15) apurado no 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescida de 0,30% (trinta centésimos por cento), calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, e a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures, conforme o caso ("**Valor do Resgate Antecipado Facultativo**"). Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures serão estabelecidos na Escritura de Emissão; **(p) Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das Debêntures emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira Data de Integralização e a seu exclusivo critério, com o consequente cancelamento das referidas Debêntures, que será endereçada à Debenturista, na forma prevista na Escritura de Emissão ("**Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**"). Os demais termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado serão estabelecidos na Escritura de Emissão; **(q) Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos:** A Companhia poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures na ocorrência de um Evento de Retenção de Tributos ("**Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos**"), conforme hipóteses previstas na Escritura de Emissão. O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, ou a Data de Aniversário das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos, sem acréscimo de qualquer prêmio, e acrescido de eventuais Encargos Moratórios, se aplicável ("**Preço de Resgate Antecipado**"). Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures no âmbito do Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos. As Debêntures resgatadas nos termos da Escritura de Emissão serão canceladas pela Companhia. Os demais termos e condições do Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos serão estabelecidos na Escritura de Emissão; **(r) Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(s) Atualização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado a partir da primeira data de integralização das Debêntures, pela variação da cotação da taxa de fechamento, para venda, do dólar comercial norte-americano (PTAX800), disponível no Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN, por meio do Sistema PTAX, conforme divulgada na página do Banco Central na página da rede mundial de computadores - <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>, na opção "Cotações e Boletins - Cotações de fechamento de todas as moedas em uma data", que será utilizada com 4 (quatro) casas decimais do Dia Útil imediatamente anterior à data de cálculo ("**Taxa de Câmbio**") calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a liquidação integral das Debêntures, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão, sendo o produto da variação incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("**Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures**" e "**Variação Cambial**", respectivamente); **(t) Remuneração das Debêntures:** A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios prefixados de 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, linear ("**Remuneração das Debêntures**"). A Remuneração das Debêntures será calculada conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão; **(u) Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos conforme Datas de Pagamento da Remuneração previstas no Anexo I à Escritura de Emissão., ou **(i)** em data a ser prevista na Escritura de Emissão, no caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos eventos de vencimento antecipado a serem definidos na Escritura de Emissão, ou **(ii)** na data de efetivação do Resgate Antecipado Facultativo, da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado ou do Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos; **(v) Amortização das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento ("**Data de Amortização das Debêntures**"), sem prejuízo do resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, Resgate Indisponibilidade da Taxa de Câmbio, Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos ou de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Escritura de Emissão; **(w) Colocação:** As Debêntures serão objeto de colocação privada perante a Debenturista, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e ao registro perante a ANBIMA, conforme previsto na Escritura de Emissão; **(x) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, acrescido da Remuneração devida, que continuará a incidir sobre o valor original do débito em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("**Encargos Moratórios**"); **(y) Possibilidade de Desmembramento:** Não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(z) Vencimento Antecipado:** As Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas e exigíveis, observados os termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos casos apontados na Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis; e **(aa) Demais Termos e Condições:** Os demais termos e condições da Emissão das Debêntures seguirão previstos na Escritura de Emissão. **2.** A celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à implementação e à realização da Emissão das Debêntures e Oferta dos CRA, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e eventuais aditamentos: **(a)** a Escritura de Emissão; **(b)** o Contrato de Distribuição; **e (c)** contratos com os prestadores de serviço necessários à emissão das Debêntures e Oferta dos CRA, e eventuais documentos relacionados aos contratos necessários à emissão das Debêntures e Oferta dos CRA, incluindo aditamentos. **3.** Por fim, autorizar quaisquer medidas que precisem ser tomadas e/ou ratificar quaisquer negociações ou medidas realizadas e/ou que venham a ser realizadas pela diretoria da Companhia ou eventuais procuradores devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia, com relação a todos os termos e condições aplicáveis à emissão das Debêntures e à Oferta dos CRA, bem como à formalização das matérias tratadas nos itens (1) e (2) acima, incluindo autorizar a diretoria da Companhia e seus eventuais procuradores a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à emissão das Debêntures e à Oferta dos CRA, que ainda não tenham sido praticados ou celebrados, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando a procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, inclusive para determinação de taxa de juros das Debêntures e cancelamento de Debêntures que não forem integralizadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Rui Mendonça Junior; Secretário: Heraldo Geres. **Membros da Diretoria:** Rui Mendonça Junior, Heraldo Geres, Rodrigo Marçal Filho e Tang David. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 05 de julho de 2024. **Heraldo Geres** - Secretário.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº CPLI.1120240074

Objeto: Execução, com fornecimento total de materiais, das obras e serviços para substituição de redes de distribuição utilizando-se de Métodos Não Destrutivos (MND): rompimento da rede existente seguindo o mesmo caminhamento, com aumento ou não de diâmetro (Pipe Bursting) e perfuração horizontal direcional (HDD), ambos com instalação de novas redes em polietileno (PE) na área de abrangência da Gerência Regional de Contagem (GRCN) da Copasa-MG. Dia: 12/8/2024, às 8h30. Local: Rua Carangola, nº 606, térreo, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG. Mais informações e caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, pelo download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações e contratos/licitações, pesquisar pelo número da licitação), a partir do dia 16/7/2024.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº CPLI.1120240075

Objeto: Execução, com fornecimento total de materiais, das obras e serviços para substituição de redes de distribuição utilizando-se de Métodos Não Destrutivos (MND): rompimento da rede existente seguindo o mesmo caminhamento, com aumento ou não de diâmetro (Pipe Bursting) e perfuração horizontal direcional (HDD), ambos com instalação de novas redes em polietileno (PE) na área de abrangência da Gerência Regional de Belo Horizonte Norte (GRBN) da Copasa-MG. Dia: 12/8/2024, às 14h30. Local: Rua Carangola, nº 606, térreo, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG. Mais informações e caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, pelo download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações e contratos/licitações, pesquisar pelo número da licitação), a partir do dia 16/7/2024.

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ/MF nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **Resumo da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2024.** Foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") no dia 28 de junho de 2024, às 15hs, no edifício da sede da Companhia, com a presença, em primeira convocação, de acionistas representando cerca de 71,29% do capital social com direito a voto, onde foram deliberados e aprovados os seguintes assuntos: (i) Aumento do capital social da Companhia no montante de R$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), mediante capitalização de reservas de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações; e (ii) alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, a fim de refletir a deliberação objeto do item (i) acima, caso aprovada, bem como consolidar os termos do Estatuto Social. Mesa: Sr. Marcelo Alves dos Santos Tourinho – Presidente; e o Sr. Leonardo de Queiroz Gaspar – Secretário. Aviso: o presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão (A íntegra da presente ata está disponível nos endereços eletrônicos: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, https://www.gov.br/cvm/pt-br e https://www.b3.com.br/pt_br/ e foi arquivada na JUCERJA sob o nº 6325997).

BANCO VOLKSWAGEN S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49 - N.I.R.E. 35.300.060.091

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

A Assembleia Geral Ordinária do BANCO VOLKSWAGEN S.A., instalada com a presença da acionista representando a totalidade das ações, independentemente de convocação, conforme faculta o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, presidida pelo Dr. Luis Fabiano Alves Penteado e secretariada pelo Dr. Luciano Soldera, realizou-se, às 9h30 do dia 30 de abril de 2024, na Rua Volkswagen, 291, na Cidade e Estado de São Paulo. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela acionista representante da totalidade de votos: **(a)** aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, documentos esses publicados no jornal "Valor Econômico" em 28 de março de 2024 nas páginas C7 a C10, ficando, em consequência, exonerados de responsabilidade os administradores da Companhia e ratificados todos os atos praticados pela administração, no exercício de 2023; **(b)** tomar conhecimento do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro 2023, no valor de **R$ 121.489.027,36** (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, vinte e sete reais e trinta e seis centavos) e aprovar a destinação para Reserva Legal no valor de **R$ 6.074.451,37** (seis milhões, setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos); **(c)** ratificar a renúncia do recebimento dos dividendos obrigatórios no valor de **R$ 28.853.644,00** (vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), conforme carta de renúncia aos dividendos apresentada pela Acionista em 20/03/2024; **(d)** aprovar a destinação do lucro do exercício de 2023 para Reserva Especial de Lucros, no valor de **R$ 115.414.575,99** (cento e quinze milhões, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos); **(e)** reeleger o Srs. **RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade RG nº M 4.951.830/SSP-MG, inscrito no C.P.F./M.F. sob o nº 045.950.856-30, PRESIDENTE; **PIETER GRIEP,** holandês, casado, administrador, portador do RNM nº F666862E, inscrito no CPF/MF sob nº 900.958.828-98, **LUIS FABIANO ALVES PENTEADO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 23.694.268-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 267.985.798-41 e **RICARDO CAMARGO PAIXÃO**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.091.442-SSP- SP, inscrito no CPF/MF sob nº 368.995.948-97, DIRETORES, todos com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Volkswagen, 291, 6º andar, Jabaquara, CEP 04344-901. Os membros reeleitos tomarão posse tão logo o respectivo processo seja homologado pelo Banco Central do Brasil, terão prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026 e permanecerão em seus respectivos cargos até que sejam reeleitos ou substituídos; e **(f)** aprovar a remuneração dos Diretores no montante descrito no Relatório do Comitê de Remuneração de 15 de março de 2024.Os termos desta ata foram aprovados pela acionista que a subscrevem. São Paulo, 30 de abril de 2024. LUIS FABIANO ALVES PENTEADO - Presidente da Mesa, LUCIANO SOLDERA - Secretário da Mesa - O.A.B./SP nº 230.097. **ACIONISTA:** VOLKSWAGEN PARTICIPAÇÕES LTDA. - p.p. Luis Fabiano Alves Penteado, Luciano Soldera. JUCESP nº 259.231/24-1 em 02.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BANCO VOLKSWAGEN S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49 - N.I.R.E. 35.300.060.091

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

A Assembleia Geral Extraordinária do BANCO VOLKSWAGEN S.A., instalada com a presença da acionista representando a totalidade das ações, independentemente de convocação, conforme faculta o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, presidida pelo Dr. Luis Fabiano Alves Penteado e secretariada pelo Dr. Luciano Soldera, realizou-se, às 9h30 do dia 03 de junho de 2024, na Rua Volkswagen, 291, na Cidade e Estado de São Paulo. Na conformidade da Ordem do Dia, a acionista representante da totalidade de votos deliberou: **(i)** aprovar a eleição do Sr. **MURILO AZEVEDO BRUNO**, brasileiro, administrador, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 30.400.923-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 320.797.008-71, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Volkswagen, 291, 6º andar, Jabaquara, CEP 04344-901, como Diretor (CRO) em substituição ao Sr. Ricardo Camargo Paixão, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.091.442-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 368.995.948-97, que renunciou ao cargo em 31 de maio de 2024, conforme carta de renúncia arquivada na Sede da Sociedade. O membro eleito tomará posse tão logo o respectivo processo seja homologado pelo Banco Central do Brasil, terá prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026 e permanecerá em seu respectivo cargo até que seja reeleito ou substituído; e, **(ii)** ratificar a composição da Diretoria da Sociedade, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, a saber: Sr. **RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade RG nº M 4.951.830/SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.950.856-30, PRESIDENTE; **PIETER GRIEP,** holandês, casado, administrador, portador do RNM nº F666862E, inscrito no CPF/MF sob nº 900.958.828-98, **LUIS FABIANO ALVES PENTEADO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 23.694.268-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 267.985.798-41 e **MURILO AZEVEDO BRUNO**, brasileiro, administrador, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 30.400.923-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 320.797.008-71, DIRETORES, todos com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Volkswagen, 291, 6º andar, Jabaquara, CEP 04344-901. Os termos desta ata foram aprovados pela acionista que a subscreve. São Paulo, 03 de junho de 2024. LUIS FABIANO ALVES PENTEADO - Presidente da Mesa, LUCIANO SOLDERA - Secretário da Mesa - O.A.B./SP nº 230.097. **ACIONISTA:** VOLKSWAGEN PARTICIPAÇÕES LTDA. p.p. Luis Fabiano Alves Penteado, Luciano Soldera. JUCESP nº 259.232/24-5 em 02.07.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
Processo Administrativo SEI nº 2024.110222.12302
Processo SIGA: SES/00030/2024
Pregão Eletrônico nº 04/2024-SES
AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia **26/07/2024 às 09h00min** (horário de Brasília), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"aquisição de equipamentos/materiais permanentes para uso em cozinha hospitalar, com serviços acessórios de instalação, montagem, teste e/ou treinamento, (quando cabíveis), que serão alocados para a Unidade Alimentar do Hospital da Ilha, e atendimento às demandas das Unidades de Internações da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão,** conforme as condições, especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital"; O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site www.csl.saude.ma.gov.br, sendo presidida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro desta SES e realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Informações: Comissão Permanente de Contratação – CPC (subsolo), no e-mail: licitases@saude.ma.gov.br e telefones: (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 08 de julho de 2024
MARIO LAMEIRAS NETO
Pregoeiro da SES

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ/MF nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **RESUMO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024.** Foi realizada reunião do Conselho de Administração da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") no dia 21 de junho de 2024, às 14hs, na sede da Companhia, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, onde foram deliberados e aprovados os seguintes assuntos: (i) distribuição de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R$ 135.000.000,00; (ii) encerramento do atual programa de recompra de ações de emissão da Companhia e abertura de um novo programa; e (iii) antecipação do prazo de carência para maturação de ações restritas outorgadas a participante do plano que está se desligando da Companhia. Assinaturas: Sr. José Isaac Peres – Presidente; e Marcelo Vianna Soares Pinho – Secretário. Aviso: o presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da presente ata está disponível nos endereços eletrônicos: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, https://www.gov.br/cvm/pt-br e https://www.b3.com.br/pt_br/ e foi arquivada na JUCERJA sob o nº 6326123.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35.300.35.005-7

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 14 de Agosto de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Santos Brasil Participações S.A.**, companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 17892, localizada na cidade e estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011 ("**Companhia**"), nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, de modo exclusivamente digital e à distância, por meio da Plataforma Alfm Easy Voting, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2024, às 10h00 ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) redução do capital social da Companhia no valor total de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), por considerá-lo excessivo, sem cancelamento de ações, mediante restituição em dinheiro aos acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações ("**Redução de Capital**"); (ii) caso o item (i) acima seja aprovado, alteração e consolidação do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir a Redução de Capital; e (iii) autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários para efetivação da Redução de Capital. **Instruções e Informações Gerais**: Tendo em vista que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital e a distância conforme autorizado pelo artigo 28, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, a participação dos acionistas da Companhia somente poderá ser: (i) via boletim de voto a distância ("**BVD**"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constarão no BVD, que poderá ser acessado na Proposta de Administração divulgada pela Companhia; e (ii) via plataforma eletrônica Alfm Easy Voting ("**Plataforma Digital**"), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, parágrafos 2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Adicionalmente, os acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente da Assembleia, por meio da plataforma eletrônica, deverão se cadastrar obrigatoriamente em até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e., até as 10h00 do dia 12 de agosto de 2024), solicitando suas credenciais de acesso à Plataforma Digital, por meio do link de cadastro (https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxZpd7x7vbGvm8aWs5vUuRUJ7kwnuUfbFqjPE-SjPs3aX) ("**Link de Cadastro**"), fornecendo a documentação e informações indicadas abaixo e presentes na Proposta da Administração divulgada pela Companhia nesta data. A documentação e informações enviadas por meio do Link de Cadastro até as 10h00 do dia 12 de agosto de 2024 serão validadas pela Companhia e o acionista receberá, em até 24 horas antes da Assembleia (i.e., até 10h00 do dia 13 de agosto de 2024), um acesso pessoal e intransferível para sua participação virtual na Assembleia. Seguem abaixo os documentos e informações exigidos para participação na Assembleia: (i) para pessoas naturais: (a) documento para comprovação de identidade e poderes do acionista ou do seu representante legal ou procurador; e (b) extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia. (ii) para pessoas jurídicas: (a) cópia do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia. (iii) para fundos de investimentos: (a) cópia do regulamento do fundo, estatuto social ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso e observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (b) extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia. O acionista que desejar participar por meio de procurador, além dos documentos descritos na tabela acima, deverão também, na forma do artigo 26 do estatuto social da Companhia, depositar os respectivos instrumentos de mandato, no Link de Cadastro, até as 10h00 do dia 12 de agosto de 2024, sendo que o acionista residente ou domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no artigo 119 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis. O acionista representado por procurador deverá exibir os instrumentos de mandato no mesmo prazo e observada a mesma mecânica prevista para os comprovantes de titularidade de ações de emissão da Companhia. **O acionista que não se cadastrar ou não enviar os documentos obrigatórios para sua participação através do Link de Cadastro até 10h00 do dia 12 de agosto de 2024, não poderá participar da Assembleia.** O *link* e as instruções a serem enviados pela Companhia são **pessoais** e **intransferíveis**, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da Assembleia, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e envio do BVD, constarão da Proposta de Administração da Companhia e demais documentos disponibilizados na página de Relações com Investidores do *website* da Companhia (http://ri.santosbrasil.com.br), no *website* da CVM (http://www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). São Paulo, 12 de julho de 2024. **Santos Brasil Participações S.A. - Verônica Valente Dantas -** Presidente do Conselho de Administração.

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024

PROCESSO SEI-GDF:00050-00013670/2022-23. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços técnicos de engenharia para adequação dos Edifícios da SSPDF, de acordo com projetos de combate a incêndio aprovados pelo CBMDF, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e de seus anexos. VALOR ESTIMADO: R$ 1.320.115,54 (um milhão, trezentos e vinte mil, cento e quinze reais e cinquenta e quatro centavos). DOTAÇÃO: UO 24.101 – PROG. TRAB.: 06.181.6217.4220.0010 e 06.181.6217.3029.0015 FR: 392 e 100 – ND: 33.90.39 PRAZO: Vigência do contrato: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/07/2024, às 10h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 11 de julho de 2024.
ADRIANA MELO SANTIAGO
Pregoeira

Tributação Reforma estabelece que fundos classificados como ‘entidades de investimento’ não estarão sujeitos à cobrança de IBS e CBS

Taxação de FIDC em cadeia de pagamentos traz incertezas

Adriana Cotias e Mariana Ribeiro
De São Paulo

O texto da regulamentação da reforma tributária, aprovado na quarta-feira pela Câmara, deixou claro que os fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) classificados como "entidades de investimentos" não estarão sujeitos à cobrança de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Sobre Bens Serviços (CBS), como os demais produtos de investimento. Por outro lado, trouxe incertezas para os veículos que antecipam recebíveis por meio de desconto de duplicatas, notas promissórias, cheques e outros títulos de arranjos ligados a empresas de cartões, de varejo e afins.

Na visão de tributaristas e representantes do setor financeiro, o grupo responsável pela reforma procurou afastar o uso de fundos como instrumento de eficiência fiscal. No escopo específico do FIDC, se encaixariam carteiras de crédito estruturado criadas por empresas da cadeia de pagamentos para financiar varejistas, e-commerce e outras empresas. Estariam sob escrutínio veículos de companhias como Stone e Mercado Livre, por exemplo. Procuradas, elas não comentam. Mas mesmo nesses casos há divergências de interpretação e há quem considere que, se os fundos atendem requisitos do Conselho Monetário Nacional (CMN), poderiam se enquadrar como entidades de investimentos.

Esse conceito veio do universo dos fundos de participação em empresas (FIP) e foi regulamentado pelo CMN em 21 de dezembro, na sequência da lei 14.754, que passou a taxar os fundos fechados exclusivos e restritos com o "come-cotas", o imposto semestral. Em tese, o pedágio periódico poderia incidir nos portfólios da classe e nos fundos de índice (ETF) que não forem entidades de investimentos.

Pelo texto, "o fundo que possui gestão profissional discricionária, representada por agentes ou prestadores de serviços com poderes para tomar decisões de investimento e de desinvestimento de forma discricionária, com o propósito de obter retorno por meio de apreciação do capital investido ou de renda, ou ambos." Ao CMN foi delegada a competência para regulamentar as situações práticas que constituem a gestão profissional. Por outro lado, exemplifica situações em que não reconhece a gestão profissional discricionária, "aquelas em que cotistas majoritários pessoas físicas interferem na gestão do fundo".

No artigo 26, o PL traz que "são contribuintes no regime regular os fundos de investimento que liquidem antecipadamente recebíveis", então ser entidade de investimento na linha da resolução do CMN não necessariamente basta. "A probabilidade de que alguns destes fundos sejam enquadrados como contribuintes do IBS é CBS é substancial, mas dependendo da estrutura utilizada na cessão dos ativos e da formação do passivo do fundo, é possível que alguns também escapem", diz Guilherme Cooke, sócio do Lobo Rizzo Advogados.

É importante esperar a evolução da regulamentação, que ainda carece de mais esclarecimentos. O ideal seria a exclusão dessa possibilidade no Senado, afirma Cooke.

Para o tributarista Diogo Olm Ferreira, do VBSO Advogados, o texto traz expresso que são contribuintes os fundos que operam arranjos de pagamentos de cartões, sendo tratados no regime especial de serviços financeiros.

A equiparação de FIDCs que compram recebíveis dos arranjos de pagamentos com as companhias que de fato exercem essa atividade estava prevista no texto da reforma desde o início, diz Soraya Alves, superintendente jurídico e tributário da Anbima. "Em comparação à redação original, houve alguns avanços. Antes, outros fundos de investimentos estavam contemplados, com potencial de atingir a indústria de forma ampla."

Foi só após a divulgação do parecer da regulamentação, no fim da semana passada, que associações que representam empresas de pagamentos, fintechs e consumidores se manifestaram com uma carta ao grupo de trabalho argumentando que definir fundos de investimentos como contribuintes colocaria em risco a sobrevivência desses veículos. Havia incômodo especialmente com o artigo 190, posteriormente alterado para excluir as entidades de investimento.

> "Maioria do mercado hoje é de entidades de investimento; é uma regulação que foca na exceção"
> *Rubens Vidigal*

"A ideia de que fundos de investimento não podem ser impactados por uma tributação do consumo é principiológica. Independentemente do conceito de entidade de investimento, eles não têm personalidade jurídica e o operacional desse recolhimento tem um impacto alto", diz o participante de uma entidade. "O pleito da carta não muda", afirma outro.

Em nota, a Associação Brasileira de Internet (Abranet), uma das signatárias da carta, diz que as mudanças tornarão o acesso a capital de giro mais caro para pequenas e médias empresas. "Fundos de investimento são um conjunto de bens e direitos pertencentes a cotistas, administrados por profissionais e regulados pela CVM e BC. São desprovidos de personalidade jurídica, razão pela qual não são contribuintes de impostos."

Rubens Vidigal, assessor jurídico da Associação Nacional dos Participantes em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (Anfidc), diz que a redação do artigo 190 melhorou, mas segue problemática. A versão anterior trazia uma visão mais abrangente de direitos creditórios e, nesta, ficou mais claro que só entram FIDCs que liquidem antecipadamente recebíveis comerciais. "Mas ainda é um conceito amplo", diz. Excluir entidades de investimentos foi um avanço, mas a proposta embute dificuldades operacionais. "A maioria do mercado hoje é de entidades de investimento, então é uma regulação que foca na exceção. Não fica claro qual problema querem resolver."

Para Eloisa Chipoleti, diretora jurídica e de compliance da Polígono Capital, se o texto da Câmara for aprovado pelo Senado como está haverá insegurança jurídica para o mercado, com "aumento do custo de capital, prejuízo à livre concorrência e assimetria em relação aos demais fundos", afirma. "Os fundos não são tributados em lugar nenhum do mundo. Hoje não estão sujeitos a PIS, Cofins, ISS; não faz sentido impor uma nova obrigação." A regra é que o rendimento do fundo seja tributado no nível do cotista.

A especialista acrescenta que o texto vai também na contramão da Lei da Liberdade Econômica, que teve como fruto a resolução 175, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para modernizar o arcabouço do setor. "O fundo em si não é uma atividade empresarial, é uma comunhão de recursos aplicados para obter retorno financeiro."



DIVULGAÇÃO

Chipoleti, da Polígono: potencial prejuízo à livre concorrência e assimetria em relação aos demais fundos

Os fundos de fomento mercantil, que servem de base operacional das empresas de "factoring", descontando duplicatas para micro, pequenas e médias empresas, são por natureza entidades de investimentos, diz Clélio Gomes, sócio da Libertas Asset, da Actual DTVM, de administração fiduciária, e da banca Capello Gomes.

O especialista, que tem atuado como consultor jurídico de associações como Abrafesc, Sindisfac MG e Sinfac SC nas discussões sobre tributação de FIDC, diz que todo veículo com gestão profissional discricionária, que contrata prestadores de serviços essenciais se enquadra, desde que tenha no mínimo 67% da carteira em direitos creditórios empresariais. "Os fundos de fomento estão colocando dinheiro no mercado, comprando recebíveis da indústria e do comércio, de micro, pequenas e médias empresas", diz.

Para ele, da mesma forma que escaparam do come-cotas, não estão sujeitos ao IBS e CBS. "O intuito do Ministério da Fazenda era acabar com o FIDC de otimização fiscal", diz Gomes. Mas mesmo que a dona do FIDC seja uma empresa que cede duplicatas, isso não a descaracteriza como entidade de investimento, diz. "Não importa muito se é um fundo monocotista ou um grupo empresarial quando se olha no conceito do CMN. Tem gestor, administrador? Não é cartão ou arranjo de pagamento? Tem mais de 67% em direito creditório? Estão fora do come-cotas e da CBS. O que vale é a composição da carteira."

Segundo Maurício Bassi, sócio da agência de rating Liberum, especializada na classificação de crédito de fundos multicedentes e multisacados, "grandes empresas constituíram seus próprios FIDCs porque precisam se alavancar, antecipar receitas e gerar novas, com acesso a um custo financeiro mais baixo, diversificando fontes de captação e objetivo de fomentar a cadeia".

'O fundo como contribuinte traz novo rol de responsabilidades'

De São Paulo

Além dos fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC), a versão da regulamentação da reforma tributária aprovada pela Câmara trouxe uma previsão de que outras operações podem ter incidência de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), fazendo com que outros fundos sejam considerados contribuintes em certas situações, aponta Soraya Alves, superintendente de jurídico e tributário da Anbima, entidade que representa o mercado de capitais e de investimentos.

"A redação aberta tem o objetivo de garantir que, no futuro, novas operações deveriam ter incidência dentro da carteira dos fundos. É um desafio para a indústria em relação à interpretação da cláusula, sobrou parágrafo no texto", diz.

A questão ao se caracterizar um fundo de investimento como contribuinte é que ele ão tem personalidade jurídica. Apesar de ter um CNPJ, não é uma empresa. "Quando se fala em incidência tributária, não é só o recolhimento do imposto, mas o operacional em si, isso traz um arcabouço de responsabilidades aos quais os fundos não estão sujeitos", diz a representante da Anbima. "O que isso pode trazer de impacto para o cotista e para os próprios prestadores?"

No capítulo relativo a serviços financeiros, o universo de investimentos contempla gestão e administração de recursos, incluindo os fundos de investimento, além da previdência privada complementar aberta ou fechada, que abrange os fundos de pensão e aqueles patrocinados por empresas.

Uma das versões do texto trazia que fundos imobiliários (FII) e os dedicados à cadeia produtiva do agronegócio (Fiagro) seriam considerados contribuintes, o que se tornou facultativo na redação atual caso realizem operações com bens imóveis e atendam aos requisitos da isenção de imposto de renda na distribuição de resultado para pessoas físicas. "Já os FII e os Fiagro que não cumpram esses requisitos, bem como os fundos de investimento que liquidem antecipadamente recebíveis, são contribuintes obrigatórios do IBS e da CBS", traz a norma geral.

Nos imobiliários e Fiagros, a isenção na distribuição de dividendos prevista na Lei 11.033, de dezembro, na reforma do imposto sobre a renda, não foi arranhada. Na ocasião, o benefício foi mantido para carteiras com ao menos 100 cotistas, sem concentração de rendimentos para uma mesma pessoa física (10%) ou grupo relacionado (30%) e que sejam negociadas em bolsa ou balcão.

O combo tributário busca evitar "abusos e estruturas dentro do fundo com a possibilidade de fazer determinadas operações", diz Alves, da Anbima. Apesar de ver como ideal que fundos não fossem tratados como contribuintes, talvez o setor tenha que aceitar o "caminho alternativo onde consiga ter proteção para a maior parte da indústria de fundos efetivamente pulverizados, de varejo, com situações específicas para aqueles que não se encaixem no conceito de entidade de investimentos". *(AC)*

O Sangue do Barão

Palavra do gestor



Fernando Tendolini

A tarefa dos gestores de ações é desafiada nos últimos tempos muito além dos passos clássicos da escolha do dito portfólio de preferência e das narrativas que daí derivam, ou que o suportam. Está, em dias atuais, em catucar o detentor do rico capital, ou do alocador que age em seu nome, para fronteiras além do prognóstico.

Mesmo tendo uma longa esteira para solidificar nossos papéis em projeções de cenários, quando a coisa sai errado, revertem-se as expectativas abruptamente sob prejuízo do valor contemporâneo de cada título. Em poucas palavras, não se desmente o senso comum das grandes flutuações quando a realidade frustra a expectativa.

Há alguns meses temos apresentado aos nossos parceiros a tese de que o Brasil está no "edge" para um potencial ciclo de recuperação de crescimento e atração de fluxos de investimento. Era a ponta desse iceberg o ciclo de afrouxamento monetário iniciado pelo Banco Central em agosto do ano passado, já em compasso de atraso na visão de muitos arautos.

Avançando na linha do tempo, o prognóstico furado e as expectativas de que a construção do novo governo fossem uma quimera de suavidade tiraram os rumos do investidor que, em tempos de custo de oportunidade mínimo muito folgado frente aos seus desafios de rentabilidade, rapidamente ajusta as suas expectativas de futuro provável.

Trocando por reflexão a previsão e pelas assimetrias a assertividade, é exercício ao alcance abraçar o lastro do investimento. Sem plágio ou insulto, desviarmos nosso foco para menos macro e mais micro.

O mercado de ações aqui no Brasil tem ficado à margem da ininterrupta força das "techs" do S&P 500 e das renovações de recordes históricos de valor. Mas sem prejuízo das pautas que se identificam mais com o nosso país e lhe franqueiam oportunidades de reinserção no tabuleiro dos ciclos de investimentos.

A pauta dos extremos climáticos parece empurrar as preocupações das cadeias de negócios para contingências subavaliadas em outros tempos. As cadeias logísticas, as capacidades de produção e estocagem e até mesmo as grandes obras de infraestrutura são temas. A ruptura dos veículos elétricos, dos sistemas de inteligência artificial, da força motriz do processo produtivo e até do rearranjo geopolítico dos meios de produção e dos seus destinos consumidores são também um campo de aporte de capital.

Há algumas décadas que o país tem sucumbido no esforço de passar da pauta dos controles das condições fiscais, ou das variáveis macroeconômicas, e migrar para um novo ciclo de ganhos de produtividade e crescimento. As métricas são claras e mostram os tímidos patamares do investimento ou da formação de capital da nação, com exceção dos anos afortunados quando os frutos das reformas e dos controles macroeconômicos encontraram os ventos de cauda do dinamismo externo. Do lado das capacidades humanas, não são escassas, tampouco necessárias de citação, as estatísticas de que há mais de uma década temos embarcado em rota de degeneração. E é o que está na cabeça e no preço.

Abandonar o prognóstico e abraçar o lastro parece ser o diapasão do qual podemos lançar mão para um novo ciclo de investimentos em ações, sem descartar o sublinhado para a realidade do cenário brasileiro.

Depois de quatro anos das ações sem engatar altas que entusiasmem os gestores, investidores e alocadores, é fala comum nas rodas o momento de penúria para essa classe de ativos. E a frustração do investidor se acumula, e o custo de oportunidade torna mais difícil passar da arrebentação.

A radiografia das empresas mostra trajetórias salutares e que gestam muitas oportunidades para os que se guiam por empreitadas mais ambiciosas do ciclo empresarial ou de valorização do mercado.

É neste contexto que impera o exercício de provação e do clássico pensamento contraditório. Como melhor podem ilustrar as ditas palavras do Barão de Rothschild, que a melhor disposição do "animal spirit" de J.M. Keynes sobrevenha quando "houver sangue" nas ruas. E esse nem sequer parece ser o caso: viemos de uma trajetória de reformas enfileiradas desde o governo Temer, passando não somente pelos freios aos gastos e ajustes de contas, mas também em medidas para acelerar o dinamismo da economia, como a reforma da lei da liberdade econômica ou do marco das garantias e avanços setoriais.

Os preços atuais das ações e ativos revelam mais desalento e desesperança do investidor do que a crise efetiva. Se são sinais de preocupação com a ancoragem futura da capacidade das instituições de gerir, oferecem também a oportunidade para a construção de portfólios, com farta matéria-prima e opcionalidades de ciclos empresariais que certamente serão muito mais bem valorados com a poeira baixa. Mas aí, o preço não será mais esse.

Fernando Tendolini é head de renda variável do Fator
E-mail ftendolini@fator.com.br

EU&

Moda
Reinaldo Lourenço está 'À Mesa com o Valor' **6**

Gastronomia
Onda de negócios cria grandes grupos no setor **10**

A rede da floresta

BRUNO KELLY/DIVULGAÇÃO



Aldeia Palimiú, na Terra Indígena Yanomami (RR): das primeiras a receber o kit do Conexão Povos da Floresta

Tecnologia O maior projeto de conectividade entre povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas na Amazônia nasce da filantropia e abre um mundo de possibilidades. Por *Daniela Chiaretti*, de Alter do Chão, Pará

Até há pouco, Murumuru tinha algo de Macondo nos registros oficiais brasileiros. Vilarejo pacato de 400 pessoas e pouco mais de 100 famílias, seria tão ficcional quanto o de Gabriel García Márquez, não tivesse sido finalmente reconhecido em novembro como território quilombola do município de Santarém, no Pará. Na Amazônia havia apenas 60 comunidades quilombolas nos registros oficiais.

Agora, uma estimativa mais diligente e não estatal esboça pelo menos 2 mil áreas remanescentes de quilombos. Esse mapeamento faz parte de um projeto ambicioso de conexão por internet de gente invisível que sequer consta dos mapas. É assim que os povos da floresta — quilombolas, indígenas e extrativistas — se tornaram protagonistas de uma rede poderosa de conexão na Amazônia.

O nome da iniciativa que nasceu há dois anos escancara seu objetivo: Conexão Povos da Floresta. O esforço se tornou o maior projeto de conectividade entre povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas na Amazônia. Mas é muito mais que instalar uma tomada e ligá-los à internet. Quando isso acontece, abre-se um mundo novo.

A proposta começou por mapear quantas comunidades existem nos nove estados amazônicos — para conectá-las é preciso, primeiro, encontrá-las. Em 2022, identificaram-se 4.537. Só em uma delas havia internet rápida. Entre 5% e 10% tinham algum tipo de conectividade e eram caras, intermitentes e de baixa velocidade. A região Norte do Brasil é onde estão os grandes vazios de conexão. Milhares de lugares nunca tiveram nada ou convivem com sistemas ruins.

"O leilão do 5G acabara de acontecer e cruzamos as obrigações com as comunidades. Só 50 das 4.583 mapeadas receberiam internet 4G ou 5G até 2028", diz o engenheiro florestal e socioempreendedor Tasso Azevedo, idealizador do Conexão Povos da Floresta, do Fundo Amazônia e do MapBiomas.

> "Conectar as comunidades é criar a rede. E é a rede que irá gerar impacto em larga escala" *Tasso Azevedo*

O projeto pretende ligar em rede, com internet banda larga, mais de 1 milhão de pessoas vivendo em 5 mil comunidades na Amazônia. São elas que cuidam e preservam 130 milhões de hectares de florestas e estão fora das políticas públicas de saúde, educação, cultura, economia, meio ambiente, segurança, cidadania e tudo mais. "Não tem escolas nas comunidades. Estamos à margem disso, estão nos negando o direito. Queremos ser incluídos, ser envolvidos", cobra Joaquim Belo, secretário de comunicação e educação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. É o CNS, entidade lendária que traz na sigla o "S" de seringueiros e foi criada a partir da luta de Chico Mendes, no Acre, na década de 1980.

Os "empates" de então, técnica de se deitar na floresta para impedir as ilegalidades de desmatadores, tem hoje faceta digital. "É fundamental essa aliança dos povos da floresta para travar uma luta de forma coletiva. Queremos ser enxergados como brasileiros", segue Belo.

DIVULGAÇÃO



Aldeia Jamari, na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (RO): conectada em maio de 2023, é uma das 933 comunidades inseridas na rede em 237 municípios

Dados do MapBiomas, uma das referências no mapeamento do território brasileiro junto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, mostram que menos de 1% do desmatamento ocorreu em territórios protegidos, mas as pressões são crescentes. Nos últimos dez anos, o garimpo ilegal em terras indígenas aumentou dez vezes e os alertas de desmatamento representaram 7% da área total desmatada em 2020.

Esse contexto deu corpo ao projeto. Três entidades de base lideram a coordenação institucional — os extrativistas do CNS, os indígenas da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e os quilombolas da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos). O suporte institucional é dos institutos Conexão Povos da Floresta e Arapyaú.

Há 33 filantropias financiadoras e organizações não governamentais parceiras — a própria Arapyaú; a Gordon and Betty Moore Foundation; a Lemelson Foundation; a Fundação Roberto Marinho; a Natura; o Projeto Saúde e Alegria; o Centro de Empreendedorismo da Amazônia; o Imazon; o Ipam; a Fundação Amazônia Sustentável; o WWF, Uma Concertação pela Amazônia; o ISA; a Amigos da Terra Amazônia Brasileira; o Idesam; o nic.br; o Iepé; a Kanindê; Uma Gota no Oceano, entre várias outras.

O primeiro encontro presencial das lideranças e dos apoiadores ocorreu em junho, em Alter do Chão, no Pará. Até então, tudo era virtual. Foram 150 participantes reunidos durante três dias para discutir os desafios do presente e os do futuro. Nas discussões dos grupos, ficou claro que é simplista e simplório pensar que se trata apenas de um esforço para conectar à internet quem não tem acesso.

A iniciativa abre a pessoas esquecidas pelo Estado oportunidades de telessaúde, educação a distância, economia na floresta e inclusão ao Brasil. Abre, também, o lado sombrio da força e coloca em foco o alerta a indígenas, quilombolas e ribeirinhos de que na rede também há pornografia, jogos violentos e delinquentes de todo tipo.

A ideia do Conexão Povos da Floresta surgiu de uma surpresa. Foi uma conversa na conferência do clima das Na-

INÊS 249

EU&

ções Unidas feita em Glasgow, na Escócia, em 2022. Tasso Azevedo perguntou à hoje ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara quais eram as principais demandas das populações tradicionais. Em primeiro lugar, demarcação territorial. Em segundo, conectividade. "Isso nos surpreendeu. Imaginávamos que seria saúde. Mas o fato é que a conectividade permite todo o resto", diz Tasso, presidente do conselho deliberativo do Conexão Povos da Floresta, .

Foi exatamente o que aconteceu na manhã da quinta-feira 6 de junho. Um grupo de participantes do 1º Encontro da Rede Conexão Povos da Floresta se deslocou, de ônibus, para Murumuru, a uma hora e meia de Alter do Chão. Foram recebidos no salão da comunidade, que cheirava a café, pães feitos na hora e bolos quentinhos de mandioca, banana e açaí, dispostos com cuidado na mesa forrada com um tecido colorido.

"Essa não é uma mesa qualquer. É uma mesa de resistência", explicou Miriane Coelho, secretária da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém. "De resistir a tudo o que o industrializado e o enlatado têm. É um lugar onde a gente coloca o que sabemos fazer desde sempre."

Miriane deu os números — seriam 4 mil quilombolas nas comunidades de Santarém, segundo os registros oficiais, mas 10 mil, segundo os quilombolas. "É um prazer e uma estratégia fazer parte do movimento Conexão Povos da Floresta. Quando se falou disso, nem achávamos que seria no território quilombola. Somos tidos aqui na Amazônia como quilombolas invisíveis, não existimos. Mas vamos mostrar que estamos aqui também. A minha comunidade nem tinha esperança de ser conectada. Nem temos energia."

O investimento total do projeto é estimado em US$ 80 milhões. Em dois anos, foram R$ 50 milhões investidos. Os números mais recentes, de julho, são de 933 comunidades conectadas, mais de 23 mil usuários, cerca de 71 mil pessoas beneficiadas em nove estados e 237 municípios. Não há dinheiro público, é tudo com recursos da filantropia. O maior investimento é fornecer energia renovável às comunidades que ainda não têm. Imagina-se que as comunidades em territórios protegidos da Amazônia, 4.537 no primeiro mapeamento, são mais de 5 mil. Algumas previsões indicam 8 mil.

O pulo do gato é a simplicidade da infraestrutura que permite a conexão. O kit de conectividade é montado pela equipe do Instituto Conexão Povos da Floresta e pode ser instalado e mantido pelos comunitários. Inclui antena de internet banda larga via satélite de baixa órbita, roteador, celular e um computador. As comunidades sem acesso à energia convencional recebem um kit de energia solar, com placas fotovoltaicas e uma bateria de lítio. São da Ion Energia, de Sorocaba, no interior de São Paulo.

Os equipamentos chegam em caixas leves e podem ser montados em horas. Os computadores são fornecidos pela ReUrbi Socioambiental, empresa de economia circular que coleta equipamentos e reaproveita materiais de TI. A tecnologia de comunicação é da Starlink, de Elon Musk. A escolha da Starlink levou em conta vários pontos — era a opção mais barata, podia ser implantada pelos indígenas, quilombolas e extrativistas e permitia manutenção feita pela própria comunidade. A antena é da Starlink, mas a empresa não tem nada a ver com o projeto.

A primeira instalação aconteceu em março de 2023, na Terra Indígena Yanomami. Depois foi a vez do povo Mura, da Terra Indígena Ariramba, no Amazonas. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, unidade de conservação no Pará onde vivem extrativistas, recebeu os kits em maio de 2023, e assim por diante.

Além da infraestrutura, outro pilar do projeto é o controle comunitário. A rede é gerenciada pela comunidade, que maneja um aplicativo de acordo com regras definidas coletivamente. Um grupo de pessoas, os facilitadores comunitários, gerenciam o cadastro, o perfil de usuário, controlam as regras de uso e os filtros de conteúdo. No aplicativo há um guia de boas práticas e manuais para criação de e-mails ou para navegar na internet.

O terceiro front é o da inclusão e do

JOÃO ALBUQUERQUE/DZAWI FILMES



Cacique Gilliard Juruna, da aldeia Miratu, na Terra Indígena Paquiçamba, testa sinais vitais no tablet

GERDESON OLIVEIRA/DZAWI FILMES



Equipe do Saúde & Alegria, ONG que apoia o projeto, e Juliana Dib Rezende, secretária executiva do Instituto Conexão

empoderamento digital. Foram organizados cinco grupos de trabalho. O de saúde já conectou mais de 30 comunidades ao Portal Telemedicina, o parceiro operacional. A meta é chegar a 100 comunidades até o fim do ano. "O foco da Telemedicina é o fortalecimento do SUS, que não consegue chegar na ponta da flecha", diz Juliana Dib Rezende, secretária executiva do Conexão Povos da Floresta. O esforço é de buscar integração com ações do Ministério da Saúde, as secretarias estaduais e as Sesai, as secretarias de saúde indígena.

O grupo do empreendedorismo busca apoiar novos negócios desde a ideia, estruturação e abertura do CNPJ. A intenção é ajudar o empreendedor e evitar que tenha que sair à toa do território. "Eles têm a prática do extrativismo, são empreendedores naturais da floresta", diz Luana Coelho, coordenadora de projetos do Centro de Empreendedorismo da Amazônia, apoiador da Conexão, com sede em Belém.

Conectados, eles conseguem acesso a conhecimento: como melhorar a produção, a existência de marketplaces na rede, vender nas mídias sociais e até receber Pix. "É uma curadoria de oportunidades", explica Luana. Entre indígenas, extrativistas e quilombolas há empreendedores em etapas diferentes.

"Nosso foco inicial era dar impulso à origem de negócios, mas o que está saindo, de melhor, é a troca entre eles", diz. Com foco em floresta e biodiversidade, há múltiplas cadeias de valor emergindo, do açaí e cacau ao artesanato e moda, turismo e gastronomia, passando por produtos florestais não madeireiros, sementes, óleos e frutas.

Educação, por seu turno, é um tema gigante e desafiador na Conexão. "O principal é garantir a segurança e acessibilidade focando na infância, na juventude e nos idosos", diz Juliana. "Temos um olhar do uso seguro da internet." Isso significa que, a cada nova conexão, os facilitadores das comunidades — pessoas indicadas pelos comunitários para fazer a gestão da rede— passam por oito encontros de "sabedoria digital". "Ali vai se falar sobre o uso da senha, como a internet funciona, qual a importância de se garantir a responsabilidade compartilhada desse mundo novo", explica.

Há palestras sobre crise hídrica da Amazônia, filtros de conteúdo, uso indevido de conteúdos online, por exemplo. "A cada instalação, com cuidado e respeito, entramos com o que já vivemos em relação à internet, algo que vivenciamos todos os dias, há anos, dentro das nossas próprias casas. E falamos da responsabilidade compartilhada, para que todas as comunidades entendam que elas tambem são responsáveis, para que os pais vejam como os filhos estão usando seu celular", diz Juliana.

Os debates, no grupo, de como apresentar o mundo da internet a quem não o conhece, suas possibilidades e riscos, são intensos e amadurecem no processo. Joaquim Belo, do CNS, deu um pouco da dimensão do que a conectividade pode significar aos povos da floresta: "Trabalho com jovens. Eles enxergam tecnologia no celular, no computador, na televisão, mas não conseguem enxergar a tecnologia que há numa canoa ou que o matapi da pesca de camarão [armadilha em formato cilíndrico feita com tala de palmeiras] é uma tecnologia. Porque o sistema vai fazendo o menino negar o que ele é. É fundamental que um projeto como esse olhe para os desafios que temos. A conexão irá cumprir um papel nesse processo, mas terá que ir além."

O grupo que trata da proteção territorial também tem tarefa ambiciosa: procura fazer com que a internet sirva como um escudo à proteção dos territórios. Neste grupo, cruzando mais de nove fontes oficiais e de parceiros, chega-se a estimativas de mais de 8.200 comunidades na Amazônia. "Há muita invisibilidade desses povos", registra Juliana.

Cultura e ancestralidade são a base do quinto grupo. Os tópicos giram em torno do ativismo digital, de jovens comunicadores, da crise climática. "E também de como garantir que a tecnologia seja uma aliada para a preservação cultural e para manter o espírito ancestral desses povos", preocupa-se Juliana.

Um depoimento emocionante sobre ancestralidade veio de Valcléia Solidade, superintendente de desenvolvimento sustentável de comunidades da Fundação Amazônia Sustentável, a FAS. Val, como é conhecida no mundo das ONGs que trabalham pela Amazônia, disse ter nascido em Murumuru. Saiu de lá aos 10 anos porque não havia como estudar, só até a quarta série. "Fui morar na casa de pessoas, trocar minha mão de obra por educação." Segue: "Se não temos acesso, temos que correr atrás, e é este processo que torna as comunidades invisíveis. Não somos nós que temos que correr atrás da política pública. Ela tem que nos achar onde nós estamos, é um direito constitucional". Refere-se a outro papel crucial que os povos da floresta exercem no território: "Um papel difícil porque são a própria barreira da violência".

Cristiana Camarate, conselheira substituta da Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações, trouxe a previsão de investimentos na região. No Brasil há 10% da população não conectada, o pior índice na Amazônia. O Programa Norte Conectado, do Ministério das Comunicações, quer implantar oito infovias na região com 12 mil km de cabos subfluviais e R$ 1,3 bilhão de investimentos. "Isso é estruturante", disse.

"Criamos algo muito simples, mas a quantidade de oportunidades que esse projeto abre, nunca havíamos imaginado", diz Tasso Azevedo. "Conectar as comunidades é criar a rede. E é a rede que irá gerar impacto em larga escala", segue.

No evento em Alter ouviram-se vários exemplos do efeito-rede. Um deles é do CNS, que se organiza para, finalmente, poder participar das consultas, editais e propostas para o Plano Safra, algo com que a associação nunca conseguiu se envolver. Ou o caso de Sineia do Vale, a líder wapichana especialista na crise climática que, a partir da conexão, conseguiu participar de audiência do Conselho Nacional de Justiça em Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Outra frente é a econômica. Os extrativistas agora conseguem, em rede, combinar preços para não serem enganados por atravessadores ou promover vendas coletivas dos seus produtos. Há iniciativas de adaptação à emergência climática — comunidades conectadas durante as fortes cheias no Acre no início de 2024 avisavam quando as águas chegavam em sua área e assim preparavam as que estavam adiante.

A outra face do espelho mostra que no mundo novo há também jogos de azar e de violência, golpes e pornografia. Na discussão, em Alter, surgiu a ideia de se montar uma nova estratégia para fazer com que os filtros de conteúdo possam funcionar de modo mais eficiente.

Hoje é dado aos comunitários controle sobre todos os temas — registram quem pode entrar na internet, horário, bloqueios de conteúdo. Agora se decidiu colocar filtros, como padrão, para sites do gênero. "Se a comunidade quiser tirar o filtro, terá que tomar essa decisão. Mas uma coisa é decidir colocar um filtro de conteúdo; outra, bem diferente, é tomar a decisão de se tirar o bloqueio", diz Tasso. Outra inciativa será criar mecanismos para que a comunidade possa, de forma rápida, denunciar ameaças. "Tipo um botão de pânico", explica.

O próximo passo é captar recursos para chegar a mil comunidades conectadas em julho; em seguida, ampliar para 5 mil comunidades. "E depois atender às mais de 5 mil que mapeamos. Esse é o ritmo." Tasso segue: "Queremos acelerar um direito que já existe", diz.

Ronaldo dos Santos, secretário de políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e ciganos, do Ministério da Igualdade Racial, surpreendeu-se com a rede: "Esta conexão é uma das grandes experiências revolucionárias que estão acontecendo no Brasil atualmente", diz. "O que define a potência da luta é o poder da comunicação. Não digo que antes da internet não havia luta, muito ao contrário: se chegamos até aqui é porque foi possível. Mas a conexão fortalece a luta dos povos da floresta", segue. "Uma coisa é essa comunidade resistir às pressões que vêm sobre ela. Outra é a capacidade de se articular com a comunidade do lado, e assim, se fortalecer."

Mas a grande história daquela manhã de 6 de fevereiro estava por vir. Foi a visita à Unidade Básica de Saúde do Tiningu, a 20 minutos do quilombo de Murumuru. Lá trabalham 24 pessoas em situação de poucos recursos e muitas demandas — desde meninos que caem de açaizeiros a partos. São três enfermeiras, um único médico, o motorista do barco, o da ambulância e alguns auxiliares.

Ao receberem a conexão, as enfermeiras Adriane Ramos, Silvane Guimarães e Merivalda dos Santos conseguiram fazer, em um dia, 35 eletrocardiogramas (com um pequeno aparelho emprestado) em gente que nunca passou por isso. "Todos os povos da floresta, que fazem parte do Conexão, podem ter acesso 24 horas por dia a médicos", disse Rafael Figueroa, cofundador do Portal Telemedicina, explicando o sistema. "O desenho da saúde digital, no Conexão, já nasce em harmonia com o SUS", segue.

Em certo momento, Figueroa ergueu um tablet, digitou alguns comandos e a médica Andressa Cardoso Sales surgiu na tela. Surpreendeu-se com a plateia e nenhum paciente. Estava no Rio Grande do Sul, ajudando na tragédia das chuvas de maio, e viu-se na UBS da remota comunidade paraense. O mesmo tablet foi usado algumas horas depois, no salão de Murumuru, para testar alguns sinais vitais através da visão da retina do usuário. Foi assim que o líder indígena Gilliard Juruna mediu sua pressão, o nível de estresse e o batimento cardíaco, e viu que estava tudo em ordem. "A conexão tem nos ajudado muito. Anotamos as invasões do garimpo no território e já fazemos a denúncia pela rede", diz.

Ao final da apresentação, um aparelho de eletrocardiograma foi doado à UBS. Wanderson Skrock, coordenador de operações da ReUrbi, surgiu com um computador da economia circular, em perfeito funcionamento, e que também foi doado às enfermeiras do Tiningu. ■

ALICE ARIDA/DIVULGAÇÃO



Val Solidade: "Política pública é um direito"

JOÃO ALBUQUERQUE/DZAWI FILMES

Tasso Azevedo: "Tornar visíveis esses povos"

GERDESON OLIVEIRA/DZAWI FILMES



Joaquim Belo: "Há tecnologia numa canoa"

A mulher no centro da evolução humana

Entrevista Quem criou a humanidade foi a ginecologia, diz a cientista Cat Bohannon. Por *Helena Celestino*, para o Valor, do Rio

A inspiração para a autora de "Eva - Como o corpo feminino conduziu 200 milhões de evolução humana" (Trad. : Fernanda Abreu, Companhia das Letras, 616 págs., R$ 119,90) veio da cena inicial de "2001 - Uma Odisseia no Espaço". Nela, os macacos pulam, grunhem e se engalfinham num cenário de rochas. Um deles pega no chão o osso de um animal morto, empunha-o no ar como uma arma e assume o comando do bando. Assim nasceu a humanidade segundo Stanley Kubrick no clássico de 1968. A cientista e poeta Cat Bohannon, nascida em 1979, era uma pré-adolescente quando viu o filme, mas percebeu algo errado.

"Cadê as mulheres, cadê os bebês?", pergunta-se. A arma não foi a ferramenta principal da evolução dos hominídios para a espécie humana. Quem criou a humanidade foi a ginecologia, diz, em entrevista.

Depois de um doutorado em "evolução da narrativa e da cognição" na Universidade Columbia, dois filhos e dez anos de muita pesquisa, Bohannon lançou "Eva", no qual reescreve a história da evolução da espécie, dando o protagonismo às mulheres em substituição ao lugar tradicionalmente concentrado no corpo do homem cisgênero.

Ao lembrar da abertura de "2001", Bohannon fica pensando num complemento para a cena, em que as mulheres avisariam aos machos: "Vejo que vocês estão fazendo algo muito importante, vou ali atrás do morro e silenciosamente construirei o futuro das espécies no meu útero".

Com humor fino, erudição científica e informações cheias de detalhes fundamentais, Bohannon traça a história das mulheres, desde as suas origens há 205 milhões de anos. Ela passa pela biologia, paleantropologia e genética para tentar mostrar "quando nasce a mulher", a primeira vez que ela cuidou do seu bebê no período Jurássico e as muitas mudanças estruturais no corpo dela causadas pelas cesarianas.

No centro do seu argumento está o entendimento do tamanho do desafio que é empurrar um bebê com uma cabeça grande por um canal reduzido devido ao fato de andarmos eretos. Por conta disso, os humanos são piores para se reproduzirem em comparação com a maioria dos outros mamíferos. E, no entanto, somos 8 bilhões de *Homo sapiens* na Terra.

"Conseguimos isso por causa da mais importante descoberta de nossos ancestrais. A verdadeira razão do nosso sucesso como espécie foi a ginecologia, o conhecimento que desenvolvemos para fazer nascer os bebês", diz. E esclarece que não está falando de espátulas e coisas que tais, refere-se a conhecimentos como tratar infecções e regular a fertilidade. "A verdadeira heroína da humanidade, na época, eram as parteiras", escreve Bohannon, e reconhece que a homenagem é difícil de ser aceita.

Entre os grandes avanços na evolução, ela também situa a amamentação: a boca do bebê estimula o corpo da mãe a produzir leite, e pesquisas mostram que o leite é uma mistura mágica feita sob demanda, coproduzida pelo bebê que envia sinais via sua saliva no mamilo da mãe, indicando quando está estressado ou doente.

"O corpo da mulher é mal estudado e malcuidado pela medicina", escreve Bohannon. Os testes clínicos foram quase sempre feitos com machos, sejam eles humanos ou ratos. De 1996 a 2006, mais de 79% dos estudos publicados no jornal científico "Pain" tinham só machos como sujeitos, informa. Partia-se, por exemplo, do princípio de que anestesia e medicamentos contra dor eram gênero neutro, apesar das evidências de que agiam de maneira diferente com as mulheres — elas acordavam antes dos homens da anestesia, independentemente de dosagem, idade, peso. Só em 1999 as pesquisas passaram a considerar as mulheres também.

Bohannon analisa as transformações dos corpos ao longo dos séculos com detalhes, abordando cérebro, voz, linguagem, pernas e, no último capítulo, o amor. Mostra como a organização social de algumas espécies passaram de matriarcais para patriarcais. Quando, ainda não se sabe com certeza, mas ela se surpreendeu ao descobrir que em muitas espécies as fêmeas reagem biologicamente contra o estupro para evitar o sofrimento: abortam voluntariamente a cria ou desenvolvem uma espécie de armadilha na vagina para evitar o sexo violento.

"Não é o caso dos nossos antepassados humanos. Nosso corpo não mostra sinais da cultura do estupro. Isso acaba com a ideia de que é natural para os homens a violência sexual", afirma. A seguir, a entrevista de Cat Bohannon, feita por Zoom da Califórnia, onde mora.

STEFANO GIOVANNINI/DIVULGAÇÃO



"As mulheres mostram que são melhores em não morrer", diz a cientista e poeta americana Cat Bohannon

Valor: *Na sua opinião, qual é a maior mudança ao botar a mulher no centro da história da evolução?*

Cat Bohannon: A maior mudança é que finalmente chegamos a uma história mais próxima da verdade. Em todas as espécies e as espécies das quais descendemos, tínhamos fêmeas e estávamos ignorando isso desde sempre. O conhecimento das mudanças no corpo dos mamíferos nos leva a crer que o maior impacto foi no corpo das fêmeas, porque esses são os corpos que fazem os bebês e é assim que a evolução funciona. Alguma coisa deu errado nessas teorias até aqui.

Valor: *Parece óbvio ao ler "Eva" que esqueceram do papel das mulheres...*

Bohannon: Acho que uma das grandes coisas que aconteceram conosco e que passamos ao largo foi o fato de não botarmos mais ovos. A gestação de bebês no interior do corpo da mulher cria um enorme impacto porque não afeta só o útero. Quando a mulher está grávida, seu corpo inteiro está grávido, seu sistema imunológico está envolvido, seu sistema cardiovascular está envolvido, o rim está grávido. E isso afeta o nosso corpo para sempre, mesmo depois de o bebê nascer. A gravidez faz com que mulheres tenham mais problemas autoimunes, e isso está ligado a como nossos corpos fazem bebês. Para compensar, nós temos pressão mais alta. Não é só no Brasil, o mundo todo acha que gravidez não afeta as espécies, mas afeta sim. Quando pensamos quem somos e para onde vamos, as mulheres estão bem ali, no centro de tudo. Entender isso bem vai melhorar o bem-estar de mulheres e meninas. Vai também agir a favor dos machos, para eles entenderem seus sistemas imunológicos.

Valor: *Apesar disso, as mulheres são mais longevas...*

Bohannon: As mulheres mostram que são melhores em não morrer, nós morremos menos de muitas coisas que fazem os homens morrerem. Ainda não sabemos bem por que, só agora na última década, finalmente, estamos estudando melhor as fêmeas, porque até agora achavam que as mulheres não importavam. E isso vai salvar muitas vidas, não somente as vidas das mulheres.

Valor: *A senhora é enfática sobre os riscos da gravidez...*

Bohannon: Mais de 90% das mulheres ficam grávidas uma vez, e isso tem impacto para o resto da vida. Costumava-se pensar que mulheres sem filhos teriam uma saúde pior, mas agora sabemos que são mais saudáveis. A pressão alta, comum durante a gravidez, torna as mulheres mais propícias a ter doenças cardíacas. As que não tiveram filhos não correm esse risco. Estar grávida pode fazer mal ao coração para sempre. É tão diferente de como costumamos contar a história do corpo das mulheres. A gravidez pode preencher destinos e histórias de vida, mas muda o que pensamos sobre o corpo da mulher.

Valor: *A senhora também diz que as mulheres e as fêmeas comandarão o futuro das espécies. Como assim?*

Bohannon: Tem uma coisa engraçada na evolução das espécies: de um lado você tem de pensar em 200 milhões de anos, o que é praticamente impossível. De outro, você pode ver como a vida de cada indivíduo, cada uma das suas escolhas diárias, molda o destino de sua espécie. Nos deixa aterrorizados e empoderados.

Valor: *"Diversidade é uma característica, não um bug", a senhora diz, ao mostrar que a população queer aumenta a resiliência na sociedade. Pode explicar melhor?*

Bohannon: Essa é uma frase que se usa no mundo tecnológico. Eu casei com um cara de inteligência artificial, e a gente tem mania de usar a linguagem de quem está perto. Diversidade na evolução aumenta a sobrevivência da espécie. Na biologia, chamamos de monocultura quando todos os corpos são homogêneos, os comportamentos são os mesmos. Isso faz qualquer comunidade muito vulnerável, mas diversidade cria resiliência, seja na população de leões ou nas várias espécies do mundo animal. É especialmente verdade nas comunidades humanas porque somos muito interdependentes, e isso aumenta a força diante das inevitáveis mudanças que o tempo traz. Quando falamos na população LGBTQIA+, pessoas vivendo vidas complexas, temos de pensar na força da diversidade, pois cabem mais variedades de vida humana nas comunidades queer.

Valor: *A senhora mostra que muitas fêmeas abortam crias provenientes de estupros e outras espécies desenvolvem armadilhas no corpo para evitar o ataque sexual do macho. E os nossos antepassados?*

Bohannon: Foi uma surpresa para mim quando estava pesquisando para o livro. Me surpreendeu como a violência sexual é comum nas várias espécies há milhões de anos e como as fêmeas têm uma resposta biológica de comportamento para contra-atacar e diminuir o sofrimento. Algumas espécies criaram diferentes características para responder ao sexo violento. É o caso da fêmea dos patos, por exemplo. Isso me levou a concluir que o estupro é normal nessas espécies, mas não na nossa, nosso corpo não mostra sinais da cultura do estupro, não existe a reação do corpo ao sofrimento do estupro na nossa espécie, nenhuma das reações, nem o aborto proposital nem o desenvolvimento na vagina de uma espécie de armadilha. Entre os humanos é o oposto, e isso acaba com essa ideia de que é natural para os homens o estupro. A palavra "normal" não expressa verdade sobre esse comportamento na espécie humana.

Valor: *As mulheres atrasaram o envelhecimento e agora, ao chegarem à menopausa, passam um terço da vida sem ovular, o que é considerado um grande mistério na história da evolução. Por quê?*

Bohannon: Possivelmente só três espécies têm algo parecido, uma delas é a baleia assassina, e não estamos relacionadas com ela, enquanto espécie. A ideia da evolução é passarmos nossos genes, fazendo bebês. Portanto, por que parar? Parece perda de tempo. Tem muitas teses, mas a mais plausível para mim é a "hipótese da avó". A espécie inteira evoluiu, não morre mais aos 35 anos, e está vivendo muito mais. A chimpanzé pode chegar aos 60, a gente empurrou o número de anos de vida. E a chimpanzé velha é a mais sexy da tribo. Não tem muitas evidências de que a chimpanzé tem menopausa como nós, talvez só tenha algumas vezes. A ideia é que não fomos selecionadas para a menopausa precoce, nós deveríamos viver 50 e poucos, a idade em que temos menopausa. Mas parabéns, continuamos vivas por mais tempo. Você consegue lembrar da última vez que o rio transbordou há 30 anos, mas ninguém mais em sua comunidade é velho para lembrar dessa história? Ninguém, menos você, sabe como a comunidade sobreviveu nessa última tragédia. Os mais velhos são valiosos pelo que conhecem em sociedades interdependentes, como a humana. Isso é muito poderoso. Eles conhecem coisas que os jovens não conhecem.

Valor: *Mas isso não acontece com as sociedades humanas agora...*

Bohannon: As sociedades humanas têm muitas mulheres com mais de 50 vivas, não sabemos há quanto tempo as pessoas das nossas sociedades começaram a viver mais longamente. Duas coisas explicam o etarismo atual no Ocidente. Uma é que muito poucos sobreviviam até uma idade avançada. Para chegar aos 50 era muito difícil, portanto precisavam da ajuda de toda a comunidade. E também porque vivemos numa sociedade capitalista que enfatiza a produtividade e a performance. Somos obsessivos com isso agora, no Brasil, ou nos Estados Unidos. No passado, a ideia de períodos da vida serem mais valiosos do que os outros não era tão comum, não havia essa obsessão com a produtividade nos anos 30 ou 40.

Valor: *A senhora conta que passamos da sociedade matriarcal para o patriarcado e a família monogâmica ...*

Bohannon: Há evidências disso, mas não sabemos com certeza quando aconteceu. A primeira evidência é a formação de sociedades profundamente cooperativas e com um elo forte entre as fêmeas, características indispensáveis por causa do nosso sistema reprodutivo. Como vemos acontecer com os bonobos e os chimpanzés (ambos vivendo em matriarcados). É um pouco frustrante porque em algum ponto nós vemos a passagem para o patriarcado, mas podemos voltar atrás. É alguma coisa que pode ser anulada, mas eu não gostaria de viver num matriarcado, quero uma sociedade igualitária. Um matriarcado pode ser muito violento, não quero a violência de nenhum dos sexos.

Valor: *Mas a senhora diz que o patriarcado está nos deixando menos sábios, ricos e saudáveis. O feminismo pode nos levar a uma nova mudança?*

Bohannon: Sexismo é como entendemos o patriarcado agora, e ele deixa a comunidade inteira menos saudável, menos rica e menos inteligente. Se, ao longo das gerações, negligenciamos o cuidado do corpo da mãe, isso afeta a saúde das próximas gerações. A mãe que tiver problemas na gravidez será mais propensa a ter netos com diabetes. Não sabemos por que isso acontece, mas negligenciar os cuidados com o corpo da mãe afeta a saúde da comunidade inteira, não só mulheres e meninas. Não cuidar da educação afeta a economia da comunidade e, portanto, a riqueza de seus membros. E, claro, a sabedoria também.

Valor: *O feminismo de alguma maneira está mexendo com o patriarcado?*

Bohannon: O processo evolutivo é muito lento, é difícil dizer quando começa a mudança nos nossos corpos, mas posso dizer que a evolução da cultura e do comportamento é rápida e pode imediatamente impactar o bem-estar de toda a comunidade.

Valor: *Uma última pergunta: a senhora gosta do cineasta Stanley Kubrick?*

Bohannon: Eu amo Kubrick, cresci vendo Kubrick. Adoro ficção científica, mas implico um pouco com o filme "2001 - Uma Odisseia no Espaço". Aquela cena dos macacos inventando a arma e a câmera mostrando a ferramenta evoluindo no espaço é audaciosa, mas onde estão os bebês e as mulheres? Naquela época, era como falávamos da evolução, sempre se esquecia das mulheres. E, além de tudo, é mentira, a arma não foi a principal invenção na transição de macacos para os humanos, a mais importante foi a ginecologia. ■

> "O corpo da mulher é mal estudado e malcuidado pela medicina"
> *Cat Bohannon*

Tudo por perto

Urbanismo Criador do conceito 'cidade de 15 minutos' diz que ele é viável em qualquer metrópole. Por *Helena Carnieri*, para o Valor, de Curitiba

Quem viajar a Paris nas próximas semanas para acompanhar a Olimpíada verá algumas mudanças ocorridas na Cidade Luz de uns anos para cá. Uma delas fica na Rue de Rivoli, importante polo comercial nas margens do rio Sena, que possuía sete faixas para carros e agora só permite pedestres e bicicletas. Outras centenas de quilômetros de ciclovias buscam tornar toda a cidade ciclável, e surgiram novos miniparques. Numa ação intencional, a Câmara de Paris vem comprando lojas particulares para controlar a especulação imobiliária e determinar o tipo de uso em cada bairro.

Tudo isso faz parte do programa "Cidade de 15 minutos", termo cunhado pelo urbanista franco-colombiano Carlos Moreno, diretor científico do laboratório de inovações urbanas da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne e mentor do conceito abraçado pela prefeita Anne Hidalgo. A ideia é que cada cidadão deve ter tudo de que precisa à distância de um quarto de hora, ideia decorrente dos estudos de urbanismo humanista da americana Jane Jacobs e do dinamarquês Jan Gehl.

Falando ao **Valor** do aeroporto de Paris, entre um voo e outro, Moreno conta que se surpreendeu quando suas pesquisas se tornaram um movimento mundial — assim como sua agenda, que muda constantemente de fuso horário.

Também não tem fronteiras a crise política e climática que o mundo enfrenta, o que endossa o apoio às "proximidades sustentáveis" como indutoras de bem-estar e controle de emissões. Cidades como Ottawa, no Canadá; Melbourne, na Austrália; Barcelona, na Espanha; e Portland, nos EUA, têm adotado o projeto que prioriza as proximidades ou pretendem adotá-lo em algumas regiões.

Mas será que esse investimento faz sentido em uma cidade como, por exemplo, São Paulo, com tamanhos desafios econômicos, sociais e ambientais, sem uma infraestrutura de transporte que dê conta do recado?

Para os críticos, o projeto é excludente e aumenta desigualdades entre áreas mais ou menos favorecidas, e surgem até teorias da conspiração que misturam o termo "cidade de 15 minutos" com projetos de restrição do tráfego em determinadas regiões das cidades — o que não faz parte da proposta.

MATHIEU DELMESTRE/DIVULGAÇÃO



"É uma questão de vontade política somente", diz Carlos Moreno sobre a "cidade de 15 minutos"

Abaixo, Moreno descreve melhor sua visão para cidades melhores de se viver:

Sem restrições

"A 'cidade de 15 minutos' pode ser implantada em qualquer lugar em que o governo local — seja o prefeito, estado ou região — deseje criar uma política urbana territorial para o crescimento da cidade que permita mais mistura social. Além disso, que diminua o peso dos automóveis no transporte, já que eles contribuem para as mudanças climáticas, e crie mais condições de acessibilidade e proximidade, de preferência que se possa chegar de bicicleta aos serviços necessários. Não há nenhum impedimento para que qualquer cidade adote, mas não é uma varinha mágica que resolve as coisas em poucos meses. É uma mudança de rota, que irá modificando nossa maneira de viver, de trabalhar, de ir ao médico, ir a eventos culturais, comércio, escolas. É uma questão de vontade política somente."

Bons exemplos

"Temos muitos bons exemplos de 'cidades de 15 minutos' no mundo inteiro, porque surgiu um movimento e até um Observatório Mundial de Proximidades Sustentáveis, que gerencia todas essas iniciativas no mundo. Esse movimento começou em Paris, que adotou o conceito em 2019 e começou seu processo de transformação. Outras grandes cidades europeias como Milão, Roma e Bolonha a adotaram, e agora grandes regiões europeias, como a Escócia, pretendem adotá-lo em cidades como Glasgow, Edimburgo, mas também cidades pequenas na Polônia, com poucos milhares de habitantes. Nos EUA, temos cidades como Cleveland, Portland, Seattle, Montreal. Na América Latina, muitas cidades se interessam pelo conceito, seja no Chile, a própria Buenos Aires, e ainda Bogotá. E em outros continentes temos Melbourne, na Austrália, Seul e Busan, na Coreia do Sul... a lista é longa, desde cidades grandes e pequenas, além de territórios rurais, que decidiram adotar esse caminho, que gera um movimento de transformação."

Urbanista de sucesso

"O movimento me surpreendeu, claro. Quando se é um professor e pesquisador, numa entidade de alta reputação como a Sorbonne, nosso objetivo não é tanto ter êxito em implantar coisas, e sim pesquisar boas ideias. Se não funciona, não tem problema, porque somos pesquisadores, temos que buscar coisas novas. Mas essa ideia aqui se tornou mundial porque foi adotada em Paris, coincidiu com a pandemia da covid e revelou o interesse das pessoas por proximidade. Depois, com o conflito entre Ucrânia e Rússia, foi necessário poupar recursos energéticos, porque não sabemos o que irá acontecer amanhã e surgiu uma onda política pessimista. Nunca imaginei que o conceito iria dar a volta ao mundo, e eu vou acompanhando, porque no mundo todo me convidam para falar e trabalhar."

Maior mistura social

"Digo aos críticos da 'cidade de 15 minutos' que venham visitar as cidades onde o projeto está em desenvolvimento. Venham a Paris! Como alguém pode criticar quando estamos dizendo 'tem que levar serviços onde não tem'? Comércio, cultura, é absolutamente o contrário de excludente: queremos que haja uma maior mistura social. Se quiserem vir a Paris, os levo com prazer a todos os locais onde estamos implantando."

Egocentrismo

"Nunca fui favorável a que as pessoas trabalhem em casa, porque é algo profundamente desigual. Tem quem more sozinho em 200 m^2 e aqueles que moram com uma esposa e três filhos em um espaço de 40 m^2. Mas não é normal que as pessoas precisem passar duas, três, quatro horas num transporte para ir e voltar do trabalho. Para quem trabalha em casa, surge a necessidade de lugares onde se possa socializar na vizinhança. E estamos falando de criar maneiras de trabalhar ligadas à tecnologia, não que obrigatoriamente elas tenham que ficar em casa."

São Paulo

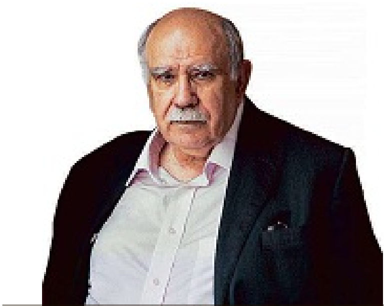
"Já debati com muitos colegas e políticos interessados na 'cidade de 15 minutos' sobre a possibilidade de implantar o conceito em São Paulo. A resposta é sim, é possível. Não devemos nos assustar com o tamanho da cidade, nem com o número de habitantes, senão nunca se vai poder fazer nada. Não podemos ser pessimistas e dizer que 'sempre foi assim e nunca vai mudar'. Em São Paulo, existe o medo de que nunca possa mudar, pois sabemos que tem regiões muito desiguais, e também muita marginalidade e desigualdades econômicas e laborais. Mas estamos falando de vontade política, de prefeitos que decidam criar uma mudança de rota que diga 'vamos mudar isso, vamos criar serviços próximos, vamos levar serviço médico, escolas, livrarias, comércio, esporte a todos'. Esse é um compromisso político no sentido aristotélico, porque fala de elementos comuns que nos unem na cidade. Em São Paulo, temos uma cidade que está segregada, mas nós propomos mais mistura social, com mais penetração de serviços públicos."

Brasil

"Conheço bem Curitiba, uma cidade bastante inovadora, e temos perspectivas de trabalhar juntos. Espero ir ao Brasil após as eleições municipais, talvez para a COP 30 [em novembro de 2025]. Os brasileiros sempre foram líderes na América Latina: para onde se move o Brasil, move-se o resto da América Latina. Meu recado aos brasileiros, de várias cidades, ricas em história e cultura, é que busquem um amanhã em que se pense a cidade numa perspectiva mais humana, um país feito de cidades habitáveis." ■

Coluna Social

Inglaterra e Brasil



José de Souza Martins

No Reino Unido, o processo histórico é expressão da conciliação de tradição e modernidade; aqui, não temos a consciência de que o movimento modernizador resulta da unidade dos contrários

As eleições gerais no Reino Unido e a avassaladora vitória do Partido Trabalhista, com ampla derrota do Partido Conservador, após 14 anos no poder, não me permitem resistir à comparação com o que tem acontecido no Brasil. Aqui, as coisas, historicamente, acontecem pelo avesso. Tivemos um presidente que se supunha rei e dono do poder. Entendia que estava lá para mandar, e não para cumprir um mandato e ser mandado pelo povo.

Somos um país capitalista que funciona ao contrário. Aqui, quem lucra além dos bons costumes vê lucro no prejuízo, progresso no atraso. Como naquele país imaginário de Lewis Carroll, em que quanto mais Alice caminha, mais longe fica do seu destino. Um país que anda para trás.

Interesso-me muito pela importância decisiva que as minúcias e o cotidiano têm na política, na sociedade, na cultura e na economia inglesas. Acompanho, todos os anos, os detalhes rituais da Fala do Trono, símbolo e síntese de um pacto político de opostos, que funciona há séculos.

Aqui, entendemos que o progresso é a destruição de tudo o que já conseguimos. Somos demolidores da memória histórica e das conquistas sociais. País lento e atrasado, mal conseguimos alguma coisa, tratamos de depreciá-la.

Nos últimos anos inviabilizamos conquistas sociais que representam atos de modernização social do nosso capitalismo irracional, impregnado de contradições destrutivas. Os ricos e poderosos são aqui contra "a esquerda".

Porém, as ideias de esquerda são componentes próprios da preservação da funcionalidade do processo de reprodução do capital. Foi a esquerda que salvou o nosso capitalismo incipiente em 1917.

Salvou-o de vários modos em várias outras ocasiões. Salvou-o no período populista ao aceitar menos do que tinha direito e do que pediam as necessidades sociais dos trabalhadores, ao decifrar e valorizar o significado do processo de reprodução ampliada do capital. Os trabalhadores passaram por privações e fizeram sacrifícios que nenhum empresário fez e nenhum político fez.

CARVALL



Trabalhadores conscientes de que para superar o capitalismo é necessário que ele exista. Para que suas contradições se manifestem como demanda social e política, fundamento de uma práxis emancipadora e transformadora da sociedade inteira. Esse sacrifício faz de quem trabalha sócio e colaborador simbólico do capital.

É bom não esquecer que Lula vem do sindicalismo civilizado de negociação, induzido pelo moderno capitalismo europeu. Ele não é militante de um sindicalismo de demolição do capitalismo, mas de modernização e transformação, um capitalismo que respeita os direitos sociais para que os direitos do capital possam ser respeitados. A sociedade de classes não é sociedade de uma classe só.

No Reino Unido, o processo histórico é expressão da conciliação de tradição e modernidade. Os cidadãos daquele país sabem que uma é condição da outra. Lá se completam e se viabilizam. Aqui, ao contrário, não temos a menor consciência de que o movimento modernizador resulta da unidade dos contrários.

Lá, a tradição humaniza o materialismo do moderno. Desconstrói a economia coisificante por meio dos valores sociais que restituem o homem à sua humanidade, que o liberta do absolutismo da riqueza crescente que, desregulada, se converte no seu contrário, na pobreza crescente.

Nos países ricos também há pobreza, sempre sujeita porém à mediação crítica que pode relativizá-la. Na Europa deste momento, e já faz algum tempo, fala-se na redução da jornada de trabalho sem redução do emprego. A riqueza de todos se traduz em riqueza de tempo livre, de que decorre sua disponibilidade para a cultura, a poesia, a música, a arte.

A conversão de um cotidiano de escravização em cotidiano de libertação, de riqueza espiritual. Lá se reconhece que o trabalho, fundamento da esquerda, liberta a sociedade capitalista do fardo do embrutecimento. O oposto do que vemos aqui no Brasil.

O discurso do novo primeiro-ministro britânico, minutos depois de ter sido convidado pelo rei Charles III a organizar o novo governo do país, foi justamente no sentido de reconhecer no resultado avassalador da eleição uma crítica ao neoliberalismo econômico, fator do desastre social que provocou.

País civilizado, o primeiro-ministro cujo partido foi derrotado renunciou, reconheceu o desencontro entre as decisões do governo e as necessidades do povo, com um "I am sorry".

O novo primeiro-ministro, sir Keir Starmer, é filho de um ferramenteiro, é vegetariano, trotskista, anglicano e frequenta sinagoga em Londres. Sua esposa é advogada e socióloga. O gato Larry, caçador oficial de ratos da residência do primeiro-ministro, continuará a morar em 10 Downing Street.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

Res Publica

As frentes de defesa da democracia



Fernando Luiz Abrucio

Os autoritários precisam ser deslegitimados em suas propostas de quebra democrática

O medo de perder a democracia marcou a eleição parlamentar francesa. A derrota da extrema direita foi um alívio similar à vitória numa guerra. Essa angústia democrática se espalha por vários países, em maior ou menor grau e de diferentes formas. Não se trata de dizer que o mundo caminha inexoravelmente para a hegemonia autocrática. Mas também não se pode concluir que o momentâneo sucesso francês contra os autoritários é a tendência global mais provável. O que está em jogo é a compreensão das maneiras mais eficazes de proteger o sistema democrático.

A tendência de crescimento dos países democráticos foi a tônica no mundo do final da década de 1970 até o início do século XXI. A consolidação de modelos efetivamente autoritários na Rússia e na Turquia deram início a um novo ciclo, no qual surgiram vários governos autocráticos, inclusive em lugares que tinham passado por transições democráticas alguns anos antes. No entanto, do mesmo modo que essa onda antidemocrática ganhou espaço internacional, diversas nações conseguiram escapar do autoritarismo ou reverter aquilo que a literatura tem chamado de "democratic backsliding", ou seja, o retrocesso democrático.

Daí que a pergunta principal hoje diz respeito aos fatores que podem evitar o retrocesso democrático. Parte dos estudos realça que o crescimento de forças políticas autoritárias se relaciona com os sentimentos de grande parte dos cidadãos, descontentes com os seus governos. Há motivos que constroem uma demanda que pode ser explorada por autoritários, embora a cesta de questões seja diferente entre os países, com predomínio ou combinações de questões como imigração, nacionalismo, fracasso econômico e social, insegurança, corrupção e temáticas de ordem moral, especialmente a busca de preservar um modo de vida que em tese estaria sendo destruído pelos valores do mundo moderno.

Entender melhor o peso dessas agendas no mundo e em cada realidade nacional constitui uma tarefa importante para os defensores da democracia. Reduzir situações de desigualdade, melhorar políticas públicas, produzir, enfim, mais riqueza e oportunidades a todos é um elemento essencial na equação de defesa dos regimes democráticos. Na mesma linha, é preciso dialogar e negociar com as agendas de valores, não para impor um único modo de vida ou para restringir direitos, mas para encontrar caminhos menos disruptivos e conflitivos de convivência.

Os defensores da democracia, entretanto, não podem ficar apenas atuando pelo lado da demanda. Muitos dos fatores que levam a crises democráticas, algumas com desfechos autoritários, vinculam-se à forma como a oferta política é organizada, isto é, como as instituições, os governos e os líderes políticos e sociais agem, no sentido dado por trabalhos como o livro de Larry Bartels ("Democracy Erodes from the Top", Princeton University Press, 2023) e um artigo recente de Thomas Carothers & Brendan Hartnett ("Misunderstanding Democratic Backsliding", Journal of Democracy, 2024).

Obviamente é preciso criar ambientes mais favoráveis à satisfação dos cidadãos, só que esse processo é bastante complexo, por vezes demorado e sempre mediado por elementos da oferta política de um determinado país.

O caso francês é um bom exemplo disso. As insatisfações populares, algumas movidas por sentimentos autoritários, não vão terminar do dia para a noite após a derrota da extrema direita. Uma demanda problemática para o regime democrático pode ainda permanecer, ser reduzida ou aumentar nos próximos anos. Mas se o nacionalismo extremista e antidemocrático fosse o vencedor no domingo passado, já teriam sido dados passos decisivos para uma via autoritária. O que salvou os franceses desse desfecho trágico foram elementos de oferta política.

E quais são os aspectos mais relevantes que o sistema político-governamental pode oferecer para reduzir as chances de vitória e retrocesso gerado pelo autoritarismo? Quatro elementos parecem ser os mais estratégicos: o desenho das instituições, o papel das lideranças políticas e sociais, a qualidade das políticas públicas e a construção de exemplos que realçam a relevância de se defender a democracia — ou seja, os autoritários precisam ser deslegitimados em suas propostas de quebra democrática.

O primeiro fator diz respeito à forma como são organizadas as instituições. A existência de um segundo turno nas eleições parlamentares francesas foi fundamental para a derrota do partido de Marine Le Pen.

No caso dos Estados Unidos, dado o domínio republicano sobre a Suprema Corte, talvez o maior contrapeso a um possível segundo governo Trump venha a ser o federalismo, dado que vários estados, com grande autonomia e poder, são governados pelos democratas. Assim já foi na época da pandemia da covid-19, quando o descaso do governo nacional foi contrabalançado, em parte, pela ação dos governadores.

A derrota do autoritarismo bolsonarista também tem uma explicação institucionalista, desenvolvida pelo livro "Por que a democracia brasileira não morreu?", de Marcus Melo e Carlos Pereira (Companhia das Letras). Segundo os autores, o modelo mais consociativo do presidencialismo brasileiro, marcado pela necessidade de se dividir o poder para governar e pela presença de importantes instituições de controle, dificulta bastante qualquer projeto mais autocrático. Assim foi com Collor e se repetiu com Bolsonaro.

O presidente que quiser dar um golpe, seja de que maneira for, terá de convencer ou subjugar as duas Casas do Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, os órgãos de controle como o TCU e o Ministério Público, os governos subnacionais, particularmente os governos, e as principais organizações da sociedade civil. Esse caleidoscópio institucional é complexo o suficiente para dificultar uma concentração totalmente autocrática do poder, mostraram Marcus Melo e Carlos Pereira.

As instituições são uma variável essencial para barrar projetos autocráticos, mas tal visão não esgota a explicação sobre a sobrevivência das democracias. Isso porque o arcabouço institucional pode ser afetado aos poucos por lideranças que permanecem por muito tempo no governo com um projeto incremental de autoritarismo.

No caso brasileiro, Bolsonaro não conseguiu derrubar e dominar a complexa engenharia institucional do presidencialismo de coalizão. Porém, logrou, num mandato só, enfraquecer ou reduzir bastante o poder de algumas dessas instituições, reduzindo o controle sobre o seu poder e a qualidade da democracia. Se tivesse sido reeleito, ele teria mantido por mais tempo o modelo das traças, que roem por dentro o sistema político, e o final da história poderia ser outro.

O maior limite do institucionalismo estrito, que acredita em instituições que funcionam como robôs com vontade própria, está em dar pouco valor ao papel das lideranças políticas e sociais. Se o STF brasileiro fosse formado pela atual maioria republicana da Suprema Corte americana, provavelmente o desfecho da eleição de 2022 seria diferente.

O peso das lideranças também ficou claro na França na eleição parlamentar: se os partidos de centro e de esquerda não tivessem se unido contra a extrema direita, num processo que envolveu muita abnegação desses atores, a democracia francesa estaria mais capenga hoje.

Atuar para combater as lideranças políticas e sociais autoritárias, bem como para fortalecer líderes democráticos que ocupem posições estratégicas nas instituições ou na sociedade, constitui tarefa central na defesa da democracia. Não é uma empreitada fácil, porque muitas vezes envolve dois grandes desafios: estabelecer pontes entre grupos diferentes que são democratas (algo nada trivial) e evitar que esse apoio aos grupos e líderes pró-democracia não se confunda com a restrição do processo eleitoral competitivo.

Um terceiro elemento da oferta política é a qualidade das políticas públicas. Produzir melhores resultados governamentais aumenta a legitimidade do sistema democrático. Trata-se de uma tarefa que vai além do curto prazo, uma vez que a maioria das boas políticas públicas envolve anos de construção. De todo modo, um caminho mais bem-sucedido na defesa da democracia passa por fornecer respostas mais consistentes tecnicamente, dialogar constantemente com a população e ter uma máquina governamental competente, bem gerida e engajada.

O maior remédio contra líderes e movimentos autoritários está em mostrar que eles não podem atuar contra a democracia. Esse é o quarto ponto da oferta política que tem de estar à disposição na caixa de ferramentas dos democratas. Neste sentido, se Trump tivesse sido punido pela invasão do Capitólio, não só teríamos um autocrata a menos no caminho, mas o debate político americano seria outro hoje.

O Brasil passará por esse teste nos próximos anos. Embora seja importante condenar um presidente que roubou patrimônio público para benefício próprio — o caso das joias — e que falsificou a carteira de vacinação numa pandemia que matou 700 mil brasileiros, o mais relevante para a democracia seria condenar Bolsonaro pela tentativa de golpe no 8 de janeiro. Caso isso não seja feito, haverá ainda um espaço para um projeto autocrático se estabelecer aqui porque os autoritários não terão medo dos democratas.

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getulio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: fabrucio@gmail.com

DANIEL CABALLERO



INÊS 249

À Mesa com o Valor
Reinaldo Lourenço

Colecionador de relíquias têxteis e matemático da costura, estilista comemora 40 anos de tesouradas como segredo bem guardado da high society nacional. Por *Pedro Diniz*, para o Valor, de São Paulo

Alta-costura à brasileira

O "Rei" nem esperou o repórter avisar que precisaria do prato de comida intacto para a foto. Numa quebra de expectativa para quem o conhecesse apenas pela fama de classudo ou pelas roupas milimetricamente costuradas, logo devorou o quibe de carne.

"Não tem aquele [charuto de uva] com verdura?", pergunta ele ao diretor de marketing Thiago Arikawa. "Como muita carne e estou evitando. Sou do interior de São Paulo, daí você imagina", explica-se, ao vincular aquele arroubo carnívoro à Presidente Prudente natal.

À mesa no almoço improvisado com receitas árabes compradas em um restaurante próximo de sua fábrica, em Pinheiros, parece claro que, embora a majestade de Reinaldo Lourenço, 63, tenha sido construída em cima dos manuais de elegância traduzidos por ele em roupas requintadas, cujos sucesso comercial e nome gravado na etiqueta lhe deram esse apelido pomposo de Rei, foi a informalidade do tête-à-tête o tempero do reinado de quatro décadas no estilismo.

Monarquias, diz-se, andam fora de moda, mas o designer mantém o nome quase como segredo bem guardado nos armários da "corte". Silvarolli, Santos, Zarzur, Neves da Rocha, Alckmin e outras tantas famílias das quais diz não lembrar de cabeça desenham o mosaico miscigenado de clientes ativos que veem naquela figura de roupas sempre monocromáticas um porto seguro para vestir-se.

"Vesti avó, visto a mãe e, agora, as filhas", afirma Lourenço, com um pedaço de pão sírio na mão e o mesmo meio sorriso no rosto das fotos de colunas sociais. "Nunca fico bem sorrindo."

Os amigos mais próximos, diz, são outros. "Engraçado comermos [comida] 'árabe', porque, você sabe, é uma cultura muito forte em São Paulo e sempre ia a um restaurante libanês perto de casa com amigos. Eles, eu conservo até hoje, desde a infância", diz, enxergando graça na conexão gastronômica entre o passado e o instante deste "À Mesa com o Valor".

O toque de herança familiar que o tornou famoso na high society não nasceu com ele, porém. Muito antes de o estilista enveredar pelo corte aos 12 anos, brincando de costurar para si e, depois, para amigas com testes de roupas, a história da moda brasileira já registrava nomes como os dos costureiros Dener Pamplona, Clodovil Hernandes, José Gayegos, Guilherme Guimarães e Matteo Amalfi nos convescotes das elites.

Assim como Lourenço, seus antecessores eram emblemas de uma alta-costura à brasileira, que agora ele assume fazer. Tropical nos pesos leves dos tecidos, ela é inervada de referências da costura europeia, desde a paleta sóbria com cores pontuais até o uso de "moulage", uma técnica de construir no próprio manequim os vestidos suntuosos. Esse é o modelo oposto das medidas padronizadas do "prêt-à-porter" (pronto a vestir), escalável e que o designer ainda conserva no negócio. O atacado, estima, representa 46% da receita.

Os preceitos da roupa sob medida, exclusiva para um único cliente, junto a uma série de regras de manufatura estritamente manual, define a cartilha que a França instituiu como "alta-costura" — na Itália, deu-se o nome de "alta moda" a uma equação similar.



Cardápio
São Paulo*

- Salada fatuche
- Pão sírio
- Pasta de homus
- Coalhada seca
- Babaganuche
- Charuto de folha de uva
- Charuto de repolho
- Quibe frito
- Kafta de carne
- Coca-Cola Diet
- Bombons de chocolate

*Cortesia de Reinaldo Lourenço

É a mesma vista em julhos como este, quando estilistas e grifes, autorizadas pela federação da costura francesa, desfilam em Paris suas coleções "haute couture", consumidas, estima-se, por apenas 4 mil clientes no mundo.

O público é pequeno, mas os gastos de dezenas de milhares de euros numa única roupa são suficientes para pagar as contas dos ateliês que remontam ao século XIX, alguns mais antigos, ainda em atividade na França. Lourenço estima ter "uns 30" desse tipo de cliente, que paga algumas dezenas de milhares de reais num modelo seu.

No prédio branco de três andares e sem nome na porta no qual comemos, trabalham 58 funcionários, "todos de carteira assinada", diz o chefe. Trata-se de uma versão miniaturizada do sistema de produção artesanal do mercado de luxo, cada vez mais raro de ser visto na indústria da moda local.

Poucos meses atrás, em março, para comemorar os 40 anos de carreira, o estilista decidiu separar o joio do trigo ao tentar mostrar ser possível fazer uma versão brasileira dessa costura descolada da locomotiva de lançamentos da moda rápida.

"Tem roupa demais [no mercado]. Para que comprar oito roupas se dá para ter duas, mas de qualidade superior, pagando o mesmo preço? As pessoas precisam escolher melhor", afirma. "Quase não há mais esse serviço, extremamente personalizado [e customizável a partir do molde], no mercado brasileiro. Minha cliente já usa Zara, por exemplo, que acho até estar fazendo um trabalho de reposicionamento para oferecer um produto melhor. [No fast-fashion] esse é o caminho. Então, nós, os independentes, precisamos ser melhores."

Por meio desse tipo de roupa "lenta", ele levou à passarela, montada no auditório Simón Bolívar, no Memorial da América Latina, uma vasta retrospectiva de temas, cortes e padronagens usados em suas roupas ao longo dos anos.

A coleção "Couture 2024" apresentou penas bordadas, brilhos costurados como estampas, fendas diagonais, bases transparentes bordadas à mão e lamês dourados transformados em vestidos sem alça com proporções ampliadas no tronco, compondo uma coleção de rigor matemático, talvez a principal característica da moda de Lourenço.

Quando a reportagem foi aos bastidores — apesar de ele preferir não receber ninguém antes dos desfiles —, para pedir indicação de um único conjunto que resumisse o trabalho, a escolha foi a mais pessoal possível. O conjunto preto de alfaiataria soaria banal se os contornos das lapelas, dos bolsos e das costuras não fossem bordados com canutilhos, como estrelas sobre matéria escura. Por dentro, parte essencial para quem gosta de avaliar a técnica, havia um forro macio e nenhuma linha fora do lugar.

A ilusão de óptica do conjunto recebe na moda, tal qual nas artes visuais, o nome de "trompe l'oeil", por reproduzir numa base lisa detalhes tridimensionais que, na verdade, são desenhos. Ele foi aplicado à roupa pela primeira vez nas mãos da estilista Elsa Schiaparelli (1890-1973), nos 1920, quando criou um pulôver de tricô com a imagem de laço na gola.

Em colaboração com o artista plás-

> “Para que comprar oito roupas se dá para ter duas, mas de qualidade superior, pagando o mesmo preço?”

tico Salvador Dalí (1904-1989), a surrealista embutiu na moda um verniz de absurdo para a época, como na concepção dos vestidos Lagosta, no qual a imagem do crustáceo foi pintada à mão, e Esqueleto, cujas nervuras na extensão toda preta do tecido simulam ossos saltados do corpo.

Ele, no entanto, não se considera um artista. “Não me vejo assim, moda é arte aplicada. Eu sou um operário e me sinto um operário dentro dessa manufatura. Para alguém mais jovem, é natural se enxergar artista, já eu, não, sou profissional de um ‘business’. E só.”

Nem tão ao surrealismo, nem tão ao minimalismo, Reinaldo Lourenço construiu um meio. Do reino animal, ele retirou a estampa de leopardo, a mesma que a cantora Gaby Amarantos e a consultora de moda Costanza Pascolato usaram na primeira fila do desfile em março, e, no preto que gosta de usar, no próprio corpo e nas coleções, pincelou brocados para garantir um efeito menos etéreo.

De tanto usar, ver e cortar tecidos da cor, teria cansado a visão. “Precisa de vista boa para mexer com ela”, diz, sobre os detalhes que podem passar despercebidos aos olhos em meio à monocromia escura. “Meu oftalmologista disse que a maioria das pessoas precisa usar óculos depois dos 43 anos. Foi só eu fazer 43 que tive de passar a usar”, ri.

Um longo preto, um dos clássicos do estilo Reinaldo Lourenço, vestiu a deputada federal Erika Hilton, outra convidada na lista do desfile que incluía as atrizes Glória Pires, Cleo e Antonia Morais, mãe e filhas clientes do designer, além da ex-mulher, a também estilista Gloria Coelho.

Ao lado dela, nos 1980, Lourenço deu os primeiros passos na profissão, aos 18. Coelho, “uma das maiores estilistas desse país, que você olha uma roupa e já sabe ser dela”, avalia o ex, já era nome reconhecido pela marca G. Ele, autodidata, largou o emprego um ano depois para trabalhar com Costanza Pascolato na extinta revista “Claudia Moda”, da editora Abril, mas manteve por cinco anos o casamento com a ex-chefe e mãe de seu único filho, Pedro Lourenço.

Pedro, Gloria e Reinaldo formam uma das famílias mais famosas da costura nacional. Os pais com as marcas homônimas despontaram no calendário de desfiles da São Paulo Fashion Week, no fim dos anos 1990 e ao longo das duas primeiras décadas dos 2000.

O rebento, por sua vez, alçou voos mais longe. Desfilou em Paris, patrocinado pela venda de um apartamento da mãe na capital francesa, e hoje atua como consultor para grifes em Londres, na Inglaterra, a cidade na qual escolheu morar e onde de “três a quatro vezes por ano” recebe a visita do pai.

“Pedro me ajuda muito [estava no desfile do Memorial da América Latina] e produziu a nova imagem da marca. Você viu o Instagram como mudou?”, diz o estilista. “É que não tenho paciência para redes sociais e não gosto de ficar mostrando minha vida. Até admiro quem tem, porque é uma forma de divulgar [a própria moda], mas passo tempo demais na costura. É o que sei e gosto de fazer, não ficar postando comida [nas redes].”

Diariamente, o estilista parte cedo da manhã do apartamento nos Jardins e, em 15 minutos de carro, chega àquela sala ampla lotada de araras. A mesa na qual agora beliscamos os charutos, a pasta de homus, o fatuch e o babaganuch apoia tecidos, peças-piloto e roupas garimpadas em antiquários de moda. Não em brechós, diga-se, mas nessas espécies de galerias de moda espalhadas pela França, Itália e Inglaterra.

Nelas, pescou a coleção particular só de “roupas de visita” vitorianas, o estilo casual usado por mulheres no século XIX para ir a chás e reuniões informais. Também trouxe o sem fim de looks da segunda metade do século XX, que descosturou, revirou e analisou com lupa para aplicar detalhes pontuais

GABRIEL REIS/VALOR



Lourenço em seu ateliê em Pinheiros, no qual trabalham 58 funcionários, “todos de carteira assinada”

nas coleções. Do Brasil, afirma, coleciona em casa toalhas de renda de bilro confeccionadas no Nordeste.

A essa altura, Lourenço não se aguenta e sorri, deixa a comida de lado, levanta da mesa e pede ao fotógrafo que guarde a câmera antes de ir a uma arara buscar o look da vez, uma peça do período “flower power”, dos 1970. “Tá vendo aqui? Vou usar na próxima coleção”, anima-se, ao apontar um detalhe pequeno da costura que pede ao repórter para não descrever. Segredos, parece saber, fazem parte do ofício.

Vários deles estão guardados em gavetas nas quais há amostras de tramas antiquíssimas, tanto as dele como as de outros estetas do passado. Numa sala no térreo, as paredes são forradas com estantes lotadas de rolos de suas coleções, guardados por “um guardião”.

De uma delas, Lourenço destaca um enorme cilindro de jacquard verde-água com arabescos dourados e pergunta se “esse aqui ainda tem?”. Havia. “É, então não vendeu bem. Não posso usar agora [...]. Esse é italiano, caríssimo. Uma pena [ter encalhado].” Decepções, também aprendeu, são inerentes ao ofício.

Esse é um tipo de arquivo que a moda internacional, hoje, luta com unhas, dentes e muito dinheiro dispensado para conservar. A milhares de quilômetros dali, nos arredores de Paris, um bunker cinza concreto esconde relíquias usadas por todas as grifes de luxo como biblioteca.

Chanel, Valentino, Hermès e parte do panteão do luxo abrem os bolsos para manter, juntas, as amostras de grifes como Vionnet, Schiaparelli, Poiret, Maison Lesage, entre outras casas

de moda centenárias.

“Já tentei doar meu acervo, mas nenhum museu brasileiro disse ter espaço para esse tipo de reserva técnica. É um problema do país, precisávamos de um museu para a moda”, lamenta.

Se pudesse, Reinaldo Lourenço viveria no frio debaixo da ponte. No caso dele, a de Portobello Road, aorta do comércio vintage londrino na qual, quando está na cidade, visita bem cedo atrás de novos achados. Veste um casaco do tipo “anorak”, corta-vento, e duas meias para se proteger da brisa gelada que corre forte ali.

O figurino é quase uma memória fashion de quando, adolescente, trajava duas calças para esconder as pernas finas. “Eu era magro demais, não gostava. Só fui ficar gordo depois de velho.”

Quem o escuta nem imagina que, no

ARQUIVO PESSOAL



Com a estilista Gloria Coelho, sua ex-mulher, nos anos 80

passado recente, alguns dos seus desfiles foram criticados por uma magreza excessiva das modelos, um branqueamento exagerado dos rostos delas — “diversidade e pluralidade são essenciais à moda”, diz —, supostas cópias de peças estrangeiras — “é uma visão dos outros, minhas referências são parecidas com a dos estilistas [internacionais]. Não tem cópia”, resume — e a algum exagero nos dígitos cobrados na vitrine.

“Há uma visão deturpada de que minha roupa é cara demais. Não é. Separo o ateliê entre o sob medida e o comercial [para as multimarcas e a loja própria]. É muito caro fazer moda. Tudo o que ganhei usei na marca e não acumulei riqueza.”

O valor do seu pronto a vestir gira em torno de R$ 1.200, que é uma média similar à cobrada por marcas de luxo nacionais e abaixo da praticada por estrangeiras. Algumas delas costumam cobrar nas roupas, com impostos embutidos, mais de R$ 10.000.

Nos 40 anos de tesouradas, Reinaldo Lourenço acompanhou a montanha-russa de estilos, as práticas do mercado e os arroubos de grandeza que derrubaram colegas no caminho. Revela que quase vendeu sua marca na onda de aquisições no início dos 2000, mas que, “na hora de assinar, desisti. Não me sentia seguro”.

Relembra, sem ressentimentos, da vez em que perdeu algo próximo a US$ 1 milhão em estoque logo após eclodir a crise financeira de 2008. “Todos os compradores de fora do país cancelaram os pedidos. Encalhou tudo. Não fiquei rico [com o negócio], sobrevivi.” Hoje, suas peças são exportadas para novas mecas do luxo mundial, como Dubai, nos Emirados Árabes.

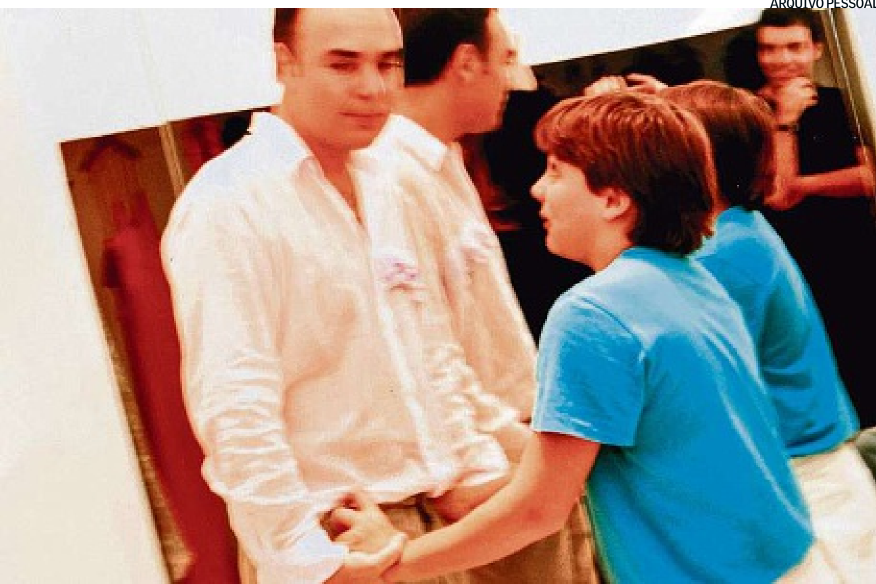
Lourenço diz estar preocupado com o afinamento geral nas silhuetas das modelos. “Tive de ajustar muitas peças que já eram tamanho 34. Perguntei a uma delas [no último desfile] porque estava tão magra, e ela disse que, se não for assim, não tem trabalho fora do país.” A nova onda de magreza, afirma, chegou com um efeito sanfona nas medidas das clientes.

“Os extremos [da grade] são os que acabam primeiro [no estoque]. Quando mandamos os tamanhos 34 e 48 para a loja do [shopping] Iguatemi, não duram”, afirma, num tom sério.

Conjectura que a febre da semaglutida, o remédio para controlar diabetes que virou moda para emagrecer, tenha a ver com o fenômeno métrico. Semanas após a entrevista, durante a semana de moda de Berlim, uma camiseta com o escrito gráfico “I Love Ozempic” viralizou nas redes sociais após aparecer no corpo de uma modelo na passarela — trata-se do nome comercial do ativo que catapultou a receita da farmacêutica Novo Nordisk, da Dinamarca.

O estilista não arrisca pensar no que o futuro reserva, talvez porque tenha aprendido a seguir o fluxo natural dos fatos. Pondera, no entanto, que já se sente “um pouco velho” e que um dia, talvez, não queira mais cortar freneticamente e procure um investidor para tocar o negócio. “Mas nunca vou deixar de costurar. Veja o [estilista italiano Giorgio] Armani, com 90 anos e não pensa em deixar de fazer aquele tanto de coleções. É uma inspiração, e acho que vou ser assim, talvez costurando só [a linha de alta-costura] a ‘couture’ até o fim da vida”, divaga. “Olha, se o Dener [Pamplona] fez assim, por que eu não?” ■

ARQUIVO PESSOAL



Com o filho que teve com Gloria Coelho, Pedro Lourenço: uma das famílias mais famosas da costura nacional

ARQUIVO PESSOAL



Em desfile da coleção verão 90/91, com a modelo Shirley Mallmann

INÊS 249

EU&

Um museu brasileiro em Portugal

Arte Renato de Albuquerque vai abrigar coleção de porcelana chinesa em Sintra. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO



A Albuquerque Foundation em Sintra: "brasileiro não dá valor à porcelana chinesa"

O empresário brasileiro Renato de Albuquerque, um dos fundadores de Alphaville, vai inaugurar um museu em Portugal para abrigar e expor sua coleção de porcelana chinesa de 2.500 peças, com valor estimado entre € 120 milhões e 150 milhões. A Albuquerque Foundation é um investimento 100% privado e terá como sede a quinta do empresário no bairro do Linhó, em Sintra, a cerca de 40 minutos de carro de Lisboa. Vários brasileiros estão envolvidos no projeto, previsto para ser inaugurado em fevereiro de 2025.

O carioca Thiago Bernardes é o responsável pela parte arquitetônica: pelo retrofit da casa centenária da Quinta de São João, onde ficará o museu, e pelo pavilhão que foi construído ao lado, destinado a exposições temporárias. O diretor da instituição é Jacopo Crivelli Visconti, que foi curador da 34ª Bienal Internacional de São Paulo. A cofundadora e presidente do conselho é Mariana Teixeira de Carvalho, neta do empresário, que mora em Londres e tem uma carreira no mundo das artes.

O primeiro fato que desperta atenção é por que Albuquerque escolheu Portugal, e não o Brasil, para criar sua fundação. "Porque o brasileiro não dá valor à porcelana chinesa, enquanto os portugueses têm uma ligação com ela em função dos descobrimentos e das grandes navegações dos séculos XV e XVI. Portugal se estabeleceu em Macau e, mais tarde, os ingleses e holandeses começaram a trazer essas peças para a Europa", diz ele, sentado em seu escritório em Alphaville, onde continua a trabalhar diariamente aos 97 anos.

Um recorte pequeno da coleção de Albuquerque já foi exposto no Museu Metropolitan, em Nova York, em 2016, e na Fundação Prada, em Milão, em 2020. Entre as peças há objetos de 400 e 500 anos, que já passaram pelas mãos de vários colecionadores.

Esse é o caso de algumas das primeiras encomendas portuguesas feitas à China, destinadas ao mundo ocidental, que foram solicitadas pelo navegador Jorge Álvares, em 1554. No conjunto há serviços completos de mesa, para chá no estilo samovar e outros objetos de cunho religioso.

O empresário, que começou a colecionar porcelana há cerca de 50 anos, tem uma memória prodigiosa. "Quase sempre lembro como se deu cada compra. Nunca me preocupei se uma peça era mais ou menos valiosa. Meu interesse era que fosse única." A coleção também conta com algumas peças anteriores ao século XV, que não foram encomendadas, mas feitas na China para o imperador.

A Quinta de São João serviu como segunda moradia durante 20 anos para a família do empresário. Agora, na casa senhorial funcionará o museu, um restaurante e uma loja conceito. No andar superior, ele reservou uma ala para se hospedar quando estiver ali. "Mas duvido que isso aconteça a esta altura do campeonato", diz, rindo. "A morte é um acidente de percurso."

Albuquerque nasceu em Fartura, no interior de São Paulo, numa família de classe média, e fez fortuna como construtor de obras públicas e privadas. Conheceu de perto a elite política e empresarial brasileira, atravessou vários governos, da ditadura à democracia, e se adaptou a vários planos econômicos, do congelamento da moeda ao confisco no governo Collor. Cedo aprendeu que empreiteiro no Brasil só sobrevive se tiver uma boa relação com o poder.

A coleção cresceu expressivamente depois que começou a investir na construção civil em Portugal. "No final do governo Sarney, em 1988, não se fazia nada no Brasil. Estava tudo parado. Para continuar trabalhando, fiz uma sociedade em Lisboa com o Grupo Espírito Santo para compra e construção de um condomínio próximo ao Estoril", conta.

O curador Jacopo Visconti, que acompanhou a gênese da fundação, diz que várias razões o levam a estar muito entusiasmado com o projeto. "Primeiro, por ser uma coleção que, além da qualidade artística, desperta questões históricas, políticas e sociais que levaram à produção dessas peças na China para exportação." Por outro lado, porque a fundação pretende ser uma instituição de arte viva e terá um viés contemporâneo no novo pavilhão. "Teremos exposições temporárias de artistas contemporâneos que trabalham com porcelana, mas que não são conhecidos por isso."

Entre as três exposições anuais programadas, haverá espaço para artistas jovens e para outros consagrados, sempre em mostras individuais. "A combinação dessas duas coisas num palácio do século XVII e numa propriedade incrível, agora acrescida de um pavilhão contemporâneo, cria um contexto muito especial", afirma Visconti. A primeira exposição será de Theaster Gates, um artista americano de Chicago, que estudou cerâmica nos Estados Unidos e no Japão e que tem uma preocupação com a causa negra.

O terceiro pilar da fundação será educativo, adianta Mariana Teixeira de Carvalho. "Além de preservar e expor a coleção, queremos fomentar estudos acadêmicos, pesquisas e diálogos artísticos em torno da cerâmica. Teremos workshops, palestras, tutoriais e queremos montar um espaço em parceria com ateliês locais."

Desde o início, a ideia de Teixeira de Carvalho é que a fundação atraia e estimule um público não especializado. "Meu foco é para que a Albuquerque Foundation vire um destino cultural. Afinal, a cerâmica está em alta no mundo das artes, e a questão de se é artesanato ou fine art é cada vez mais pertinente."

Por ser um destino turístico próximo a Sintra, mas afastado de Lisboa, a fundação tentará estabelecer parcerias de transporte com outras instituições. Já está sendo negociado um restaurante, que provavelmente será a segunda unidade de um jovem chef que tem feito sucesso em sua casa lisboeta. ■

Impacto real

Economia Brasileira Daniela Barone Soares conquista título da realeza britânica. Por *Norma Couri*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO



"Se não agirmos com determinação o planeta vai acabar", diz Daniela Barone Soares, OBE

Até agora a maior surpresa tinha sido a transparência da água e a diversidade dos peixes durante o mergulho no Mar Vermelho do Egito no ano passado. Mas para Daniela Barone Soares nada supera o espanto pelo conteúdo do envelope timbrado enviado pelo gabinete do então primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, "On His Majesty's service". Economista mineira de 53 anos formada pela Unicamp, ela recebeu a honra de usar depois do sobrenome a sigla OBE, Ordem do Império Britânico.

"A ficha demorou a cair, foi tudo tão inesperado! Sei o peso dessas três letras numa sociedade aristocrática como esta", disse ao **Valor**, de Londres. A cerimônia da entrega da medalha ainda será definida.

Ela não tem ideia de quem partiu a indicação. Nem com quem vai dividir as honrarias na lista chancelada pelo rei. Uma coisa é certa, irá de chapéu, obrigatório para mulheres como o fraque para os homens. E terá direito a criar um brasão e ao uso da capela de Saint Paul para casamentos e batizados.

Outros brasileiros já receberam a homenagem da realeza britânica — na classe de Soares o ambientalista Carlos Nobre, e Pelé e Gilberto Freyre na classe Knight Commander, a mesma do estilista americano Ralph Lauren e do músico inglês Rod Stewart. Acima deles está a classe que permite o uso automático de "sir" ou "dame" antes do nome, na qual figuram músicos como Mick Jagger e Ringo Starr.

A deferência a Soares se deve aos serviços em investimento de impacto. Das raras mulheres CEO de uma dessa empresas, a Snowball, Soares é um dos casos de economistas que deram uma cambalhota na profissão e caíram de pé.

Ela mora há 20 anos na Inglaterra, onde o destino começou a mudar. Vinha da área financeira tradicional, ingressando no mercado pelo Citi em São Paulo, onde ficou três anos até cursar o mestrado de administração de empresas em Harvard. Trabalhou no Goldman Sachs e no BankBoston Capital em Nova York, Boston e Londres, até optar por outra forma de impacto nos investimentos.

Trabalhou no Save the Children, virou CEO da Impetus Trust, focada na filantropia, e foi citada pelo jornal "The Independent" entre as cem pessoas que fazem do Reino Unido um lugar melhor. Tornou-se consultora do Better Society Capital. Para catalisar o desenvolvimento dos países do então G8 quando a presidência coube ao Reino Unido, o primeiro-ministro David Cameron criou o National Advisory Board integrado por Soares.

Há quatro anos ela é a CEO da Snowball, gestora de investimento de impacto criada para ir crescendo como uma bola de neve pelo mundo. A equipe é formada em 66% por mulheres. "Fomos premiados pela nossa governança como Melhores para o Mundo em 2021 e 2022, ficando entre as 5% melhores de todas as empresas do sistema B." A meta é mudar o comportamento industrial e ajudar a zerar até 2050 o nível de emissão de carbono na atmosfera.

Como a finalidade de cada tostão investido é salvar o planeta, ela vai em busca de soluções para problemas sempre visando um retorno financeiro equilibrado com o risco assumido. Mas tem de haver impacto positivo no meio ambiente e social.

"Em um sistema saudável, o financiamento da economia cria prosperidade no futuro de todos. Não é o que acontece no mercado hoje", diz. "Estamos adoecendo, os investimentos, além de explorar as pessoas, ainda destroem o planeta. Precisamos transformar o sistema, este que usa as pessoas e a natureza como insumos para resultados financeiros, em outro que trabalhe a serviço das pessoas e do planeta. E isso não é incompatível com o lucro."

Transição energética, ecossistemas regenerativos — o desafio ambiental e social é enorme. Mas os investimentos de impacto somam só 1%, US$ 1 trilhão de uma indústria de US$ 130 trilhões. "Estamos avançando a passos mais lentos do que precisamos como sociedade e planeta."

Seu portfólio abrange empresas privadas entre mercados e fundos que atuam com objetivo socioambiental. Investem em projetos como o Women in Safe Homes, casas para mulheres que por uso de drogas, dívidas não pagas ou porque fugiram da violência doméstica estão em situação de rua, muitas na Inglaterra. Ou o New Globe, que aprimora a educação de crianças e a formação de professores na África, Quênia em especial. "Ali onde muitas vezes a formação dos professores é igual ou inferior à formação dos alunos."

O estudo da World Wide Fund for Nature (WWF) sobre o déficit de proteína para suprir a demanda mundial a partir de 2040 alertou a Snowball. "Já investimos em marcas de carne feitas em laboratório e em agricultura regenerativa porque se a floresta é desmatada para o pasto ou plantação de soja haverá alimento, mas os recursos do planeta vão se extinguindo."

A aposta então foi na aquacultura sustentável. Com o cuidado de escolher uma empresa onde a mão de obra não fosse precária, nem reduzida à escravidão dos pescadores. Apostou na eFishery, uma startup unicórnio (avaliada em mais de US$ 1 bilhão) na Indonésia, onde vivem 3 milhões de piscicultores.

Criada para resolver o desperdício de comida para peixes, a eFishery adaptou um sensor que só libera a comida quando identifica que os peixes estão com fome. "Hoje serve 200 mil piscicultores em 280 cidades na Indonésia. Reduziu em 25% o acúmulo de comida no fundo do mar, e em 30% os gastos dos piscicultores. Tornou os peixes mais saudáveis, os oceanos limpos e os negócios melhores. Quanto maior o impacto, maior o lucro e vice-versa."

Mais que às universidades, Soares credita sua formação ao Colégio Jesuíta São Luís, que propiciou visitas a favelas e orfanatos. Fundamental foi a educação que recebeu em casa do pai, Wander Soares, ex-editor de livros didáticos e ex-vice-presidente da Câmara Brasileira de Livros, membro da Academia Paulista de Educação. E à mãe, Miriam, ex-funcionária da Assembleia Legislativa de Belo Horizonte que resolveu estudar direito depois dos filhos formados.

Há 14 anos ela vive com o britânico Robert Datson, chefe de operações da Windracers, empresa especializada em drones do tamanho de um avião, com projetos na Antártica e Madagáscar. Vai comemorar com ele o convite da realeza, num jantar pago por ela. "Quem começa um emprego novo paga a conta."

Também passeando com o shih-tzu Elvis no parque Primrose Hill, perto do parque Hampstead Heath, onde mora. E, quando der, mergulhando em Fernando de Noronha e Paraty.

É uma lástima que não haja uma brasileira entre as 800 empresas do seu portfólio. "Quero incluir o Brasil, que tem uma oportunidade competitiva excelente com energia solar, hidráulica, eólica, e a biodiversidade riquíssima da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Se tiver comprometimento, vontade política, econômica e vencer os lobbies poderosos, será um gigante na área."

Ela aponta o desastre no Rio Grande do Sul. "É preciso mais provas?, o clima está desequilibrado, se não agirmos com determinação, o planeta vai acabar." ■

Raridades literárias

Colecionismo Como funciona o mercado de livros e documentos raros no Brasil. Por *Leonardo Garzaro*, para o Valor, de São Paulo

Um exemplar autografado da primeira edição de "Alguma poesia", de Carlos Drummond de Andrade, é anunciado com lance inicial de R$ 15 mil. Editado em 1930 pelas Edições Pindorama, de Belo Horizonte, o livro marca a estreia do poeta de Itabira. O lote 188 do mesmo leilão, organizado por Vera Nunes, anuncia um exemplar da primeira edição de "Memorial de Ayres", de Machado de Assis, pelo lance mínimo de R$ 8 mil.

Enquanto desliza o mouse sobre as fotos dos exemplares, ampliando-as para observar os detalhes, o bibliófilo Antonio Carlos Secchin explica sua técnica. "Durante o leilão, a gente pode perder a cabeça. Entra numa disputa feroz e, quando vê, pagou uma fortuna por um exemplar."

Justamente por isso, ele prefere selecionar os livros nos quais tem interesse, registrar o lance inicial e o máximo que pretende pagar. Então, sai para jantar com a esposa. O resultado do leilão só é conhecido horas depois.

Já Pedro Corrêa do Lago, detentor da maior coleção privada de manuscritos do mundo, prefere acompanhar o leilão ao vivo, disputando cada lance. O melhor lugar para se concentrar é em seu escritório, no Rio de Janeiro, mas o bibliófilo já precisou interromper um jantar com amigos ou se trancar em um banheiro para registrar uma oferta.

"Os melhores leilões nos pegam sempre nos piores momentos, inclusive financeiros", conta, sorrindo. Certa vez, localizou a primeira página do manuscrito de "A biblioteca de Babel", de Jorge Luis Borges, cujo preço não revela, mas sim os quatro anos necessários para completar o pagamento.

Questionados se haviam se arrependido da compra de algum exemplar, ambos os colecionadores respondem da mesma forma, afirmando que só haviam se arrependido dos livros que não haviam comprado.

Secchin começou a colecionar aos 30 anos. Na época, trabalhava como professor da Faculdade de Letras da UFRJ e se interessava por autores fora do cânone. Para além dos sete autores que definem o romantismo brasileiro, por exemplo, havia ao menos 40 escritores pouco conhecidos. Começou a reunir essas obras, para que não se perdessem, e "as coisas fluíram".

Hoje sua biblioteca conta com 25 mil exemplares, entre eles a primeira edição de "As flores do mal", de Charles Baudelaire, e o original de um livro que Drummond jamais publicou, intitulado "Os 25 poemas da triste alegria", de 1924.

Já Corrêa do Lago começou sua coleção aos 13 anos, quando arrematou por US$ 50 uma carta de Édouard Manet. Entre os 100 mil documentos que reuniu estão tesouros como o manuscrito do primeiro capítulo de "Em busca do tempo perdido", de Marcel Proust, e a carta na qual o pintor Paul Gauguin narra um encontro com Vincent van Gogh.

Ambos os colecionadores se mantêm atentos aos leilões organizados pelos sebos brasileiros especializados em livros e documentos raros, bem como aos catálogos das gigantes Christie's e Sotheby's. Contudo, dificilmente um exemplar é leiloado sem que tenham conhecimento. Os livreiros os conhecem há décadas e os avisam tão logo encontram uma preciosidade.

Na sobreloja do número 1.827 da avenida Faria Lima, a tabuleta anuncia "Vera Nunes Leilões". Dedicada ao comércio de livros raros desde 1995, Nunes é frequentemente mencionada como a maior leiloeira brasileira em atividade. Seus catálogos, uma vez publicados, são imediatamente vasculhados por centenas de colecionadores. Enquanto conversa, ela maneja as gavetas e estantes que a rodeiam e exibe alguns de seus tesouros: uma carta autografada por Santos Dumont, um mapa da capitania de São Vicente e uma Bíblia do século XVII.

Sua história com os livros começou nos anos 1990, quando era proprietária de uma lanchonete na rua Augusta. Após se formar jornalista e passar uma temporada trabalhando em Nova York, voltou ao Brasil com uma reserva financeira que possibilitou investir em seu próprio negócio. Comprou um ponto e buscou conquistar o paladar da clientela da região, principalmente funcionários dos escritórios da avenida Paulista.

Um dia, uma amiga trouxe uma proposta: "Vera, arruma umas gravuras antigas para vendermos". A amiga trabalhava na Ilustrata Gravuras Antigas, de Pedro Corrêa do Lago, no Jardim Paulistano. Nunes localizou e comprou três peças, que leiloadas renderam o triplo do valor investido.

Dois anos depois, surgiu uma vaga para trabalhar na livraria. Vera Nunes vendeu a lanchonete e assumiu o cargo. "Foi assim que aprendi tudo. Como captar livros, como avaliar, onde encontrar os compradores em potencial. Comecei me especializando em gravuras, depois passei para as primeiras edições. Foi uma escola."

A São Paulo de 1990 era um mercado de grandes oportunidades para o setor de livros raros, pois as famílias ricas deixavam os palacetes onde moravam para se mudarem para apartamentos. "Era comum naquela época uma família precisar se desfazer de 5 mil livros, de 10 mil livros. As casas tinham bibliotecas imensas."

Os livreiros compravam as coleções por um preço fixo, e então vendiam os livros exemplar por exemplar, lucrando. Se bem negociada, uma única venda compensava o custo da coleção completa. "Muitas vezes, o patriarca da família havia sido um político importante, um intelectual respeitado, e sua biblioteca contava com centenas de exemplares raros e autografados, recebidos diretamente das mãos dos escritores."

Contudo, nem sempre a compra de uma biblioteca se mostra um bom negócio. Gilvaldo Santos, proprietário do sebo de livros raros O Buquineiro, um dos mais importantes de São Paulo, encontrou em 2015 o que parecia ser uma oportunidade. Recebeu a dica de uma família carioca que queria vender toda uma coleção de livros, que tomava um apartamento. "A entrada era difícil, pois até a porta estava bloqueada por livros. Contudo, passando os olhos, vi que havia alguns exemplares interessantes."

Depois de fechar o negócio, surgiram os problemas. O primeiro foi transportar a biblioteca do Rio para São Paulo. Quando os 8 mil livros chegaram, organizá-los na sua loja, localizada na avenida Nove de Julho, também se mostrou complicado. "O pior de tudo foi quando comecei a separar os livros. Havia dezenas de catálogos de revistas, de exposições de arte. Muitos livros antigos, mas sem valor nenhum. Descartei metade em poucos dias." Pouco a pouco, os exemplares raros daquela coleção foram vendidos e em alguns anos o valor foi recuperado. Como é um mercado pequeno, o giro é lento.

Há também os custos envolvidos na manutenção de uma coleção particular. Ésio Macedo Ribeiro iniciou sua coleção aos 22 anos, inspirado pela amizade com o filólogo Raimundo Barbadinho Neto. Atualmente, possui um acervo de 15 mil títulos em um apartamento no centro de São Paulo. É detentor de raridades como "Primeiro caderno do alumno de poesia", de Oswald de Andrade, exemplar com autógrafos dos escritores da Semana de Arte Moderna de 1922.

Antes de iniciar a coleção, fez curso de conservação e preservação de documentos na Associação Brasileira de Encadernação e Restauro. O imóvel foi cuidadosamente escolhido, pois os cômodos da biblioteca precisam ficar longe dos canos. Além disso, para que os livros se mantenham em perfeito estado, cada cômodo precisa de um desumidificador, que retira do ambiente 3,5 litros de água por dia.

"Eu costumo dizer que o Brasil, e principalmente São Paulo, não é feito para os livros. A umidade é muito alta. Tem também os insetos, principalmente traça, broca e cupim. Os livros precisam ser limpos e manuseados com alguma frequência, porque o livro é um objeto vivo. Ele precisa respirar. Precisa tirar o pó, deixar entrar ar nas folhas. Em dias de muito calor, vêm aquelas libélulas. Precisa colocar venenos nas janelas, fechar tudo quando esquenta muito."

Ésio explica que o bibliófilo deve atentar para a qualidade do papel utilizado na produção dos livros. "O papel do início do século XX no Brasil era péssimo, muito quebradiço. Toda a produção dos modernistas foi impressa com baixa qualidade. Tenho livros que preciso pegar como um recém-nascido. Se pegar com arrogância, você destrói o livro em um minuto."

Conforme explica, a qualidade do papel melhorou de 1960 para cá, mas no século XIX os livros eram melhores. É o caso das primeiras edições de Machado de Assis, cuja editora, a Garnier, imprimia suas publicações em Paris e Londres. "Os livros do século XV ao XVII, em geral relatos de viagens, foram produzidos com papel artesanal. Estes exemplares, por incrível que pareça, têm mais resistência e qualidade."

Em seu escritório, Vera Nunes está captando títulos para um próximo leilão. Além dos próprios exemplares, ela recebe livros em consignação para que os negocie. Algumas vezes, um colecionador precisa se desfazer de exemplares para cobrir uma despesa inesperada. Outras vezes, um sebo de livros comuns encontra um exemplar raro e recorre a um especialista.

Foi o caso de André Gambarra, da Avenida Livros, em Porto Alegre, que comprou uma sacola de livros antigos pagando pelo peso e descobriu em seu interior um raríssimo exemplar autografado de "Mensagem", de Fernando Pessoa. Leiloado no mercado internacional, o livro foi arrematado por US$ 20 mil.

Uma história semelhante aconteceu no sebo Livros Universo, de São Bernardo do Campo. Ao receberem uma pilha de livros para descarte, os funcionários encontraram em seu interior a primeira edição de "Dom Casmurro", de Machado de Assis, que foi negociada por R$ 9 mil.

Nunes explica que, além da rede de contatos, o livreiro precisa ter visão de longo prazo. Para demonstrá-lo, abre uma gaveta e retira com cuidado "História da Guerra do Reino do Brasil", do padre João José de Santa Teresa, impresso em Roma no século XVII.

"Comprei o livro há seis anos, mas era preciso restaurar", diz Nunes. Valendo-se de uma cópia digital, ela conduz com cuidado a recuperação do exemplar, que está quase pronto, da forma como foi impresso em 1698. Então, será hora de colocá-lo no mercado, com lance inicial de R$ 240 mil. ■

DOMINGOS PEIXOTO



'Durante o leilão, a gente pode perder a cabeça. Entra numa disputa feroz e, quando vê, pagou uma fortuna por um exemplar', diz o bibliófilo Antonio Carlos Secchin

DIVULGAÇÃO



Pedro Corrêa do Lago, detentor da maior coleção privada de manuscritos do mundo, acompanha leilões ao vivo

DIVULGAÇÃO



Ésio Macedo Ribeiro possui um acervo de 15 mil títulos em um apartamento no centro de São Paulo

INÊS 249

Expansão sem reservas

Gastronomia Inaugurações em série e operações de M&A chacoalham o setor de restaurantes e bares. Por *Daniel Salles*, para o Valor, de São Paulo



BRUNO GERALDI/DIVULGAÇÃO

A Cia. Tradicional do Comércio se converteu em um gigante com uma porção de redes, como a do bar Astor

Um bilhão de reais não é uma cifra que costuma se ouvir de quem empreende no setor de restaurantes e bares. Entre os sócios do Alife Nino, que controla 17 marcas como Boteco Boa Praça, Eu Tu Eles e Nino Cucina, ela é dita com frequência. É quanto o grupo, que administra 67 casas no total, espera faturar em 2025.

Para este ano, a expectativa é chegar a 87 unidades e a 2.500 funcionários, atender 6 milhões de pessoas e atingir a marca de R$ 700 milhões de faturamento. "Queremos conquistar a liderança nesse setor, que já foi muito maltratado no Brasil", afirma Alessandro Ávila, CEO da holding, acrescentando que um IPO, eventualmente, pode sair do forno. "Estamos crescendo a um ritmo de cerca de 40% ao ano."

Egresso do Merrill Lynch, onde negociava derivativos, Ávila é um dos três sócios controladores do Alife Nino, que faturou R$ 483 milhões no ano passado. Os outros dois são fundadores da gestora Upon Global Capital e ex-sócios da XP Investimentos — Fábio Isaack e Pedro Silveira. Um dos acionistas da importadora de vinhos Cellar, especializada em rótulos do Velho Mundo, este último, que muita gente chama de Pedy, já foi CEO da corretora de Guilherme Benchimol. Na holding de restaurantes e bares, uma das que mais tem chacoalhado o segmento, ele preside o conselho de administração. Isaack é um dos conselheiros.

"O que nos motivou a ingressar nesse meio foi a vontade de torná-lo mais profissional", diz Silveira. "No geral, o segmento é marcado por problemas de gestão."

"O surgimento de grandes grupos de restaurantes e bares no Brasil é reflexo do amadurecimento do setor no país", afirma Fernando Blower, presidente do Sindrio, o Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro. "Conforme o número de unidades aumenta, a eficiência do negócio como um todo tende a crescer. Em função da escala, afinal, os custos acabam diminuindo, melhorando os resultados. Negócios pequenos, no entanto, com poucas ou apenas uma unidade, também podem ser lucrativos e exemplos de profissionalismo."

Foi Silveira que costurou o aporte de R$ 100 milhões do braço de private equity da XP. Amealhada em 2021, a cifra selou a união da holding de bares fundada por Ávila e Silveira, a Alife — dona do Tatu Bola e do Eu Tu Eles, entre outros — com o Famiglia Nino. Este, em cujo portfólio constavam o badalado Nino Cucina e o Da Marino, entre outros endereços concorridos, era encabeçado pelo chef italiano Rodolfo de Santis e pelo empresário Marcelo Guimarães.

A fusão deu origem ao grupo Alife Nino, que nasceu com 21 bares e 9 restaurantes — e um apetite aparentemente insaciável para replicá-los Brasil afora.

Em abril, a holding abocanhou outro grupo, o Irajá. Este é capitaneado pelo chef carioca Pedro de Artagão e deve sua fama, principalmente, ao Boteco Rainha, cuja primeira unidade foi inaugurada na primeira trégua da quarentena — em julho de 2020, quando tudo que muita gente queria era reencontrar os amigos com direito a chope e petiscos.

Sucesso instantâneo, o empreendimento carioca deu origem a três outros bares que também remetem à monarquia, a Taberna Rainha, o Boteco Princesa e o Galeto Rainha. Este último acaba de ganhar uma unidade em São Paulo, no Itaim Bibi, colada à filial paulistana do Boteco Rainha.

"Quero que os clientes comam um pastel com o mesmo prazer que sentiam ao provar os menus-degustação do Irajá Gastrô", disse Artagão, em entrevista ao **Valor**, referindo-se ao primeiro empreendimento que comandou como sócio. Dedicado à alta gastronomia, o Irajá Gastrô ganhou um ponto final dois anos atrás, quando se encontrava na rua Dias Ferreira, no Leblon, a mesma de outros bares do grupo — fundado em 2011, o restaurante funcionava, inicialmente, em um casarão na rua Conde de Irajá, no Humaitá.

Derivado dele, o Irajá Redux é uma versão mais acessível, com unidades só em shoppings. "Montei o Redux para saciar os clientes que iam ao Irajá Gastrô atrás de receitas que não estavam mais no cardápio", explicou o cozinheiro. "Quando era um chef jovem, tudo o que eu queria era mudar o menu o tempo todo. Mas isso é tudo o que os clientes não querem. Eles querem voltar para comer os pratos de que gostaram. Se eu tivesse me dado conta disso mais cedo, teria tido menos problemas."

Outra marca do grupo Irajá é a Bastarda Pizza, que nasceu como uma dark kitchen na pandemia, e ainda há um braço de eventos. Com a venda para o Alife Nino, Artagão e seus antigos sócios abocanharam uma cifra não revelada, livraram-se das dívidas contraídas com a expansão e viraram sócios minoritários da holding de Silveira, Ávila e Isaack. O chef agora está à frente das cozinhas de todos os bares do grupo e do Irajá Redux.

Rodolfo de Santis não trabalha mais na holding, embora continue a figurar como sócio. Foi substituído por outro chef italiano, Marco Renzetti, que vai se ater ao cardápio do Nino Cucina, hoje com unidades em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Belo Horizonte.

Ele despontou na extinta Osteria del Pettirosso, nos Jardins, e hoje comanda o Fame, na mesma região, agraciado com uma estrela Michelin neste ano. Para selar a contratação de Renzetti, o Alife Nino virou sócio minoritário do Fame. Marcelo Guimarães deixou o grupo.

O dinheiro injetado pela XP já foi embora faz tempo. "A expansão tem sido alimentada pelo dinheiro gerado pela própria empresa", explica Silveira. Ele e os demais sócios controladores, diz, não têm a intenção de passar o negócio adiante e que outras operações de M&A (fusões e aquisições) estão nos planos.

"Não temos restaurante japonês, por exemplo, nem de comida francesa e de frutos do mar, assim como casa de carne, padaria, confeitaria ou hamburgueria", enumera. "Não traremos tudo isso para o grupo, necessariamente, mas são possibilidades."

Ao que Ávila acrescenta: "Estamos de olho, principalmente, em grupos que faturam entre R$ 50 milhões e R$ 150 milhões por ano". A aquisição de empresas maiores não está descartada, mas demandaria a obtenção de novos aportes. O foco do Alife Nino, que também cogita criar novas marcas por conta própria, são estabelecimentos "com DNA gastronômico", como os sócios controladores costumam falar — eles torcem o nariz, por exemplo, para redes que apostam em praças de alimentação de shoppings. Não que sejam contrários à abertura de unidades em centros comerciais: a meta é replicar marcas como Ninetto e Irajá Redux em tudo que é shopping.

Hoje o grupo marca presença em quatro regiões do país — só falta o Norte, que também está nos planos. Acostumados a tomar decisões baseadas, principalmente, em cifras, Silveira, Ávila e Isaack dizem que não têm nenhum problema em fechar unidades que não vingaram — diferentemente de muitos empresários do ramo que se deixam levar pelo apego ao que construíram.

"Se erramos um tiro, vamos para o próximo", resume o CEO. A expansão do grupo se traduz em faturamentos maiores e também em negociações melhores com fornecedores — daí a eficiência financeira crescente da holding. Os custos fixos dela, atualmente, representam 6,5% do faturamento e a meta é baixar para 5%.

Foi-se o tempo em que os restaurantes e os bares do país tinham dois ou três donos. "Temos mais sócios que o Clube Pinheiros", Edgard Bueno da Costa chegou a brincar, em entrevista



DIVULGAÇÃO

O Boteco Rainha passou a fazer parte do grupo Alife Nino, que controla 17 marcas



DIVULGAÇÃO

Alessandro Ávila e Pedro Silveira, dois dos sócios controladores do grupo Alife Nino

"O que nos motivou nesse meio foi a vontade de torná-lo mais profissional"
Alexandre Silveira


GABRIEL MENDES/DIVULGAÇÃO

O Nolita Roastery é um dos oito empreendimentos do BestFork, que espera faturar R$ 200 mi este ano

“Diria que 90% dos passos que dei foram baseados na minha intuição”
Marcelo Torres

ao **Valor**, ao resumir o quadro societário de sua empresa, a Cia. Tradicional do Comércio (CiaTC).

O estabelecimento de número 1, o bar Original, em Moema, abriu as portas em 1996. De lá para cá, a companhia se converteu em um gigante com uma porção de redes, a exemplo da Bráz, do Astor, do Pirajá e da Lanchonete da Cidade. Em 2014, uma fatia da companhia foi abocanhada pelo fundo 2+Capital, que pertence aos maiores acionistas do Boticário, Artur Grynbaum e Miguel Krigsner, o fundador da marca de perfumes e cosméticos.

A receita de crescimento seguida pela CiaTC é a de replicar suas próprias marcas, criando uma novidade ou outra pelo caminho, a exemplo da Bráz Trattoria e do speakeasy Câmara Fria.

Já os irmãos Antonio e Manoel Alves são adeptos da mesma estratégia adotada pelo Alife Nino. A dupla está por trás das redes Graal, América, Barbacoa, Due Cuochi e Rancho Português, num total de 150 casas. Dois anos atrás, a empresa abocanhou metade do grupo Adega Santiago, comandado pelo restaurateur Ipe Moraes. Engloba a rede de bares de mesmo nome e dois estabelecimentos restritos a São Paulo, a Casa Europa e a Taberna 474, além do Arroz Malandro, uma marca de delivery.

Com a venda, Moraes passou a ser dono só de metade da Casa Europa, da qual era o único proprietário, e de 25% das demais marcas. Nelas, seus sócios eram os irmãos Marcos e Marcello Bandeira de Mello, que passaram a ter, cada um, só 12,5% de participação.

“Basicamente, os novos sócios me procuraram dizendo que queriam se juntar a nós e que não tinham nenhuma intenção de encher o saco”, disse Moraes ao **Valor**. “Respondi que, da minha parte, as intenções eram as mesmas.”

Empresários do ramo decididos a se contentar com apenas um endereço são cada vez mais raros, aparentemente. O grupo Ráscal, por exemplo, surgido em 1975, hoje tem 18 unidades de cinco marcas — Ráscal, Cortés e Più são as mais conhecidas — e 1.400 trabalhadores. No ano passado, atendeu mais de 3,5 milhões de clientes. Fundada em 1983, a pizzaria 1900 já possui 11 unidades e 280 trabalhadores fixos, além de 180 terceirizados. Serve 570 mil pizzas por ano e atende 290 mil pessoas.

Um dos grupos gastronômicos mais conhecidos do Rio de Janeiro pertence ao restaurateur Marcelo Torres. O BestFork faturou R$ 160 milhões no ano passado e pretende chegar a R$ 200 milhões neste ano. São 1,2 milhão de clientes por ano, quase 1.000 funcionários e 8 empreendimentos, todos na capital fluminense, entre o Centro e a Barra da Tijuca: Giuseppe, Giuseppe Grill, Giuseppe Mar, Giuseppe SQ, Nolita, Nolita Roastery, Yusha e Xian, além de um espaço de eventos em São Conrado, o Villa Riso, e do bufê Laguiole.

Torres é o único dono de tudo, à exceção do Xian, do qual detém 70% — o percentual restante pertence a investidores. “Não ter um bando de sócios foi positivo para a expansão da minha empresa”, avalia o restaurateur, que passou a conceder pequenas participações a alguns funcionários de uns anos para cá. “Diria que 90% dos passos que dei foram baseados na minha intuição.”

Desde 2002, ele não exerce nenhum cargo operacional no BestFork. “Já fui gerente de diversas áreas, mas hoje não faço nada”, brinca. “Assim, consigo ter uma visão global da empresa e identificar o que está dando errado.”

Quando abriu seu primeiro restaurante, o Giuseppe, em 1993, Torres trabalhava na Multiplan. A sede da empresa de investimentos imobiliários fundada por José Isaac Peres ficava no Centro do Rio de Janeiro — daí sua vontade de montar o italiano no mesmo bairro.

“Para almoçar, faltavam boas opções, com comida autêntica e serviço diferenciado”, recorda. Em 1997, no imóvel vizinho, Torres inaugurou o extinto Laguiole, que depois foi transferido para o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e ganhou uma estrela Michelin.

Inaugurado em março, o Nolita Roastery ocupa 3.500 m² do New York City Center, que integra o BarraShopping — é um dos centros comerciais mais conhecidos da empresa de Peres, de quem Torres é muito amigo. Na novidade, o restaurateur investiu R$ 24 milhões. Com capacidade para atender mil pessoas simultaneamente, dispõe de cinco operações distintas: o restaurante Nolita NY; a confeitaria Milkbar; a Fantástica Fábrica de Doces Nolita; um bar e o Nolita Roastery. Este último tem capacidade para fazer a torrefação de até meia tonelada de grãos de café por dia.

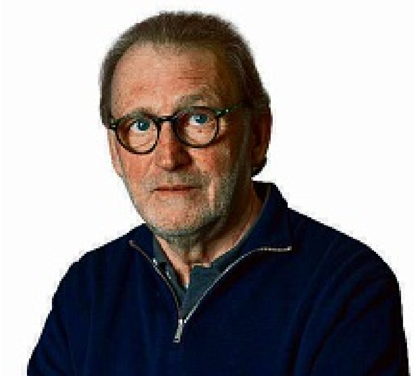
“Se eu fosse dono de uma única marca com várias unidades seria muito mais fácil”, diz Torres. “Mas não consigo repetir quase nada, o que dá muito mais trabalho.” ■


DIVULGAÇÃO

Marcelo Torres, dono do BestFork: “Se eu fosse dono de uma única marca com várias unidades seria muito mais fácil”

Vinho

Uma uva com senso de lugar



Jorge Lucki

Para alcançar o status de grande vinho, não basta ser bom, tem que ter identidade, algo que alguns produtores de teroldego ostentam

Conhecer uma vinícola de perto proporciona uma compreensão mais profunda e uma apreciação mais completa do vinho. Conversar com o produtor andando no meio das vinhas e vendo as condições de cultivo permite entender como esses fatores se refletem no produto final. É comum eu me desviar de um roteiro previamente estabelecido só para passar por essa experiência.

Foi assim anos atrás, em que, terminada a Vinitaly, maior feira do setor vinícola da Itália, que se realiza anualmente em Verona, e antes de iniciar um programa de dez dias no Friuli, peguei a estrada rumo ao norte em direção à região do Trentino para conhecer a Foradori, cujos vinhos eu acompanhava havia um bom tempo.

Num primeiro momento, meu interesse pelos rótulos da Foradori foi pelos tintos que a vinícola produzia à base de teroldego, uma instigante casta local, em especial pelo Granato, seu topo de gama, e depois pelos brancos vinificados em ânfora. A despeito de ter enfrentado quatro movimentados dias de feira, a serena e cativante Elisabetta Foradori, que comandava a vinícola fundada pelo avô em 1929, de bom grado concordou em me receber no dia seguinte à Vinitaly.

Nossa longa conversa, com direito a extensa degustação e um simpático almoço, teve início em frente a um dos primeiros vinhedos de teroldego que ela plantou quando começou a trabalhar para valer na vinícola, em 1984, logo depois de ter estudado dois anos no Istituto Agrario di San Michele all'Adige, perto de onde morava.

Filha única, foi esse o caminho que escolhera para ajudar a mãe a cuidar da vinícola depois do prematuro falecimento do pai, em 1976, quando ainda era adolescente. Elisabetta logo percebeu que era necessário mudar o modelo da vinícola trabalhar para poder sobreviver, o que significaria investir em qualidade, deixando de vender vinho a granel à cooperativa local.

Os vinhedos da região até então eram plantados majoritariamente em sistema de pérgola, em fileiras espaçadas para permitir a policultura de subsistência — cultivavam-se verduras, feijão, batatas e frutas —, e com clones que privilegiassem grandes quantidades na ânsia de serem rentáveis. Boa parte dos seus vizinhos já estava substituindo a teroldego por variedades mais fáceis e com maior apelo comercial, caso de merlot e pinot grigio.

Apegada à tradição e acreditando no potencial da teroldego, desde que bem conduzida e plantada em locais apropriados, ela selecionou, em 1985, mais de 20 biotipos da casta a partir de dois dos melhores e mais velhos vinhedos da família, que ela mantém até hoje, replantando aos poucos o restante no sistema de espaldeira. No que se refere à vinificação, foram adotadas básicas cubas inox e estágio em grandes tonéis de madeira, os “botti”, direcionando uma pequena parte, o melhor das vinhas velhas, para amadurecimento em barris de carvalho, de onde saiu, em 1986, o Granato, sua primeira criação.

Apesar do reconhecimento por parte dos consumidores e da crítica, e da boa situação financeira, Elisabetta, então casada e mãe de três filhos, revelou, com naturalidade e firmeza, que teve uma crise de identidade no fim dos anos 1990.

Era como se precisasse terminar ali um período de conhecimento científico e experiências técnicas, necessárias para produzir um bom vinho para o mercado, para entrar numa fase mais pessoal, emocional, de colocar para fora seu lado mais sensível, repensando seu papel como produtora de um vinho representativo do seu território.

Depois de um tempo em contato com outros produtores e se inteirar da filosofia antroposófica de Rudolf Steiner, Elisabetta adotou, em 2002, os preceitos biodinâmicos na vinícola, desenvolvendo uma abordagem minimamente intervencionista na vinificação — adeus, cubas de inox, entre outras mudanças.

Em meados da década de 2000, um novo salto: as ânforas de terracota, que ela viu na COS, vinícola da Sicília, cujo dono, Giusto Occhipinti, lhe apresentou o fabricante, um excêntrico artesão espanhol da região de La Mancha. O resultado bastante positivo das primeiras experiências fez com que Elisabetta as adotasse a partir de 2009 para um branco e dois single vineyards tintos.

As 150 ânforas de cerca de 230 litros caprichosamente dispostas na impecável adega subterrânea servem para vinificar a nosiola, uva nativa quase em extinção — Elisabetta tem pouco mais de dois hectares de vinhas velhas alugadas (é quase impossível comprar uma parcela), de um total de apenas 50 hectares ainda existentes na colina de Cognola, cercanias da cidade de Trento —, dando origem ao Fontanasanta; e dois crus de teroldego, o Sgarzon, de solo arenoso, e o Morei, de terreno pedregoso.

Reencontrei Elisabetta agora em São Paulo num almoço tranquilo depois de ela ter enfrentado dois dias intensos na Feira Naturebas, além de outros eventos paralelos. Nada que tirasse sua serenidade e inata simpatia.

Nesse encontro, orquestrado pela sommelière adepta dos vinhos de baixa intervenção (não gosto do termo “vinhos naturais”) Gabriela Monteleone, também participou Luis Henrique Zanini, criador e mentor da premiada vinícola gaúcha Era dos Ventos, um projeto ousado cujo mote foi resgatar métodos ancestrais, adotando vinificações pouco intervencionistas e valorizando variedades antigas já adaptadas ao local. Entre elas a peverella, com a qual é elaborado um excepcional vinho laranja, e a teroldego, uva trazida para a Serra Gaúcha pela segunda ou terceira geração de imigrantes trentinos que foram atrás de suas origens e trouxeram as primeiras mudas para a região.

À parte o bom tempo consagrado a uma descontraída conversa, temperada por dois ótimos Fontanasanta Nosiola, um 2017 e um “Cilindrica” 2018, que fica um ano a mais em ânfora, além de um Era dos Ventos Peverella 2021, o assunto mais interessante foi em torno da teroldego e a preservação de suas características em solo brasileiro, tomando como base as quatro safras — 2014, 2017, 2018 e 2020 — que Zanini trouxe de seu Era dos Ventos.

Produzidos a partir de um vinhedo plantado em 2004, uma parcela com apenas 800 plantas, os vinhos apresentam irretocável qualidade — perfeito equilíbrio, pureza e frescor da fruta, bom uso da madeira e taninos firmes integrados — e um senso de lugar irrepreensível, elogiado por Elisabetta. Sobretudo o 2020, que, respeitando as diferenças de clima e solo existentes entre o Trentino e Bento Gonçalves, mantém o caráter varietal da teroldego.

Para alcançar o status de grande vinho, não basta ser bom, tem que ter identidade. É o que o Era dos Ventos Teroldego demonstra: a casta imigrou, encontrou uma nova casa e se adaptou plenamente ao novo lugar, revelando nova expressão sem perder sua essência.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■


JORGE LUCKI

Elisabetta Foradori e Luis Henrique Zanini, produtores de vinhos com uva teroldego



PIXABAY



O Sena será palco da abertura dos Jogos Olímpicos de Paris, com arquibancadas em pontes

Luxo no pódio

Olimpíada Paris vai aproveitar os Jogos para reafirmar sua condição de meca das grifes. Por *Daniela Fernandes*, para o Valor, de Paris

Os Jogos Olímpicos são uma vitrine para a capital francesa expor algo associado à sua imagem mundo afora: o luxo. A gastronomia, a moda e o design também querem estar no topo do pódio nesse evento planetário. A ideia é mostrar aos 15 milhões de visitantes previstos a tradição e o know-how da França nessas áreas. Isso já vai começar na cerimônia de abertura, que, segundo o presidente Emmanuel Macron, será "um momento único de beleza e arte que terá como teatro o rio Sena e Paris".

As ruas da cidade vêm se transformando nos últimos meses, e não apenas para a instalação dos locais de competição. Na avenida Champs-Elysées, os terraços dos cafés foram renovados e grifes de luxo, como a Saint-Laurent, abriram lojas recentemente.

Hotéis e restaurantes icônicos da capital também se preparam para as Olimpíadas. Alguns hotéis "palácios" — categoria acima do cinco estrelas que só existe em Paris e tem diárias a partir de mil euros — foram reservados, em alguns casos totalmente, por empresas internacionais e delegações oficiais. O Bristol, Crillon, Lutetia e George V são alguns dos que possuem esse selo de "palácio".

O luxo parisiense inspirou a On Location, fornecedora exclusiva de pacotes de hospedagens, transportes e serviços nas Olimpíadas, para criar o "café de Paris" na ponte d'Alma, um espaço para assistir à cerimônia de abertura que reproduz butiques e bistrôs da cidade. O ingresso desse local com vista panorâmica sobre o Sena e direito a "aperitivo gastronômico" custa € 10 mil. Há outras opções, um pouco mais baratas, como a da ponte da Concordia, mas que também saem por milhares de euros, na Maison de América Latina e no museu Palais de Tokyo.

Há séculos, literalmente, Paris tem a reputação de capital mundial do luxo. Quem iniciou isso foi o rei Luís XIV, que criou uma política industrial destinada a transformar a França em produtora de artigos de luxo com foco na inovação e a capital francesa como epicentro. Na Olimpíada, nada foi deixado de lado para reforçar essa imagem.

A começar pelas medalhas dos atletas, criadas pela joalheria francesa Chaumet, fundada em 1780. Trabalhadas como verdadeiras joias, elas são o resultado de uma proeza técnica que permitiu fundir nos metais preciosos pedaços de ferro da Torre Eiffel. Eles foram retirados nas últimas décadas durante obras de renovação do monumento. A Louis Vuitton desenvolveu baús para transportar medalhas e as tochas.

As duas marcas pertencem ao grupo francês LVMH, líder mundial do luxo, que é um patrocinador premium dos Jogos de Paris. Não é à toa que a tocha passará também pela Fundação Louis Vuitton. A LVMH lançou uma "Olimpíada cultural" com exposições em diferentes butiques, como Dior, Berluti e Guerlain, que associam suas grifes ao esporte.

A Dior vai aproveitar as Olimpíadas para relançar, de 30 de julho a 11 de agosto, seu "cruzeiro de beleza" pelo Sena, um spa flutuante que oferece tratamentos inspirados nos programas de recuperação dos atletas. No navio, há também um restaurante, com cardápio elaborado pelo chef Jean Imbert, do restaurante do hotel Plaza Athénée.

Para promover a excelência da gastronomia francesa mundo afora, o comitê organizador dos Jogos contratou três chefs renomados para elaborar receitas que serão servidas aos atletas na Vila Olímpica. Um deles é Alexandre Mazzia, três estrelas no "Guia Michelin" (número máximo), conhecido por sua visão vanguardista da cozinha.

Mazzia, que tem um restaurante em Marselha, conta que levou dois anos fazendo pesquisas para criar receitas que levam em conta as qualidades gustativas e imperativos nutricionais para esportistas de alto nível. "Quis mostrar que a gastronomia francesa pode ser sã e lúdica. Mesmo um chef com três estrelas não fica restrito a algo em particular, cozinhamos tudo."

Os atletas poderão degustar pratos como vieiras com manteiga de ostras, agrião e pimenta com água de gengibre ou ainda peixe merluza satay com tapioca cozida com caldo de legumes.

Não faltam restaurantes renomados em Paris, mas as Olimpíadas suscitaram a abertura de lugares gastronômicos efêmeros na cidade durante a competição. O chef Yannick Alléno, três estrelas Michelin, abriu um restaurante-bar temporário em parceria com o champanhe Moët Chandon, no elegante sétimo distrito da capital.

A Air France também vai criar um espaço desse tipo no museu Palais de Tokyo que funcionará de 27 de julho a 11 de agosto. O cardápio, com preço fixo de € 85, foi elaborado por um chef três estrelas, Arnaud Lallement, do restaurante L'Assiette Champenoise, em Reims, região da Champagne.

Difícil prever quantas medalhas os atletas franceses levarão nas competições, mas Paris, ao que tudo indica, tentará durante as Olimpíadas manter seu título de capital mundial do luxo. ■

'Terra de Mulheres' é diversão light

TV Com Eva Longoria e Carmen Maura, série segue fórmulas da comédia romântica. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO



Eva Longoria, Victoria Bazúa e Carmen Maura formam o trio familiar que foge de agiotas na comédia "Terra de Mulheres"

Terra de Mulheres
Espanha/EUA. Criador: Ramón Campos.
Onde: Apple TV+
★★★☆☆

Há dois bons motivos para se ver "Terra de Mulheres": o primeiro, Eva Longoria, a estrela de "Desperate Housewives", que aparentemente delineou um "comeback" na indústria — ela, que há tempos não emplaca um grande papel de protagonista, também estará na quarta temporada de "Only Murders in the Building".

O outro, a espanhola Carmen Maura, musa de vários clássicos de Pedro Almodóvar ("Maus Hábitos", "Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos", "Matador", "A Lei do Desejo"). Como Longoria, a veterana não aparecia numa produção de destaque internacional havia alguns anos.

Nem uma nem outra, porém, consegue salvar a série de sua qualidade inócua, convencional. Não é necessariamente um problema, uma vez que há demanda no streaming justamente para o tipo de comédia reconfortante que "Terra de Mulheres" representa.

Na trama, Longoria interpreta Gala, uma socialite de Nova York cuja vida de facilidades muda subitamente quando sujeitos mal-encarados a abordam num coquetel. Eles procuram seu marido, que lhes deve uma quantia astronômica e, estrategicamente, não pode ser encontrado em lugar algum.

Gala logo compreende que sua vida encontra-se em risco, não apenas a sua, mas também a da mãe e a da filha, conforme advertem os agiotas. A primeira, Julia (Maura), sofre de demência numa casa de repouso, embora ainda pareça lúcida o bastante para ganhar uns trocados contrabandeando Viagra no local.

Já a filha, Kate, vivida pela atriz trans Victoria Bazúa, não tem a menor intenção de abandonar a nova namorada para embarcar numa "viagem de meninas", como propõe a mãe repentinamente, sem maiores explicações.

Com todos os cartões de crédito bloqueados, Gala vende suas joias para financiar a viagem de emergência. O destino é escolhido ao acaso: La Muga, a vila costeira espanhola onde Julia cresceu e, supostamente, ainda possui metade de uma casa, dividida com a irmã com a qual não fala há 40 anos.

Claro, a viagem será um mico desde o primeiro instante e só piora quando o trio se perde na estrada, seguindo a rota indicada por Julia. O personagem de Carmen Maura é de longe o melhor: entre escapadas para explorar a região, a matriarca é revelada como a musa de La Muga, apenas um dos muitos segredos que deixou no vilarejo.

Gala é mais previsível como a madame latina em apuros, toda enlameada com vestido de grife e salto alto, recebendo lições de humildade a duras penas. Mais previsível ainda será sua relação com o viticultor local Amat (Santiago Cabrera, de "Os Três Mosqueteiros"), que parte da mútua antipatia e evolui como interesse romântico, como manda o manual da comédia romântica.

"Terra de Mulheres", no entanto, não tenta enganar ninguém. Para quem procura uma diversão leve, sem contraindicações, os episódios (seis ao todo) passam voando. Com Gloria Muñoz ("A Flor do Meu Segredo") e Amaury Nolasco ("Prison Break"), a série é adaptada do best-seller homônimo de Sandra Barneda. ■

Homenagem involuntária

Cinema Admiração de cineasta sueco por 'Central do Brasil' transparece em seu novo 'Caminhos Cruzados'. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Berlim

DIVULGAÇÃO



Mzia Arabuli em "Caminhos Cruzados" — "a minha Fernanda Montenegro", brinca o diretor Levan Akin

Na companhia de um garoto que mal conhece, uma professora aposentada cai na estrada e, ao longo do percurso, cresce como pessoa. Ao estabelecer vínculos afetivos inesperados e ganhar uma nova perspectiva sobre o mundo, essa personagem típica de "road movie" descobre ter ainda muitos motivos para viver. Sim, a sinopse de "Caminhos Cruzados" apresenta semelhanças com a de "Central do Brasil" (1998), obra que marcou emocionalmente o cineasta Levan Akin, explicando a sua "homenagem involuntária" ao longa-metragem de Walter Salles.

"Por mais que eu não tenha me inspirado abertamente em 'Central do Brasil', sei que o filme está registrado na minha memória cinematográfica, influenciando o meu trabalho de modo inconsciente", diz ao **Valor** o diretor sueco de 44 anos. "Mzia Arabuli [a protagonista do filme] é a minha Fernanda Montenegro", brinca Akin, convidado para inaugurar com "Caminhos Cruzados" a mostra Panorama da mais recente Berlinale. Há 26 anos, o festival alemão foi justamente o que premiou "Central do Brasil" com o Urso de Ouro.

Lançado nesta quinta-feira (dia 11) nos cinemas e disponível em streaming no Mubi em 30 de agosto, "Caminhos Cruzados" traz à lembrança a jornada inspiradora de Dora no título brasileiro, embora o novo filme tenha um trajeto distinto e méritos próprios.

No lugar de Dora, que faz bico escrevendo cartas para analfabetos na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, a personagem de Akin é Lia, uma professora aposentada da Geórgia obstinada em descobrir o paradeiro de Tekla, a sua sobrinha trans — ao menos foi o que Lia prometeu à sua irmã, em seu leito de morte.

Enquanto Dora cai na estrada para ajudar um menino a encontrar o seu pai no sertão nordestino, Lia aceita que o jovem Achi (Lucas Kankava) seja o seu guia até a Turquia, país que Tekla adotou, ao abandonar a Geórgia. Em Istambul, eles descobrem que Tekla possivelmente não quer ser encontrada, o que não impede a dupla de viver uma experiência transformadora, ao ouvir fragmentos de histórias de pessoas que precisam lutar muito pelo que querem, mas não perdem as esperanças.

"Há um paralelo entre Rio de Janeiro e Istambul, cidades vibrantes, com muitas camadas e texturas. Seus povos são sofridos e, ao mesmo tempo, cheios de vida", afirma Akin, reforçando a ligação com "Central do Brasil". "E talvez as mulheres turcas e as brasileiras tenham ainda muito em comum, por serem figuras fortes e resilientes", completa o diretor, filho de imigrantes georgianos radicados em Tumba, na Suécia.

Na infância e na adolescência, Akin passava as férias na Geórgia (entre Batumi e Tbilisi) e também na Turquia, já que seus avós e outros familiares viviam em Istambul. Ele fez várias vezes a viagem de ônibus entre os dois países, percorrendo a costa do Mar Negro — a mesma de Lia e Achi no filme.

"Sempre fui fascinado pelas diferenças culturais entre Turquia e Geórgia, apesar da proximidade geográfica e das sociedades serem ambas bastante patriarcais. Como a Geórgia fez parte do bloco soviético por tanto tempo, há ainda uma grande divisão ideológica entre a geração soviética e a pós-soviética."

O argumento de "Caminhos Cruzados" nasceu de uma história verídica que o diretor e roteirista ouviu na Geórgia, que ele ainda visita com frequência. "Soube que um avô georgiano era o único da família que apoiava a sua neta trans. Ainda que a questão LGBT+ costume ser mais polêmica para as gerações mais velhas, sobretudo em um país tão conservador quanto a Geórgia, queria mostrar justamente o contrário. Até porque os jovens nem sempre são os mais progressistas."

Akin lembra que seu filme anterior, "E Então Nós Dançamos" (2019), foi alvo de protestos na Geórgia. Por retratar um romance gay entre dois bailarinos, a equipe de produção recebeu ameaças de morte, e alguns atores abandonaram o trabalho durante a filmagem. Na estreia, a polícia precisou conter os grupos ultraconservadores que queriam impedir a entrada dos espectadores nos cinemas.

Istambul foi escolhida como o destino da personagem trans de "Caminhos Cruzados" justamente por ser um "lugar de maior aceitação", apesar de a comunidade LGBT+ continuar sofrendo perseguição no governo de Tayyip Erdogan. "A cidade é perfeita para quem quer se esconder, como Tekla. Todos os tipos de pessoas e de histórias de vidas precisam conviver lá, com uns quase em cima dos outros. A distância é mesmo muito curta entre mundos opostos, criando uma dicotomia. Você vê uma família ultrarreligiosa em uma rua e, na outra, gays andando de mãos dadas", diz.

Ainda assim, "Caminhos Cruzados" não é um filme trans na visão do cineasta. "É uma obra sobre inclusão, compaixão e solidariedade, mesmo que isso aconteça nos menores gestos. Lia e Achi são vítimas do patriarcado. Ela é julgada por nunca ter se casado, enquanto ele quer romper com a estrutura social, por ser dominado pelo irmão mais velho. Como dois desajustados, eles encontram pessoas nas mesmas condições na colorida Istambul, onde passam a cuidar uns dos outros."

Entre outros personagens excluídos, a dupla cruza o caminho de crianças que moram nas ruas e de Evrim (Deniz Dumanli), uma advogada trans que luta pelos direitos da comunidade LGBT+. "Foi importante ter personagens de todas as idades aqui, por eu acreditar no poder do cinema. A ideia é que todos eles, mesmo com dificuldades para serem reconhecidos no mundo, se sintam um pouco empoderados com a solidariedade encontrada", diz Akin.

Isso explicaria Lia passar um batom vermelho num banheiro público ao conhecer um homem atencioso que desperta seus desejos mais adormecidos? A cena é lembrança de "Central do Brasil" em que Dora demonstra interesse romântico por César (Othon Bastos), o caminhoneiro evangélico que dá carona à professora e ao menino, rumo ao Nordeste.

E do mesmo jeito que César foge das investidas de Dora, o compatriota georgiano que Lia conhece em restaurante de Istambul desaparece, assim que ela volta do banheiro, maquiada e empolgada com a possibilidade amorosa.

"Há muito tempo não vejo 'Central do Brasil', mas possivelmente isso estava lá, no fundo da minha mente", conta Akin, negando a intenção de plágio. "Eu queria mostrar com a cena que Lia ainda tinha sensualidade. Ela teria transado com aquele homem, se ele não tivesse ficado com medo, infelizmente." ■

É Tudo Verdade

Um balanço do documentário na França



Amir Labaki

A oferta do gênero pelas plataformas pagas de streaming na França quase triplicou desde 2019; nada menos que 28% dos títulos são produções francesas

Você deve já ter visto ao menos um episódio de uma das séries ficcionais francesas de maior sucesso recente, "Dix Pour Cent", de Fanny Herrero, sobre uma agência de atrizes e atores, que já teve quatro temporadas lançadas desde a estreia em 2018 na Netflix. Mas será que já assistiu na mesma plataforma à série não ficcional gaulesa mais vista pelos franceses no ano passado, "A Cúmplice do Mal: Monique Olivier", em que Christophe Astruc e Michele Fines retratam a esposa do serial killer Michel Fourniret (1942-2021), conhecido como o Ogro das Ardenas, que matou 12 pessoas entre 1998 e 2003 na França e Bélgica?

Também disponíveis pela Netflix no Brasil estão a segunda e a terceira séries documentais francesas mais populares entre em 2023. "Tour de France: No Coração do Pelotão" radiografa, em oito episódios, os desafios de algumas das principais equipes que disputaram uma das mais tradicionais competições mundiais de ciclismo em 2022 (uma nova temporada acabou de estrear retratando a de 2023).

Por sua vez, dirigida por Maxime Bonnet e Baptiste Etchegaray, "A Bilionária, o Mordomo e o Namorado" devassa, em três partes, o conflito entre Liliane Bettencourt (a herdeira do grupo L'Oréal) e sua filha Françoise em torno da ligação da matriarca com o fotógrafo François-Marie Banier.

Essas três produções ficaram entre as dez séries documentais mais vistas no streaming francês no ano passado, respectivamente no 5º, 8º e 10º posto. A líder de visionamento é a série britânica "Fórmula 1: Dirigir para Viver", lançada em 2019 pela Netflix e já em sua sexta temporada.

O domínio da Netflix espelha sua liderança também quanto à oferta para o mercado francês, com mais de 1.300 títulos (somadas séries e longas documentais), com quase o dobro da segunda colocada (a também americana Prime Video) e pouco mais que o dobro da terceira (a francesa myCanal/Canal + Series).

Segundo o relatório sobre o mercado do cinema e do audiovisual documental na França publicado no fim do mês passado pelo Centro Nacional do Audiovisual e da Imagem Animada (CNC), disponível online, a oferta de documentários pelas plataformas pagas de streaming na França quase triplicou desde 2019.

Nada menos que 28% dos títulos são produções francesas. No segmento específico de séries documentais, o predomínio é dos EUA, com pouco mais de 50% da oferta, seguido por quase 20% de produções gaulesas.

Não se doure a pílula: também na França, "as séries de ficção são o motor do streaming", com 66,7% das horas consumidas. A produção documental alcança 2,3% do consumo total, sendo 71,7% por séries e 21,7% por documentários de longa-metragem.

A retomada pós-pandemia do público para longas documentais em salas tem sido lenta também na França. Em 2023, estrearam 115 títulos nos cinemas (eram em média 133 entre 2017 e 2019), sendo 77,9% produções francesas.

No total, foram alcançados 1,5 milhão de espectadores, apenas cerca de 1% dos ingressos vendidos no país. Pré-covid, o recorde da década havia sido alcançado em 2016, para um público pagante de 3,3 milhões de espectadores. O resultado representa uma queda de 17,4% em relação a 2022, enquanto a frequentação total no país subiu 19,2% no mesmo período.

Ainda inédito no Brasil, o documentário mais visto na França no ano passado foi "Guardiãs do Planeta", um foco na vida das baleias dirigido por Jean-Albert Lièvre e narrado por Jean Dujardin ("O Artista"). O filme vendeu 176.400 ingressos, com um público majoritário (39%) de idade superior a 50 anos.

É um resultado um pouco superior que a divisão etária total: maiores de 50 anos representam 36,7% do público para documentários, com 28,2% para espectadores com menos de 25 anos e 35,2% entre 25 e 49 anos.

DIVULGAÇÃO



"A Cúmplice do Mal: Monique Olivier" foi a série não ficcional mais vista na França em 2023

Como sinal do impacto positivo da participação em festivais, o segundo, o terceiro e o sexto documentários mais vistos no ano passado estampavam premiações de peso nos três principais eventos do calendário europeu. A coprodução franco-germano-tunisiana "As 4 Filhas de Olfa", de Kaouther Ben Hania, disponível na Prime Video, foi um dos vencedores do Olho de Ouro de melhor documentário de Cannes 2023 e conquistou ainda uma das cinco vagas de finalistas ao Oscar da categoria.

Por sua vez, o francês "No Adamant", de Nicolas Philibert, venceu o Urso de Ouro da Berlinale no ano passado. Já o americano "Toda a Beleza e a Carnificina", de Laura Poitras, ganhou o Leão de Ouro em Veneza em 2022, recebendo também uma indicação ao Oscar.

Há muito mais no balanço do CNC. Privilegiei o enfoque sobre o consumo mais próximo de nossa experiência de espectadores brasileiros. Jamais por aqui chegamos sequer próximos da participação na França da televisão aberta para o mercado de documentários, tanto na produção quanto na difusão.

Quanto aos segmentos do estudo dedicados à produção, louve-se o constante avanço francês na participação autoral de mulheres e preocupa o crescente incremento do recurso ao faroeste da inteligência artificial. Em mais de um sentido, o documentário vive hora de transição. Lá como cá.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

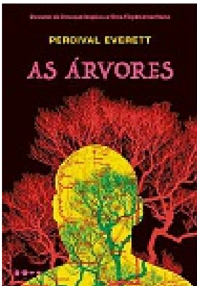
E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

INÊS 249

EU& LIVROS

Um intérprete da segregação racial nos EUA

Em tom cômico, 'As árvores', de Percival Everett, trata de linchamentos. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo



As árvores
Percival Everett
Trad.: André Czarnobai
Todavia, 352 págs., R$ 84,90

MICHAEL AVEDON/DIVULGAÇÃO



"EUA têm um grande talento para esconder as próprias transgressões", diz Percival Everett

A trama começa com a descoberta de dois homens assassinados. Um é branco, vitimado por tiro de espingarda. O outro, negro, aparenta estar morto há anos e apresenta sinais de espancamento, além do rosto desfigurado. Quando começam as investigações, o corpo do homem negro desaparece misteriosamente, ressurgindo dias depois ao lado de outro branco assassinado. Em ambos os casos, ele está com os testículos dos outros dois na mão.

Romance policial ou terror com zumbis ou ainda comédia ácida sobre linchamentos, vários rótulos se encaixam em "As árvores", do americano Percival Everett, finalista do Booker Prize de 2022. Sua publicação no Brasil segue o bom acolhimento ao filme "Ficção Americana", inspirado em uma de suas principais obras, "Erasure" (2001), e ganhador do Oscar de melhor roteiro adaptado — o livro chegará em português no ano que vem, também pela editora Todavia.

Crítica contundente e satírica da supremacia branca, "As árvores" é o 22º romance de Everett, mestre em gêneros distintos, desde ficção policial até recontagens de mitos gregos, de faroestes revisionistas a tramas absurdas.

"Historicamente, pessoas negras nos Estados Unidos foram submetidas a caricaturas extremas de si mesmas em filmes e na TV. Proponho aqui simplesmente uma reviravolta da forma com que podemos perceber a possibilidade de estereotipagem", diz Everett ao **Valor**, justificando as representações consideradas exageradas de personagens brancos.

São várias camadas encontradas em "As árvores", e alguns de seus personagens mereceriam um livro à parte. É o caso da anciã Mama Z, de 105 anos, que perdeu o pai em um linchamento racial e, desde então, mantém um arquivo de cada caso desse tipo de crime ocorrido nos EUA — na lista, os nomes que mais chamam a atenção são os que dizem "mulher negra não identificada".

Ou ainda Vovó C, de 85 anos, mãe do primeiro branco assassinado e que acredita que o homem negro desfigurado é, na verdade, o corpo insepulto de uma figura real, Emmett Till, jovem de 14 anos que, em 1955, foi brutalmente linchado no Mississippi, sob a acusação falsa de ofender uma mulher branca.

Sua mãe contrariou a recomendação e manteve o caixão do filho aberto, para que todos vissem o estado do corpo. O caso chamou a atenção nacional para a violência e a injustiça racial. No livro, Vovó C pertence à família dos perpetradores, que nunca foram punidos, e agora teme a vingança de Till.

"Os Estados Unidos têm um grande talento para esconder as suas próprias transgressões", diz Everett. Para ele, um romance sombrio e denso sobre linchamentos não despertaria atenção. "É preciso ter um elemento de sedução como o humor, uma ferramenta que permite as pessoas relaxarem. O absurdo da desatenção a esse tema motivou o tom de comédia, mas o romance vive tanto de contornar estereótipos quanto de revelar a verdade do linchamento. Esse é um dos problemas que temos em nossa cultura. As pessoas param de pensar porque parece difícil, quando deveria ser divertido."

Em "As árvores", o humor estala e desfere socos viscerais. A dupla de detetives designada para ajudar a polícia a desvendar os crimes sofre por ser negra. A exemplo dos mortos, os moradores de Money não são defensores de um julgamento racial justo. E, enquanto os policias tentam juntar as peças dos assassinatos, crimes semelhantes começam a pipocar em todo o país. O leitor, assim, é surpreendido por fatos novos que vão se acumulando, como se fossem aleatórios, mas seguem um plano bem traçado por seu autor.

Formado em filosofia pela Universidade de Miami, onde leu Ludwig Wittgenstein (1889-1951), Everett busca ali a estruturação de sua escrita. "Na filosofia, há, estranhamente, um tipo de lógica de difícil compreensão. Mas me interessam certas questões que impulsionam meu trabalho sobre identidade. Detalhes fundamentais que me impulsionam quando estou escrevendo, uma espécie de inspiração."

Foi tal interesse que motivou a publicação de seu mais recente romance, "James" (2024), uma releitura do clássico americano "As aventuras de Huckleberry Finn", de Mark Twain. O original conta a história de dois fugitivos: Finn, garoto branco que odeia ser civilizado e tem um pai bêbado, e Jim, escravo que foge depois de descobrir que seu dono planeja vendê-lo.

Enquanto Twain destaca Finn como narrador da trama, Everett utiliza o ponto de vista de Jim. Em "James", os escravos negros falam e agem como os escravos, mas apenas quando estão perto de pessoas brancas. Sozinhos, têm dicção elevada, abusam de trocadilhos e piadas, fazem referências literárias irônicas.

"A representação de Jim pelo olhar de Twain é a de uma pessoa de mente simples, semelhante a uma criança, empolgada com tudo a seu redor, inconsciente, um tipo bobo até mesmo para crianças menores. Obviamente pessoas escravizadas são tão complexas e complicadas quanto qualquer outra, com as mesmas emoções, pensamentos, talvez não guiados por leitura e educação, mas é igualmente verdadeiro que a maioria dos americanos também pouco o é", diz Everett, ciente de que a linguagem secreta de Finn e dos outros escravos é uma forma de explicar a dicção racista de "Huckleberry Finn".

Um livro de memórias de classificação difícil

Maria Stepánova faz uso de uma tendência literária inflacionada. Por *Kelvin Falcão Klein*, para o Valor, do Rio



Em memória da memória
Maria Stepánova
Trad.: Irineu Franco Perpétuo. Poente, 520 págs., R$ 89,90

A escritora russa Maria Stepánova, nascida em 1972, tem uma longa trajetória no mundo das letras: além de poeta e ensaísta, trabalha como jornalista há muitos anos, tendo publicado vários livros de poesia e um romance, "Em memória da memória".

O longo livro — que passa das 500 páginas — é de difícil classificação, já que combina elementos de autobiografia com ficção e ensaio, uma sorte de investigação sobre o passado da família da narradora, que se identifica como "Maria Stepánova". A ficha catalográfica diz apenas "ficção russa", o que pode ser bastante pertinente se relembrarmos que a palavra "ficção" tem, entre seus sentidos possíveis, aqueles de modelar, esculpir e dar forma.

A história começa quando a narradora vai ao apartamento de uma tia que acaba de morrer e, uma vez ali, reencontra cartas, fotos e documentos. Essa parente, contudo, é apenas o primeiro elo de uma cadeia que vai se armando pouco a pouco, à medida que a protagonista começa a viajar para diferentes lugares em busca de outros registros familiares.

O deslocamento no espaço, portanto, se transforma também em um deslocamento no tempo. "Meus périplos tinham uma justificativa sólida", escreve Stepánova, e continua: "eu estava escrevendo um livro sobre os meus. Movendo-me de lugar em lugar, de arquivo em arquivo, de rua em rua, por onde eles tinham andado na Terra, eu tinha em mente coincidir com eles e, contra todas as probabilidades, rememorar".

Os parentes, próximos e distantes, são sempre evocados com ternura e, frequentemente, com uma ponta de distância irônica. A autora é muito cuidadosa com o resgate que faz dos detalhes dessas vidas tão variadas, dando especial atenção aos pontos de intersecção entre essas biografias "anônimas" e os grandes "fatos históricos" (as guerras, as manobras políticas, os pronunciamentos).

A experiência aglutinadora dos destinos, contudo, é sempre aquela da Segunda Guerra Mundial, quando "as fronteiras entre o normal e o impensável pararam de funcionar", como escreve a autora, completando: "No fim das contas, tudo ao redor mutava-se de forma abnegada, a vodca transformava-se em pão, a mobília em açúcar". Essa vivência extrema repercute na vida da família da narradora ao longo de gerações, podendo ser rastreada, até certo ponto, no acúmulo das cartas, das fotografias e dos objetos.

Em vários momentos, o livro pode deixar seu leitor um pouco desnorteado, já que sua insistente evocação da "memória" é sempre contrastada com uma recusa da memória, ao mesmo tempo em que todo impulso "romanesco" (contar uma história do início ao fim, apresentar e delinear personagens) é sempre interrompido pela narradora.

Em uma cena do livro, a protagonista compra uma pequena estátua de porcelana danificada, que "dizia tudo ao mesmo tempo" e que se transforma em um símbolo de seu próprio projeto narrativo: o artefato mostraria "que nenhuma história chega até nós intacta, sem pé quebrado e sem rachado. Que lacunas e hiatos são os companheiros irrevocáveis da sobrevivência, que apenas o trauma nos transforma, de produto de massa, em um nós avulso, sem ambiguidade".

Durante as buscas pelos rastros de seus parentes — com direito a longas transcrições de cartas resgatadas de arquivos e gavetas —, a narradora apresenta uma série de interpolações ensaísticas, comentários sobre assuntos variados (as fotografias de Francesca Woodman, a quantidade de alunos russos nas escolas de medicina da França no fim do século XIX, os diários de Daniil Kharms, as reflexões teóricas de Arlette Farge, Jacques Rancière e Marianne Hirsch, os estudos de Roberto Calasso sobre Giambattista Tiepolo e muito mais).

As digressões ensaísticas de Stepánova, contudo — ao contrário do que acontece nos livros de autores como W. G. Sebald ou Claudio Magris —, contribuem para uma diluição da força estética do eixo da narrativa, que é precisamente a investigação dos percursos tortuosos de seus parentes, dando por vezes a impressão de que a narrativa gira em círculos.

"Em memória da memória" tem o mérito de reconhecer que se aproveita de uma tendência literária inflacionada na contemporaneidade — o apelo ao resgate dos "segredos familiares" ou, como a autora escreve, "a história desta e daquela família em oito objetos, cem fotografias, noventa e nove achados".

"Leio todos esses livros como se bebe água", escreve Stepánova, "um atrás do outro, sem me espantar com a própria insaciabilidade — cada texto novo exige que você busque e se apodere do próximo". A autora incorpora ao seu romance, portanto, uma crítica ao panorama sócio-histórico que tornou o livro possível e que, de certa forma, garante sua circulação e sucesso. Essa autocrítica demonstra um desprendimento notável, além de acrescentar uma camada de complexidade que contribui para suavizar os desníveis da narrativa.

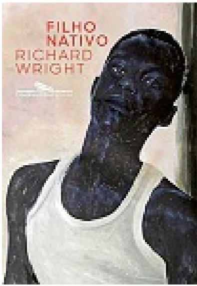
Kelvin Falcão Klein é crítico literário e professor de literatura da Unirio

EVA TEDESJ/TT VIA ZUMA PRESS



A poeta e ensaísta Maria Stepánova

Lançamentos



Filho nativo
Richard Wright. Trad.: Fernanda Silva e Souza. Companhia das Letras
504 págs., R$ 119,90

Clássico da literatura americana lançado em 1940 por Richard Wright (1908-1960), este livro conta a luta de Bigger Thomas, jovem negro pobre e assombrado por traumas da irrecuperável memória da escravidão e sua luta contra a injustiça social que favorecia os brancos na Chicago dos anos 30. A obra vai além das fronteiras dos EUA e da época e questiona: como construir uma vida justa em uma sociedade calcada no pilar do escravismo colonial e da supremacia branca? A obra fez de Wright, que nasceu no Mississippi, onde havia um regime duro de segregação racial, uma celebridade, o primeiro escritor negro a atingir tal status.



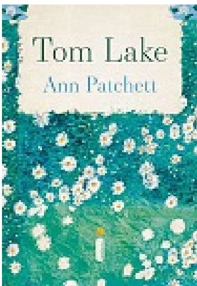
Querido babaca
Virginie Despentes. Trad.: Marcela Vieira Fósforo
280 págs., R$ 89,90

Após o sucesso de "A vida de Vernon Subutex" e do ensaio "Teoria King Kong", Virginie Despentes lançou este romance epistolar que traz com humor o espírito do nosso tempo e o clima de "Ligações perigosas". Faz isso mostrando a relação entre uma atriz famosa, Rebecca, e um escritor de meia-idade com certo sucesso, Oscar. Ele é acusado de assédio sexual por sua ex-assessora de imprensa, Zoé, que posta a história em seu blog feminista. Um dia Oscar ofende Rebecca por sua aparência pelo Instagram. Eles se alfinetam e mantêm uma correspondência ácida. Ao mesmo tempo, contam suas infâncias, vícios, falam sobre envelhecimento e o confinamento na pandemia.



A chegada da escrita
Hélène Cixous. Trad.: Flávia Troccoli
Bazar do Tempo
112 págs., R$ 64,90

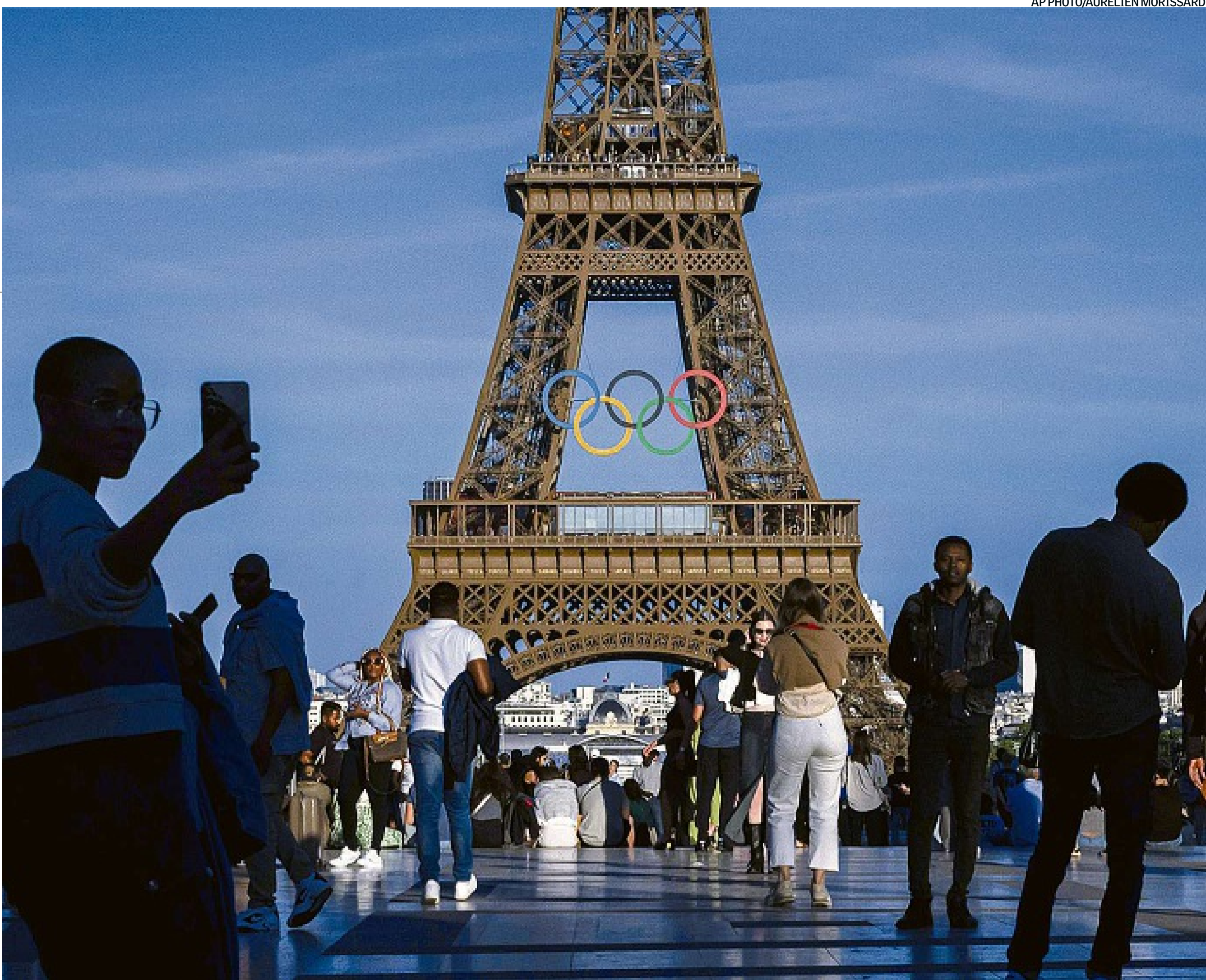
Autora franco-argelina que estreou na produção literária em 1967, Hélène Cixous já lançou quase 50 livros, entre ensaios, teatro e ficção. Nome de reconhecida qualidade intelectual, ela recebeu vários prêmios, como o Médicis em 1969. "A chegada da escrita" foi lançado originalmente em 1976, um ano após seu livro mais célebre, "O riso da Medusa". São oito textos em que o tema da escrita das mulheres leva a pensar sobre os caminhos da produção literária fazendo dialogar diferentes tempos, personagens e gêneros — ensaio, registro autobiográfico, cenas literárias e teatrais —, criando um jogo de sentidos no cruzamento da literatura e da psicanálise.



Tom Lake
Ann Patchett. Trad.: Camila von Holdefer
Intrínseca
368 págs., R$ 69,90

Ann Patchett traz uma história sobre família, amor e amadurecimento fruto da vivência imposta pela pandemia, quando Emily, Maisie e Nell voltam a viver com a mãe no pomar, deixando para trás suas faculdades e suas rotinas. Entediadas, elas pedem que a mãe, Lara, conte seu convívio na juventude com Peter Duke, ator com quem dividiu o palco no grupo teatral Tom Lake. Ao falar do passado, Lara pensa sobre suas escolhas; as garotas analisam suas vidas e sua relação com a mãe. A americana Patchett tem cinco romances premiados, entre eles "Bel canto", vencedor do Orange e do PEN/Faulkner Award e finalista do National Book Critics Circle Award. ■

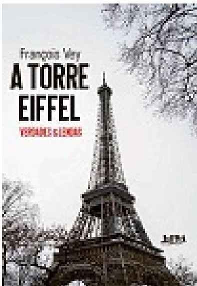
AP PHOTO/AURELIEN MORISSARD



A Torre Eiffel preparada para a Olimpíada: ícone que esteve ameaçado de desparecer duas vezes

Tudo o que você queria saber sobre a torre

Como Gustave Eiffel construiu o monumento mais visitado do mundo. Por *Roberto Muggiati*, para o Valor, do Rio



A Torre Eiffel: Verdades & lendas
François Vey
Trad.: Julia da Rosa Simões
L&PM
208 págs., R$ 49,90

Construída em 1889 para celebrar a pujança industrial do país no centenário da Revolução Francesa, a Torre Eiffel era uma instalação provisória, destinada a ser destruída quando a Exposição Universal fosse desmontada. Mas os parisienses se apegaram tanto à "Dama de Ferro", que um movimento popular garantiu a sua preservação, como uma espécie de farol da Cidade Luz.

Nestes últimos 135 anos, não podemos conceber a paisagem parisiense sem a sua torre altaneira. No entanto, em dois momentos cruciais, ela esteve ameaçada de desaparecer.

Num dos 20 capítulos de "A Torre Eiffel: Verdades & lendas", sempre em forma de pergunta ("Os maiores artistas foram seus piores adversários?"), conta seu autor, François Vey: "As fundações da torre mais alta do mundo mal tinham sido iniciadas e já se assistia a uma verdadeira revolta contra ela".

Era 14 de fevereiro de 1887, duas semanas depois do início das obras. O jornal "Le Temps" publicou um grande protesto assinado por uma plêiade de artistas: "Nós, escritores, pintores, escultores, apaixonados amantes da beleza até então intacta de Paris, protestamos com todas as nossas forças, com toda a nossa indignação, em nome do gosto francês desconsiderado, em nome da arte e da história francesas ameaçadas, contra a construção, em pleno coração de nossa capital, da inútil e monstruosa torre Eiffel [...] que nem mesmo a comercial América aceitaria'".

No seu relatório de 1903 para a Commission du Vieux Paris, Georges Montorgueil votava a favor da demolição: "A torre Eiffel ainda é um marco em nossas memórias, quinze anos depois. Mas ela deve perecer da mesma forma que viveu: pelo excesso de sua grandeza. Tão alta e larga sobre seus quatro pés ciclópicos, ela exerce a seu redor a tirania de sua visão obsessiva e torna irrealizável qualquer cenário de graça e delicada sedução".

O arquiteto Jean-Luc Pascal, membro de L'Institut, riposteou indignado: "Não acham que o mundo ficaria surpreso de nos ver destruir o que para ele continua sendo um motivo de admiração?".

Detentor da concessão da torre, Gustave Eiffel partiu em defesa da sua obra-prima com um golpe de mestre: ofereceu sua torre ao ministro da Guerra para realizar experiências de telegrafia sem fio. Os militares ficaram entusiasmados e, em maio de 1906, três anos antes do término do contrato, a Torre Eiffel teve sua concessão prorrogada até 1915, mediante o aumento de sua contribuição financeira para a cidade de Paris. Foi a primeira de uma série de renovações que esticou a concessão até 2032, coincidentemente o ano do centenário de nascimento de Eiffel.

A segunda grande ameaça à torre veio de uma força externa. Na iminência da libertação da cidade pelas tropas americanas, Hitler, rancoroso ao ver Berlim arrasada pelos bombardeios aliados, ordenou a destruição dos principais monumentos de Paris.

Explosivos chegaram a ser instalados nas fachadas da Catedral de Notre-Dame, no Louvre, no Arco do Triunfo, nos Invalides, no Panteão e, principalmente, na estrutura da Torre Eiffel. Segundo Vey, "o general Von Choltitz, governador militar de Paris, não pôde se resignar a isso. Apaixonado pela capital, ele decidiu não destruir a Torre, a menos que fosse para proteger seus soldados. A Torre foi salva. Membros da Resistência francesa rapidamente colocaram em funcionamento os elevadores sabotados em 1940, que as tropas alemãs nunca tiveram tempo de consertar, pois os soldados da Wehrmacht desejosos de apreciar a vista preferiam subir a pé".

Fiel ao subtítulo do livro, Vey contesta certas "lendas mais ou menos fantasiosas. Embora cada um de seus lados tenha a forma de um A, este não foi um artifício de Eiffel para declarar com pompa seu amor por uma certa Amélie. E seus três andares não fazem referência aos graus da maçonaria (aprendiz, companheiro e mestre)".

Segundo Vey, embora formado em engenharia, não foi Gustave Eiffel (1832-1923) o homem que concebeu inicialmente a torre, mas seu jovem engenheiro franco-suíço, Maurice Koechlin (1856-1946). E o arquiteto da torre se chamava Stephen Sauvestre (1847-1919).

O primeiro teve a ideia de erigir um pilar metálico na vertical. Especialista em resistência de materiais, ele desenhou quatro lados dispostos sobre uma base quadrada para maximizar a estabilidade, pois a estrutura metálica original pesava nada menos que 7 mil toneladas. O outro se empenhou em dar formas estéticas interessantes a esse esquema de engenharia.

Inaugurada em 15 de maio de 1889, ela se tornou a torre mais alta já construída pelo homem. Desde então, continua sendo o monumento pago mais frequentado do mundo, com mais de 6 milhões de visitantes por ano, à frente do Empire State Building de Nova York, que atrai 4,5 milhões e lhe retirou o título de edifício mais alto em 1931.

A tradução da L&PM foi feita a partir da edição atualizada de François Vey, incluindo informações sobre a Olimpíada de 2024, da qual a Torre Eiffel será uma das estrelas. Depois de um desfile das delegações em barcaças ao longo de 6 km do rio Sena, o show e os discursos inaugurais serão na região do Trocadéro, à sombra da torre. Outro detalhe inédito, além da abertura fora de um estádio: em cada medalha da premiação será incrustado um pedaço de ferro da torre. Um ferro tão precioso, ou mais, do que todo ouro, prata ou bronze sobre a face da Terra.

Roberto Muggiati é jornalista, membro da Academia Paranaense de Letras e autor de livros como "Blues - Da lama à fama" (Editora 34).

Outros Escritos

Brincar com as palavras



Tatiana Salem Levy

A grande alegria de poder ver crianças entusiasmadas com os livros

Este ano, fui pela primeira vez à Feira do Livro, realizada em frente ao antigo estádio do Pacaembu, em São Paulo. É sempre uma alegria ver tanta gente assistindo a falas de escritores, comprando livros, ou apenas passeando entre livros. É um cenário que me agrada. Mas nada me enche mais de ternura do que ver crianças entusiasmadas com os livros.

Fui à Feira com os meus filhos, de oito e cinco anos, e contei com a ajuda de amigos e primos para passearem com eles, enquanto eu participava do evento, como autora. Eu ia acompanhando de longe, às vezes me aproximava, e observava-os cada hora numa barraquinha diferente, sentados em pufes, cadeiras pequenas ou mesmo no chão, nas áreas que as editoras e livrarias criaram para as crianças. Nada melhor para despertar o gosto pela literatura do que disponibilizar os livros para serem manuseados à vontade.

De longe, vi o meu primo Miguel lendo para a minha filha, Esther, e a sua amiga, Clara, "Serena finitude" (Oh! Outra História!), livro de estreia da cantora e compositora Anelis Assumpção, com ilustração da artista visual Aline Bispo. Pude ver no rosto das duas a atenção e o entusiasmo com a história das duas irmãs: uma serena; a outra, curiosa. A mais velha cuida da mais nova, que quer saber de tudo, entender tudo. Observando os ciclos da natureza, elas refletem sobre aquilo que se transforma: a matéria, a memória, o fim. Com uma narrativa poética, Anelis traz para as crianças uma história sobre o amor, a vida e a morte. E as ilustrações de Aline reforçam o movimento lírico da palavra.

Enquanto eu assinava alguns livros na banca da Todavia, espreitei a minha amiga Tatiana lendo dois livros para as meninas e também para o meu filho, Vicente: o delicioso "Tem um gato no frontispício" (Baião), de Sofia Mariutti e Vitor Rocha, e "Cadernos de férias" (Baião), de Grassa Toro e Isidro Ferrer, um inusitado caderno de atividades, com o qual Esther delirou.

O livro de Sofia tem a graça de ensinar adultos e crianças e de nos divertir ao mesmo tempo. Já no avião, voltando para o Rio de Janeiro, quando fui reler o livro com os meus filhos (para mim, a primeira leitura), eles já sabiam mais do que eu: o que é frontispício, colofão, orelha, lombada. Em cada lugar, um animal escondido — e assim, pela brincadeira de esconde-esconde, as crianças vão sendo introduzidas ao vocabulário do livro físico. E, pelo vocabulário, ao universo da literatura. Saber como se chama cada parte de um livro é um primeiro passo para amá-los. Brincar com as palavras é, sem dúvida, a melhor maneira de seduzir as crianças para o que está sendo dito. Por fim, as maravilhosas ilustrações de Vitor realizam o mesmo gesto sedutor que Sofia faz com sua narrativa.

E o entusiasmo da Clara, a amiga dos meus filhos, ao se deparar com o estande da Ruth Rocha? Parecia que estava diante de uma montanha-russa, de uma máquina de fazer algodão-doce ou de um pula-pula gigantesco. Meus filhos não têm essa relação com a Ruth Rocha, pois, infelizmente, quase não há trânsito entre a literatura brasileira e a portuguesa para crianças. Assim, em Portugal mal sabem quem é Ruth Rocha, Ana Maria Machado ou Silvia Orthof. Aqui, tampouco lemos os maravilhosos textos de Sophia de Mello Breyner ou de Alice Vieira.

Saímos de lá com o "Almanaque" (Moderna) para a Clara — e aquela alegria de ter uma obra grande de uma autora que adoramos, a sensação de que estaremos acompanhadas durante muito tempo. Para os meus filhos, que só tinham "Marcelo, marmelo, martelo", comprei "O Barba-azul" e "A primavera da lagarta". Ler para eles autoras e autores que eu lia dá um sentido repentino à existência. Meu filho aprendeu a ler com a mesma coleção que eu aprendi a ler: "Mico Maneco", da Ana Maria Machado, essa autora incontornável das nossas letras. Os livros dela já têm um lugar cativo na prateleira lá de casa.

Outra autora que, junto com a Ruth e Ana Maria, me formou foi Silvia Orthof. E não é que a minha amiga Tatiana aparece, na noite da Feira do Livro, com seu exemplar, guardado há algumas décadas, de "Maria vai com as outras"? Ela, como eu, amava esse pequeno livro da Silvia, que com tão pouco diz tanto sobre a nossa estranheza no mundo. Lembro de ler e reler a história da ovelha Maria vezes sem fim. Eu, que me sentia tão esquisita, via em Maria uma companheira. E uma companheira que, levada pela sua diferença, pela sua inteligência, não quebra o pé como as outras ovelhas, e ainda sai com a sua risada, a sua requebrada e uma bela feijoada!

CRIS BIERRENBACH



Crianças querem — precisam? — sempre imitar os outros. Meus filhos passam a vida se imitando. Então, mostrar com uma narrativa, com uma personagem, outras formas de existência é uma bela forma de abrir suas cabeças.

E por falar em abrir a cabeça, ganhei de presente de um leitor "Neguinha, sim!" (Companhia das Letrinhas), de Renato Gama, com ilustrações de Bárbara Quintino. Já havíamos lido várias vezes o delicioso "Amoras" (Companhia das Letrinhas), do Emicida; a narrativa de Renato, junto com as lindas ilustrações de Bárbara, contribuiu ainda mais para os meus filhos valorizarem as histórias e a beleza dos afrodescendentes. Em outras palavras, livros como o dele e o de Emicida nos ajudam a formar crianças estruturalmente antirracistas.

Meu filho gosta de dizer que os portugueses não descobriram o Brasil: invadiram. Que aqui já havia povos indígenas. Que os brancos escravizaram os negros. Outro dia, chegou numa reunião familiar em São Paulo contando tudo o que sabe sobre o assunto. Fico feliz de o ver tão afirmativo nos valores que passo para ele em casa. E mais feliz ainda de saber que posso contar com a boa literatura e o entusiasmo que ela nos oferece para ensinar de forma lúdica e prazerosa o que é um mundo melhor.

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com

A Assis de Tony Bellotto

Literatura Escritor e músico retorna à cidade em que cresceu para ambientar seu romance policial. Por *Guilherme Bryan*, para o Valor, de São Paulo

ALEXANDRE CASSIANO/AGÊNCIA O GLOBO

Nascido em São Paulo, Tony Bellotto, de 64 anos, passou parte da adolescência em Assis, cidade do interior do estado que agora serve de cenário para o seu 13º romance policial, "Vento em setembro" (Companhia das Letras, 296 págs., R$ 94,90). "Essa região é pouco retratada na literatura brasileira. E, quando comecei a escrever, me voltaram muito as lembranças de minha estadia em Assis, no ano em que se passa a ação, 1974", diz o escritor, que é guitarrista e compositor dos Titãs.

Bellotto afirma que a cidade que aparece no romance foi baseada nas lembranças dele. "O colégio Diocesano, em que eu cito um seminário, de fato existiu e cheguei a estudar lá. Mas descobri que aquele prédio foi demolido e não existe mais o colégio e nem o seminário", explica. "Mesmo assim, coloquei meu personagem narrador chegando naquele lugar, como se ele existisse ainda. Então a cidade real passa a ser imaginária."

A frase que abre o romance é "No dia em que seu filho caçula perderia a virgindade, Máximo Leonel organizou uma orgia na maior de suas fazendas", e foi a partir dela que Bellotto desenvolveu toda a história.

"E, de uma maneira intuitiva, coloquei que era uma manhã de setembro e que ventava muito. Mas passei por todos os títulos imagináveis até lembrar do livro do escritor americano William Faulkner, 'Luz em agosto', e daí veio 'Vento em setembro'", conta.

A história trata de um grande latifundiário, Máximo Leonel, que, na década de 1970 contrata a prostituta Laura para celebrar a perda da virgindade do filho mais novo dele, Alexandre, que desaparece.

"A sexualidade está muito presente nesse livro. Tem um personagem muito machista, uma mulher naturalmente oprimida do interior que busca uma libertação dessa condição. Um homossexual numa época em que aquela condição era muito combatida e oprimida, ao mesmo tempo em que se iniciava uma luta de conquista de direitos", explica o autor.

'Quando você chega aos 60 e poucos, que já estão virando 60 e tantos, é inevitável fazer uma avaliação da própria vida', diz Bellotto

Para Bellotto, esse é um romance polifônico, pois há uma trama paralela que acontece nos tempos atuais, em Ouro Preto (MG), onde uma série de pichações aparecem em prédios históricos, gerando uma revolta pelo Brasil.

O personagem-narrador, jornalista e escritor Davi, então, vê num telejornal imagens da parede de uma igreja em que se lê a frase "Deus está morto", escrita com spray em letras góticas, e fica com a sensação de que aqueles crimes de algum modo estão relacionados ao livro que escreveu a respeito da obra de Aleijadinho. A partir daí, descobre-se uma trama que envolve ainda outras cidades, como Santos, Atenas e Cidade do México.

"Há alguns anos eu comecei a fazer psicanálise de modo mais engajado — freudiana, tradicional. E venho fazendo desde então. Então, ao longo da feitura do livro, percebi que ele tinha algo a ver com o que ocorria comigo na psicanálise", afirma. Por isso, "Vento em setembro" é um inventário do que ele passou ao longo da vida.

"Fora que, quando você chega aos 60 e poucos, que já estão virando 60 e tantos, é inevitável fazer uma avaliação da própria vida. Você se vê numa idade em que a maior parte da vida já foi vivida e o fim começa a ser enxergado como uma realidade", afirma.

Por isso, Bellotto se identifica com vários personagens da trama, caso do menino do interior, que é oprimido e acossado pelo machismo, numa época de ditadura militar; do narrador, que está iniciando um processo de maturidade, aos 40 e poucos anos, e numa busca da própria identidade; e do menino depois de adulto, já com uma visão um pouco mais desiludida e quase cínica da vida.

Ao ser questionado se pretende algum dia escrever as próprias memórias, Bellotto afirma: "Tenho dificuldade muito grande na escrita mais objetiva e comprometida com uma realidade factual". E destaca que, quando escreveu seu penúltimo romance, "Dom", o pai de Pedro Dom queria que ele fizesse uma biografia do filho, mas o resultado foi um romance baseado na história real.

Porém, em 2023 e 2024, durante a turnê "Encontro", a comemoração dos 40 anos dos Titãs, Bellotto começou a fazer um diário da turnê em vários cadernos, que algum dia poderão virar um projeto literário.

"A ideia é usar aquela turnê para contar como me tornei músico, incluindo a adolescência em Assis, quando queria ser o Jimi Hendrix e fui ter aula de violão com uma professora na igreja da cidade", diz Bellotto, que se prepara para lançar mais um álbum com os Titãs, "Microfonado".

Quanto a "Vento em setembro" virar uma produção audiovisual, como "Bellini e a esfinge" (2001), entre outros, Bellotto conta que, quando escreve, imagina cenas na cabeça como se estivesse vendo um filme. "Eu acho que renderia uma boa série. Agora precisa ver se alguém vai achar a mesma coisa", afirma o autor. ■

LinkedIn
Mulher viraliza depois de licença-maternidade: "Após 10 anos, fui demitida em 5 minutos"
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
IBS, local da operação e as operações de telecomunicação
E2

TJSP
Juiz proíbe criança de consumir chá de Ayahuasca
valor.globo.com/legislacao



Civil Decisão da 3ª Turma é a primeira manifestação da Corte sobre o assunto da qual se tem notícia

STJ reconhece relação civil e autoriza a exclusão de motorista de aplicativo

Laura Ignacio
De São Paulo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, se um motorista de aplicativo comete ato grave, que traz riscos ao funcionamento da plataforma ou a usuários, seu perfil pode ser suspenso imediatamente do cadastro do aplicativo, desde que, ele possa se defender depois. No caso, o trabalhador acabou sendo descredenciado da 99 Tecnologia. Essa é a primeira manifestação da Corte sobre o assunto da qual se tem notícia.

O entendimento da 3ª Turma da Corte foi proferido por unanimidade. A decisão também chama a atenção porque nela os ministros declaram que a relação entre plataforma e motoristas possui caráter civil — não trabalhista —, embora reforcem que nesses contratos ainda "não foi reconhecida a existência de vínculo empregatício" pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com Paulo Vinícius de Carvalho Soares, sócio do Lee Brock Camargo Advogados e representante da 99 no processo, o motorista aceitava corridas e terminava em ponto diferente do que constava no aplicativo. "Parecia uma forma de burlar o app, como se ele mesmo pedisse a corrida de um celular e aceitasse de outro telefone para obter ganho sem rodar o carro", afirma. "Ao ser questionado pela 99 porque ele não fazia as corridas até o fim, o motorista não apresentou justificativa".

De acordo com a cláusula 8 dos Termos de Uso da 99, a plataforma pode suspender ou cancelar o cadastro do motorista com base na avaliação dos usuários, análise do percentual de cancelamentos ou outros critérios, como suposta prática de atividade fraudulenta.

Ao ser desligado da 99, o motorista alegou que não teve o direito de exercer sua defesa, não foi previamente notificado pela plataforma e que a exclusão foi arbitrária. Insatisfeito, entrou com ação na Justiça do Distrito Federal para pedir a recondução ao pool de motoristas da 99, mais pagamento de indenização por dano moral de quase R$ 15 mil.

A primeira e a segunda instâncias do Judiciário mantiveram o cancelamento do cadastro do motorista da 99. Entenderam que a medida estaria de acordo com os termos de uso da plataforma. Inconformado, ele recorreu ao STJ.

A 3ª Turma da Corte concluiu que, "após ter violado os termos de conduta da plataforma, o recorrente [motorista] foi informado das razões que levaram à suspensão temporária do seu perfil do aplicativo", consta no acórdão. "Se tiver sido conferido o direito de defesa do motorista e, ainda assim, a plataforma concluir que restou comprovada a violação aos termos de conduta, não há abusividade no descredenciamento do perfil", acrescenta (REsp nº 2135783).

Para Soares, os termos de uso da 99 foram reconhecidos pelo STJ, caracterizando transparência. "Assim não há que se falar em hipossuficiência do motorista, nem interrupção abrupta do contrato que o impedisse de exercer o seu trabalho", afirma. "O voto da relatora, ministra Nancy Andrighi, ainda destaca que o descredenciamento pela plataforma visa proteger toda a sociedade."



DIVULGAÇÃO

Paulo Vinícius de Carvalho Soares: não há que se falar em hipossuficiência do motorista, nem interrupção abrupta do contrato

Segundo Cleber Venditti, professor do Insper e sócio do Mattos Filho Advogados, que patrocina o recurso da Uber no STF que definirá se a relação entre motorista e aplicativo é de vínculo de emprego (RExt 1446336), a decisão do STJ é um precedente relevante. Isso porque, diz ele, a decisão é de turma (não é monocrática, de um só ministro, como as do STF) e analisa o mérito tanto sobre o descredenciamento quanto da relação civil entre motorista e aplicativo.

"A decisão reconhece que a plataforma concedeu o direito à ampla defesa e ao contraditório do motorista, aplicando seus termos de serviço, com prévia notificação", afirma Venditti. "Ao lembrar que o STF ainda não decidiu se há vínculo empregatício na relação entre motorista e plataforma, prevalece o entendimento do STJ de que a natureza do contrato entre eles é civil", acrescenta.

> "Prevalece o entendimento do STJ de que a natureza do contrato é civil"
> *Cleber Venditti*

Já Guilherme Guimarães Feliciano, professor da Universidade de São Paulo (USP) e juiz do trabalho, aponta que o STJ não define jurisprudência para a Justiça trabalhista. "Somente o Tribunal Superior do Trabalho [TST] ou o STF têm essa competência, portanto, a decisão da 3ª Turma do STJ não é precedente que deve ser seguido obrigatoriamente na Justiça trabalhista", diz.

Feliciano afirma que o Pleno do STF deverá dizer se é possível haver vínculo empregatício entre motoristas e plataformas. "Mas se a discussão tratar de fraude, como no caso do descredenciamento de motorista, será sempre preciso analisar provas, o que é de competência da Justiça do Trabalho, conforme estabelece o inciso I do artigo 114 da Constituição Federal."

O magistrado destaca ainda o estudo "O Trabalho além do Direito do Trabalho" — que examinou 1.039 decisões do STF sobre reconhecimento de vínculo de emprego, proferidas de julho de 2023 até fevereiro de 2024. O levantamento também analisou processos sobre a relação entre trabalhadores e aplicativos.

Feliciano diz que a principal conclusão é a de que o STF está flexibilizando hipóteses de uso de um instrumento chamado reclamação constitucional. Por meio dela, a discussão trabalhista vai direto ao STF, sem passar pelo TST, quando se verifica que um precedente do Supremo foi descumprido.

"O processo da Cabify é um exemplo, mas como o Pleno do STF ainda não se manifestou sobre a possibilidade de vínculo entre motorista e aplicativo, ainda não existe precedente", afirma Feliciano (Rcl nº 60347). O estudo mostra também que em 82% dos casos examinados houve utilização da reclamação constitucional como se ela fosse um recurso, o que não é.

Da decisão da 3ª Turma, cabe recurso no próprio STJ ou diretamente para o STF, se for apresentado argumento constitucional. O advogado representante do motorista foi procurado pelo **Valor**, mas não se manifestou até o fechamento da edição.

Setor de turismo obtém exclusão do ISS do PIS/Cofins

Marcela Villar
De São Paulo

A Justiça Federal concedeu liminar ao Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo (Sindetur) que determina a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/ Cofins. A decisão, dada em mandado de segurança coletivo, pode beneficiar mais de 11 mil empresas associadas à entidade.

Esse é um dos temas tributários mais importantes para a União e está para ser definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral. O julgamento, com impacto estimado em R$ 35,4 bilhões, está pautado para o dia 28 de agosto.

Existem mais de 1,7 mil processos sobre o assunto, segundo dados públicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A questão estava sendo julgada no Plenário Virtual e foi transferida para o físico. O placar estava empatado e faltavam apenas os votos de três ministros: Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux. Os votos dos ministros aposentados serão preservados, mas os demais que já votaram no Plenário Virtual podem mudar de entendimento (RE 592616 ou Tema 118).

Na decisão liminar, o juiz federal Ricardo de Castro Nascimento, da 19ª Vara Cível Federal de São Paulo, também determinou a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins – a "tese do século", julgada pelo STF em 2017 (RE 574.706 ou Tema 69). Esse pedido não havia sido feito pelo Sindetur na petição inicial.



DIVULGAÇÃO

> "Liminar está em linha com entendimento do Supremo"
> *Frederico Bastos*

Segundo advogados, não haveria necessidade em incluir esse ponto na decisão porque o tributo estadual, desde o julgamento pelo Supremo, já não integra a base de cálculo das contribuições sociais. A única ressalva feita pelo Supremo foi a modulação (limitação) dos efeitos, em 2021, da decisão anterior, permitindo o benefício da exclusão de forma retroativa apenas para quem já tinha entrado com a ação antes de 2017.

O magistrado se baseou no precedente da "tese do século" para conceder a liminar no mandado de segurança coletivo ajuizado pela entidade. Ele ainda cita precedentes da 3ª, 4ª e 6ª Turmas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que abrange os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

De acordo com Nascimento, o mesmo fundamento da tese do ICMS se aplica a do ISS, pois o tributo não integra a receita bruta da empresa, já que os valores são transitórios e terão como destino final os cofres públicos.

"Seguindo a mesma lógica, o ISS, porque destina-se à arrecadação do Estado e não integra o patrimônio das empresas, não poderia ser considerado como faturamento para fins de base de cálculo do PIS e da Cofins", afirma o juiz, na decisão (processo nº 5017160-24.2024.4.03.6100).

Alex de Araújo Vieira, do VDR Advogados, que atua pelo Sindetur, destaca que entrou com a ação agora para os associados da entidade não ficarem de fora se os contribuintes saírem vencedores na tese em repercussão geral. Nos últimos julgamentos tributários, lembra, o STF tem modulado os efeitos da decisão para valer apenas para o futuro, ressalvados aqueles que já tinham ação.

"Esse timing é uma oportunidade de que as empresas têm de buscar o Judiciário antes do julgamento", afirma Alex Vieira. "Não queríamos correr o risco de se a tese vencedora tiver alguma modulação, ficassem excluídos os contribuintes que não tenham ajuizado ações."

Na visão dele, a liminar, dada nesta quarta-feira, 10, "traz moralidade na relação entre o Fisco e o contribuinte". "Obtivemos nada mais nada menos do que o direito de o contribuinte não pagar tributos que não acrescem o patrimônio dele", diz.

De imediato, pode ser usada para as empresas ainda não habilitadas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que zera as alíquotas dos tributos federais. O advogado Victor Hugo Di Ribeiro, também atuou no caso, em conjunto com Frederico Bastos, do BVZ Advogados.

Segundo Bastos, a discussão do ISS é uma das filhotes da "tese do século", do ICMS. "Uma era para os contribuintes que vendem mercadorias e essa é para quem presta serviços", afirma. A decisão em favor do sindicato, acrescenta, "está em linha com o entendimento do Supremo, de que valores monetários que transitam no patrimônio da empresa, mas que não se incorporam ao patrimônio dela, porque vão para os cofres públicos, não devem integrar a base".

O tributarista Anderson Mainates, do Cascione Advogados, lembra que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu o assunto de forma desfavorável aos contribuintes, em recurso repetitivo (Tema 634). "Entenderam que o critério de apuração e recolhimento do ISS é diferente do ICMS, que tem uma dinâmica de não cumulatividade", diz.

A tendência, no Supremo, é de um placar acirrado. Dos três ministros que faltam votar, Luiz Fux foi favorável aos contribuintes e Gilmar Mendes foi favorável à União ao julgarem a tese do século, em 2017. "O ponto de dúvida seria André Mendonça", afirma o advogado. Nunes Marques, acrescenta, embora não vote no julgamento de mérito porque sucedeu o antigo relator, Celso de Mello, assume a relatoria de eventuais embargos de declaração.

Procurada, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

Destaque

Imposto de Renda

Para tentar afastar a cobrança de crédito tributário determinado durante auto de infração, um homem entrou com um mandado de segurança na Justiça Federal alegando ter informado incorretamente que residia no exterior ao declarar o Imposto de Renda (IR). O caso foi julgado pela 13ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que negou a apelação contra a sentença que negou o mandado de segurança em primeira instância. Para o relator do caso, juiz federal convocado pelo TRF-1, Mateus Benato Pontalti, o requerente não conseguiu provar, por meio dos documentos juntados ao processo, que não residia no exterior à época das declarações. "Independentemente de ser o impetrante residente ou não no Brasil, fato é que se apresentou como residente no exterior por alguns anos seguidos, como comprovam suas próprias declarações de Imposto de Renda", diz ele, acrescentando ser necessário manter a sentença por ausência de direito líquido e certo. O auto de infração foi lavrado contra o homem por se ter verificado que a tributação dos rendimentos recebidos por pessoas físicas por ele declarada estava incorreta. Isso porque na declaração do Imposto de Renda dele constava a condição de residente definitivo no exterior e por isso deveria incidir alíquota de 15% sobre o valor líquido que ele recebia a título de rendimento de aluguéis (processo nº 1005783-43.2018.4.01.3400).

INÊS 249

IBS, local da operação e as operações de telecomunicação

Opinião Jurídica

Maurício Barros

No contexto da regulação infraconstitucional da Emenda Constitucional 132/2023, que instituiu um novo regime de tributação indireta moderno e tendente à simplificação, o governo federal apresentou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de tratar de outros temas relacionados à reforma. O PLP, considerando as alterações aprovadas na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (10), é extremamente sólido e com alta carga de tecnicidade, tendo sido fruto de intenso trabalho da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (SERT).

O extremo rigor técnico do texto original do PLP, contudo, não deixou de ter causado preocupações em alguns pontos sensíveis, alguns deles devidamente ajustados quando de sua aprovação na Câmara dos Deputados. Um desses pontos é o conceito de "local da operação" para fins de determinação do Estado e do município para os quais será devido o IBS nas operações efetuadas pelas empresas de telecomunicação. Além da definição do ente a arrecadar, considerando que as alíquotas do IBS poderão ser fixadas pelos Estados e municípios por meio de leis internas, a exata compreensão do local da operação também é relevante para definir as alíquotas a serem aplicadas nessas operações, ante a potencial pluralidade de alíquotas a serem instituídas.

O ponto polêmico é o artigo 11, inciso IX, do PLP. Isso porque, no texto original, constava como local da operação, no serviço de comunicação em que há transmissão por meio físico, o local da recepção dos serviços. A dificuldade de aplicação desse critério está no fato de que boa parte dos serviços de telecomunicação são recepcionados por aparelhos móveis e por pessoas com grande mobilidade. Nesses casos, quais seriam o(s) município(s) e o(s) Estado(s) a cobrar o IBS em uma viagem ou no caso de uma pessoa que diariamente transita por mais de um município nas suas atividades profissionais e pessoais? O que dizer dos consumidores residentes em áreas de fronteira com outros países, em que o elemento exportação (e a correspondente imunidade) poderia se fazer presente no debate?

Por sorte, o texto aprovado na Câmara foi amplamente melhorado nesse particular. Nesse ponto, o PLP determina que se considera local da operação, no "serviço de telefonia fixa e demais serviços de comunicação prestados por meio de cabos, fios, fibras e meios similares, o local de instalação do terminal".

Com efeito, o texto atual, ao mencionar "local de instalação do terminal", limita a sua aplicação aos serviços recepcionados por terminais fixos. Logo, no caso de recepção por terminais móveis, ou seja, em que não ocorre transmissão por "cabos, fios, fibras e meios similares", afasta-se a aplicação do inciso IX, substituindo-a pela cláusula residual do inciso X, que determina que, nos "demais serviços", o local da operação deverá ser considerado o local do domicílio principal do destinatário.

O avanço poderia ter sido ainda maior caso a expressão "serviços de comunicação", que é extremamente ambígua e causa enormes divergências no âmbito do ICMS, tivesse sido substituído, de modo a repelir ainda mais eventuais conflitos.

Isso porque a Constituição utiliza o termo "telecomunicações" na atribuição de competências regulatórias (artigo 21, inciso XI; artigo 22, inciso IV; artigo 48, inciso XII), mas o vago termo "comunicação" na definição da competência dos Estados para instituir o ICMS. Por conta disso, sempre houve espaço para uma interpretação elástica do Fisco quanto ao alcance do imposto estadual, muitas vezes para alcançar operações que não se amoldam à definição de "serviços de telecomunicação" prevista na Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

Nesse contexto, existem grandes contenciosos travados entre operadoras e Fiscos estaduais quanto ao enquadramento dos Serviços de Valor Adicionado (SVAs) prestados por essas empresas, serviços esses que não se incluem na definição de "serviços de telecomunicação" pela LGT (artigo 61). Nesses casos, discute-se se os SVAs configuram (1) "serviços de comunicação" tributáveis pelo ICMS, o que costuma ser a visão das autoridades, (2) outros serviços tributáveis pelo ISS, ou mesmo (3) serviços não tributáveis por nenhum desses impostos, por não configurarem "serviços de comunicação" e falta de previsão na lista de serviços da LC 116/03 (lei nacional do ISS).

Transpondo essa discussão para o PLP 68/2024, a vagueza do termo "serviços de comunicação" poderia ocasionar a cobrança do IBS por mais de um município ou mesmo mais de um Estado, ante a potencial aplicação do inciso IX do artigo 11 (local da recepção), por alguns, e da cláusula residual do inciso X do artigo 11 (critério do domicílio principal), por outros.

Além disso, considerando que as operadoras costumam comercializar combos contendo tanto serviços prestados por meio de cabos de fibra ótica quanto telefonia móvel, bem como que os consumidores podem acessar alguns serviços tanto em terminais fixos quanto no celular (ex.: TV a cabo), poderia haver dificuldade de determinação das alíquotas e/ou a aplicação de distintas alíquotas aplicadas nas mesmas contas, o que poderia causar complexidade.

Por tudo isso, o texto do PLP 68/2024 poderia ser aprimorado no Senado Federal para substituir a utilização do ambíguo termo "comunicações" por "telecomunicações", de modo a conferir maior precisão semântica à previsão legal e ter maior aderência aos dispositivos constitucionais de cunho regulatório (além da própria imunidade contida no parágrafo 3º do artigo 155 da CF/88). Além disso, adotar o domicílio principal do consumidor tenderia a evitar conflitos e complexidades desnecessários, com maior adesão ao novo princípio constitucional da simplicidade.

Maurício Barros é sócio de Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados, doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP, mestre em Direito Tributário pela PUC/SP, ex-juiz contribuinte do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo e pesquisador sênior do NEF-FGV

Banco Rabobank International Brasil S.A.

CNPJ/MF 01.023.570/0001-60 - NIRE 35.300.144.473

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07 de Junho de 2024

1. Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada no dia 07 do mês de junho de 2024, às 09:00 horas, na sede social do Banco Rabobank International Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na capital do estado de São Paulo, na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1240, 14º e 15º andares, Edifício Morumbi Corporate - Diamond Tower, Vila São Francisco, São Paulo/SP, CEP 04711-130. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, tendo-se em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes nesta Ata. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maikel Van Zaanen e secretariados pelo Sr. Pauleandro Miranda Duarte. **4. Ordem do Dia:** *(a)* ratificar e aprovar expressamente a distribuição e o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia aos seus acionistas **Rabobank International Holding B.V.** e **Green I B.V.,** com base no patrimônio líquido apurado no período entre 01 de janeiro de 2024 até 31 de março de 2024 e de acordo com a legislação vigente, conforme aprovado na Reunião de Diretoria da Companhia, realizada em 31 de março de 2024, e cuja respectiva Ata foi devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 193.120/24-0, em sessão de 30 de abril de 2024 ("Reunião de Diretoria"); e *(b)* ratificar e aprovar expressamente todos os atos praticados pela administração da Companhia para efetivação da distribuição e do pagamento de juros sobre o capital próprio aprovado na Reunião de Diretoria, incluindo, mas não se limitando, ao recolhimento do Imposto de Renda na Fonte de acordo com a legislação vigente. **5. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: **5.I.** Ratificar e aprovar a distribuição e o pagamento dos juros sobre o capital próprio, na forma da Lei 9.249/95, com base no patrimônio líquido apurado na forma da legislação em vigor, calculados com base na variação *pro rata die* da taxa de juros de longo prazo (TJLP), referente ao período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de março de 2024, no valor total bruto de R$ 84.414.355,20 (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e quatorze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), a serem distribuídos aos acionistas proporcionalmente ao número de ações detidas por eles na data da Reunião de Diretoria, da seguinte forma: **(i)** R$ 84.414.098,92 (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e quatorze mil, noventa e oito reais e noventa e dois centavos) ao acionista **Rabobank International Holding B.V.**, sociedade constituída e existente segundo as leis dos Países Baixos (Holanda), com sede em Utrecht, Países Baixos (Holanda), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.539/0001-92, deduzindo-se do referido pagamento o valor de R$ 12.662.114,84 (doze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e quatorze reais e oitenta a quatro centavos) a título de Imposto de Renda na Fonte, totalizando o valor líquido de R$ 71.751.984,08 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oito centavos); e **(ii)** R$ 256,28 (duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos) ao acionista **Green I B.V.**, sociedade constituída e existente segundo as leis dos Países Baixos (Holanda), com sede em Utrecht, Países Baixos (Holanda), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.066.244/0001-35, deduzindo-se do referido pagamento o valor de R$ 38,44 (trinta e oito reais e quarenta a quatro centavos) a título de Imposto de Renda na Fonte, totalizando o valor líquido de R$ 217,84 (duzentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos). **5.II.** Ratificar e aprovar todos os atos praticados pela administração da Companhia para efetivar a distribuição e o pagamento de juros sobre o capital próprio aprovado na Reunião de Diretoria, incluindo, mas não se limitando, o recolhimento do Imposto de Renda na Fonte de acordo com a legislação vigente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Sr. Maikel Van Zaanen, presidente; e Sr. Pauleandro Miranda Duarte, secretário. Acionistas: **Rabobank International Holding B.V.,** representada por Maikel Van Zaanen e Mario Miguel da Silva Ferreira; e **GREEN I B.V.**, representada por Maikel Van Zaanen e Mario Miguel da Silva Ferreira. São Paulo, 07 de junho de 2024. Mesa: **Maikel Van Zaanen -** Presidente da Mesa; **Pauleandro Miranda Duarte -** Secretário da Mesa. Acionistas: **Rabobank International Holding B.V. - Maikel Van Zaanen, Mario Miguel da Silva Ferreira; GREEN I B.V. - Maikel Van Zaanen, Mario Miguel da Silva Ferreira. JUCESP** nº 260.183/24-6 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 456ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0324425) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 456ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 456ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 2 de dezembro de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **31 de julho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A declaração do vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 8.1 (v) da CCB, caracterizado pelo inadimplemento, pela Devedora e pelos Garantidores, de obrigação pecuniária com vencimento em 5 de abril de 2024, 6 de maio de 2024, 5 de junho de 2024 e 5 de julho de 2024, observado o descumprimento do prazo de cura concedido na Assembleia Especial de Titulares dos CRI, realizada em 5 de abril de 2024, conforme previsto no cronograma de pagamentos estabelecido no Anexo I da CCB, considerando o decurso do prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis sem o saneamento do referido inadimplemento pela Devedora e pelos Garantidores; **(ii)** Caso não seja aprovado o item "i" da Ordem do Dia, a concessão de prazo adicional até 15 de agosto de 2024 para pagamento das obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, conforme descritas no item (i) da Ordem do Dia pela Devedora e/ou pelos Garantidores; **(iii)** A utilização dos recursos atualmente disponíveis no Fundo de Obras, considerando a paralisação das obras do Empreendimento, para a amortização extraordinária dos CRI e não, para a Devedora, sem o atendimento das regras previstas na Cláusula 8.8 do Termo de Securitização e 5.8 da CCB; **(iv)** A contratação de empresa especializada, às expensas do Patrimônio Separado, para avaliação da situação atual das obras do(s) Imóvel(is) Destinatário(s), conforme proposta de prestação de serviços a ser apresentada aos Titulares dos CRI na data da Assembleia; e **(v)** A contratação de assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, com proposta a ser apresentada em Assembleia, para assessorar eventual reestruturação da Emissão e defesa dos interesses do CRI, conforme termos, escopo e condições, da reestruturação, a serem oportunamente aprovados pelos Titulares dos CRI em Assembleia Especial de Titulares dos CRI, a ser convocada com esta finalidade específica. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 456ª Série da 1ª Emissão - IF 21L0324425), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matéria(s) objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração do quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos de Representação. São Paulo, 11 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Sinco São Paulo Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 09.187.389/0001-09 – NIRE 35.230.905.985 | **Ata de Reunião de Sócios**

Em 10/07/2024, às 10h00, na sede social, com a totalidade dos sócios. **Mesa**: Presidente: Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário: Antônio Tadeu Jallad. **Deliberações**: (i) Aprovar a redução do capital social, excessivo em relação ao objeto social, **de R$ 7.000.000,00 para R$ 5.500.000,00**. (ii) Aprovam a consolidação do Contrato Social. **Encerramento**: Nada mais.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DATAS: 1º LEILÃO: 24/JULHO/2024, ÀS 15:00h | 2º LEILÃO: 25/JULHO/2024, ÀS 15:00h – LEILÃO ONLINE

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.017/0001-51** e 2º) **MASA DEZENOVE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.036/0001-88**, **venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Mogi das Cruzes/SP em 01 de agosto de 2022, o **IMÓVEL**: **LOTE Nº 23 DA QUADRA 13,** do loteamento **RESIDENCIAL VENEZA I**, Bairro do Rio Acima, Mogi das Cruzes/SP**,** assim descrito e caracterizado: Medindo 10,50m de frente para Rua 10, 10,53m nos fundos confrontando com o Caminho Velho; 29,12m do lado esquerdo de quem da Rua 10 olha para o terreno confrontando com o lote 24; 29,94m do lado direito confrontando com o lote 22, encerrado uma área de 309,86m2. Matrícula imobiliária nº 62.296 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Mogi das Cruzes/SP. CCM: 15.217.023-4. Consolidação da propriedade 17/06/2024**. VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 282.565,16. 2º LEILÃO: R$ 261.255,73.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento das Comitentes, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Matheus Abussamra Marcondes, CPF: 427.149.278-74 e Ana Paula Mendes da Cruz, CPF: 319.513.308-38,** comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. As Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA 18 DE MARÇO DE 2024

DATA E HORÁRIO: Dia 18 de março de 2024, às 9:00 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, com fundamento no artigo 124, parágrafo 4º da Lei n° 6404/1976, na forma posteriormente alterada. **MESA:** Presidente: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretária: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de novos membros da Diretoria Estatutária. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas em discussão e votação, a Ordem do Dia foi deliberada conforme segue: **Eleição de novo membro da Diretoria Estatutária:** Os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Sociedade") decidiram eleger os Srs. **CAMILA SIMON PALLAVICINI**, brasileira, casada, economista, portadora do RG n° 19.419.312-3 SSP/SP e CPF/MF nº 221.285.538-90, **IZABEL CABRAL NEVES**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do RG n° 16.633.295-1 SSP/SP e CPF/MF n° 117.103.978-61 e **FABIO CHIAMOLERA JACOB**, brasileiro, casado, bancário, portador do RG n° 22.692.197-9 e CPF/MF 246.557.428-01, ambos domiciliados na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul - 9º ao 11º andares, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, para exercer o cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade, com prazo de mandato coincidente com dos demais membros, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas do exercício de 2025. Para todos os fins e efeitos de direito, os Diretores ora eleitos declaram aceitar sua nomeação, ficando determinado que somente serão empossados em seu cargo de Diretor após a homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil. Ademais, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência ou contra as relações de consumo, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, conforme disposto no artigo. 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002). A Sociedade declara, por seus acionistas, que os Diretores ora eleitos (i) preenchem as condições previstas nas regulamentações emanadas do Banco Central do Brasil, (ii) têm pleno conhecimento das disposições constantes do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976, e (iii) firmaram declaração de desimpedimento, a qual está arquivada em sua sede. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes e assinada em 1 (uma) via, valendo desta forma para todos os fins legais, nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001. **Local e Data:** São Paulo, 18 de março de 2024. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES. Certifico que a presente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 18 de março de 2024, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 218.726/24-7, datado de 07 de junho de 2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2023

DATA E HORÁRIO: Dia 01 de setembro de 2023, às 10 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul - 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, bem como a publicação dos avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, com fundamento nos parágrafos 4º dos mesmos artigos acima mencionados. **MESA:** Presidente: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA: Renúncia do Diretor Sr. ORONZO CHIARELLA. DELIBERAÇÕES:** Colocada a matéria constante da Ordem do Dia em análise, foi ela assim deliberada pelos acionistas: Os acionistas reunidos, por unanimidade, acolheram o pedido de renúncia do **SR. ORONZO CHIARELLA** ao mandato para o qual foi eleito em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2016, conforme termo de renúncia em anexo. Aproveitam os acionistas para consignar os mais sinceros agradecimentos ao Sr. Oronzo por toda colaboração dada durante o tempo em que aqui atuou, razão pela qual a Sociedade lhe confere a mais ampla quitação quanto às obrigações assumidas durante o mandato ora encerrado. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e pelos acionistas presentes e assinada. **Local e Data:** São Paulo, 01 de setembro de 2023. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES; CETELEM AMÉRICA LTDA. p/p Giovanni Léo Gelape. Certifico que apresente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 01 de setembro de 2023, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 387.401/23-4, datado de 28 de setembro de 2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2023

DATA E HORÁRIO: Dia 01 de novembro de 2023, às 11:00 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul - 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, com fundamento no artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6404/76, na forma posteriormente alterada. **MESA:** Presidente: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA:** Pagamento aos Acionistas de Dividendos. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas em discussão e votação, a Ordem do Dia foi deliberada conforme segue: Os acionistas aprovaram, nesta data, a destinação de R$ 135.764.000,00 (cento e trinta e cinco milhões e setecentos e sessenta quatro mil reais) provenientes da conta de Reserva Estatutárias de Lucros, ao pagamento de Dividendos aos acionistas, na proporção de suas participações no capital social, até o dia 30 de novembro de 2023. **ACIONISTA - DIVIDENDOS (R$);** BNP Paribas S.A. - R$ 103.690.307,05; Ricardo Constancio Vaz Guimarães - R$ 877,13; Cetelem America - R$ 32.072.815,82; **TOTAL -** R$ 135.764.000,00. Por fim, os acionistas ratificam a renúncia dos seguintes valores (i) R$85,28 (oitenta e cinco Reais e vinte e oito centavos) dos dividendos obrigatórios e referentes ao exercício fiscal de 2022, formalizado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 23 de março de 2023, e (ii) o valor acima disposto de R$877,13 (oitocentos e setenta e sete Reais e treze centavos), ambos do acionista Sr. Ricardo Constancio Vaz Guimarães, a serem redistribuídos ao BNP Paribas S.A. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes e assinada. **Local e Data:** São Paulo, 01 de novembro de 2023. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES; CETELEM AMÉRICA LTDA. p/p Giovanni Léo Gelape. Certifico que a presente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 01 de novembro de 2023, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 444.835/23-4, datado de 17 de novembro de 2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA 04 DE MARÇO DE 2024

DATA E HORÁRIO: Dia 04 de março de 2024, às 9:00 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, com fundamento no artigo 124, parágrafo 4º da Lei n° 6404/1976, na forma posteriormente alterada. **MESA:** Presidente: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretária: Thaís Campos da Silva Koengnikam. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de novo membro da Diretoria Estatutária. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas em discussão e votação, a Ordem do Dia foi deliberada conforme segue: **Eleição de novo membro da Diretoria Estatutária:** Os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Sociedade") decidiram eleger a Sra. **MARIA LUIZA GREGÓRIO PAIVA**, brasileira, casada, economista, portadora do RG n° 43.706.260-0 SSP/SP e CPF/MF nº 218.160.608-01, domiciliada na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul - 9º ao 11º andares, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, para exercer o cargo de Diretora sem designação específica da Sociedade, com prazo de mandato coincidente com dos demais membros, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas do exercício de 2025. Para todos os fins e efeitos de direito, a Diretora ora eleita declara aceitar sua nomeação, ficando determinado que somente será empossada em seu cargo de Diretora após a homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil. Ademais, declara sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência ou contra as relações de consumo, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, conforme disposto no artigo. 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002). A Sociedade declara, por seus acionistas, que a Diretora ora eleita (i) preenche as condições previstas nas regulamentações emanadas do Banco Central do Brasil, (ii) tem pleno conhecimento das disposições constantes do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976, e (iii) firmou declaração de desimpedimento, a qual está arquivada em sua sede. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes e assinada em 1 (uma) via, valendo desta forma para todos os fins legais, nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001. **Local e Data:** São Paulo, 04 de março de 2024. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretária da Reunião: Thaís Campos da Silva Koengnikam. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES. Certifico que a presente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 04 de março de 2024, lavrada em livro próprio. (a) Thaís Campos da Silva Koengnikam - Secretária. JUCESP nº 207.246/24-5, datado de 21 de maio de 2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2023

DATA E HORÁRIO: Dia 18 de agosto de 2023, às 10 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul - 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, bem como a publicação dos avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, com fundamento nos parágrafos 4º dos mesmos artigos acima mencionados. **MESA:** Presidente: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA: Renúncia do Diretor Sr. JEAN CHRISTOPHE PIERRE FRANÇOIS COQUILLAUD. DELIBERAÇÕES:** Colocada a matéria constante da Ordem do Dia em análise, foi ela assim deliberada pelos acionistas: Os acionistas reunidos, por unanimidade, acolheram o pedido de renúncia do **SR. JEAN CHRISTOPHE PIERRE FRANÇOIS COQUILLAUD** ao mandato para o qual foi eleito em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2022, conforme termo de renúncia em anexo. Aproveitam os acionistas para consignar os mais sinceros agradecimentos ao Sr. Jean Christophe por toda colaboração dada durante o tempo em que aqui atuou, razão pela qual a Sociedade lhe confere a mais ampla quitação quanto às obrigações assumidas durante o mandato ora encerrado. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e pelos acionistas presentes e assinada. **Local e Data:** São Paulo, 18 de agosto de 2023. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES; CETELEM AMÉRICA LTDA. p/p Giovanni Léo Gelape. Certifico que a presente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 18 de agosto de 2023, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 388.119/23-8, datado de 29 de setembro de 2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2024

DATA E HORÁRIO: Dia 1º de fevereiro de 2024, às 11 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul - 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, com fundamento no artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6404/76, conforme alterada. **MESA:** Presidente: Ricardo Constâncio Vaz Guimarães; Secretário: Frédéric Jean-Christophe Thomas. **ORDEM DO DIA:** I) Aprovar o Protocolo e Instrumento de Justificação e Incorporação da Cetelem América Ltda. pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Companhia") ("Protocolo"); II) Ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada que elaborou o Laudo de Avaliação do acervo líquido da incorporada a ser vertido à Companhia; III) Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela empresa especializada; IV) Aprovar a incorporação da Cetelem América Ltda. pela Companhia; V) Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os efeitos decorrentes da incorporação; VI) Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos que se façam necessários à efetivação da incorporação; e VII) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: **1.** Aprovar, depois de examinados e discutidos, sem quaisquer restrições e ressalvas, os termos, condições e justificava do Protocolo e Instrumento de Justificação e Incorporação da Cetelem América Ltda. pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Protocolo"), celebrado nesta data, entre a Companhia e a **Cetelem América Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 161, 18º andar, Alphaville Industrial, CEP 06454-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.947.428/0001-09, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.214.438.707 ("CETELEM AMÉRICA"), o qual passa a fazer parte integrante desta ata como seu Anexo I. O Protocolo dispõe sobre a incorporação da CETELEM AMÉRICA pela Companhia, com a consequente extinção da incorporada, estabelecendo os termos e condições gerais da operação pretendida, as suas justificativas e o critério de avaliação do patrimônio líquido a ser vertido à Companhia. **2.** Ratificar a nomeação da empresa especializada **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.**, sociedade de profissionais estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732, 16º andar, partes 1 e 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o no 2SP000160/O-5, como responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da CETELEM AMÉRICA, elaborado com base no seu respectivo valor contábil, na posição de 30/09/2023 ("Laudo de Avaliação"). **3.** Aprovar sem qualquer ressalva, depois de lido e discutido, o Laudo de Avaliação elaborado pela **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.**, acima qualificada, nos termos da legislação aplicável e de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária, para efeitos da incorporação da CETELEM AMÉRICA pela Sociedade, o qual passa a fazer parte integrante desta ata como seu Anexo II. Com base no Laudo de Avaliação, o acervo líquido da CETELEM AMÉRICA é de R$978.971.867,67 (novecentos e setenta e oito milhões, novecentos e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e sete centavos), destacando-se a participação societária que esta detém na Companhia. **4.** Aprovar de forma definitiva e sem quaisquer ressalvas a incorporação da CETELEM AMÉRICA pela Companhia, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo, sucedendo a Companhia a CETELEM AMÉRICA em todos os direitos e obrigações, na forma da lei. Consignar que, em razão da incorporação ora aprovada, a CETELEM AMÉRICA será extinta de pleno direito. **5.** Fazer constar que, dentre os ativos que compõem o acervo patrimonial da CETELEM AMÉRICA destacam-se 73.131 (setenta e três mil, cento e trinta e uma) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da própria Companhia, as quais são neste ato canceladas, sem redução do capital social. **6.** Em consequência da incorporação, o capital social da Companhia será aumentado no montante de R$3.413.723,93 (três milhões, quatrocentos e treze mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), correspondente ao valor do acervo líquido contábil da CETELEM AMÉRICA, desconsiderando o valor equivalente à sua participação societária na Companhia, tudo nos termos do Laudo de Avaliação referido nos itens 2 e 3 acima, sem emissão de novas ações. **7.** Em razão das deliberações acima, o capital social é alterado, passando dos atuais R$2.755.679.400,35 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quatrocentos reais e trinta e cinco centavos), dividido em 309.563 (trezentas e nove mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$2.759.093.124,28 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, noventa e três mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos), dividido em 236.432 (duzentas e trinta e seis mil, quatrocentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **8.** Desta forma, o *artigo* 5º do Estatuto Social, passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º** - O capital social da Sociedade é de R$2.759.093.124,28 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, noventa e três mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos), dividido em 236.432 (duzentas e trinta e seis mil, quatrocentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, com direito a voto e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas, distribuídas entres os acionistas da seguinte maneira: **(a) BNP PARIBAS** possui 236.430 (duzentas e trinta e seis mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal; e **(b) RICARDO CONSTÂNCIO VAZ GUIMARÃES** possui 2 (duas) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal."* **9.** Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos que se fizerem necessários à perfeita implementação e formalização da incorporação da CETELEM AMÉRICA pela Companhia, ora deliberada e aprovada, inclusive perante todos os órgãos públicos e terceiros em geral. **10.** Fazer constar que (i) as deliberações ora aprovadas ficam condicionadas à homologação pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável; e (ii) uma vez cumpridas as formalidades pertinentes, as deliberações ora tomadas serão consideradas eficazes desde a data do presente documento. **11.** Por fim, resolvem consolidar o Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a redação constante do Anexo III à presente ata. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **LOCAL E DATA:** São Paulo/SP, 1º de fevereiro de 2024. Mesa: Ricardo Constâncio Vaz Guimarães - *Presidente;* Frédéric Jean-Christophe Thomas - *Secretário.* Acionistas: **BNP PARIBAS:** p.p. Ricardo Constâncio Vaz Guimarães; p.p. Frédéric Jean-Christophe Thomas; Ricardo Constâncio Vaz Guimarães; **CETELEM AMÉRICA LTDA.:** Giovanni Leo Gelape. JUCESP - Registro nº 211.289/24-3, em 24.05.2024 (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

DATA E HORÁRIO: Dia 15 de abril de 2024, às 11:00 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, com fundamento no artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6404/76, na forma posteriormente alterada. **MESA:** Presidente: Ricardo Constâncio Guimarães; Secretário: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) Aprovação do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Destinação do resultado do exercício. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas em discussão e votação, a Ordem do Dia foi deliberada conforme segue: **(i) Aprovação do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.** Prestados os esclarecimentos necessários, os acionistas presentes, por unanimidade, aprovaram o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no "Valor Econômico", edição de 26 de março de 2024. **(ii) Destinação do resultado do exercício.** Os acionistas presentes deliberaram pela destinação de R$ 2.941.494,81 (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos) para a conta de reserva legal. Ato contínuo, deliberaram também pela destinação do montante de R$ 52.946.906,64 (cinquenta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e seis reais e sessenta e quatro centavos) para a conta de reserva estatutária de lucros. Por fim, aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R$ 2.941.494,81 (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos) até o dia 30 de novembro de 2024, aos acionistas da Sociedade na data de 29 de dezembro de 2023, na seguinte proporção: BNP Paribas S.A. - R$ 2.246.578,63; Cetelem América LTDA. - R$ 694.897,18; Ricardo Constâncio Vaz Guimarães - R$ 19,00; **Total - R$ 2.941.494,81.** Fazendo uso da palavra, o acionista Ricardo Constâncio Vaz Guimarães, manifestou seu desinteresse pela percepção dos dividendos relativos ao exercício de 2023, devendo o respectivo valor ser revertido em favor da Sociedade. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes e assinada. **Local e Data:** São Paulo, 15 de abril de 2024. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Marcelo Mendes Sellan; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 15 de abril de 2024, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 197.323/24-8, datado de 08 de maio de 2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2024012000283 - Fornecimento materiais elétricos para futura Unidade Franca. Abertura: 29/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000284 - Fornecimento futuro e eventual de hamburguer de fraldinha para Diversas Unidades. Abertura: 26/07/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA **FERNANDO JOSÉ CERELLO G. PEREIRA**, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular nº 10149276009, datado de 09/06/2020, no qual figura como fiduciante **William Santos da Conceição**, brasileiro, solteiro, maior, assessor I, RG nº 49.329.728-5-SSP/SP, CPF nº 408.301.008-81, residente e domiciliado na cidade de São Paulo – SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 22 de julho de 2024, às 15h00**, endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 291.152,65 (duzentos e noventa e um mil, cento e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Apartamento nº 55, localizado no 5º Pavimento do Condomínio Residencial Siena, situado na Rua Muquerpe, nº 241 – Bairro Cidade Líder, São Paulo /SP, contendo uma área privativa construída de 46,92m², uma área comum construída de 11,93m², uma área total construída de 58,85m², uma área de terreno comum de 25,51m², uma área total de 84,35m², uma área de terreno exclusiva de 11,73m² correspondente de uma fração ideal no terreno de 1,601%, já incluído o direito de estacionamento de um veículo de passeio. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 174.189 do 16º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital – SP.** Obs. (B) Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **01 de agosto de 2024, às 15h00**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 203.899,16 (duzentos e três mil oitocentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outorgado em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance online ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

megaleilões

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2023

DATA E HORÁRIO: Dia 06 de novembro de 2023, às 10 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul - 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, bem como a publicação dos avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, com fundamento nos parágrafos 4º dos mesmos artigos acima mencionados. **MESA:** Presidente: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA: Renúncia do Diretor Sr. MARCELLO PECCININI DE CHIARO. DELIBERAÇÕES:** Colocada a matéria constante da Ordem do Dia em análise, foi ela assim deliberada pelos acionistas: Os acionistas reunidos, por unanimidade, acolheram o pedido de renúncia do **SR. MARCELLO PECCININI DE CHIARO** ao mandato para o qual foi eleito em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2018, conforme termo de renúncia em anexo. Aproveitam os acionistas para consignar os mais sinceros agradecimentos ao Sr. Marcello por toda colaboração dada durante o tempo em que aqui atuou, razão pela qual a Sociedade lhe confere a mais ampla quitação quanto às obrigações assumidas durante o mandato ora encerrado. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e pelos acionistas presentes e assinada. **Local e Data:** São Paulo, 06 de novembro de 2023. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES; CETELEM AMÉRICA LTDA. p/p Giovanni Léo Gelape. Certifico que a presente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 06 de novembro de 2023, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 448.588/23-7, datado de 24 de novembro de 2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA 14 DE AGOSTO DE 2023

DATA E HORÁRIO: Dia 14 de agosto de 2023, às 9:00 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, com fundamento no artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6404/76, na forma posteriormente alterada. **MESA:** Presidente: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de novo membro da Diretoria Estatutária. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas em discussão e votação, a Ordem do Dia foi deliberada conforme segue: **Eleição de novo membro da Diretoria Estatutária:** Os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Sociedade") decidiram eleger o Sr. **GIOVANNI LÉO GELAPE**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG n° 64.116.502-X SSP/SP e CPF/ME nº 011.722.196-13, domiciliado na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul - 9º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-906, para exercer o cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade, com prazo de mandato coincidente com dos demais membros, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas do exercício de 2025. Para todos os fins e efeitos de direito, o Diretor ora eleito declara aceitar sua nomeação, ficando determinado que somente será empossado em seu cargo de Diretor após a homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil. Ademais, declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo enquanto perdurarem os efeitos da condenação, conforme disposto no artigo 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002). A Sociedade declara, por seus acionistas, que o Diretor ora eleito (i) preenche as condições previstas nas regulamentações emanadas do Banco Central do Brasil, (ii) tem pleno conhecimento das disposições constantes do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976, e (iii) firmou declaração de desimpedimento, a qual está arquivada em sua sede. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes e assinada em 1 (uma) via, valendo desta forma para todos os fins legais, nos termos do artigo 10 da Medida Provisória 2.200-2/2001. **Local e Data:** São Paulo, 14 de agosto de 2023. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES; CETELEM AMÉRICA LTDA. p/p Giovanni Leo Gelape e Nicolas Kern. Certifico que a presente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 14 de agosto de 2023, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 465.013/23-5, datado de 12 de dezembro de 2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2023

DATA E HORÁRIO: Dia 20 de outubro de 2023, às 10 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul - 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, bem como a publicação dos avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, com fundamento nos parágrafos 4º dos mesmos artigos acima mencionados. **MESA:** Presidente: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA: Renúncia do Diretor Sr. ANTONIO EDUARDO ALVES PENTEADO DO NASCIMENTO. DELIBERAÇÕES:** Colocada a matéria constante da Ordem do Dia em análise, foi ela assim deliberada pelos acionistas: Os acionistas reunidos, por unanimidade, acolheram o pedido de renúncia do **SR. ANTONIO EDUARDO ALVES PENTEADO DO NASCIMENTO** ao mandato para o qual foi eleito em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de março de 2021, conforme termo de renúncia em anexo. Aproveitam os acionistas para consignar os mais sinceros agradecimentos ao Sr. Antonio por toda colaboração dada durante o tempo em que aqui atuou, razão pela qual a Sociedade lhe confere a mais ampla quitação quanto às obrigações assumidas durante o mandato ora encerrado. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e pelos acionistas presentes e assinada. **Local e Data:** São Paulo, 20 de outubro de 2023. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES; CETELEM AMÉRICA LTDA. p/p Giovanni Léo Gelape. Certifico que a presente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 20 de outubro de 2023, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 481.595/23-5, datado de 19 de dezembro de 2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 049/2024 – EDITAL 051/2024 – cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE LABORATÓRIO DE APOIO, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS DAS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAL PARA OS USUÁRIOS "SUS" DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 17/07/2024 até 29/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 29/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 12/07/2024. Ituverava-SP, 11 de julho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – PREFEITURA DO CAMPUS LUIZ DE QUEIROZ - AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024 – PROC. SEI Nº 154.00002635/2024-91

Torna público o pregão eletrônico nº 90002/2024, menor preço, cujo objeto é **aquisição de papel higiênico e papel toalha interfolhada**, conforme edital e anexos disponíveis a partir de 12/07/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. As propostas eletrônicas serão recebidas a partir do dia 12/07/2024, às 08 horas, estando a sessão de disputa agendada para o dia 30/07/2024 às 09 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ nº 61.529.343/0001-32 – NIRE 35.300.053.800

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 29.4.2024

Data, Hora, Local: Em 29.4.2024, às 11h30, de modo exclusivamente digital. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Quórum de Instalação:*** Mais de dois terços do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Companhia e representantes da KPMG Auditores Independentes, de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 134 da Lei nº 6.404/76. ***Publicações Prévias:*** a) os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados, em 28.3.2024, no jornal "Valor Econômico", páginas E7 e E8; b) o Edital de Convocação foi publicado nos dias 16, 17 e 18.4.2024 no Jornal "Valor Econômico", páginas E5, E2 e E2, respectivamente. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** • aprovaram proposta do Conselho de Administração para alterar parcialmente o Estatuto Social, em decorrência do aumento do número máximo de integrantes da Diretoria, elevando-o de 5 (cinco) para 6 (seis) membros, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 13 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 13)** A Diretoria será composta de 2 (dois) a 6 (seis) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e os demais sem designação especial, nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Terá as atribuições e deveres que a lei lhe confere para assegurar o perfeito funcionamento da Sociedade.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1. tomaram conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e aprovaram, sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023, cuja apresentação, que ficará arquivada na Sede Social, foi conduzida pelo senhor Vinícius Panaro, tendo participado, também, o representante da KPMG Auditores Independentes, CRC 2SP027685/O-0 F SP, senhor Cláudio Rogélio Sertório - CRC 1SP212059/O-0, que se colocou à disposição para esclarecimentos, sem que ninguém tivesse se manifestado; 2. aprovaram a destinação o lucro líquido do exercício de 2023, no montante de R$4.577.378.030,69, sendo que R$278.335.330,47 foi utilizado para compensação do prejuízo, devido ao ajuste reflexo de investimento no Banco Bradesco S.A. que, em 1º.1.2023, adotou um novo pronunciamento contábil, a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50), sendo os impactos decorrentes da adoção reconhecidos retrospectivamente, após o que teve a seguinte destinação: R$214.952.135,01 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$544.401.307,63 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$3.539.689.257,58 para distribuição aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, dos quais R$1.467.689.257,58, integralmente declarados e pagos, e R$2.072.000.000,00, declarados em 15.12.2023, os quais serão pagos em 28.6.2024, reiterando que não será proposta à Assembleia nova distribuição de dividendos/juros sobre o capital próprio relativos ao ano de 2023; 3. atendendo ao disposto no "caput" do Artigo 10 do Estatuto Social, foram reeleitos para compor o Conselho de Administração da Sociedade: ***Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, viúvo, em união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Vice-Presidente: Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Membros: Denise Aguiar Alvarez***, brasileira, divorciada, educadora, RG 5.700.904-1/SSP-SP, CPF 032.376.698/65; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62; ***Rubens Aguiar Alvarez***, brasileiro, casado, empresário, RG 13.129.521-4/SSP-SP, CPF 136.527.778/08; ***Octavio de Lazari Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37; ***Marcelo de Araújo Noronha***, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; ***Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***Rogério Pedro Câmara***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 063.415.178/90; ***Moacir Nachbar Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.708/66; e ***Maria Angela Aguiar***, brasileira, separada consensualmente, empresária, RG 10.237.872-1/SSP-SP, CPF 000.548.238/03, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Ato contínuo, esclareceu o Secretário que os membros reeleitos: **1)** terão mandato de 3 (três) anos, estendido até a posse dos conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027; e **2)** arquivaram na sede da Sociedade as respectivas declarações, sob as penas da lei, de que atendem as condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76; 4. fixaram, para os Administradores, a remuneração global anual, no montante de até R$100.800,00, com encargos, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração, respeitados os limites nesta Assembleia fixados. Em seguida, o Secretário esclareceu que: a) para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período; e b) todas as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas perante terceiros depois de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. ***Quórum das Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Matéria aprovada por unanimidade de votos dos acionistas; ***Assembleia Geral Ordinária:*** Matérias aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas, exceção à aprovação de contas, da qual se abstiveram de votar os legalmente impedidos. ***Lavratura e Publicação da Ata:*** Autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação no jornal "Valor Econômico", único jornal onde a Companhia veicula todas as suas publicações legais, com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Lavrada e lida, foi esta Ata aprovada por todos os acionistas que a assinarão eletronicamente. aa) Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior; Administrador: Milton Matsumoto; Auditor: Cláudio Rogélio Sertório; Acionistas: Fundação Bradesco e Nova Cidade de Deus Participações S.A., por seus procuradores senhores Sérgio Sanches Peres e Carlos Laurindo Barbosa; Denise Aguiar Alvarez e Rubens Aguiar Alvarez. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações**. a) Antonio Campanha Junior - *Secretário.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 215.518/24-0, em 4.6.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SYN prop e tech S.A. - CNPJ/ME 08.801.621/0001-86

RERRATIFICAÇÃO

Na publicação do Edital de Resgate Antecipado Facultativo Total de Debêntures publicado, neste jornal, edição de 11 de julho de 2024, por equívoco constou erroneamente valores no **(P.U.) Preço Unitário** e **Valor Total em Reais (R$),** sendo o correto:

Código CETIP	Tipo do Evento	(P.U.) Preço Unitário	Valor Total em Reais (R$)
CCPRB3	Amortização	1.000,00000000	200.000.000,00
CCPRB3	Juros	44,41849300	8.883.698,60
CCPRB3	Prêmio	4,74961743	949.923,49
Total a liquidar na CETIP		1.049,16811043	209.833.622,09
Valor nominal após o evento da Amortização		**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00333628282024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90122/2024.
Nº Processo: 024.00091773/2024-95.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento do Programa do Componente Especializado.
Total de Itens Licitados: 03 (três) itens licitados.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 12/07/2024.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 15/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 25/07/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 01.522.368/0001-82 NIRE 35.300.147.821

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2023

DATA E HORÁRIO: Dia 29 de dezembro de 2023, às 11:00 horas. **LOCAL:** Na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul - 10º andar. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, com fundamento no artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6404/76, na forma posteriormente alterada. **MESA:** Presidente: Ricardo Constâncio Vaz Guimarães; Secretário: Rogério Monteiro. **ORDEM DO DIA:** Pagamento de Dividendos. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas em discussão e votação, a Ordem do Dia foi deliberada conforme segue: Tendo a Sociedade que proceder à destinação do resultado do exercício fiscal de 2023 até a data da presente AGE, os Acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Sociedade"), aprovaram que a mesma ocorresse mediante o pagamento aos Acionistas de Dividendos pelo valor de até 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício fiscal de 2023. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes e assinada. **Local e Data:** São Paulo, 29 de dezembro de 2023. (aa) Presidente da Reunião: Ricardo Constancio Vaz Guimarães; Secretário da Reunião: Rogério Monteiro. Acionistas presentes: BNP PARIBAS S.A. p/p Frédéric Jean-Christophe Thomas e Ricardo Constancio Vaz Guimarães; RICARDO CONSTANCIO VAZ GUIMARÃES; CETELEM AMÉRICA LTDA. p/p Giovanni Léo Gelape. Certifico que a presente é cópia fiel da Assembleia Geral Extraordinária, do BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., realizada em 29 de dezembro de 2023, lavrada em livro próprio. (a) Rogério Monteiro - Secretário. JUCESP nº 2.540/24-1, datado de 08 de janeiro de 2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BNP PARIBAS — O banco para um mundo em mudança

INÊS 249

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ n.º 29.309.127/0001-79 - NIRE 35.3.00378148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 02 de abril de 2024, às 8h horas, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 6º ao 21º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. MESA:** Para presidir os trabalhos, o acionista indicou o Sr. Fabian Rocha, que convidou o Sr. Erik Brunno Augusto para secretariá-lo. **4. ORDEM DO DIA:** discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: 4.1. Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista presente deliberou e aprovou, sem ressalvas, o quanto segue: 5.1. O acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, resolve aprovar a redução de capital social da Companhia em R$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais) de modo que o capital social da Companhia passará de R$ 19.006.234.652,59 (dezenove bilhões, seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) para R$ 16.806.234.652,59 (dezesseis bilhões, oitocentos e seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), mediante a restituição de capital ao acionista da Companhia no valor de R$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais), em moeda corrente nacional, com o cancelamento de 2.433.350.192 (duas bilhões, quatrocentas e trinta e três milhões, trezentas e cinquenta mil, cento e noventa e duas) ações representativas do capital social da Companhia ("Redução de Capital"). O acionista da Companhia consignou a Redução de Capital pois julgou o capital social excessivo em relação ao objeto, nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei nº 6.404/76. 5.1.1. Em decorrência da Redução de Capital, o acionista da Companhia registrou que a eficácia da deliberação de Redução de Capital fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições, cumulativamente: (i) publicação da presente ata antes do seu respectivo registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, em face do disposto no art. 174 da Lei nº 6.404/76; e (ii) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do extrato desta ata em jornal de grande circulação, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição à essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no artigo 174, § 2º da Lei n.º 6.404/76. 5.1.2. Face à redução de capital aprovada, uma vez cumpridas as condições suspensivas acima descritas, a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º** - O capital social é de R$ 16.806.234.652,59 (dezesseis bilhões, oitocentos e seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda nacional e bens, dividido em 12.215.449.622 (doze bilhões, duzentas e quinze milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, seiscentas e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal."* 5.1.3. O acionista autorizou a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no art. 130, §1° da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e data**: São Paulo, 02 de abril de 2024. **Mesa**: Presidente: **Fabian Rocha**; Secretário: **Erik Brunno Augusto. Presença**: Acionista José Seripieri Filho. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Fabian Rocha -** Presidente. **Erik Brunno Augusto -** Secretário. JUCESP 252.622/24-8, em 24/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ n.º 29.309.127/0001-79 - NIRE 35.3.00378148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 01 de abril de 2024, às 9 horas, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 6º ao 21º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. MESA:** Para presidir os trabalhos, o acionista indicou o Sr. Fabian Rocha, que convidou o Sr. Carlos Eduardo Lourenço para secretariá-lo. **4. ORDEM DO DIA:** discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: 4.1. Deliberar a absorção dos prejuízos acumulados mediante redução do capital social da Companhia. 4.2. Deliberar a consequente alteração do Artigo 5º da Companhia. 4.3. Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista presente deliberou e aprovou, sem ressalvas, o quanto segue: 5.1. Foi aprovada a absorção do saldo de prejuízos da Companhia no valor de R$ 6.035.250.752,63 (seis bilhões, trinta e cinco milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos), mediante a redução do valor do capital social da Companhia, conforme evidenciado no balanço patrimonial datado de 31 de dezembro de 2023, que integra esta ata como **Anexo I**. 5.2. Ato contínuo, diante da deliberação acima, foi aprovada a redução do capital social de R$ 19.006.234.652,59 (dezenove bilhões, seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) para R$ 12.970.983.899,96 (doze bilhões, novecentos e setenta milhões, novecentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), sem cancelamento de ações e sem qualquer restituição aos acionistas, mediante a absorção de prejuízos acumulados da Companhia constantes do balanço patrimonial do **Anexo I** ("Redução de Capital"). O acionista da Companhia consignou a Redução do Capital, para fins de absorção dos prejuízos acumulados, conforme exposto acima, nos termos dos artigos 173 da Lei nº 6.404/76. 5.3. Face à redução de capital aprovada, a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º** - O capital social é de R$ 12.970.983.899,96 (doze bilhões, novecentos e setenta milhões, novecentos e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda nacional e bens, dividido em 14.648.799.814 (quatorze bilhões, seiscentos e quarenta e oito milhões, setecentas e noventa e nove mil, oitocentas e quatorze) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.* 5.4. Por fim, o acionista autorizou a administração da Companhia a tomar as providências necessárias à efetivação de todas as deliberações ora deliberadas e aprovadas. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no art. 130, §1° da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e data**: São Paulo, 01 de abril de 2024. **Mesa**: Presidente: **Fabian Rocha**; Secretário: **Carlos Eduardo Lourenço. Presença**: Acionista José Seripieri Filho. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Fabian Rocha** - Presidente. **Carlos Eduardo Lourenço** - Secretário. JUCESP 195.197/24-0 em 03/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ n.º 29.309.127/0001-79 - NIRE 35.3.00378148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 14 de março de 2024, às 10h horas, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 6º ao 21º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fabian Rocha, e secretariados pelo Sr. Carlos Eduardo Lourenço. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo de Incorporação e Justificação celebrado pelas administrações da Companhia e da APS – ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE ("APS"), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.539.806/0001-52, ("Protocolo de Incorporação e Justificação"); 4.2.Ratificar a escolha dos peritos contábeis para proceder à avaliação do patrimônio líquido da APS e elaborar o respectivo laudo de avaliação; 4.3. Examinar e deliberar sobre o laudo de avaliação do patrimônio líquido da APS; 4.4. Examinar, discutir e deliberar sobre a incorporação da APS pela Companhia ("Incorporação"); 4.5. Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à Incorporação; **5. Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** 5.1. Após exame e discussão, os acionistas deliberaram pela aprovação, na íntegra, do Protocolo de Incorporação e Justificação da APS pela Companhia. 5.2. Os acionistas ratificaram a escolha, pelos Diretores da Companhia, dos peritos contábeis (i) **Maria Lucia Guilherme de Brito**, brasileira, contadora, portadora da carteira de identidade nº 088.050/O-0, expedida pelo CRC-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.195.477-05; (ii) **Marcia Rita Nefertite Capovilla Miranda**, brasileira, contadora, portador da carteira de identidade nº 188.938/O-9, expedida pelo CRC-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 133.913.198-60; e (iii) **Rafael Alves Santana**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 265.086-O/9, expedida pelo CRC-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 330.272.658-90, todos com endereço comercial à Avenida Barão de Tefé, nº 34, 9º andar, Bairro Saúde, CEP 20220-460, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, que procederam à elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da APS ("Laudo de Avaliação"), para fins de sua incorporação pela Companhia. 5.3. Após exame e discussão, o acionista deliberarou pela aprovação, sem quaisquer ressalvas ou restrições, do Laudo de Avaliação elaborado para fins da Incorporação, na data-base de 29 de fevereiro de 2024. O valor do patrimônio líquido da APS, a valor contábil, na data-base de 29 de fevereiro de 2024, foi avaliado em **R$ 119.973.738,65 (cento e dezenove milhões, novecentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos)**. 5.4. O acionista aprovou a Incorporação, nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação. 5.4.1. O acionista tomou ciência de que, tendo em vista que a Companhia é titular das quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da APS, tal incorporação não acarretará em aumento do capital social da AMIL. 5.4.2. Em função da Incorporação, ficam incorporados ao patrimônio da Companhia todos os ativos e passivos da APS. 5.4.3. Em virtude da Incorporação, a APS foi declarada extinta. 5.4.4. O acionista aprova que os efeitos das deliberações ora tomadas para a Incorporação dependem de autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação, sendo certo que aprovada a Incorporação pela ANS, o acionista decide por determinar um marco para a segregação das atividades entre as sociedades envolvidas na Incorporação, uma vez que é imprescindível para o andamento das atividades operacionais que a Incorporação seja efetivada no último dia útil do mês corrente em que a ANS autorizar a Incorporação. 5.5. Os Diretores da Companhia foram autorizados a praticar todos os atos necessários à implementação da Incorporação, incluindo todas as comunicações, registros e averbações, transferências patrimoniais, atualização de cadastros, inclusive, fiscais e regulatórios, em todos os órgãos competentes, podendo praticar tudo o que se fizer necessário. **6. Encerramento e lavratura e leitura da ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no art. 130, §1° da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e data**: São Paulo, 14 de março de 2024. **Mesa**: Presidente: **Fabian Rocha**; Secretário: **Carlos Eduardo Lourenço. Presença**: Acionista José Seripieri Filho. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Fabian Rocha -** Presidente. **Carlos Eduardo Lourenço -** Secretário. JUCESP 190.450/24-1, em 26/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TMF Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 51.498.963/0001-06 – NIRE 35.300.619.731

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: 27/06/2024, às 09:00 horas, na sede social da **TMF Securitizadora S.A.**, em Barueri-SP, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Torre I, 10º andar, sala 2, Edifício Jacarandá, Tamboré ("**Companhia**"). **2. Presença:** Representantes da totalidade do capital social. **3. Convocação:** Dispensada a convocação tento em vista a presença dos representantes da totalidade do capital social. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. **João Grasseschi Mathias Duarte** e secretariada pela Sra. **Carla Araújo Ribeiro**. **5. Ordem do Dia:** (i) do Relatório da Administração e das demonstração financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e (ii) da destinação do lucro líquido do exercício e a forma de distribuição de dividendos. **6. Deliberações: 6.1.** Os acionistas deliberaram aprovar, sem ressalvas: **(i)** o Relatório da Administração e as demonstração financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e (i) em face dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 23.268,85, não haverá destinação de valores à constituição de reserva legal e à reserva de contingências, bem como não haverá distribuição de dividendos. **7. Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi lavrada esta ata, sendo lida, conferida e aprovada. Barueri, 27/06/2024. **João Grasseschi Mathias Duarte** – Presidente da Mesa; **Carla Araújo Ribeiro** – Secretário. **Acionistas: TMF Brasil Administração e Participações Ltda.** Por: João Grasseschi Mathias Duarte – Diretor; **TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.** Por: João Grasseschi Mathias Duarte – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 260.876/24-0 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ n.° 29.309.127/0001-79 - NIRE 35.3.00378148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 06 de fevereiro de 2024, às 17 horas, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A.. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, n° 105, 6º ao 21° andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4° da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luís Arthur Terra Alves, e secretariados pela Sra. Letícia de Zan Garcia Martins e Silva. **4. ORDEM DO DIA:** discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:**(i)** alteração do Artigo 13 do Estatuto Social da Compahia, conforme Estatuto Social consolidado nos termos do Anexo I, para reduzir o número mínimo de Diretores para 1 (um) Diretor; **(ii)** alteração do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, conforme Estatuto Social consolidado nos termos do Anexo I, para atribuir poderes especiais de representação ao Diretor Presidente; **(iii)** eleição de novo membro da Diretoria para o cargo de Diretor Presidente; **(iv)** em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas por Sr. José Seripieri Filho ("Júnior") no *"Contrato para Prestação de Fiança,"* celebrado entre Júnior, Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), Banco BTG Pactuai S.A. ("BTG"), Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), Banco Bradesco BBI S.A. e BR Partners Banco de Investimento S.A. ("BR Partners" e, em conjunto com Santander, BTG e Bradesco, os "Bancos"), em 22 de dezembro de 2023, conforme aditado, ("CPG"), (1) caso não seja apresentado termo de exoneração aos Bancos, nos termos do CPG, **(a)** a outorga de garantia fidejussória pela Companhia no âmbito do CPG ("Garantia Fidejussória"), e **(b)** a celebração do *"2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Prestação de Fiança"* ("Segundo Aditamento ao CPG"); **(2)(a)** a outorga de cessão fiduciária de direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, incluindo recursos de investimento de titularidade da Companhia, líquidos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou provisões, e que compreenderá a abertura em nome da Companhia de conta de movimentação restrita de titularidade da Companhia a ser mantida junto ao Banco Santander (Brasil) SA. ("Conta Vinculada" e "Cessão Fiduciária"); **(2)(b)** a celebração do *"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária, em Garantia e Outras Avenças",* entre a Companhia, Júnior, os Bancos, sendo o Santander o banco depositário ("Instrumento de Cessão de Direitos Creditórios e Conta Vinculada"); e **(2)(c)** a celebração pela Companhia, do *"Contrato de Depósito"* junto aos Bancos, sendo o Santander o banco depositário, para a abertura da Conta Vinculada e referente à Cessão Fiduciária; e (3) a celebração pela Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, do aditamento ao *"Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia. de Ações, Cessão Fiduciária de Dividendos e Outras Avenças"* ("Aditamento ao Instrumento de Alienação Fiduciária"), a ser celebrado entre a Companhia, Júnior e os Bancos; **(v)** em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas por Júnior no âmbito da (a) Cédula de Crédito Bancário n° 1062469, emitida por Júnior em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., Luxmboug Branch ("CCB Santander"), (b) Cédula de Crédito Bancário n° 41, emitida por Júnior em favor do BTG ("CCB BTG"), (c) Cédula de Crédito Bancário n° 237/1233/694668/0001, emitida por Júnior em favor do Bradesco ("CCB Bradesco") e (d) Cédula de Crédito Bancário n° 5159, emitida por Júnior em favor da BR Partners ("CCB BR Partners", e em conjunto com a CCB Santander, a CCB BTG e a CCB Bradesco, as "CCBs"), a **(l)(a)** a prestação de aval pela Companhia ("Aval") no âmbito das CCBs e **l(b)** celebração de aditamentos às CCBs junto aos Bancos ("Aditamentos às CCBs"); **(vi)** a aprovação, em exceção à regra disposta no Artigo 17, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, para que (a) a procuração a ser outorgada aos Bancos, nos termos do Instrumento de Cessão de Direitos Creditórios e Conta Vinculada ("Procuração") permaneça vigente durante o prazo previsto no respectivo instrumento; e **(b)** a procuração a ser outorgada aos Bancos nos termos do CPG ("Procuração CPG" e em conjunto com Procuração, as "Procurações") permaneceça vigente, durante todo o prazo estabelecido no CPG; **(vii)** a autorização para a diretoria ou os procuradores da Companhia, agindo isoladamente ou em conjunto, pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações tomadas nesta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à assinatura de todos e quaisquer documentos necessários à implementação das deliberações acima, relacionados à constituição dos instrumentos e quaisquer aditamentos a tais instrumento, bem como a celebração de procurações a eles relacionadas; e **(viii)** a ratificação dos atos já praticados pelos membros da Diretoria da Companhia, por si ou por meio de seus procuradores, em relação aos itens **(i)** a (v) acima. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram e aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Alteração do *caput* do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, que prevê a composição da Diretoria, que passa a vigorar com a nova seguinte redação: ***"Artigo 13** -A Diretoria será composta por no mínimo **1** (um) e no máximo 6 (seis) Diretores, dentre os cargos, conforme abaixo, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente:* (i) *1 (um) Diretor Presidente;* (ii) *1 (um) Diretor Vice Presidente Financeiro;* (iii) *1 (um) Diretor Presidente no negócio Operadora;* (iv) *1 (um) Diretor Vice Presidente Jurídico; e* (v) *1 (um) Diretor Vice Presidente de Capital Humano; e* (vi) *1 (um) Diretor Presidente do negócio Amil Cuidados Integrados. É permitida a cumulação de cargos. Todos com atribuições definidas na forma do art. 16 e parágrafos deste estatuto social."* **5.2.** Alteração da redação do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, referente à representação da Companhia, de forma a atribuir ao Diretor Presidente poderes especiais e isolados de representação, de forma que passe a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 17.** A Companhia será representada da seguinte forma:* (a) *Pelo Diretor Presidente, individualmente;* (b) *Por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto;* (c) *Por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos;* (d) *Por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, em conjunto; e* (e) *Por 1 (um) procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a **Parágrafo único** - As procurações serão sempre outorgadas em nome da. Companhia, por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto, ou pelo Diretor Presidente, individualmente.* As *procurações outorgadas pela. Companhia, mencionarão expressamente os poderes conferidos e deverão conter um período de validade limitado, não superior a 12 (doze) meses, com exceção daqueles para. fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado."* **5.2.1.** Permanecem inalteradas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia que não foram objeto das deliberações acima. O Estatuto Social consolidado da Companhia encontra-se apenso à presente ata como **Anexo I. 5.3.** A eleição do Sr. Edvaldo Santiago Vieira, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG n° 16.749.916, inscrito no CPF/MF sob o n° 090.886.548-16, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, n° 105, 8º andar, Torre B, Empreendimento EZ Tower, Vila São Francisco, CEP 04711-90404, como Diretor Presidente, com mandato de 2 (dois) anos, prorrogável até a primeira Assembleia Geral que se realizar após o seu termo, admitida a reeleição. Permanece vago o remanescente cargo da Diretoria da Companhia, que será preenchido oportunamente. **5.3.1.** O Diretor ora eleito toma posse neste ato, em caráter imediato, por meio da assinatura do respectivo termo de posse, e apresentação da declaração prevista no artigo 147, § 4°da Lei das S.A. **5.4.** Caso não seja apresentado termo de exoneração aos Bancos, nos termos do CPG, a outorga da Garantia Fidejussória e a celebração do Segundo Aditamento ao CPG; **5.5.** A outorga da Procuração CPG, que deverá permanecer vigente conforme estabelecido no CPG; **5.6.** A prestação do Aval e a outorga da Cessão Fiduciária, bem como a celebração dos seguintes documentos: Aditamentos às CCBs, Instrumento de Cessão de Direitos Creditórios e Conta Vinculada, Aditamento ao Instrumento de Alienação Fiduciária, Contrato de Depósito, sendo aprovado também a abertura da Conta Vinculada, ficando os Diretores da Companhia, incluindo o Diretor Presidente ora eleito, autorizados a movimentar a Conta Vinculada nos termos e para os fins do Instrumento de Cessão de Direitos Creditórios e Conta Vinculada, do CPG e das CCBs, conforme aditados; A outorga da Procuração, que deverá permanecer vigente, conforme estabelecido no Instrumento de Cessão de Direitos Creditórios e Conta Vinculada; **5.7.** A autorização expressa e delegação de poderes aos membros da Diretoria da Companhia ora eleito para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes para a celebração, execução, formalização, implemenação e administração dos contratos e demais deliberações aprovadas acima, incluindo, mas não se limitando, aqueles relacionados à constituição dos instrumentos e quaisquer aditamentos, notificações, procurações a eles relacionadas, e de todos e quaisquer documentos necessários à implementação das dehberações acima, e à abertura da Conta Vinculada e demais contas bancárias, vinculadas ou não, em nome da Companhia; e **5.8.** Ratificar todos os atos já praticados pelos membros da Diretoria da Companhia, por si ou por meio de seus procuradores, agindo isoladamente ou em conjunto, em relação aos itens acima, bem como de quaisquer outros atos necessários para a consecução das dehberações dos itens acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no art. 130, §1° da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes: (a) **Mesa:** Presidente: **Luís Arthur Terra Alves;** Secretária: **Letícia de Zan Garcia Martins e Silva;** (b) **Acionista:** José Seripieri Filho. **Mesa: Luís Artur Terra Alves - Presidente; Letícia de Zan Garcia Martins e Silva - Secretária.** JUCESP 81.268/24-5, em 22/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ n.º 29.309.127/0001-79 - NIRE 35.3.00378148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 01 de março de 2024, às 11h horas, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 6º ao 21º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fabian Rocha, e secretariados pelo Sr. Erik Brunno Augusto. **4. ORDEM DO DIA:** discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: 4.1. Tomar conhecimento e registrar as renúncias apresentadas pelos Srs. Fernando Martinez Calia e Aline Siqueira Pereira Schellhas aos cargos de Vice Presidente Jurídico e Vice Presidente Financeira, respectivamente; 4.2. Deliberar sobre a eleição de novos Diretores da Companhia; 4.3. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista presente deliberou e aprovou, sem ressalvas, o quanto segue: 5.1. Foram recebidas e registradas as renúncias apresentadas pelos Srs. Fernando Martinez Calia e Aline Siqueira Pereira Schellhas aos cargos de Vice Presidente Jurídico e Vice Presidente Financeira, respectivamente, conforme termos de renúncia anexos. 5.2. Foi aprovada a eleição de novos Diretores da Companhia, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, conforme a seguir: (i) para o cargo de **Diretor Financeiro**, o Sr. **Carlos Eduardo Lourenço**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 172816609, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 214.452.088-73, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 8º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904; e (ii) para o cargo de **Diretor Jurídico**, o Sr. **Fabian Rocha**, brasileiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 172.574, expedida pela OAB/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 116.844.158-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos n° 105, 8° andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. Conforme **termos de posse anexos**, os Diretores, ora eleitos, declaram: (i) não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) atenderem aos requisitos de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (iii) não ocuparem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e que não tenha, nem represente, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. Em consequência da deliberação aprovada acima, fica ratificada a atual composição da Diretoria Estatutária da Companhia, conforme a seguir: **Diretor Presidente** – Sr. Edvaldo Santiago Vieira; **Diretor do negócio Operadora** – vago; **Diretor do negócio Amil Cuidados Integrados** – Sr. Ronaldo Elchemr Kalaf; **Diretor Financeiro** – Sr. Carlos Eduardo Lourenço; **Diretor Jurídico** – Sr. Fabian Rocha; **Diretor de Capital Humano** – Sr. Ricardo Santos Moraes de Burgos. 5.3. Tendo em vista as recentes deliberações alterando o Estatuto Social, aprovar a consolidação e reformulação do Estatuto Social, que passa a vigorar, na íntegra, com a nova redação prevista no anexo à presente ata. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no art. 130, §1° da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e data**: São

o disposto na Lei de Sociedades por Ações; XV. aprovar quaisquer transações a serem realizadas pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias com, ou envolvendo, quaisquer de seus acionistas ou qualquer afiliada de seus acionistas (exceto pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias) ou qualquer parte relacionada de qualquer acionista da Companhia, exceto por qualquer transação que esteja sujeita a disposições comutativas usuais no Brasil;XVI. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros que não sejam sociedades controladas pela Companhia, exceto quando se tratar de fiança locatícia para empregados da Companhia; XVII. aprovar qualquer alienação de bens ou direitos do ativo permanente cujo valor da alienação deste(s) seja igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e XVIII. aprovar a criação de ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros, observado o disposto no inciso xvi acima. **CAPÍTULO IV. DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA. Seção I. Das Disposições Gerais. Artigo 12 -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis e o presente Estatuto. **Parágrafo Primeiro -** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e está condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo Segundo -** Os administradores, quando da investidura em seus cargos, deverão prestar as declarações exigidas pela regulamentação pertinente. **Parágrafo Terceiro –** A Assembleia Geral fixará uma verba global anual para a remuneração dos administradores e caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a distribuição da verba individualmete, observado o disposto neste Estatuto. **Seção II. Da Diretoria. Artigo 13 -** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) Diretores, dentre os cargos, conforme abaixo, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente: (i) 1 (um) Diretor Presidente; (ii) 1 (um) Diretor do negócio Operadora; (iii) 1 (um) Diretor do negócio Amil Cuidados Integrados; (iv) 1 (um) Diretor Financeiro; (v) 1 (um) Diretor Jurídico; (vi) 1 (um) Diretor de Capital Humano. É permitida a cumulação de cargos. Todos com atribuições definidas na forma do art. 16 e parágrafos deste estatuto social. **Parágrafo Primeiro -** Os Diretores serão eleitos para mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Segundo -** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Parágrafo Terceiro -** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor, a Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada para eleição de substituto. **Parágrafo Quarto -** A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, acarretará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no Parágrafo Terceiro deste artigo, exceto se de outra forma autorizado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quinto -** Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor. **Artigo 14 -** A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Parágrafo Único -** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro da Diretoria Executiva e assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 15 -** Compete aos Diretores: I. administrar e gerir os negócios da Companhia, podendo estabelecer Política de Delegação de Alçada própria; II. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; III. rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios, as modernas técnicas de administração e as conquistas da medicina; IV. aprovar a abertura e encerramento de filiais, escritórios, centros médicos e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia, no País ou no exterior; V. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas; VI. submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; VII. aprovar os resultados trimestrais das operações da Companhia e suas controladas; VIII. aprovar qualquer alienação de bens ou direitos do ativo permanente cujo valor da alienação deste(s) seja igual ou maior que R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e inferior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); IX. deliberar sobre qualquer reestruturação societária das subsidiárias da Companhia, quer por incorporação, incorporação de ações, cisão, fusão, recapitalização, transformação ou qualquer outra forma. X. deliberar sobre a prestação de fiança locatícia para empregados da Companhia. **Artigo 16 -** Além das funções, atribuições e poderes atribuídos pela Assembleia Geral, os Diretores terão as seguintes atribuições: **Parágrafo Primeiro -** Compete ao Diretor Presidente dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades de administração da Companhia, elaborar e apresentar à Assembleia Geral o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia, convocar e presidir as reuniões da Diretoria e representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele. **Parágrafo Segundo -** Compete ao Diretor Financeiro propor alternativas de financiamento, empréstimo e concessão de garantias, aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia, administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia, dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal, representar a Companhia perante instituições financeiras e auxiliar o Diretor Presidente no que for necessário. **Parágrafo Terceiro -** Compete ao Diretor do negócio Operadora garantir a eficiência das operações comerciais dos planos de saúde e dos hospitais que compõem a rede própria da Companhia, promover a gestão adequada dos recursos e serviços aos clientes dos planos de saúde e dos hospitais que compõem a rede própria da Companhia e acompanhar o desenvolvimento das operações da Companhia no que se refere aos planos de saúde e aos hospitais que compõem a rede própria da Companhia, visando à melhoria contínua dos resultados obtidos e observando métodos adequados e eficientes e auxiliar o Diretor Presidente no que for necessário. **Parágrafo Quarto -** Compete ao Diretor do negócio Amil Cuidados Integrados garantir a gestão da rede própria de serviços médico hospitalares da Companhia, promover a gestão de informações para integrar o melhor cuidado em toda a sua complexidade, visando à melhoria constante dos resultados obtidos e observando métodos adquados e eficientes. **Parágrafo Quinto -** Compete ao Diretor Jurídico coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área jurídica da Companhia, planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia em questões juridicas, supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia, opinar sobre a contratação de advogados externos, representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas e auxiliar o Diretor Presidente no que for necessário. **Parágrafo Sexto -** Compete ao Diretor de Capital Humano gerir o quadro de pessoal da Companhia, tendo em vista assegurar a correspondência entre a composição e o perfil dos recursos humanos e as necessidades empresariais, elaborar, implementar e controlar as normas e diretrizes do plano de cargos e salários, de benefícios, de recrutamento e seleção de pessoal e auxiliar o Diretor Presidente no que for necessário. **Artigo 17 -** A Companhia será representada da seguinte forma: (a) Por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto; (b) Por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; (c) Por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, em conjunto; e (d) Por 1 (um) procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia. **Parágrafo único –** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto. As procurações outorgadas pela Companhia mencionarão expressamente os poderes conferidos e deverão conter um perídoo de validade limitado, não superior a 12 (doze) meses, com exceção daqueles para fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. **Seção III. Do Conselho Fiscal. Artigo 18 -** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e igual número de suplentes. **Parágrafo Segundo -** Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Terceiro -** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. **Parágrafo Quarto -** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal da Companhia, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo Quinto -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituidos, em suas faltas e impedimentos pelo respectivo suplente. **Parágrafo Sexto -** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Artigo 19 -** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Parágrafo Primeiro -** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regulamente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **Parágrafo Segundo -** O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **Parágrafo Terceiro -** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Parágrafo Quarto -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **CAPÍTULO V. DAS RELAÇÕES COM OS ACIONISTAS E PARTES RELACIONADAS. Artigo 20 -** Todo e qualquer acordo de acionistas existente entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programas de aquisição de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, deverão ser arquivados na sede social da Companhia e disponibilizados aos acionistas da Companhia que desejem ter acesso ao seu conteúdo. **CAPÍTULO VI. DO EXERCÍCIO SOCIAL,**

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE **EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR** E SAIBA MAIS.



EDITORA GLOBO

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

Edital de 2ª Convocação aos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures da Enauta Participações S.A. - AGD. A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 22/11/22, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 22/07/24, às 14h, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo *link* de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/22 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem, em segunda convocação, sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1 itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22/11/22, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** a liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22/12/22, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28/09/23; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(a)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(b)** a Reorganização ocorra em até 9 meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2,

Copersucar S.A.

CNPJ/MF nº 10.265.949/0001-77 - NIRE 35300360401

Extrato da Ata de Reunião de Diretoria Realizada no Dia 07 de Março de 2024

Aos 07/03/2024, às 10h, na sede, reuniram-se os membros da Diretoria. O Sr. Diretor Presidente, Tomás Caetano Manzano, convidou a mim, Juliana Montanheiro Lara, para secretária. Por unanimidade deliberou por encerrar os seguintes estabelecimentos filiais desta Cia.: **(i)** Filial Rio Pardo, com atividade econômica principal de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, localizada Fazenda São Pedro, s/nº, SP 280, Rodovia Castelo Branco, Km 260 + 3 mil metros, tanques 3 e 4, Bairro Entrerios, CEP - 18.760-000, no Município de Cerqueira Cesar/SP, CNPJ/MF nº 10.265.949/0046-79, NIRE nº 35903871806 e I.E. nº 263.008.933.113; **(ii)** Filial MA, com atividade econômica principal de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista, localizada na Avenida dos Portugueses, nº 100, Pavimento Térreo, Loja 01, Bairro Anjo da Guarda, CEP - 65.085-581, no Município de São Luis/MA, CNPJ/MF nº 10.265.949/0061-08, NIRE nº 21999800920 e I.E. nº 12.457038-0. Nada mais. São Paulo, 07/03/2024. **Tomás Caetano Manzano -** Diretor Presidente; **Juliana Montanheiro Lara -** Secretária. **JUCESP** nº 260.095/24-2 em 05/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ n.º 29.309.127/0001-79 - NIRE 35.3.00378148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10h horas, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 6º ao 21º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia , conforme se verifica das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes também a Contadora, Sra. Maria Lúcia Guilherme de Brito – CRC nº 1RJ-088.050/O-0 S-SP e a representante da Grant Thornton Auditores Independentes – CRC nº 2SP-025.583/O-1, auditores independentes da Companhia, Sra. Ana Cristina Linhares Areosa - 1RJ-081.409/O-3. **3. PUBLICAÇÃO:** O relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados na edição do dia 26 de março de 2024 no Jornal Valor Econômico do Estado de São Paulo. **4. MESA:** Para presidir os trabalhos, o acionista indicou o Sr. Carlos Eduardo Lourenço, que convidou o Sr. Fabian Rocha para secretariá-lo. **5. ORDEM DO DIA:** discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i) Em Assembleia Geral Ordinária:** 5.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 5.2. Deliberar sobre a proposta da administração para contabilização do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 5.3. Fixar o montante global de remuneração dos Diretores da Companhia para o exercício de 2024. **(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária:** 5.4. Registrar a renúncia de Diretor da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista presente deliberou e aprovou, sem ressalvas, o quanto segue: Preliminarmente, o Sr. Presidente registrou que em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, foi publicado no jornal Valor Econômico do Estado de São Paulo na edição do dia 26 de março de 2024, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Em continuidade, com relação às matérias da **Assembleia Geral Ordinária:** 6.1. Após exame e discussão, foi aprovado o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 6.2. Foi aprovada a proposta da Administração para contabilização do prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 4.032.768.543,46 (quatro bilhões, trinta e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos), da seguinte forma:

Contabilização do prejuízo apurado no exercício social findo em 31/12/2023	
Saldo do prejuízo acumulado em 31/12/2022	(2.002.482.209,17)
Prejuízo apurado no exercício encerrado em 31/12/2023	**(4.032.768.543,46)**
Saldo do prejuízo acumulado em 31/12/2023	(6.035.250.752,63)

6.3. Foi aprovada a fixação do montante global de remuneração dos Diretores da Companhia para o exercício de 2024 em até R$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais). Em continuidade, com relação às matérias de **(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária:** 6.4. Foi recebida e registrada a renúncia do Sr. **Ronaldo Elchemr Kalaf**, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade n° 91507, expedida pelo CRM/SP, inscrito no CPF sob o nº 105.169.108-76, com endereço comercial na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, n° 105, Torre B, 8º andar, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, cidade e estado de São Paulo, CEP: 04711-904, ao cargo de **Diretor Presidente do negócio Amil Cuidados Integrados**, conforme termo de renúncia anexo. O referido cargo permanecerá vago até futura eleição. Em consequência da deliberação aprovada acima, fica ratificada a atual composição da Diretoria Estatutária da Companhia, conforme a seguir: **Diretor Presidente** – Sr. Edvaldo Santiago Vieira; **Diretor do negócio Operadora** – vago; **Diretor do negócio Amil Cuidados Integrados** – vago; **Diretor Financeiro** – Sr. Carlos Eduardo Lourenço; **Diretor Jurídico** – Sr. Fabian Rocha; **Diretor de Capital Humano** – Sr. Ricardo Santos Moraes de Burgos. Por fim, os acionistas autorizaram a administração da Companhia a tomar as providências necessárias à implementação de todas as deliberações ora aprovadas. **7. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no art. 130, §1° da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e data**: São Paulo, 29 de abril de 2024. **Mesa**: Presidente: **Carlos Eduardo Lourenço**; Secretário: **Fabian Rocha. Presença**: Acionista José Seripieri Filho. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Carlos Eduardo Lourenço** - Presidente. Fabian Rocha - Secretário. JUCESP 199.238/24-8 em 10/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.